

Ilda Amália Fernandes Branco

MIRANDELA SETECENTISTA

**Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade
Portugalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor**

Orientador: Professor Doutor Humberto Baquero Moreno



Porto

2009

Ilda Amália Fernandes Branco

MIRANDELA SETECENTISTA

**Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade
Portugalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor**

Orientador: Professor Doutor Humberto Baquero Moreno

À Memória de meu filho Júlio César

ÍNDICE GERAL

SIGLAS E ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	8
NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO	19
AGRADECIMENTOS	20
CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DE MIRANDELA	21
1. Localização Geográfica.....	22
2. Caracterização Física.....	26
2.1. Concelho de Mirandela	31
3. A Toponímia.....	32
CAPÍTULO II – A PAISAGEM RURAL	34
1. Os Edifícios	34
2. A Estrutura da Propriedade.....	39
3. As Áreas de Inculto	45
3.1. O Espaço Pastoril	50
3.2. Baldios e Maninhos.....	57
4. A Caça e Pesca	65
5. A Pecuária.....	67
6. Culturas e Técnicas Agrícolas.....	68
6.1. Produção Cerealífera	72
6.2. Os Olivais.....	84
6.3. A Vinha	88
6.4. Hortas, Pomares, Linhares e Ferragiais.....	94
CAPÍTULO III – A PAISAGEM URBANA	118
1. Morfologia Urbana.....	118
1.1. Muralha da Vila de Mirandela	118
1.2. As Portas	120
1.2.1. Porta de Santo António.....	121
1.2.2. Porta de Santiago	122
1.2.3. Portela	123
1.2.4. Postigo de S. José.....	123
1.3. Plano da Vila de Mirandela	124
1.3.1. Ruas	124
1.3.1.1. Estado Geral e Limpeza das Ruas	125
1.3.2. Praças.....	126
CAPÍTULO IV – A ECONOMIA	129
1. Economia	129
2. Exploração de Recursos Subterrâneos.....	132
2.1. Aproveitamento Hidráulico	132

2.2.	Minérios e Ferrarias	136
2.3.	Produção Industrial	138
2.3.1.	Indústrias do concelho de Mirandela	143
2.3.1.1	Indústria Alimentar	152
3.	Circulação e Distribuição.....	156
3.1.	Vias de Comunicação	156
3.2.	Transportes.....	160
3.3.	Estrutura de Apoio aos Viajantes.....	168
3.4.	O Comércio.....	171
3.4.1.	Feiras e Mercados em Trás-os-Montes	174
3.4.1.1	Feiras do Concelho de Mirandela.....	176
3.4.2.	Mercadorias	181
3.4.3.	Pesos e Medidas	182
CAPÍTULO V – A SOCIEDADE.....		187
1.	A população	187
2.	Os grupos sociais.....	199
2.1.	O Clero.....	201
2.1.1.	O Clero Secular	201
2.1.1.1.	Igreja Matriz.....	202
2.1.1.2.	Paróquia da Igreja de Santa Maria de Mirandela	202
2.1.1.3.	Propriedade da Igreja	205
2.1.2.	O Clero Regular.....	207
2.1.2.1.	Propriedade do Mosteiro Eclesiástico dos Religiosos Descalços da Santíssima Trindade.....	208
2.1.2.2.	Propriedade e Assistência da Santa Casa da Misericórdia em Mirandela	211
2.2.	A Nobreza	214
2.2.1.	Famílias Nobres de Mirandela no Século XVIII	215
2.3.	A Oligarquia Urbana.....	221
2.3.1.	Senhores do Concelho de Mirandela.....	221
2.3.1.1.	Apelidos das Famílias de Senhorios e Morgadios de Mirandela	224
2.4.	O Povo.....	229
2.4.1.	Os Judeus.....	232
3.	Relações Entre Grupos Sociais	240
3.1.	A Vizinhança	240
3.2.	Tensões Sociais Interconcelhias.....	243
CONCLUSÃO.....		247
BIBLIOGRAFIA		253
APÊNDICES.....		288
Apêndice n.º 1		288
Apêndice n.º 2		290
Apêndice n.º 3		293
Apêndice n.º 4 (Apêndices Documentais)		294

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração N.º 1 – Mirandela na Província de Trás-os-Montes	23
Ilustração N.º 2 – Localização e centralidade do Concelho de Mirandela na Província de Trás-os-Montes	25
Ilustração N.º 3 - Planta Topográfica da Casa Tradicional do Nordeste Transmontano	38
Ilustração N.º 4 - Porta de Santo António (2004)	122
Ilustração N.º 5 - Mapa das cidades e vilas com seus fogos e pessoas com que fica a Província de Trás-os-Montes, após a nova Demarcação e Regulação das Comarcas (1796).....	198
Ilustração N.º 6 - Palácio dos Távoras (2004)	217
Ilustração N.º 7 - Castelo, Muralha, Portas e Outros Dispositivos Associados da muralha de Mirandela.....	293

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico N.º 1 - Distribuição Aproximada da Terra dos Estratos Sociais	200
Gráfico N.º 2 - Distribuição da População do Nordeste no Século XVIII	232
Gráfico N.º 3 - Distribuição da População nas actividades agrícolas	232

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro N.º 1– Coimas de gado	55
Quadro N.º 2– Coimas referentes a gado de fora	56
Quadro N.º 3 - Sólidos na Província de Trás-os-Montes:.....	183
Quadro N.º 4 - Líquidos.....	184
Quadro N.º 5 - Pesos	184
Quadro N.º 6 - Medidas de Comprimento	184
Quadro N.º 7 – Tipos de Medidas	185
Quadro N.º 8 - Tipos de Medidas	186
Quadro N.º 9 – Tipo de Medidas de cereais.....	186
Quadro N.º 10 – Numero de habitantes por freguesia (1732/1736)	191
Quadro N.º 11 - Dados Demográficos do Concelho de Mirandela nos anos 1706, 1758, 1796 e 1798	196
Quadro N.º 12 - Donatários de Mirandela 1301-1759	223
Quadro N.º 13 – Senhorios e seus descendentes.....	224
Quadro N.º 14 - Morgados de Mirandela no Século XVIII	226
Quadro N.º 15 - Morgados de Mirandela, seus Instituidores e Administradores	228
Quadro N.º 16 - Lista com o número de cristãos-velhos denunciados por judaísmo na província de Trás-os-Montes no século XVI:	235
Quadro N.º 17 - Lista dos Cristãos-Novos denunciados por judaísmo na Província de Trás-os-Montes no século XVI:	236
Quadro N.º 18 – Lista de Cristãos-novos referenciados nos autos da fé da Inquisição de Lisboa, Évora e Coimbra nos séculos XVI, XVII e XVIII....	239
Quadro N.º 19 - Listas Manuscritas:.....	239
Quadro N.º 20 - Cristãos-novos moradores oriundos de Mirandela residentes em outras terras que foram referenciados pelos autos da fé da Inquisição de Coimbra.....	240
Quadro N.º 21 - População Activa no Concelho de Mirandela - 1796.....	288
Quadro N.º 22- Quantidades e Preço dos Produtos.....	290

SIGLAS E ABREVIATURAS

IAN/TT – Instituto do Arquivo Nacional da Torre de Tombo

ADB – Arquivo Distrital de Braga

A.D.B. - Bragança – Arquivo Distrital de Bragança

ADVR – Arquivo Distrital de Vila Real

BPB – Biblioteca Pública de Braga

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BMPM – Biblioteca Pública Municipal de Mirandela

CMM – Câmara Municipal de Mirandela

MRABB – Museu Regional Abade de Baçal de Bragança

Art. - Artigo

AD – Apêndice Documental

Doc. – Documento

Arm. - Armário

fl. – Fólio

v – Verso

mf. – Microfilme

vol. – Volume

T - Tomo

Gav. – Gaveta

Mç. - Maço

mem. - Memória

ms. - Manuscrito

n.º - Número

p. – Página

s/d – Sem data

s/p – Sem paginação

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a nossa pesquisa conducente à realização da nossa tese de doutoramento, optámos pelo estudo da antiga vila de Mirandela, de que resultou o trabalho *Mirandela Setecentista*. A nossa preferência deve-se ao facto do seu enquadramento na Terra Quente do Nordeste Transmontano, onde nascemos, nos ser familiar, existir uma natural empatia com a sua gente simples e hospitaleira. Pretendemos dar o nosso contributo, tendo como subjacente a satisfação pessoal de prosseguirmos a nossa investigação nesta região transmontana. Optámos pelo estudo do século XVIII, por um lado por ter um significativo acervo documental e, por outro, por ser o menos estudado.

Já em 1996 realizámos uma dissertação de mestrado que se debruçou sobre Torre de Moncorvo em Finais do Século XIX¹ e em 2001 publicamos um outro estudo monográfico sobre esta região² e, nesse mesmo ano, demos ainda à estampa uma obra sobre Frechas³, o que nos motivou para um estudo mais aprofundado sobre a história regional e, sobretudo Mirandela. Finalmente em 2003 foi publicada a obra, também de nossa autoria sobre Maçores - Moncorvo⁴.

Ao longo do século XX diversos autores optaram por estudos monográficos regionais, mas a região transmontana teve o privilégio de, em 1910 ser dado à estampa o 1.º volume da monumental obra do Abade de Baçal, denominada “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança”⁵.

¹ FERNANDES, Ilda – *Aspectos Económico-Sociais de Torre de Moncorvo em Finais do Século XIX*, Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana, Porto: Universidade Portucalense, 1996.

² FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2001.

³ FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Câmara Municipal de Mirandela, Porto: Humbertipo, 2001.

⁴ FERNANDES, Ilda – *Maçores Minha Terra Minha Gente*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2003.

⁵ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, (11 vols), 3.ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1982.

Pouco tempo depois, em 1920, Ernesto Sales fez um estudo aprofundado (2 vols.) sobre Mirandela⁶.

Entretanto e paralelamente, a partir da 2.^a metade do século XX começaram a ser dados à estampa estudos monográficos importantes de história moderna e contemporânea como o de Guilherme Felgueiras, que fez um exaustivo trabalho sobre Matosinhos⁷, concelho que mais tarde, em 1996 vê dar à estampa um outro trabalho monográfico de António José Guarnier Rodrigues Dias, Benedito Gonçalves e João Félix Praia, sob a direcção de Maria do Carmo Serem⁸. Ainda relacionado com Matosinhos, mas mais especificamente sobre a vila da Senhora da Hora, nós própria fizemos trabalhos monográficos dados à estampa em 1996⁹ e 2000¹⁰. Anteriormente já António Cruz, em 1970 tinha realizado um aprofundadíssimo trabalho sobre a Economia da Província do Entre Douro e Minho nos finais do século XVIII¹¹.

Uma outra obra importante foi a de Helder Pacheco (1986) sobre o Grande Porto¹².

Maria de Fátima Brandão, ao debruçar-se sobre o Noroeste Português, teve em atenção a região transmontana¹³.

⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, (2 vols.), Bragança: ed. da Junta Distrital de Bragança, 1970 e 1983.

⁷ FELGUEIRAS, Guilherme – *Monografia de Matosinhos*, Lisboa: Gráfica Ramos Afonso da Moita, 1958. Já em finais do século XIX, F. F. Godinho de Faria havia feito um trabalho monográfico sobre a antiga vila de Bouças: *Monographia do Concelho de Bouças*, (S.l.: s. n.), 1899.

⁸ DIAS, António José Guernier; Rodrigues, Benedito Gonçalves; Praia, João Félix, direcção de Serem, Maria do Carmo - *Monografia de Matosinhos 1*, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1996.

⁹ FERNANDES, Ilda – *Senhora da Hora, Subsídio para a sua Monografia*, Câmara Municipal de Matosinhos e Freguesia da Senhora da Hora, Matosinhos: Contemporânea Editora, 1996.

¹⁰ FERNANDES, Ilda – *Senhora da Hora Monografia*, Paróquia da Senhora da Hora, Senhora da Hora: Gráfica da Senhora da Hora, 2000.

¹¹ CRUZ, António – *Geografia Económica da Província do Minho nos fins do Século XVIII*. Plano de descrição e Subsídio de Custódio Gomes vilas Boas, Centro de Estudos Humanísticos, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

¹² PACHECO, Helder – *O Grande Porto*, Lisboa: Editorial Presença, 1986.

¹³ BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrotipo, 1994.

Em 2006, Assunção Carqueja e Adriano Vasco Rodrigues realizaram um estudo monográfico sobre Felgar, concelho de Torre de Moncorvo, um dos mais importantes de Trás-os-Montes¹⁴.

Foi sobretudo a partir de meados do século XX que começou a surgir o interesse cada vez maior por estudos regionais surgindo a partir desta altura teses de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea.

Em 1972, António Oliveira defende na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra um trabalho intitulado “*Vida Económica e Social de Coimbra (1537-1644)*”¹⁵.

Depois deste, muitos outros estudos foram realizados nesta faculdade entre a década de 90 do século passado e o início da 1.ª década do século XXI.

Destacamos o trabalho realizado por Sérgio Soares em 1996, intitulado “*O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo – Poder e Poderosos na Idade Moderna*”¹⁶. Entretanto em 1995 Maria da Conceição Quintas tinha já defendido a sua tese sobre Setúbal realizado entre o ano de 1880 e 1930¹⁷ e mais tarde, em 1998, Laurinda Abreu faz um trabalho sobre Setúbal na Modernidade¹⁸.

No ano de 2003, Maria do Rosário Silva defende provas de Doutoramento sobre Lousã do século XVIII¹⁹.

¹⁴ CARQUEJA, Maria da Assunção e Rodrigues, Adriano Vasco – *Felgar*, Coimbra: Gráfica de Coimbra LDA., 2006.

¹⁵ OLIVEIRA, António de – *Vida Económica e Social de Coimbra (1337-1640)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.

¹⁶ SOARES, Sérgio Manuel Cunha Gonçalves – *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo – Poder e Poderosos na Idade Moderna*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

¹⁷ QUINTAS, Maria da Conceição Fausta Pegado Pinto – *O Aglomerado Urbano de Setúbal: crescimento Económico, Contexto social e Cultura Operária (1880-1930)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

¹⁸ ABREU, Laurinda Maria Santos – *Setúbal na Modernidade Memória da Alma e do Corpo*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

¹⁹ SILVA, Maria do Rosário Castiço Barbosa de campos Coelho e – *Redes de Sociabilidade e de Poder: Lousã no Século XVIII*, História Moderna, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Eugénio dos Santos, defende prova de Doutoramento em 1997 com tese intitulada “O Oratório no Norte de Portugal (1673 a 1834). Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social”²⁰, que embora não seja um estudo apenas sobre uma região, ao fazer uma análise exaustiva da história religiosa e social acaba por pormenorizar o concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Ainda nesta faculdade, Francisco Ribeiro da Silva em 1986 apresenta um trabalho intitulado “*O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens as Instituições e o Poder*”²¹. Seguem-se-lhe o de Amélia Polónia, que se debruçou sobre Vila do Conde²² (2000).

De premeio relembrar o estudo de Elvira Mea que não tendo realizado um trabalho específico sobre cidades, acabou por, ao falar da inquisição em Coimbra no século XVI descrever a região de forma pormenorizada²³.

Pela Universidade do Minho em 1985, Norberta Amorim fez um estudo sobre Guimarães, balizado entre 1580 e 1819²⁴ e, dois anos depois, em 1987, Viriato Capela apresenta um trabalho sobre a região do Entre Douro e Minho²⁵. Finalmente em 1993, Franquelim Soares defende as provas de Doutoramento sobre a Arquidiocese de Braga²⁶.

²⁰ SANTOS, Eugénio Francisco dos – *O Oratório no Norte de Portugal (1673 a 1834). Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

²¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens as Instituições e o Poder*, História Moderna e Contemporânea, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986.

²² SILVA, Amélia Maria Polónia da – *Vila do Conde: Um Porto Nortinho na Expansão Ultramarina Quinhentista*, Porto: Universidade do Porto, 2000.

²³ MEA, Elvira Cunha de Azevedo Silva – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990.

²⁴ AMORIM, Maria Norbonte romanaerta de Simas Bettencourt – *Guimarães de 1580-1819. Estudo Demográfico*, Braga: Universidade do Minho, 1985.

²⁵ CAPELA, José Viriato – *Entre Douro e Minho (1750-1830) – Finanças Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, Braga: Universidade do Minho, 1987.

²⁶ SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva – *A Arquidiocese de Braga no século XVII – Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1700)*, Braga: Universidade do Minho, 1993.

No que concerne à Universidade de Lisboa, em 1998 Joaquim Silva faz um estudo monográfico sobre Abrantes²⁷ e Santarém, foi estudado por Maria de Fátima Reis (2000)²⁸ e Martinho Rodrigues (2001)²⁹.

No ano de 2004 Aires Vieira debruça-se sobre Almada³⁰ e em 2006 Eduarda Petit faz um estudo monográfico sobre o arquipélago da Madeira na 1.^a metade do século XVIII³¹. Pela Universidade do Algarve, António Manuel Mendes embora não tenha feito um estudo específico sobre história urbana, acaba por realizar um estudo sobre Damião António de Faria e Castro, e aí estudar o Algarve do século XVIII³².

Relativamente ao nosso estudo, o principal núcleo documental utilizado centra-se sobretudo, no Dicionário Geográfico (1758 - Memórias Paroquiais) das vilas e aldeias que fizeram parte do concelho de Mirandela e que se encontram no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo³³, outro no

²⁷ SILVA, Joaquim Candeias – *Abrantes: Vila e seu Termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998.

²⁸ REIS, Maria de Fátima dos – *Santarém no Tempo de D. João V: Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

²⁹ RODRIGUES, Martinho Vicente – *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

³⁰ VIEIRA, Aires dos Passos – *A Vila de Almada e o seu termo: Da Restauração à Guerra da Sucessão de Espanha (1640-1706)*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

³¹ PETIT, Eduarda Maria Sousa Gomes – *A Madeira na Primeira Metade de Setecentos. Um Estudo sobre os Elementos de Transformação Social*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

³² MENDES, António Manuel Nunes Rosa – *Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789). Nobreza e Cultura no Algarve Setecentista*, Faro: Universidade do Algarve, 2003.

³³ IAN/TT – volume, memória, fólios e microfilme

Arquivo Distrital de Vila Real³⁴, na Biblioteca Pública Municipal do Porto³⁵ e Arquivo Distrital de Braga³⁶.

Fizemos igualmente investigação no Arquivo Municipal de Mirandela. Aqui esperaríamos encontrar as Actas de Vereações que, com toda a certeza, nos dariam informação crucial para a nossa investigação. Porém, para além de parte de livros deste período terem desaparecido, os que existem, balizados entre 3 de Abril de 1742 e 2 de Setembro de 1744 surgem-nos com uma letra ilegível, com um número significativo de folhas rasgadas e com uma paginação incongruente. Para colmatar tal falha tivemos que nos socorrer da obra de Ernesto Sales.

Consultámos ainda documentação importante que se encontra localizada no IAN/TT, no Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Distrital de Vila Real, Arquivo Distrital de Bragança, bem como na Biblioteca Pública Municipal do Porto, e na de Braga, onde nos deparámos com uma preciosa informação setecentista. Todas estas fontes nos forneceram informações importantes sobre a agricultura, comércio e indústria mirandelense.

Com excepção dos dados fornecidos pelo “*Dicionário Geográfico*”, constatámos que as fontes do século XVIII, quer as impressas, quer as manuscritas para a antiga vila de Mirandela são muito escassas porque, situada na Província de Trás-os-Montes sofreu, como toda a província, de isolamento crónico a todos os níveis, relativamente a todo o Portugal.

³⁴ ADVR - CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de Castro - *Demarcação da Província de Tras-os-Montes; Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes, feito no anno de mil setecentos noventa e seis pelo desembargador Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos; Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da provincia de Tras-os-Montes, D02 / C020 / E06 / P4 / UD. CX TCM – 01, denominado por mapa do Columbano Ribeiro de Castro.*)

³⁵ BPMP - CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Descrição da Provincia de Tras-os-Montes, suas Comarcas e População*, feita no anno de 1796, mans. 186.

³⁶ ADB - CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Documento do Columbano Ribeiro de Castro, 1796, Oferta do autor a José de Seabra da Silva em Lisboa, 8 de Janeiro de 1797, O Juis Commissario da Divisão das Comarcas e districtos da Provincia de Tras-os-Montes, Columbano Ribeiro de Castro, juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos. ms. 908.*

Servimo-nos igualmente da obra generalista de António Carvalho da Costa que, com a sua obra – “*Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, e lugares, que contem: varões, illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observações*”³⁷, ao fazer um relato das primeiras vilas e cidades do país no que concerne a economia, sociedade, demografia, conventos, capelas e aspectos naturais, acabou, embora de uma forma superficial, por referir as localidades de Mirandela, o que nos ajudou a colmatar alguns hiatos históricos.

Outros elementos referentes aos anos de setecentos merecem ser mencionados. Trata-se das “*Memórias de Torre de Moncorvo*”, mandadas fazer pela câmara desta vila, em 1721 a António Veloso de Carvalho para serem enviadas posteriormente à Academia Real de História Portuguesa”³⁸, o que não aconteceu pois, por razões que desconhecemos, o município de Mirandela não as enviou, como constatámos na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Foi para nós igualmente importante as obras dadas à estampa por José António de Sá que em 1783 lança o “*Compêndio de observação que formão o plano de viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria*”³⁹ que nos traz algumas novidades no ponto de vista económico, social e demográfico da região de Mirandela e mais tarde em 1789 escreve uma “*Dissertação Philosophico-política sobre o Trato das Sedas na Comarca de Torre de*

³⁷ COSTA, António Carvalho - *Corografia Portuguesa e Descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observações*, 2.^a ed, 1706-1721, Braga: Typ. Domingos Gonçalves, T. I, 1868, pp. 395-402.

³⁸ *Memórias da Torre de Moncorvo, mandadas fazer pela câmara da dita vila, etc., em 1721 a António Veloso de Carvalho para serem enviadas à Academia Real de História Portuguesa*, BNL, Códice n.º 222, original, fol. 128, pp. 127-148, publicação de FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2000. Na mesma obra foram também por nós publicadas as “*Memórias Paroquiais*” do Concelho de Torre de Moncorvo.

³⁹ SÁ, José António de - *Compêndio de observação que formão o plano de viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria*, Lisboa: Officina Francisco Borges de Sousa, 1783.

Moncorvo”⁴⁰, e um ano depois, em 1790 publica “*A Memoria dos Abuzos praticados na comarca de Moncorvo e provimentos do corregedor José António de Sá*”⁴¹ e que veio a ser uma referência pelo Abade de Baçal e mais tarde publicado por Fernando de Sousa⁴². Relativamente a esta obra, embora não apresente dados estatísticos, preocupa-se em nos dar importantíssimas informações no tocante à história económica e social da região. Um ano depois, em 1791 apresenta *Descrição Económica de Torre de Moncorvo*⁴³, onde nos informa sobre dados do ponto de vista económico, demográfico, etc., referentes ao concelho de Torre de Moncorvo.

Para além de Columbano Ribeiro de Castro incumbido de elaborar “*Descrição da Província de Tras-os-Montes*”, outros autores tiveram igualmente tarefas definidas pela mesma rainha D. Maria I⁴⁴.

⁴⁰ SÁ, José António de - *Dissertação Philosophico-politica sobre o Trato das Sedas na Comarca de Torre de Moncorvo*, Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1787. *Descrição Económica da Torre de Moncorvo*, Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1791.

⁴¹ SÁ, José António de - *Memoria dos Abuzos praticados na comarca de Moncorvo e provimentos do corregedor José António de Sá*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1790. Insere-se nos manuscritos da Biblioteca Municipal do Porto, registado sob o n.º 150, referenciada por Francisco Manuel Alves em “*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*”, vol. VII, Bragança: Tipografia Académica, 1982, p. 435; publicada por Fernando de Sousa - “*A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Torre de Moncorvo de José António de Sá (1790)*”, Porto: Faculdade de Letras, 1974.

⁴² SOUSA, Fernando de – *A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974.

⁴³ SÁ, José António de - *Descrição Económica da Torre de Moncorvo*, T. III, Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1791.

⁴⁴ CUSTÓDIO, José Gomes de Vilas Boas foi encarregado de fazer a “*Descrição da Província do Minho*”, aprovada em 27 de Abril de 1799. Encontrava-se já planeada e estruturada na sua casa do Rego em Esposende, onde residia. Acontece que em 1809 o autor foi assassinado em Braga, aquando do 2.º Invasão Francesa e ocupação da cidade do Porto, a sua casa incendiada e a sua obra “*Descrição da Província do Minho*”, destruída. Conhecem-se apenas as “respostas que o senhor Cappitam Engenheiro Custódio Jozé Gomes Vilas Boas pede para o seu plano sobre diversas temáticas, publicação de António Cruz – “*Geografia Económica da Província do Minho nos Fins do século XVIII*”, *Centro de Estudos Humanísticos*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

A José de Abreu Chichorro foi atribuída a tarefa de elaborar “*A Memoria Económica Política da Província da Estremadura. Traçada sobre as Instruções Regias de 17 de Janeiro de 1795*”, publicada por Moses Bensabat Amzalak, com o título de “*A Memoria Economica Política da Província da Estremadura*”, Lisboa: (s. n.), Gráfica Lisbonense, 1943, p. 91. Esta obra aborda as Posturas ou leis económicas ao longo de dois séculos em que os costumes foram alterados relativamente à Agricultura, Comércio e Artes. Leis antigas, cheias de erros políticos e económicos inaplicáveis em finais do Setecentos. A Academia

No tocante à população há outros elementos da época que merecem ser aludidos. Trata-se do “Censo de 1798”, mandado realizar por Pina Manique com objectivos militares. Insere a população de cada freguesia, fogos aí existentes e o número de recrutas a incorporar no exército⁴⁵.

Servimo-nos igualmente de informação fornecida por Francisco Manuel Alves, que em “*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*”, (11 vols.) transcreveu muitos documentos relativos ao Nordeste Transmontano, alguns, para nossa alegria, referentes a Mirandela.

A delimitação temporal que definimos para o nosso estudo foi o século XVIII, porque nos pareceu suficientemente alargado para permitir que distinguíssemos os fenómenos produzidos pela conjuntura daqueles que têm carácter estrutural. Perante toda esta amálgama de informação distribuída de forma desigual, o que não deixou de reflectir-se na estrutura do nosso trabalho e no método utilizado, percebemos que a nossa tarefa não ia ser fácil, mas a nossa vontade de realizar um estudo histórico de base regional foi mais forte. Mirandela precisa de ser estudada e “reconstruída” com o intuito de procurar retomar vidas passadas, procurando trazê-las até nós. Para isso, recorreremos à vila e seu termo, conhecemos as suas particularidades físicas, tomámos contacto com a flora, que a reveste e a fauna que a povoa. Olhamos os seus casais, as suas aldeias, as suas vilas. Transitámos pelas suas ruas e carreiros. Entrámos em casas de abastados homens e de pequenos mesterais.

Real das Ciências de Lisboa encarregou Tomas António de Vila Nova e Joaquim Pedro de Oliveira para elaborarem “Observações Económicas sobre a Comarca de Setubal”. “Extracto das Posturas da villa de Azeitão, Comarca de Setubal”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias*, T. III, Lisboa, 1791, pp. 306-321.

⁴⁵ O Censo de Pina Manique não foi concebido para fins de estatística destinado à administração, mas sim para interesse militar. Foram feitas quatro cópias do original. A 1.ª conservou-se durante muito tempo no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, analisado por Adran Balbi, depois passou para o Arquivo do Convento dos Paulistas de Lisboa onde se encontra com a cota: mass. 32. Uma outra pertenceu a José Joaquim Gomes de Brito: “A População de Lisboa”, in *Dispersos*, vol. II, Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses, 1900, nota 11. Uma terceira encontra-se na Biblioteca Nacional de Estatística. Uma quarta foi usada por Veríssimo Serrão e está depositada no Arquivo Historique du Ministère de la Guerre em Vincenne, códice 1355. (*A População em Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris: Fundação Galoust Gulbenkian, 1970, pp. XXVI- XXVIII).

Gostámos de contactar aquelas gentes, de perceber como vivem, como se organizam em comunidades, por que leis se regem, como exercem a cidadania.

Por tudo isto, valeu a pena passar alguns anos a “procurar pontas” para ajudar a constituir algo.

Importa agora dar nota do modo como a exposição do nosso estudo se encontra organizado, resultando daqui um primeiro encontro com os principais conteúdos abordados em cada capítulo. A apresentação do presente estudo está estruturado em cinco capítulos.

Iniciámos o percurso pela caracterização territorial, localização geográfica, apresentação do quadro morfológico, caracterização física, concelho de Mirandela e toponímia.

No Capítulo II aludimos a paisagem rural com seus edifícios, estrutura da propriedade, com seus casais, quintas, tapadas, áreas de inculto inserindo o espaço pastoril, baldios e maninhos. Referimos a caça, pesca e pecuária. Apresentámos seguidamente as culturas e técnicas agrícolas, incluindo a produção cerealífera, olivais, vinha, hortas, pomares, linhares e ferragiais.

No Capítulo III, expomos a paisagem urbana que refere a vila de Mirandela com muralha que insere a porta de Santo António, a porta de Santiago, portela e postigo de S. José. Expomos o plano da vila de Mirandela com suas ruas, praças, largos e estado geral e limpeza das ruas e praças.

No Capítulo IV referimos a economia e exploração dos recursos subterrâneos, incluindo o aproveitamento hidráulico, minérios e ferrarias. Mencionámos a produção industrial e indústrias do concelho de Mirandela. Aludimos a circulação e distribuição de produtos, vias de comunicação, transportes, estruturas de apoio aos viajantes, comércio, feiras e mercados no concelho de Mirandela, mercadorias, pesos e medidas.

No Capítulo V referimos a sociedade com sua população e grupos sociais. Aludimos o clero secular, igreja matriz, paróquia de Santa Maria de Mirandela e propriedade da igreja. Aludimos o clero regular, propriedade e assistência do Mosteiro Eclesiástico da Santíssima Trindade e da Santa Casa da Misericórdia em Mirandela. Apresentámos a nobreza, famílias nobres de Mirandela no século XVIII, oligarquia urbana, senhores do concelho de

Mirandela, apelidos das famílias de senhorios e morgadios de Mirandela. Aludimos o povo, os judeus, as relações entre grupos sociais, a vizinhança e tensões sociais interconcelhias. Expomos a conclusão, seguida da Bibliografia.

Apresentamos em apêndices mapa das quantidades e preçários dos produtos de Mirandela; mapa da População Activa do concelho; mapa do castelo, muralha e outros dispositivos associados da muralha de Mirandela e no final apêndices documentais - *Memórias Paroquiais* de 1758, por ordem alfabética, das freguesias que fizeram parte do concelho de Mirandela no século XVIII.

NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO

Manteve-se a ortografia original, eliminando apenas as maiúsculas indispensáveis e acrescentámos outras no início das respostas.

Nas certidões dos documentos, substituíram-se o *u* por *v*, o *j* com valor de *i*, o *c* com valor de *ç*.

Desligaram-se as palavras de acordo com as suas formas normais.

Desdobraram-se as abreviaturas.

Na pontuação, acrescentámos algumas vírgulas, ponto e vírgula, e ponto final para melhor compreensão do texto.

Acentuaram-se de um modo geral as palavras agudas polissilábicas.

Nos índices os nomes gráficos de pessoas e localidades foram escritos com a grafia actual.

Incluiu-se dentro de () a reconstituição de letras e palavras ilegíveis ou omissas no documento.

AGRADECIMENTOS

O meu reconhecimento vai em primeiro lugar para o meu orientador, Professor Doutor Humberto Baquero Moreno pela amizade, incentivo, apoio e disponibilidade.

Dirijo igualmente as minhas palavras de gratidão ao Presidente Câmara Municipal de Mirandela Dr. José Silvano pela amizade e disponibilidade.

O meu agradecimento pela simpatia e disponibilidade estende-se a:

Dr.^a Cláudia Canavez da Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal de Mirandela;

Dr. Rui Fernando Moreira Magalhães – Presidente da Junta da Freguesia de Mirandela.

Luís Filipe Ferreira da Silva do IAN/TT.

Engenheira Laura Martins da Direcção Regional da Agricultura do Norte sediada em Mirandela.

Sr. António Gonçalves da Biblioteca Pública de Braga.

Sr. Paulo Costa funcionário da Biblioteca Lúcio Cordeiro de Braga.

O meu mais sentido bem-haja vai para os meus filhos João Filipe Fernandes Branco, Júlio César Fernandes Branco (entretanto falecido), Pedro Miguel Fernandes Branco e meu marido Fernando António Branco, pelo incentivo, apoio, disponibilidade, compreensão e dedicação.

CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DE MIRANDELA

*Um Reino Maravilhoso
(Trás-os-Montes)*

Começa logo porque fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos.

(...) A autoridade emana da força interior que cada um traz do berço.

(...) Para cá do Marão, mandam os que cá estão!...

Sente-se um calafrio. A vista alarga-se de ânsia e de assombro.

Um mundo! Um nunca acabar de terra grossa, fragosa, bravia, que tanto se levanta a pino num ímpeto de subir ao céu, como se afunda nuns abismos de angústia, não se sabe por que telúrica contrição.

Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós?

Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico porque o nune invisível ordena: - Entre!

A gente entra e já está no Reino Maravilhoso.

Miguel Torga - *Portugal*⁴⁶

⁴⁶ TORGA, Miguel – *Portugal*, 5.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1986, pp. 27-30.

1. Localização Geográfica

Mirandela fica situada na “*região isolada e isolante (...) da província transmontana*” (...)⁴⁷.

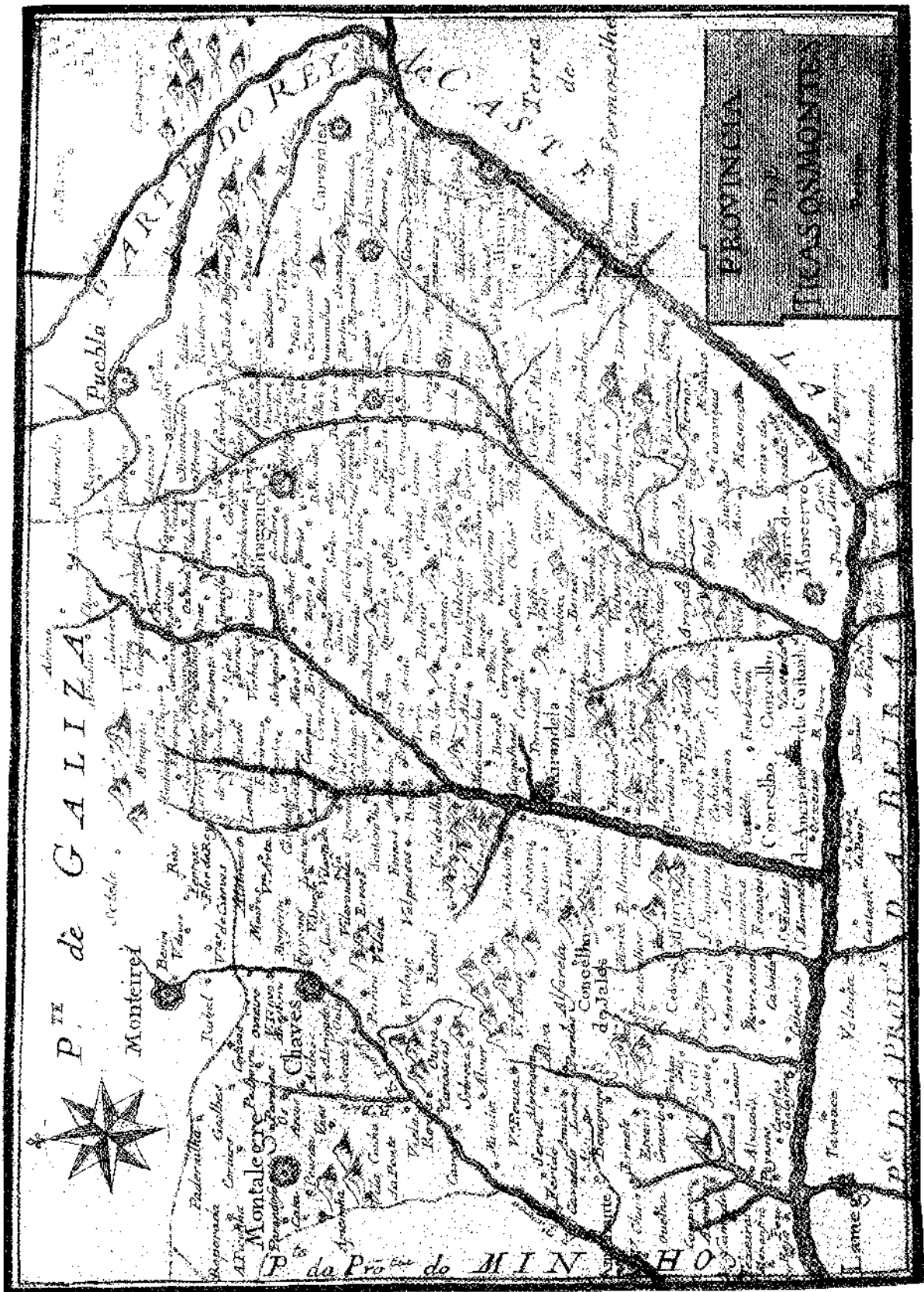
A Província de Trás-os-Montes era inicialmente limitada a Norte pela Espanha, a Oeste pela província do Minho, a Sul e Sudeste pelo Rio Douro. Posteriormente houve uma alteração na fronteira do Sul com a integração da região da esquerda do Douro. As montanhas que se estendem de Norte a Sul, nomeadamente a partir do Gerês, passando pela Cabreira, Alvão e Marão isolam a província de Trás-os-Montes do Minho provocando uma enorme diferença de paisagem, clima, culturas, etc.

O relevo tem grande importância nas zonas húmidas e secas de Trás-os-Montes, assim como nos vales do Douro e dos seus afluentes. É muito seco no Verão, atinge altas temperaturas e escassas chuvas. Quando os ventos sopram do Oeste como acontece no Inverno, o Norte recebe muita chuva. Quando surgem anticiclones subtropicais com o céu límpido e se estende a toda a província durante o Verão, as chuvas escasseiam⁴⁸.

⁴⁷ GIRÃO, Amorim – *Geografia de Portugal*, 2.ª ed., Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1949, p. 386.

⁴⁸ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p.

Ilustração N.º 1 – Mirandela na Província de Trás-os-Montes



Fonte: CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Demarcação da Província de Trás-os-Montes*, ADVR, 1796.

No que concerne a Mirandela, esta localiza-se no se no centro de Trás-os-Montes e fez parte dos 12 concelhos do Distrito de Bragança. Alonga-se de Norte a Sul pelos vales dos Rios Tuela e Rabaçal que se unem dando origem ao Rio Tua. É limitada a Este pela serra de Bornes; Oeste pela Serra de Paços; Sul pelo planalto de Vila Flor; Norte pelos rios Tuela e Rabaçal.

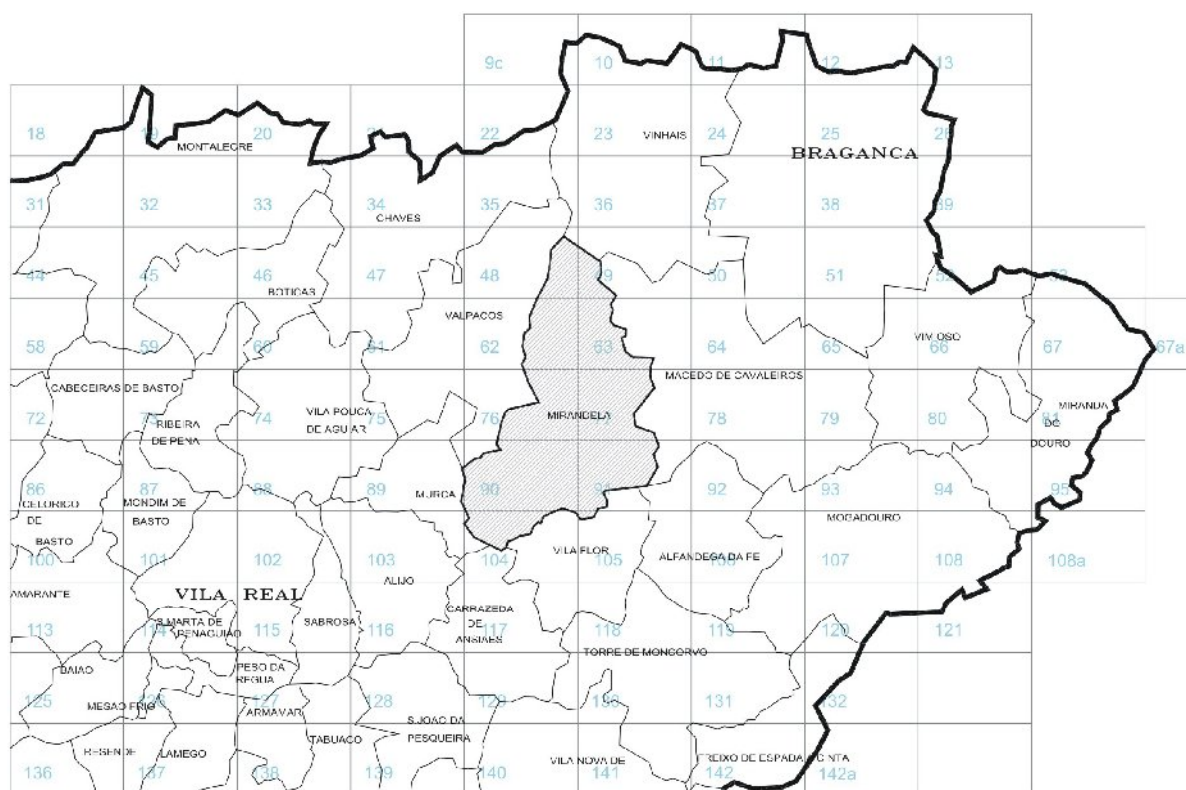
Em termos de coordenadas está situada a uma latitude de 41° 18' Norte, uma longitude 7° 11' (Greenwich) e uma altitude de 250m⁴⁹.

Localizada de forma privilegiada num vale rodeado de elevações, o seu concelho que abrange uma área de 653, 80 quilómetro quadrados confina a Norte com o concelho de Vinhais; Nordeste e Este com o de Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé; Sudeste com o de Vila Flor; Sul com o de Carraceda de Ansiães; a Sudoeste, Oeste e Noroeste com o de Murça e Valpaços.

É constituído por 105 aldeias agrupadas em 37 freguesias, abrangendo uma área total de 67408 ha. Insere-se nas Cartas Militares (escala 1:25 000) dos Serviços Cartográficos do Exército, n.º 48, 49, 62, 63, 76, 77, 90, 91, 104 e 105 (Carta do Exército, fig. 1).

⁴⁹ Mirandela situa-se a uma latitude de 41° 18' Norte, a uma longitude 7° 12' Oeste (Greenwich) e a uma altitude de 250 metros (COSTA, Américo – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular...*, vol. III, Porto: Civilização, 1929, p. 81.)

Ilustração N.º 2 – Localização e centralidade do Concelho de Mirandela na Província de Trás-os-Montes



Fonte: Cartas Militares de Portugal – n.º 48, 49, 62, 63, 76, 77, 90, 91, 104 e 105 dos Serviços Cartográficos do Exército (1/25000).

2. Caracterização Física

No tocante à topografia do concelho de Mirandela, é em geral suavemente ondulada, formada por vários planaltos, muitas encostas originadas pelas linhas de água. A topografia de Mirandela apresenta-se diversificada, devido talvez à peculiaridade da constituição do solo e rede apertada dos cursos hidrográficos. Entre as terras mais elevadas, encontra-se uma depressão com altitudes de 400 a 500 metros originada pelo gradual abaixamento do solo na vertente da confluência do Rio Rabaçal e Tuela. O centro desta bacia é ocupada pelo vale de Mirandela, sendo 250 metros o seu ponto mais baixo. O vale do Rio Tua é aberto, constituído por depósitos de vertente, é pouco fundo e levemente inclinado desde o rio até à cota de 300 metros. O solo vai subindo gradualmente através do termo de Valpaços até ao sistema montanhoso da Padrela. A Norte e Oriente, serras em redor de Mirandela preservam-na dos ventos continentais. A morfologia do concelho é marcada por uma depressão, que vai aumentando na vertente Norte em altitude de 300 metros, delimitado pela Serra de Passos a Poente, Serra de Bornes a Nascente e pelo planalto de Vila Flor a Sul. Vai gradualmente aumentando para Norte, não ultrapassando os 600 metros. A Serra de Bornes atinge os 800 metros de altitude e inclui-se no município de Mirandela apenas parte da sua vertente, que gradualmente vai aumentando de altitude para Norte⁵⁰.

A Noroeste e Norte entre Vale de Salgueiro, Bouça, e Agueira até Torre Dona Chama, bem como em todo o extremo norte do concelho distribuem-se os afloramentos de natureza granítica juntamente com o xisto. Uma outra mancha rochosa estende-se até Sul de Romeu, próximo de Vale de Asnes. A ampla bacia do Rio Tua está rodeada de planaltos com rebordos entre 700 e 800 metros de altitude de onde se desce primeiro de forma brusca, depois progressiva até 200/250 metros ao nível do Tua⁵¹.

⁵⁰ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, pp. 25-26.

⁵¹ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 36.

No que concerne à caracterização hidrográfica do Concelho de Mirandela, o rio Tua é fundamental, pois recolhe as águas dos seu três principais afluentes, nomeadamente Tuela, Rabaçal e Ribeira de Carvalhais. Há ainda linhas de água menos significativas que correm por quase toda a parte do concelho.

Acima de Mirandela os rios Tuela e Rabaçal reúnem-se e originam o rio Tua. Na sua margem esquerda recebe a Ribeira de Carvalhais que nasce na serra de Bornes, sendo o quarto curso de água mais importante do concelho.

Em 1548, João de Barros aludia-o: “Logo adiante (da vila de Lamas de Orelhão) está o Rio Tua que hé grande e se vai meter no Douro, junto ao qual está a vila de Mirandela, com sua ponte muito boa e comprida que não há muito se fez;...”⁵² O rio Tua foi a principal razão de ser da antiga vila de Mirandela. Nasce na Galiza, na Serra da Cabreria, Província de Valladolid, denominado em Espanha por Rio Tuela. Inicia o seu curso em Portugal na freguesia de Moimenta de Trás-os-Montes, passa pelas proximidades de Paçó a Sudoeste de Vinhais, a Oeste de Ervedosa e Torre D. Chama. Segue na vertente Sul passa por Formigosa. Ao pé de Chelas junta-se-lhe o rio Rabaçal e após esta junção passa a designar-se por rio Tua. Espraia-se por Mirandela com uma ponte em granito do século XVI⁵³ com dezanove arcos redondos e em ogiva. Continua para o extremo da antiga vila de Frechas e vai activar a economia do Cachão. Segue depois no sentido Sudoeste e corre para Vilarinho das Azenhas até às proximidades de Abreiro. Desloca-se seguidamente percorrendo o sopé do cabeço onde está implantada a povoação de Riba Tua e vai desaguar ao Rio Douro junto da freguesia de Foz Tua. É indispensável para rega dos vales de cultivo agrícola que envolvem Mirandela. Não era navegável devido ao razoável número de açudes e fragas que contem ao longo do percurso. Era conhecido, que nas margens do rio pertencentes à vila e em outros pontos do concelho foi em tempos longínquos extraído ouro nas suas areis por indivíduos vindos de Coimbra com mecanismos apropriados para o efeito. As águas eram puras, livres, podendo cada um tirar delas o proveito que

⁵² BARROS, João de – *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Cód. 549, 1548, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, pp. 67v e 68; ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

⁵³ BARROS, João de – *ob. cit.*, pp. 67v e 68.

quisesse, com excepção nas pertencentes ao donatário a quem tinham de pagar⁵⁴.

Os seus afluentes da margem direita no termo do concelho de Mirandela são os rios Rabaçal e Tuela.

O rio Rabaçal ruma normalmente em direcção a Sul antes de se lhe juntar o rio Mente. Segue depois na vertente Sudoeste até receber o rio Torto. A três quilómetros acima de Mirandela junto da freguesia de Chelas segue a direcção Sueste e entra no Tuela⁵⁵. Corre em vale profundo desde a fronteira e após a travessia da região granítica que se estende até Valpaços as suas vertentes tornam-se mais largas⁵⁶.

O rio Mente tem a sua origem na Galiza, divide o concelho de Vilar Seco de Lomba da referida região do concelho de Monforte, indo desaguar ao rio Rabaçal. O Tuela nasce na Serra de Sanábria na Galiza, no lugar de Chãos. Entra em Portugal no lugar de Moimenta e dividia no século XVIII as jurisdições de Bragança e Vinhais. Conserva este nome até se juntar ao Rabaçal, no lugar de Chelas como já foi referido⁵⁷. A partir daqui passa a denominar-se por rio Tua. Corta a zona montanhosa por um vale estreito e profundo, tornando-se mais amplo no termo de Mirandela. Por sua vez o rio Torto nasce no concelho da vila de Chaves e entra no Tuela acima de Mirandela. A Ribeira de Carvalhais ou de Lobos entra no Tua pela margem esquerda. Tem a sua origem na Serra de Bornes. Ao entrar no concelho de Mirandela banha a freguesia de Carvalhais e aldeia anexa de Vila Nova das Patas. No subúrbio de Mirandela recebe a linha de água da Ribeira de Mourel ou Mercê⁵⁸.

Toda esta rede hidrográfica dava origem a terras férteis que ladeavam estas ribeiras e rios, o que provocava interesse de muitos povos.

Relativamente ao clima, em 1796, Columbano Ribeiro de Castro escrevia sobre o clima de Trás-os-Montes: “O Clima é áspero e desabridos invernos por causa dos grandes frios, neves, gelos, e excessivo calores, falta

⁵⁴DIAS, Eusébio Esteves - *Mirandela*, D. G., 1758, vol. 23, mem. 156, mf. 456, fls. 1033-1034.

⁵⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 69.

⁵⁶ CARVALHO, L. S. C. *Hidroprojecto*, C.M.M., Mirandela, s/d.

⁵⁷ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Descrição da Provincia de Tras-os-Montes, suas Comarcas e População*, feita no anno de 1796, BPMP, mans. 186.

⁵⁸ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, 1758, fls. 1033.

de água, sujeitos a trovoadas, porem é saudável e quase nunca há epidemias, é ardente, os ares são puros e não há águas estagnadas ou montuxos que as inquinem, ha abundância de frutos sucosos suppre a falta de agua⁵⁹...”

Inserese na Terra Quente do Nordeste Transmontano e no tocante a condições climáticas no que se refere à temperatura possui clima temperado e moderado, quanto à humidade pertence ao grupo de climas secos. Relativamente à precipitação é moderadamente chuvoso. Tem invernos suaves e desde finais de Novembro até início de Março com ocorrência de geadas⁶⁰.

A vegetação “natural” de um território revela os seus solos, orografia e clima. Ora, o quase total desaparecimento da mata primitiva e a degradação da mesma, leva a que, entre nós os esforços para reconstituir o que terá sido a vegetação “natural” se tenham baseado sobretudo na pesquisa de restos dessa flora nalgumas vertentes mais abruptas, verifica-se que a paisagem praticamente se mantém, apesar de em Mirandela ter havido uma evolução notória nas infra-estruturas rodoviárias que lhe alteraram a estrutura do antigo território⁶¹.

A flora natural está de acordo com o clima, mas também dependente do tipo de solo e forma como o homem alterou as condições florísticas e ecológicas⁶².

As plantas comuns ao Mediterrâneo e Europa Ocidental média misturam-se e o clima mediterrâneo com verão alongado reflecte-se na vegetação de duas formas: na repartição de certas espécies de plantas que têm maior necessidade de calor e secura e desenvolvem-se nas terra de baixa altitude e vales abrigados, contando-se neste caso as plantas carnudas, como

⁵⁹ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *Documento do Columbano Ribeiro de Castro, 1796, Oferta do autor a José de Seabra da Silva em Lisboa, 8 de Janeiro de 1797, O Juis Comissario da Divisão das Comarcas e Districtos da Provincia de Tras-os-Montes, Columbano Ribeiro de Castro, ms. 908, p. 7.*

⁶⁰ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991 p. 14 e 16.

⁶¹ Este progresso na rede rodoviária ocorreu principalmente na última década do século XX e aproximam Mirandela de toda a região nortenha, criando-lhe condições para maior desenvolvimento. In GASPARD, Jorge de – *As Regiões Portuguesas*, Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, 1993, p. 3.

⁶² RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa: João Sá da Costa, 1991, p. 17.

a figueira da Índia adaptada e inseparável de certas paisagens⁶³, neste caso da Terra Quente, que se estende por território do concelho abaixo dos 500-400. Desenvolve-se também neste nível o carvalho negral, a flora lenhosa: giesta, arçã ou rosmaninho, urze, esteva, carqueja, fojos; plantas duras: loureiro e medronheiro; perfumadas: alecrim, tomilhos e alfazema; bolbos: abróteas⁶⁴: Todas estas espécies se desenvolvem no concelho de Mirandela, acrescida da vegetação natural dominante no Tua e Douro Superior em altitudes de 500 metros como o castanheiro bravo, azinheira, zimbro, zambujeira, cornalheira, carrasco, lentisco e piorno. Nas zonas ribeirinhas cresce o freixo, salgueiro, choupo, amieiro e ulmeiro⁶⁵. Fazem também parte das plantas mediterrâneas naturais ou bravas a oliveira, amendoeira, laranjeira, figueira e mais rara a videira⁶⁶. A vegetação natural invasora e infestante é a acácia e mimosa (muito abundantes em Mirandela), ailanto e sumagre, esta muito cultivada no século XVIII na sub-região da Terra Quente para a indústria de curtumes⁶⁷.

Também algumas espécies de vegetação natural de clima mediterrâneo abundam nas regiões do interior do país como neste caso, onde se desenvolvem algumas árvores e arbustos de folha sempre verdes: de folha perene como o sobreiro, o carrasco, a azinheira; o pinheiro manso, a urze branca, o medronheiro, a aroeira, o loureiro, o lentisco, a gibeadeira, o aderno, o loendro, o rodoendro, a cana, o loendro e uma série de cistos em povoamentos de alecrim, de esteva, de alfazema, de tomilhos e de rosmaninhos em terrenos secos. As brenhas de vegetação espontânea são também muito vulgares nesta região em que aparecem diversas plantas misturadas, como a giesta, esteva, urze e medronheiro⁶⁸.

⁶³ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed. Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 47-48.

⁶⁴ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 102-103.

⁶⁵ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 23; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Câmara Municipal de Mirandela, Porto: Humbertipo, 2001, p. 194.

⁶⁶ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 48.

⁶⁷ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 21.

⁶⁸ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 48-49.

2.1. Concelho de Mirandela

No segundo quartel do Século XVI o concelho de Mirandela era constituído pela vila e quarenta e quatro lugares⁶⁹.

Ao longo do século XVIII fomos tendo informação toponímica, mais concretamente para os anos de 1706⁷⁰, 1758⁷¹, 1796⁷² e 1798⁷³ onde verificámos que o grosso das aldeias se mantêm, com excepção de Carvas, Valbom Pitês, Vale de Freixo, Vila Nova, e Vila Verde de Prata, que acabaram por ser anexadas a outras aldeias. Porém, com o crescimento do concelho em 1706 deparámos com nomes lugares como Barca, Choupim, Choreense, Mourel, Vale de Freixo, Vale de Lobo e Vale de Madeiros.

Vale Bom de Meadas no início do século XVIII surge apenas com Vale Bom.

O lugar de Trindade que em 1706 e 1758 pertencia metade ao concelho de Vila Flor, com a nova demarcação da Província de Trás-os-Montes por Columbano Ribeiro de Castro, em 1796 passou definitivamente para Vila Flor por lhe estar mais perto⁷⁴. Com esta nova demarcação, Bronceda e Golfeiras do concelho de Lamas de Orelhão foram anexadas ao concelho de Mirandela

⁶⁹Em 1530 o concelho de Mirandela inseria a vila e as aldeias de Abambres, Açoreira, Ala, Alvites, Avetos, Brinço, Cabanelas, Caravelas, Carrapatinha, Carvalhais, Carvas, Cedães, Cedainhos, Chelas, Contins, Cotas, Freixeda, Freixedinha, Gorivanes, Lama de Cavalo, Mascarenhas, Miradeses, Mirandela, Mogrão, Paradela, Pousadas, Quintas, S. Salvados, Valbom Pitês, Vale Bom de Meadas, Vale de Couço, Vale de Juncal, Vale de Lagoa, Vale de Martinho, Vale de Meões, Vale de Prado Ermo, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas, Vale de Freixo, Vale de Sardão, Valbom, Vila Nova, Vila Verde da Prata, Vilar de Ledra, Vimieiro. BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo de – “Povoação de Trás os Montes no Século XVI”, *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, Of. Tip. – Calçada do Cabra, 1909, vol. VII, pp. 241-290.

⁷⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, pp. 395-402.

⁷¹ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, p. 1035, mf. 456.

⁷² ADB - CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa do estado actual da Provincia de Tras os Montes feito no anno de mil setecentos e noventa e seis pelo Bacharel, juiz commissario da sua demarcação conforme as informações dadas pelas camaras, juizes da terra e Parocos*, ms. 908, p. 101.

⁷³ MANIQUE, Pina – *Censos de Pina Manique*, 1798, Braga: BPB, p. 109.

⁷⁴ ADB, CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes, feita no ano de mil setecentos e noventa e seis pelo Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juiz commissario desta divisão, conforme o disposto na lei de mil setecentos e noventa, alvará de mil setecentos e noventa e dous, e resolução de V. Magestade de mil setecentos e noventa e três, havendo atenção às representações das Camaras e Ministros informante*, ms. 908, p. 37-38; (MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, pp. 583-584.)

por lhe estarem muito próximas⁷⁵. Foi-lhe ainda incorporada a povoação de Romeu da vila dos Cortiços com suas anexas Vale de Couço e Vimieiro; vila de Sezulfe com as sua aldeias de Vale Pradinhos, Suções, Choreense e Carvas; vila de Vale de Asnes com seu termo⁷⁶.

Além das freguesias atrás mencionadas, Mirandela tinha anexas outras aldeias ou pequenos povoados, que ajudaram a engrandecer o concelho.

3. A Toponímia

Existem diversas versões relativas ao topónimo de Mirandela.

Segundo a tradição foi fundada pelo *emir* – Árabe Orelhão que habitava na Serra de Santa Comba e dominava toda esta região. Por se encontrar em frente dessa serra a denominou por “Á Mira dela”, evoluindo posteriormente para Mirandela, o que parece não ser aceitável por o vocábulo e etimologia não serem árabes. É diminutivo de Miranda, o mesmo que Mirandinha, “pequena miranda”, por ser digna de ser observada, admirada pelo seu aspecto geral de beleza⁷⁷. É possível que esta lenda seja conhecida do povo há séculos e se foi transmitindo de geração em geração. Em “Memórias Paroquiais” (1758) de Lamas de Orelhão refere a Serra de Orelhão.

De acordo com as mesmas memórias, D. Dinis mandou dar-lhe o nome de Mirandela, diminutivo de Miranda, por haver entre ambas muita semelhança

⁷⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, pp. 33-34.

⁷⁶ ADB, CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes, feita no ano de mil setecentos e noventa e seis pelo Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juiz comissario desta divisão, conforme o disposto na lei de mil setecentos e noventa, alvará de mil setecentos e noventa e dous, e resolução de V. Magestade de mil setecentos e noventa e três, havendo atenção às representações das Camaras e Ministros informante*, ms. 908, p. 37-38. in MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, pp. 583-584.

⁷⁷ LEAL, Pinho – “*Portugal Antigo e Moderno*”, *Dicionário Geográfico*, Lisboa: Liv. Ed. de Mattos Moreira, 1873-1890, vol. 8.º, p. 336; ALEIXO, José Maria – “Mirandela”, *Revista Lusitana*, Porto: Livraria Portuense, 1916, n.º XIX, p. 138; FERREIRA, Pedro Augusto – *Tentativa Etymológica – Toponymica*, Porto: Typographia Mendonça, 1915, vol. III, p. 390.

no seu aspecto geográfico: Mirandela fica sobranceira ao rio Tua, como Miranda ao Douro⁷⁸.

Outros autores tais como Joaquim Viterbo e Francisco Manuel Alves defendem haver mais probabilidades da sua etimologia derivar de Mira e Miradouro, correspondendo a atalaia⁷⁹, viso, facho, etc., situado em lugar elevado em povoações próximas da fronteira que apontam para a existência de um ponto militar no primitivo local de origem, destinado a vigiar, verificar e escutar o inimigo. O resultado colhido nestas operações eram transmitidos a outros pontos congéneres através de sinais luminosos pelas “Companhias do Facho”, composta por militares responsáveis pela guarda do “Facho” e arranjo de combustível para fazer os sinais⁸⁰.

Mirandela parece ser também diminutivo da forma verbal *miranda*, utilizada na Península para denominar localidades. Era normal no português arcaico formar o diminutivo de vocábulos com a oposição do sufixo antigo “éla”, que neste caso originou o topónimo Mirandela⁸¹.

⁷⁸ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., 1758, vol. 23, mem. 156, mf. 456, fol., 1032.

⁷⁹ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*, 1.^a ed. Crítica, Porto: Civilização, 1983, 1.º vol., pp. 30-31; VASCONCELOS, Leite de – “Lições de Philologia”, *Revista Lusitana*, Porto: Livraria Portuense, 1916, n.º XIX, p. 138.

⁸⁰ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, T. X, p. 131.

⁸¹ A Serra de Orelhão foi aludida em *Memórias Paroquiais* (1758) de Lamas de Orelhão por José Ferreira Macedo, D. G., 1758, vol. 19, mem. 39, mf. 328, p. 201; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 11.

CAPÍTULO II – A PAISAGEM RURAL

1. Os Edifícios

Por norma as casas espelham as circunstâncias da paisagem rural e são factores importantes para quem estuda a economia social, uma vez que expressam os sinais exteriores económicos das populações⁸². As habitações são mistas muitas vezes como unidades de poupança⁸³, reflectindo uma adequação ao meio que as rodeia, não esquecendo os materiais com que são construídas. Em Trás-os-Montes o casario rural agrupava-se, estratégia adoptada pelos moradores das freguesias para sua defesa⁸⁴ e a casa da vida rural era um reflexo da economia agrícola⁸⁵. Era comum serem rectangulares e telhado de duas águas, constituídas de 1.º andar onde eram guardados os haveres móveis. O rés-do-chão era térreo, separado por paredes, ou tabiques, onde se encontrava o celeiro, adega e curral. As mais antigas encontravam-se mais ou menos pegadas umas às outras ao longo das ruas, havendo no entanto algumas separadas por reduzido espaço⁸⁶. O piso superior constava de duas ou três janelas, abaixo das quais se abriam óculos, para iluminar e arejar os lugares onde se encontravam armazenadas as provisões⁸⁷.

Em determinadas povoações da Província de Trás-os-Montes, confiavam tanto uns nos outros, que não havia uma única casa que na porta da

⁸² SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. I, pp. 71-72; PEIXOTO, Rocha – *Etnografia Portuguesa (obras completas)*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, p. 158.

⁸³ OLIVEIRA, João Manuel Pereira de – “Para uma classificação Tipológica de Casa Rural”, in *Trabalhos de Geografia e História*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1975, p. 433; VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, vol. VII p. 190; BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal, o Caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrontamento, 1994, p. 28.

⁸⁴ PEIXOTO, Rocha – *Etnografia Portuguesa (obras completas)*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, pp. 153, 166 e 157; VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, vol. VII, p. 178.

⁸⁵ OLIVEIRA, João Manuel Pereira de – *ob. cit.*, p. 433.

⁸⁶ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa: Editora Presença, 3.ª ed., 1984, pp. 57-58 e 60; RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Livraria Sá Costa, 1998, pp. 92-93.

⁸⁷ PEIXOTO, Rocha – *ob. cit.*, p. 158.

entrada tivesse fechadura, mas sim caravelha e raposa⁸⁸ e era normal ficar sempre encostada.

Em Valtelhas, uma freguesia do concelho de Mirandela, a casa tradicional era constituída por rés-do-chão e 1.º andar. Era pequena e com poucos quartos, apesar das famílias do Nordeste transmontano serem normalmente numerosas.

No rés-do-chão situava-se o *curral*, onde se guardava lenha, estrume e servia para a criação de suínos, no inverno para guarda de gado. No interior do curral havia um espaço destinado ao *cabanal*, para arrumações, coberto e aberto à frente para guarda do carro de madeira e alfaias agrícolas. Era também neste piso que se encontrava a adega, forno, despensa, palheiro e quintal. Uma escada exterior dava acesso ao primeiro andar com sala, e quase sempre com três quartos e cozinha. Uma varanda coberta ia de ponta a ponta. A cozinha era o compartimento mais importante, onde por vezes se dormia. Constava de lareira e em frente o *escano*, banco grande de encosto atrás e dos lados. Sobre a lareira pendia a corrente em ferro onde se pendurava a caldeira para a *lavadura* para os suínos e *boberagem* com farelo para os animais de trabalho. Atrás da lareira encontrava-se o *strafagueiro* ou *murilho* em ferro com dois ferros voltados para cima. Ao lado o espeto de mexer o lume. Em redor da lareira estavam os bancos individuais. Ao lado estava o louceiro em madeira para expor os pratos, malgas e copos. Ao lado o lançador de água onde se encaixavam os cântaros de barro e lata. Próximo do soalho havia um prateleira onde se colocavam as caldeiras de cobre assentes em rodilhas de colmo entrançado onde se guardavam os restos de comida para os porcos. Os alimentos eram cozinhados ao lume em panelas de ferro de três pernas⁸⁹.

O protótipo de casa do pequeno e médio agricultor do concelho de Mirandela e de todo o Nordeste Transmontano era construída em xisto ligado com adobe⁹⁰, planta quadrada, telhado de uma, ou duas vertentes, janelas

⁸⁸ VASCONCELOS, José Leite de – *ob. cit.*, p. 190.

⁸⁹ VASCONCELOS, José Leite de – *ob. cit.*, pp. 182-183.

⁹⁰ Adobe, mistura de barro amassado com palha e seco ao sol, usado em construções de pedra nos muros de casas, currais, caminhos, pontes, abrigos para o gado e guarda de colheitas; (RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 92.

envidraçadas, caiada de branco ou de amarelo escuro⁹¹, com um número diminuto de quartos. Era constituída por rés-do-chão com entrada independente e normalmente com loja coberta de palha destinada aos animais de trabalho e guarda das alfaias agrícolas, tulhas em madeira par guarda dos cereais, compartimentos para preparação da cozedura de pão, arca salgadeira em madeira, espaço para guarda de batatas e frutos, talhas do azeite e das azeitona, pio e lagar⁹². Dava acesso ao primeiro andar uma escadaria exterior em xisto, que terminava numa varanda da mesma rocha coberta com o prolongamento do telhado e terminada em madeira com serventia para arrumo de lenha, seca de amêndoa, frutos e cereais, debulha de legumes e outros produtos comestíveis⁹³. Junto e ao lado da porta da entrada da casa era comum construir um *peal* ou *poial* em pedra para se sentarem à fresca nas horas de descanso da faina agrícola, à tarde pelo calor. É esta a arquitectura dominante da casa, existindo no entanto algumas variantes de acordo com o relevo, e localidades. No primeiro andar situava-se a cozinha, a sala e os quartos. A fachada principal tinha uma varanda em madeira corrida de ponta a ponta. Tinha poucas aberturas, contando apenas com abertura na fachada principal e atrás pequenas janelas. A cobertura era em telha vã. As mais modestas não tinham chaminé e o fumo saía pelas aberturas do tecto sem forro de madeira. No exterior e atrás da casa havia um quintal para produção de hortaliças, legumes e algumas árvores de fruto. Ao lado situava-se o curral coberto com palha ou telha onde era guardado o carro de bois e outros instrumentos de grande porte necessários ao cultivo da terra. Seguia-se o cortelho do porco com uma pia esculpida em granito, onde era despejada a vianda para alimentação do suíno. A casa incluía também uma capoeira para galináceos que antigamente deambulavam livremente pelo povoado. Uma das paredes tinha rasgada com uma pequena abertura para os mesmos saírem ao romper da aurora e entrarem quando quisessem, normalmente para porem ovo

⁹¹ ALEIXO, José Maria – “Mirandela”, *Revista Lusitana*, 1916, n.º XIX, pp. 138-140.

⁹² RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 92; BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal, o Caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrontamento, 1994, p. 28; OLIVEIRA, Aurélio de – *A Abadia de Tibães, 1630/1680-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Porto, 1979, 2 vols. (tese de Doutoramento policop.), pp.163-164.

⁹³ ALEIXO, José Maria – *ob. cit.*, pp. 138-140.

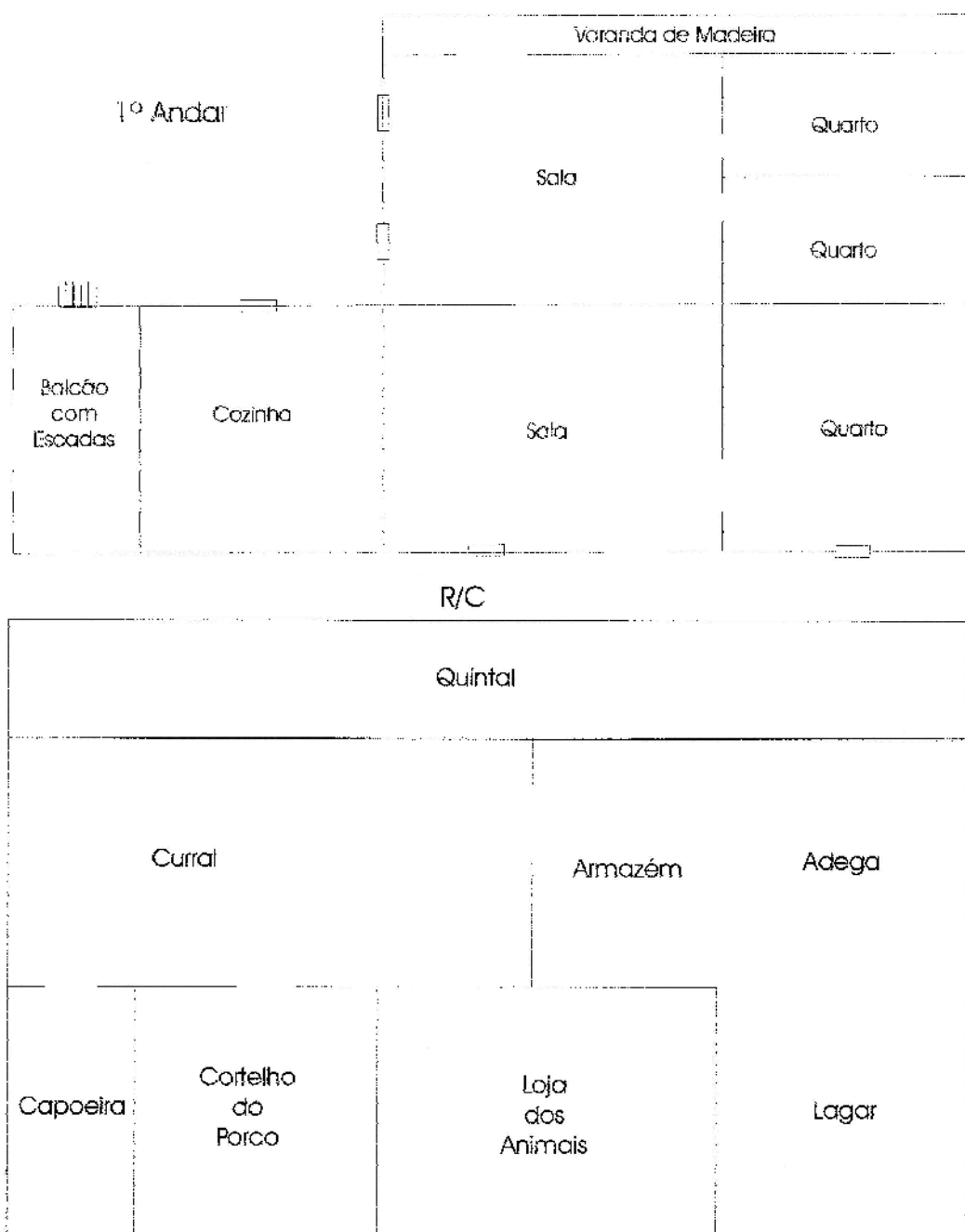
e dormirem cedo nos poleiros em madeira que havia no seu interior. Os trabalhos de interesse comum, levaram aos agrupamentos de habitantes neste tipo de aldeias compactas ou habitat aglomerado construídas em torno da igreja matriz da freguesia e da praça ou largo, onde se juntavam para conviverem, com eira, moinho do povo, o forno e o lagar. Em torno da aldeia situavam-se os campos abertos submetidos ao afolhamento e destinados a pasto do rebanho colectivo de ovelhas, cabras, vacas e porcos. Em seu redor situavam-se as hortas e cortinhas muradas, mais distantes os campos abertos despovoados⁹⁴.

Quando os lavradores e proprietários mais abastados possuíam relevante património e posição social, o vocábulo casa era substituído por quinta⁹⁵.

⁹⁴ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 93-95.

⁹⁵ BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal, o Caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrontamento, 1994, p. 28; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – “Casas”, SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. I, p. 517. OLIVEIRA, Aurélio de – *ob. cit.*, pp. 163-164.

Ilustração N.º 3 - Planta Topográfica da Casa Tradicional do Nordeste Transmontano



Fonte: FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 356.

2. A Estrutura da Propriedade

No Nordeste Transmontano em que Mirandela se insere, havia em Setecentos os sistemas de propriedade rural por vinculação, emprazamento e alodialidade⁹⁶.

O sistema de vinculação resultou da conquista dos territórios na Península, em que os indivíduos se encontravam fortemente ligados à terra, com uma característica específica: eram propriedade do seu senhor, não obstante haver algumas limitações. Neste contexto, as estruturas económico-sociais apresentavam um carácter servil em que camponeses e alguns artífices que trabalhavam na terra dependiam do seu dono. Existia ainda frequentemente o vínculo morgado-capela⁹⁷, indivisível que se transferia na família em linha directa varonil ao filho primogénito. Havia também os baldios, maninhos e bens do concelho, que ocupavam a maior parte da área da província transmontana, e estes eram administrados pelo próprio município, ou então aforados de que recebia o respectivo foro. Eram uma reserva de mato, lenha e pasto que pertencia ao comunitarismo agrário⁹⁸.

Para além da propriedade comunal, existia a enfiteuse, de grande relevância na história das comunidades rurais. Fazia-se por emprazamento, a prazo e foro, em que o senhor donatário de uma propriedade designado por senhorio concedia a outro denominado por senhor útil, enfiteuta, caseiro ou foreiro o domínio útil dela, com reserva de domínio directo⁹⁹. Havia assim uma

⁹⁶ SOARES, R. de Morais – “Breves Considerações acerca das principais causas do atrasamento da nossa agricultura”, *Arquivo Rural*, 1858, vol. I, p. 395; COSTA, Mário Júlio de Almeida da – “Enfiteuse”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II, pp. 379-383.

⁹⁷ CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 73, 158-159, 338; MENDES, MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 27.

⁹⁸ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 111; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 85, 122, 195, 212, 213-232 e 293-294; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 73, 158-159, 338; MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 27; Secretaria dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, Seminário “Desenvolvimento para os Baldios, Baldios para o Desenvolvimento, Comunicações e Proclamações”, *Conferência Nacional dos Baldios*, Vila Real: UTMAD, 2001, p. 38.

⁹⁹ COELHO ROCHA – *Instituições do Direito Civil Português*, 4.^a ed., Coimbra: Livraria Jota Augusto Oral, 1852, T. 2, pp. 704-705.

convenção em que o proprietário da terra transferia para outro a sua exploração, mediante o pagamento de uma renda ou foro anual e opunha-se ao colectivismo agrário do século XVIII muito frequente em Trás-os-Montes. No sistema de propriedade por alodialidade, a terra era de livre disponibilidade, isenta, sem encargos, foros, vínculos, pensões, etc.¹⁰⁰.

Havia três tipos de propriedade: maninho - propriedade senhorial particular, cedido o seu uso a um determinado grupo de moradores do termo, mediante arrendamento ou doação de um foral; baldios - propriedade comum dos vizinhos ou moradores de certas povoações; bens do concelho - propriedades particulares dos municípios, sendo também seus administradores¹⁰¹.

A evolução na divisão da propriedade rural em Trás-os-Montes verificou-se ao longo dos anos devido aos terrenos situados nos vales fundos das ribeiras serem muito férteis, o que levou a que fossem muito desejados. A propriedade foi muito retalhada em pequenas parcelas de área reduzida, o que de uma forma geral contribuiu para que na região transmontana e principalmente no Alto Trás-os-Montes predominasse o minifúndio¹⁰².

Aqui, se algumas habitações se distribuíam separadamente, dispersas, sob a forma de quintas, outras encontravam-se concentradas. A propriedade não era vedada para os rebanhos poderem circular livremente no pastoreio. Este tipo encontra-se associado aos “campos abertos”, ligados a fenómenos naturais e sociais: pobreza dos terrenos, carência de chuvas, extensos terrenos de grande exploração, onde fosse possível reunir grandes rebanhos e não interromper as actividades laborais dos trabalhadores do campo¹⁰³.

A propriedade no Nordeste Transmontano no Setecentos encontrava-se muito dividida e a individual era constituída por um terço da colectiva. A

¹⁰⁰ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 27.

¹⁰¹ RODRIGUES, Manuel – *Os Baldios*, Lisboa: ed. Caminho, 1987, p. 20; MENDES, José Manuel Amado, *ob. cit.*, p. 26; CASTRO, Armando – “Baldios”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. I, pp. 277-282.

¹⁰² GIRÃO, Amorim – *Divisão da Propriedade Rústica*, Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1950, p. 14.

¹⁰³ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 63.

pequena e média propriedade agrícola ou estava pendente do regime senhorial ou era alodial. Extensas parcelas desta propriedade eram pertença dos concelhos. Havia também muitos terrenos incultos, mormente os montes para pastos de gado ovino e caprino¹⁰⁴, outros de pousio, a *folgar*, para serem novamente cultivados.

Quanto à propriedade colectiva existiam diversos tipos: montes, lameiros, matas, terras de sementeira, águas, animais (de cobrição), terras maninhas, moinhos, forno de cozer pão, prensas, forjas, lagares, edifícios públicos, etc.. Nela se praticava o colectivismo agrário transmuntano vindo do tempo dos aforamentos colectivos da monarquia. Os bens comunais pertenciam à comunidade e o seu rendimento era por ela desfrutado. A sua exploração fazia-se individual ou colectivamente. Parte era constituída por terrenos baldios de pastagens para o gado e encontravam-se ultrapassados devido à abundância de pastos em vias de regressão. Columbano Ribeiro de Castro em 1796 alude a existência de abundantes baldios na província transmuntana. Na segunda metade do Setecentos, diversos autores insurgem-se contra este sistema considerando-o de pouco rentável e uma violação ao direito privado. No último quartel do mesmo século os colaboradores das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências* e outros autores defendem o individualismo agrário e refutam o comunitarismo. Columbano Ribeiro de Castro aconselha o arroteamento dos terrenos incultos, aforamento dos baldios e bens do concelho, onde era necessário plantar mais árvores. Admite que deviam ficar alguns por aforar destinados a mato, lenha e pastos¹⁰⁵. Este tipo de propriedade comunal foi paulatinamente desaparecendo a favor da individual.

¹⁰⁴ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 67; PORTUGAL, Thomaz António de Villa Nova – “Memórias sobre a Cultura dos Terrenos Baldios que há no termo da Villa Nova de Ourém”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1791, T. II, p. 414.

¹⁰⁵ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa total da existencia da População das cidades, villas, concelhos, coutos, e honras da provincia de Tras os Montes*, Biblioteca Municipal de Porto, ms. 186, pp. 110-112; DIAS, Jorge – *Rio de Onor, Comunitarismo Agro Pastoril*, 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981, pp. 13-17.

Em Trás-os-Montes existem ainda vestígios da organização comunitária, principalmente nos lameiros e montes, onde os rebanhos, fatos, gado bovino e muar pastam, assim como o gado da comunidade local¹⁰⁶.

Incluía-se também na propriedade territorial os bens da Coroa, indivisíveis e inalienáveis, bens do rei – regalengos e bens da Igreja.

Alberto Sampaio estabeleceu uma relação entre a posse de terra e a sociedade, correspondendo a cada um dos prédios rústicos uma caracterizada classe¹⁰⁷. A *quinta* era constituída por diversos casais, composta de uma moradia de interessante arquitectura, cujo proprietário vivia normalmente na cidade ou na vila e a arrendava a um caseiro. Este interessava-se pelo seu desenvolvimento agrícola, investindo nela os lucros da profissão que exercia. Estavam anexados à quinta terrenos dispersos e lameiros para pastagem do gado. O *caseiro* era o arrendatário dos prédios rústicos ao ano, a meias ou ao terço (duas partes para o dono da terra e uma para ele). Cabia-lhe arrotear e tratar dos campos, fazer plantações, criar gado graúdo indispensável para estrume da terra e puxar a carreta. A *propriedade* era composta de uma casa térrea, com horta, e por vezes com um pequeno campo, curral para porcos, um espaço coberto para guarda das alfaias agrícolas, lenha e ou tudo aquilo que era preciso para o proprietário exercer a sua profissão. *Casal* era um tipo de exploração agrícola composta de parcelas de terreno para cultivo de cereais,

¹⁰⁶ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto: Editora Presença, 3.^a ed., 1984, pp. 13-17; PEIXOTO, Rocha – “Formas da Vida Comunitária em Portugal”, *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, T. I, pp. 75-77.

¹⁰⁷ SAMPAIO, Alberto – “Estudos da Economia do Minho”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 219. Sertório Pereira ao intervir no debate sobre a questão agrária apresentou a quinta como o tipo de exploração mais adaptado às “condições de um clima irregular e seco” e de “mercados restrictos e sensíveis às mais ligeiras oscillações da producção, (...) visto ser estrutura complexa e variavel” com potencialidades de ajuste às novas condições e de equilíbrio económico que os outros sítios não possuem (PEREIRA, Sertório do Monte - “*A produção agrícola. Notas sobre Portugal*”, Lisboa, 1908, vol. I, p. 132. A propósito da quinta veja-se entre tantas outras obras: CASTRO, Armando – *A evolução económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, Lisboa: Caminho, 1964, vol. II, pp. 40-41; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1986, pp. 76-80; GONÇALVES, Iria – “Da estrutura do casal nos fins da Idade Média”. *História e crítica*, 1981, nº 7, pp. 60-72.

vinha, prado para pastorear, bouça para lenha e madeira. Exigia um grande trabalho do casal, filhos, outros familiares, e amigos¹⁰⁸.

O vocábulo *casal* era também utilizado no século XVIII nos mosteiros com o sinónimo de património familiar de exploração agrícola. Eram terrenos emprazados, pela Igreja a caseiros, a cujo nome se acrescia um qualitativo para designar o sítio onde se situava. Posteriormente o casal identificava-se como um todo, constituído por casas, terras que podiam ser a prazo ou alodiais, com o património rural de exploração agrícola constituído por casas de habitação, construções para guarda de alfaias agrícolas, animais de trabalho e produtos da colheita. Nas imediações da casa localizava-se a eira, as leiras, havendo outras mais afastadas, os terrenos mais próximos da habitação e mais acima os terrenos de mato na encosta dos montes, os soutos de castanheiros¹⁰⁹.

O *casal* constava de habitação e junto desta as cortinhas normalmente muradas. Em redor da casa encontravam-se as *côrtes* ou *cortelhos*, recinto fechado com as construções ligadas à agricultura e estábulos para os animais. Junto da casa localizava-se o quintal ou a horta para produção de legumes e hortaliças, próximo ou por vezes distante quando o terreno era fértil situavam-se as *glebas*, para produção de legumes e plantas herbáceas. Os vales fundos e húmidos eram aproveitados para prados ou lameiro e as terras secas para cereal. Os terrenos situados na margem de rios eram denominados por *várzea*

¹⁰⁸ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 114 e 119. Surgindo da desagregação da “villa” romana o casal – termo correspondente na terminologia portuguesa ao “mansus” – emancipou-se e constituiu-se como tipo ideal de exploração camponesa e unidade de base de recepção de direitos, por parte do senhor, da Igreja e da Coroa. Correspondia à porção de terra considerada necessária ao sustento de uma unidade familiar adequada às capacidades de trabalho, mais a casa de habitação. A este respeito ver BLOCH, Marc- *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris : A. Collin, 1952, pp. 218-223; *Seigneurie française et manoir anglais*, Paris: A. Collin, 1967, pp. 37-42; DUBY, George – *L’économie rurale et la vie des campagnes dans l’Occident médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^a-XV^a siècles*, Paris : Aubier, 1962, vol. I, 94-97 e 109-113 ; GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça do século XI e XV*, Lisboa: Unversidade Nova, 1989, pp. 168-177; DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII Siècles*, Paris: Centro cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 339-348

¹⁰⁹ BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal, o Caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrontamento, 1994, pp. 25-28; “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. II, p. 72; MARQUES, A. H. de Oliveira - “Propriedade”, *História de Portugal*, 10.^a ed., Lisboa: Palas, 1982, vol. I, pp. 93-95.

e todos os terrenos cultivados por *campo*¹¹⁰. O *casal* era normalmente trabalhado pelo agregado familiar e podia ser acrescido com terras arrendadas. As *devezas* eram coutadas, onde perante determinado tributo era possível cortar lenha e caçar. Por exemplo, os moradores de determinados concelhos de entre Douro e Minho tinham permissão de aí irem cortar ramos para as ramadas. Quando cultivadas, um terço da colheita pertencia ao monarca¹¹¹. As *devesas* de carvalhos encontravam-se nas encostas dos montes, afastadas da habitação do *casal*, assim como os soutos de castanheiros¹¹².

Havia outras terras *reguengas* que o mordomo-mor dava à exploração aos moradores do concelho, recebendo a *offerção*. Eram denominadas *Vessadas* os campos, lameiros, e prados que se lavravam e cultivavam e a sua área correspondia a uma *geira de terra* (terreno que duas ou três juntas de bois costumavam lavrar num dia). *Senarias* eram terras cultivadas, a maior parte das vezes de cereais e de vinha¹¹³.

Todos os bens, alodiais, ou a prazo, contribuía para sustento da família e do seu estatuto social¹¹⁴.

No tocante aos grupos sociais agrícolas, no topo da linha divisória dos que possuíam casais encontravam-se os lavradores e os proprietários. Abaixo destes os criados, jornaleiros, caseiros, artesãos e pequenos comerciantes. Os criados viviam na casa dos patrões, os jornaleiros possuíam pouca terra, trabalhavam e compensavam com a *jorna*, e laboravam anualmente os *casais* de outrem. Os artesãos aos ganhos do exercício da profissão que exerciam,

¹¹⁰ SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. I, pp. 68-69.

¹¹¹ BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII e XV*, 2.º ed., Lisboa: Sá da Costa, 1949, vol. VII, p. 466.

¹¹² BRANDÃO, Maria de Fátima – *ob. cit.*, pp. 26-27; RIBEIRO, Orlando - *ob. cit.*, p. 95. pp. RIBEIRO, Orlando e RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991, vol. IV, p. 20; “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. II, p. 67. MARQUES, A. H. de Oliveira - “Prazos”, *História de Portugal*, 10.ª ed., Lisboa: Palas, 1982, vol. I, p. 157.

¹¹³ BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII e XV*, 2.º ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949, vol. VII, p. 466.

¹¹⁴ BRANDÃO, Maria de Fátima – *ob. cit.*, pp. 26-27; RIBEIRO, Orlando - *ob. cit.*, p. 80; MARQUES, A. H. de Oliveira - “Propriedade”, *História de Portugal*, 10.ª ed., Lisboa: Palas, 1982, vol. I, p. 95; SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 67.

acrescentavam o cultivo de hortas e terrenos, sendo generalizado o acesso à terra, embora diferenciado. Em parte do Norte do país, abaixo dos lavradores abastados estavam os *feitores* que geriam o património, os *foreiros* em contrato de enfiteuse, os coureiros que trabalhavam a terra em troca de um pedaço da mesma e os ganhões ou trabalhadores à *jorna*¹¹⁵.

3. As Áreas de Inculto

No século XVIII existiam no país muitas e extensas áreas de terrenos incultos.

Eram áreas não cultivadas e pouco rentáveis quanto à sua exploração. Resultavam de terrenos que não tinham quem os preparasse para a produção por serem abandonados pelo seu proprietário, por serem maninhos pouco fundos, não aptos para culturas agrícolas e terrenos a serem utilizados para outras finalidades. Na região de entre Douro e Cávado, como por exemplo nas partes mais elevadas do relevo encontravam-se muitas áreas de terrenos incultos, coberto de mato. Nas serras as rochas apresentavam-se cobertas de terra devido à sua desagregação, quase sem espécies arbóreas e cobertas de mato rasteiro cortado anualmente para transformar em estrume¹¹⁶.

Eram terras pouco produtivas com mato e pastoreio para gado. Quanto à sua exploração, destinavam-se à fixação das pessoas mais carenciadas, sendo-lhes reservada habitação e horta, instalação de fornos, olarias, serrações e consumo de lenha¹¹⁷. Eram áreas não fabricadas de reduzida rentabilidade e escasso valor no que se refere a mato e floresta. Outra área dos incultos refere-se a caminhos, estradas, linhas férreas, construções e áreas urbanas, rios, outras linhas de água, afloramentos rochosos e pântanos.

¹¹⁵ BRANDÃO, Maria de Fátima – *ob. cit.*, pp. 139-140; RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 83; COELHO; Rocha – *Instituições do Direito Civil Portuguez*, 4.ª ed., T. 2, Coimbra: Livraria Jota Augusto Orcel, 1852, pp. 704-705; SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1979, vol. I, pp. 105-106.

¹¹⁶ NUNES, João Arriscado; Feijó, Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 48 e 53.

¹¹⁷ SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª Lisboa: Vega, ed. Porto, 1923, vol. I, pp. 61-62.

Todo este tipo de incultos são superfícies não produtivas, não sujeitas a exploração de cultivo¹¹⁸.

Os terrenos incultos podem ou não ser produtivos. Quando se situam no cume das serras e dos rochedos não é possível o seu aproveitamento agrícola. Outros cobertos de mato podem ser cuidados e semeados logo que se proceda ao seu arroteamento, mas tendo em conta a situação topográfica, natureza da terra e meios de poder trabalhar esse terreno. Nos terrenos fracos deve evitar-se o arroteamento e ser arborizado, aplicado ao cultivo de oliveira, vinha, semeado de pinheiros, montados de azinho e sobre¹¹⁹.

Relativamente ao arvoredos, este é influenciada pelo mar atlântico que torna suave o calor e secura do Estio e mantém chuvas frequentes através dos Montes Cantábricos, que desenvolvem espécies de vegetais no Norte de Portugal, originando alguns povoamentos. Encontram-se neste caso o pinheiro bravo, ulmeiro ou negrilho, freixo, amieiro, choupo, plátano-bastardo. Na flora lenhosa a giesta, arçã ou rosmaninho, urze, esteva, carqueja, fojos¹²⁰. Todas estas espécies se desenvolvem no concelho de Mirandela, acrescida da vegetação natural dominante no Tua e Douro Superior acima dos 500 como o castanheiro bravo, azinheira, zimbro, zambujeira, cornalheira, lentisco e piorno¹²¹.

Relativamente às matas são constituídas por árvores densas e não admitem outras culturas. Têm aspecto bravio e natural como os bosques de folha caduca do Norte. Num passado remoto era comum o aproveitamento de

¹¹⁸ Na 2.^a metade do século XIX, continuavam a existir extensas áreas que nunca haviam tido qualquer tipo de exploração agrícola ou florestal, sendo-lhe atribuída grande parte da culpa e responsabilidade da deficiência agrícola no país. (NUNES, João Arriscado; FEIJÓ Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 47 e 52.

¹¹⁹ NUNES, João Arriscado; FEIJÓ, Rui Graça – *ob. cit.*, p. 54.

¹²⁰ RIBEIRO, RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editorial, vol. XVII, 1941, p. 47; Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed., Lisboa, 1998, pp. 102-103.

¹²¹ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 23; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Câmara Municipal de Mirandela, Porto: Humbertipo, 2001, p. 194.

produtos florestais na alimentação. Os lusitanos fabricavam pão com farinha de bolota moída da azinheira doce¹²².

Desenvolvem-se nos *montados* - matas ralas, constituídas por vegetação espontânea como o sobreiro, azinheira, ou em redor do povoado como o olmo ou negrilho para reserva de madeira, folha para o gado e lenha¹²³. A plantação de matas na Comarca de Moncorvo fez-se principalmente em 1790, por recomendação de D. Maria I por ser útil ao país. Nesta época em Mirandela algumas já se encontravam crescidas, outras haviam-se semeado e nesse ano o terreno estava preparado para se semearem outras. Na vila foram plantadas sete: a das Abrotas em Caravelas; a dos Carvalhos no Vilar; a da Canteira em Vale de Lobo; a da Serrinha em Vale de Pradinhos; a do Escurial em Vale de Meões; a da Bouzinha em Ala; a dos Sobreiros em Vale de Telhas. Nas Ribanceiras do Rio Tua foram plantados choupos e álamos¹²⁴.

Desde finais de Setecentos que ocorreram tentativas de fomento florestal, sobretudo nos terrenos menos férteis e principalmente nos baldios, devido à necessidade doméstica, exigência de construções, falta de lenha, etc.¹²⁵.

¹²² RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 69.

¹²³ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 75.

¹²⁴ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Mappa dos objectos do bem publico providos na comarca de Moncorvo), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

¹²⁵ OLIVEIRA, Aurélio de – OLIVEIRA, Aurélio de – *A Abadia de Tibães, 1630/1680-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Porto, 1979, 2 vols. (tese de Doutoramento policop.), pp.163-164.

¹¹⁸ A primeira evidência do pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Aiton), aparece na Estremadura e é datada do Plistocénico. Esta espécie estava igualmente presente durante o Würm Médio e no final do Pleniglacial (MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P.F. - *Os estudos de vegetação quaternária em Portugal; Contextos, Balanços e Perspectivas*. Coimbra: Colibri, 1993). Durante a última glaciação, o pinheiro bravo terá praticamente desaparecido da Península Ibérica, mantendo-se, apenas, em pequenas zonas de refúgio, ponto de partida para a sua posterior expansão (OLIVEIRA, A. C., PEREIRA, J. S. e CORREIA, A. V. - *A Silvicultura do Pinheiro bravo*. Porto: Centro Pinus, 2000).

No nordeste (Mirandela), o pinheiro bravo foi identificado em amostras do Neolítico final em Barrocal Alto A sua presença foi também confirmada mais tarde, na mesma área, nos locais de Cunho e Buraco da Pala (Idade do Cobre e do Bronze). Esta espécie coexistia com outras em dois tipos de associações vegetais – as florestas de folha persistente, dominadas por *Quercus ilex* e *Quercus suber* e as florestas de folha caduca com *Corylus avellana* e *Crataegus*. Outros locais do nordeste (Chaves), incluindo S. Lourenço, Alto de Sta. Ana e Vinha da Soutilha, também providenciaram evidências desta

O pinheiro bravo, foi difundido pelo o Rei Lavrador. Característico dos areais da costa marítima e graças ao seu poder de invasão depressa se estendeu por todo o território nacional, subindo a montanha até 1100 metros¹¹⁸. Porém, encontrava-se pouco divulgado na província de Trás-os-Montes durante o século XVIII¹²⁶, e Ribeiro de Castro em 1796 aconselhava a se semearem mais pinheiros nesta província: “...devem cuidar na plantação d’árvores e sementeiras de pinheiros, pelos montes, o que lhe serve não só para queimar, mas para erguer ou empar as vides, em que fazem considerável despesa.”¹²⁷. Em finais do mesmo século o cultivo do pinheiro difundiu-se de forma significativa, principalmente no Leste desta província. No Nordeste Transmontano foi-se propagando e desenvolveu-se nos montes e serras. A sua invasão pelo país foi de grande utilidade por fornecer carvão, lenha, madeira, resina, construção civil e toros para suporte da terra durante a escavação em minas de carvão¹²⁸.

O carvalho, em finais do Setecentos, distribuía-se por diversas zonas de Trás-os-Montes, tal como outras espécies arbóreas, embora as condições mesológicas não sejam as melhores na maior parte do ano para o desenvolvimento da cobertura vegetal¹²⁹. Tornava-se necessário cultivar matas

espécie durante as Idades do Cobre e do Bronze. (FIGUEIRAL, I. - *Primeiros resultados antracológicos do Planalto Mirandês: os povoados do Barrocal Alto e do Cunho*. In M. J. SANCHES, *Pré-história recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Porto: GEAP, 1992). Na Idade Média a tendência para a redução e fragmentação da área florestal mantém-se com o aumento da procura de lenha, carvão, madeira, mel e frutos silvestres, e com a expansão da pastorícia e da agricultura. Por esta altura, o rei D. Dinis, numa tentativa de suster o avanço das areias do litoral e de produzir madeira para a construção naval, decide prosseguir a plantação do pinhal de Leiria (PINHEIRO, L.- *O Pinheiro Bravo: ainda a nossa primeira essência florestal*. Coimbra: AGROPORTAL, 2002). Em 1565 a célebre “Lei das Árvores” obriga à rearborização dos baldios ou propriedades privadas, de todos os municípios, com pinheiro bravo, castanheiro, carvalho ou outras espécies adaptadas aos solos.

¹¹⁹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed. Lisboa: Sá Costa, 1998, pp. 48-49.

¹²⁰ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Trás-os-Montes*, 1796, ms. 908, p. 316.

¹²¹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed. Lisboa: Sá Costa, 1998, pp. 103 e 647.

¹²² ROZEIRA, Arnaldo – “A Flora da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, (Estudo da distribuição geográfica)”, *Memórias da Sociedade Brotteriana*, Coimbra: Sociedade Broteriana, 1944, vol. III, p. 22.

de carvalhos para construção de tonéis e pipas para conservar o vinho, para produzir lenha e carvão¹³⁰.

É suposto adiantar que nos montes dos antigos concelhos que fazem parte de Mirandela existiam também matagais de carvalhos. Os situados nos terrenos baldios eram aproveitados para lenha pelos moradores, assim como pelos lenheiros para os fornos.

O seu desenvolvimento regrediu porque grandes matas desta espécie arbórea ou foram dizimadas pelo fogo ou para consumo de lenha. A casca do carvalho era aproveitada na indústria de curtumes¹³¹.

O sobreiro desenvolvia-se espontaneamente em Trás-os-Montes, onde existem numerosos. Forneciam cortiça para fazer cortiços das abelhas e cobrir currais, madeira para construção de carros, carretas e outros instrumentos ligados à vida rural¹³².

O sobreiro era a árvore que melhor se desenvolvia em todo o concelho de Mirandela. Era raro o monte ou outeiro em que não nascesse espontaneamente o sobreiro, com destaque para a extensa mata do Quadraçal¹³³. Destinava-se ao fornecimento de cortiça e o seu fruto, a bolota para mantimento de suínos.

O sumagre é arbusto espontâneo nos sítios pedregosos. Ribeiro de Castro refere que era utilizado em finais de Setecentos em Trás-os-Montes no curtimento de couros¹³⁴.

Desde tempos imemorráveis que os lavradores de Mirandela, de acordo com a lei agrária do Reino haviam plantado árvores em campos públicos, baldios e logradouros. Com base de que estes terrenos pertenciam ao

¹³⁰ SEQUEIRA, Joaquim Pedro – “Memória Sobre as Azinheiras, e Carvalhos da Província de Além Tejo onde se trata da sua cultura, e usos, e de melhoramentos que no estado actual podem ter”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, MDCCXIX, T. II, pp. 355-378, p. 355.

¹³¹ MENDES, José Amado - *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII. (Alguns aspectos económico-sociais)*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 25.

¹³² SEQUEIRA, Joaquim Pedro – *ob. cit.*, p. 355.

¹³³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. I, p. 178.

¹³⁴ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 26.

concelho, a câmara, provedor e juiz de fora de Mirandela tiraram-lhos, a uns emprazando-as por foro certo de 10, 20 e 30 réis anuais por todas as árvores, a outros privando-o da sua propriedade e uso fruto. Esta atitude hostil levou os lavradores do concelho de Mirandela a requererem ao Intendente Geral da Polícia que fizesse extinguir os referidos foros, que por sua vez o comunicou ao corregedor da comarca de Moncorvo para o fazer por ordem de 1788. A Câmara apressou-se a apresentar um tombo das árvores ao corregedor, que este considerou nulo. Com base de que se havia prédios em que o seu rendimento anual pertencia ao concelho e nestes os particulares não deviam plantar árvores, mas aqueles onde os particulares plantaram árvores de acordo com a lei do Reino, o concelho não podia apropriar-se deles com exclusão do povo. E neste sentido, por Provisão, extinguiu a nível nacional os aludidos foros certos de árvores, que oprimiam o lavrador e obstavam ao progresso da agricultura, pois os agricultores não se sentiam motivados em plantar árvores com um foro perpétuo¹³⁵.

3.1. O Espaço Pastoril

É caracterizado pela exploração extensiva de pastos e envolve a deslocação de gados, pastores e por vezes toda a população de determinadas localidades.

Inclui os terrenos incultos e de pousio destinados à exploração de gados e de pastoreio extensivo. São também terrenos de pastoreio lameiros, restolhos de cereais e ervagem de pousio. Cada espécie animal encontra-se ligada à qualidade de pasto. O gado bovino pasta nos lameiros, o cavalar na margem dos rios, o ovino nas montanhas, no Verão nos restolhos e folhas nos alqueives. O caprino pasta nas terras pobres, nas matas e nos campos, havendo o cuidado de não roer as pequenas plantas. O porco nos montadas de sobreiros. É sobretudo nas montanhas que o pastoreio predomina. A plantação de oliveiras, a diminuição de pousios, as arroteias de matas e desenvolvimento

¹³⁵ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º 25 e n.º 28. – Foros de Árvores e Provitamento de Correição), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscrito n.º 150, 1790.

agrícola contribuíram para limitar cada vez mais os espaços abertos e movimentação dos rebanhos¹³⁶.

Para desenvolvimento da agricultura e aumento de riqueza, era imprescindível ao lavrador possuir estas espécies de gado, fonte de riqueza na produção de carne, leite e queijo, essenciais na alimentação e base da indústria. Além destes, o gado muar, cavalar, e asinino serviam nos trabalhos agrícolas e todos na produção de estrume para fertilizar os campos de cultivo¹³⁷.

A sua actividade encontrava-se inicialmente ligada ao aproveitamento comunitário num sistema de propriedade individual dos animais de dois tipos: um constituído por gado de vários donos com um pastoreio comum, alimentados em pastos comunitários não pertencentes à propriedade dos donos do gado e podiam também ser alimentados em terrenos privados. Outro em que as pastagens eram propriedade de um grupo demo-económico restrito. O sistema comum das pastagens encontra a sua origem nos terrenos bravios da propriedade local em regime comunitário primitivo – os baldios, como lameiros, matas e montes para pastos e lenha. Os animais que exigiam maior trabalho eram as ovelhas que muitas vezes têm as crias no campo. Durante o inverno os pastores dormem na malhada, no Verão no bardo montado no campo ao ar livre para fertilizar os terrenos¹³⁸. As vacas pastavam normalmente em pastagens próximas da localidade, pelo que podiam vir à noite ficar nas cortes¹³⁹.

Em Trás-os-Montes existiam réstias das antigas instituições comunitárias relativas ao pastoreio. Havia o vezeiro ou vigiado do rebanho comunitário, algumas vezes guardado pelo proprietário do “touro do povo” que fecundava as vacas da aldeia, acomodadas nos currais de cada criador alternadamente com pastagens comuns. Havia também o borrão comum para

¹³⁶ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, pp. 89-90.

¹³⁷ NUNES, Jacinto - *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, MDCCCXV, T. V, pp. 251-252.

¹³⁸ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 90-92.

¹³⁹ DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 98.

cobrição das fêmeas porcinas. Enquanto os campos se encontravam de pousio era costume os gados miúdos se juntarem para pastarem em campos sem muros ou abertos, onde pudesse circular livremente. Este tipo de comunidade rural nas montanhas e planaltos de Trás-os-Montes manteve-se devido ao isolamento do aglomerado populacional, onde quase todas as aldeias eram freguesias, ao afolhamento bienal e organização do pastoreio – boiadas e vezeiros: cabras, ovelhas e porcos¹⁴⁰. Os animais eram marcados numa orelha com a marca da família proprietária que se transmitia de geração em geração, para os animais da mesma espécie não se confundirem¹⁴¹.

Merece referência a organização comunitária de Vilarinho das Furnas relativamente ao pastoreio. É muito antiga e dependente da topografia, clima, riquezas naturais, e qualidade do solo dessa localidade. Como a exploração da terra não era suficiente, teve que recorrer-se à criação de gado. E assim a actividade pastoril requer que todos os habitantes colaborem, levando os gados a procurar pastos distantes da povoação. E passar grandes temporadas fora em que o namorisco resolve a situação, se basta a si próprio e livrando o rebanho do ataque dos lobos. A sua organização social é incrível, adquirindo maior rendimento com menor esforço. É liderada por um zelador eleito, constituída por uma câmara legislativa composta de seis membros. A eleição do zelador é cíclica e ocupam o cargo os chefes de família do sexo masculino, casados. De seis em seis meses fazem-se eleições para escolherem o zelador e os seis membros da câmara legislativa¹⁴².

O pastoreio colectivo foi paulatinamente desaparecendo devido a modificações de carácter social da propriedade e a processos mais modernos que foram progressivamente aparecendo.

O pastoreio extensivo para criação de gado era constituído por terrenos incultos e por pousio. O gado ovino para se alimentar percorria montes e vales, campos abertos em folha, de pousio, restolhos secos de trigo, de centeio e de

¹⁴⁰ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 61-62; TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 16.

¹⁴¹ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa: Presença, 3.ª ed., 1984, p. 99.

¹⁴² DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, pp. 87-100.

cevada. O caprino preferia a pastagem da montanha, dos matagais e de terras mais pobres. Era interdita a sua entrada em hortas e áreas de culturas intensiva pela sua tentação de roer as plantas. O gado bovino pastava nos prados regados, em outeiros e montanhas, onde o Estio pouco se fazia sentir. Comiam forragens e palha¹⁴³. Em determinadas zonas transmontanas era também comum pastarem nos lameiros ou coutos muito extensos não baldios, porque no passado haviam sido divididos pelos vizinhos das aldeias, pelo que no presente pagam ainda uma contribuição ao estado¹⁴⁴.

Na primeira metade do Setecentos a pastorícia era uma constante em muitas regiões do país, desde o litoral ao interior, tendo havido uma relativa prosperidade na pecuária que chegou a ser exportada. Curiosamente apenas do gado suíno Portugal não tinha produção suficiente, obrigando-se a importar estes animais de Espanha¹⁴⁵.

Em Mirandela havia o sistema de pastoreio comunitário como se constata no Código de Posturas da câmara de 1723 relativas a suínos: todo porcino que se encontrasse a vaguear na rua após o vezeiro sair para o pastoreio, o seu dono pagava de multa cinquenta réis e se fosse encontrado em terrenos cultivados de cereal pagava sessenta. O mesmo Código de Posturas da câmara¹⁴⁶ revela que esta actividade no concelho era significativa, nomeadamente gado ovino, caprino, bovino, cavalariço, mular, asinino e suíno, destinados ao fornecimento de produtos alimentares, de vestuário, empregues como elementos de trabalho na agricultura e como meio de transporte. Em 1626, o monarca Filipe III tinha já ordenado por carta que em Vale de Telhas não houvesse cabras. Foi António da Veiga Sequeira, juiz ordinário da vila de Mirandela que o solicitou, em virtude de no termo da aldeia não existirem montes, nem baldios em que pudessem pastar. Esta falta de pastos a nível comunitário, com grande dano e opressão, levava a que os pastores dos seis

¹⁴³ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 89. BRANDÃO, Maria de Fátima – *ob. cit.*, pp. 52-53.

¹⁴⁴ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto: Presença, 3.^a ed., 1984, p. 99.

¹⁴⁵ JUSTINO, David – “Crises e Decadência da Economia Cerealífera (...)”, *Nova História de Portugal: Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, MENESES, A. F. (Coor.), Lisboa, 2001, vol. II, p. 259.

¹⁴⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 85-86.

proprietários mais ricos do povoado invadissem os olivais, vinhas e mais frutos, principal fonte de receita dos moradores em geral. Depois da informação fornecida pelo corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo que ouviu todos os moradores entre eles os seis mais ricos do povoado que possuíam cabras, para evitar brigas, diferenças e para bem público, em 14 de Outubro de 1626, ordenou então o monarca que não houvesse fatos em Vale Telhas e os proprietários que os tivessem se desfizessem deles¹⁴⁷.

No respeitante às coimas a aplicar a cabras e ovelhas, em sessão de vereações de 3 de Janeiro de 1689, ordenou a câmara que todo gado miúdo e graúdo nomeadamente ovelhas e suas crias que fossem encontrados no couto, pagasse de coima dois réis por cabeça; Se fossem encontradas no olival .pagariam oito réis, nas cortinhas muradas e campos de cereal eram oneradas em cinquenta réis por cabeça. Se fossem encontrados no exterior das referidas propriedades pagassem o dobro. Relativamente ao gado caprino, se fosse achado no olival, vinhas e cortinas cercadas pagassem cinco tostões por cabeça. As cabras encontradas nas vinhas, olivais e cortinhas cercadas pagassem cinquenta réis por cabeça. O gado ovino achado nas propriedades muradas, nos campos cultivados de cereal pagasse cinquenta réis por cabeça. O gado caprino que fosse encontrado nas hortas, olivais, cortinhas muradas e couto pagasse por cabeça cinquenta réis e caso fosse encontrado no exterior da propriedade pagasse o dobro.

Por sua vez, todo o gado bovino, cavalari, muar que fosse encontrado no couto fosse taxado em cinquenta réis por cabeça; nas propriedades cercadas, nos pães e olivais pagassem cem réis. O gado asinino encontrado nos campos de cereal pagasse cinquenta réis e no couto vinte réis.

Todo o suíno que fosse achado no couto, pagasse cinco réis de multa por cabeça e cem nos campos de cereal. Se fossem encontrados pela rua após o vezeiro sair, pagasse 100 réis.

Em sessão de vereações da câmara em Fevereiro de 1692 decidiu-se que as multas a lançar pelas transgressões relativas ao gado se mantivessem as mesmas de 1689, com excepção das respeitantes ao gado caprino de todo

¹⁴⁷ IAN/TT – “Alvará acerca das Cabras”, *Chancelaria de Filipe III*, 1626, Liv. 17, fl. 51v.; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 320-321.

o concelho, sendo-lhe aplicada a mesma pena ordenada pelo donatário da vila, o Marquês de Távora.

Em sessão de vereações da câmara em 1694 foi acordado que o gado caprino encontrado nas terras cultivadas de cereal pagasse de multa cinquenta réis por cabeça; no olival e renovo fosse onerado em quinhentos réis, a pagar a mesma quantia pelas ovelhas que aqui fossem encontradas. Junto do exterior do terreno duplicava o valor da multa, andando no couto vinte réis e cinquenta no olival.

Em sessão de variações da Câmara de Mirandela de 12 de Janeiro de 1723 em Código de Posturas relativas ao gado ovino, caprino, bovino, suíno, cavalariço, muar e asinino foram focadas as seguintes coimas a pagar quando da sua entrada em propriedade alheia:

Quadro N.º 1– Coimas de gado

Gado	Coima
Cada cabeça de gado em terra coutada	1 real.
Cada cabra em couto	200 réis.
Em hortas, oliveiras e figueiras	3000 réis.
Em searas	80 réis.
Em vinhas	100 réis.
Cada cabra em rebanho em searas	50 réis.
Cada cabra em rebanho em vinhas	100 réis.
Cada boi em oliveiras	100 réis.
Cada boi em searas	50 réis.
Cada boi em terra coutada	25 réis.
Cada besta em searas	60 réis.
Cada besta em terra coutada	10 réis.
Cada cabeça de gado debaixo das oliveiras depois do dia de S. Francisco	10 réis.
Cada porco em searas	60 réis.
Cada porco que se encontrasse na rua depois de sair o vezeiro	50 réis.
De cada vez que o porco se encontrasse na rua pela primeira vez	400 réis
Pela segunda	600 réis
Por cada cabeça de gado à solta*	500 réis

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 86.

*No caso concreto da cabeça de gado à solta, a coima era de 500 réis pagos ao município e a terça parte era para quem o denunciasse, fizesse o rol e o entregasse ao escrivão da câmara para lhe ser aplicada a respectiva pena.

Quanto ao gado de fora a sua entrada sem autorização em terrenos calvos, isto é, sem vegetação, no couto e com cereais, pagariam as quantias seguintes¹⁴⁸:

Quadro N.º 2– Coimas referentes a gado de fora

Tipo de Terrenos	Gado de Fora	Cabra	Bois de Fora
Calvo	2 réis	100 réis	-
Couto	5 réis	300 réis	100 réis
Com cereal	10 réis	400 réis	200 réis

Os pastores que a partir de 1 de Maio de 1723 se encontrassem em campos cultivados de cereal pagariam de multa 50 réis. A entrada nas vinhas era vedada a partir do dia 1 de Fevereiro e qualquer animal que nelas entrasse o seu dono era obrigado ao pagamento da mesma quantia.

Nos anos de 1724 e 1725, as coimas relativas ao gado mantiveram-se sensivelmente iguais às referidas anteriormente. Em finais do século XVIII e princípios do seguinte, os suínos foram proibidos de vaguearem livremente pelas principais artéria de vila de Mirandela.

Em 1796, havia em Mirandela com abundância toda a espécie de gado¹⁴⁹. Na mesma data o concelho constava de 152 pastores; Abreiro 6; Frechas 12; Lamas de orelhão 28; Torre D. Chama 290; Valdasnes 25¹⁵⁰.

Por outras palavras, em finais de Setecentos, a terra de Mirandela assumia a pastorícia como uma fonte de riqueza.

¹⁴⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 86.

¹⁴⁹ *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juiz commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB., Manuscrito n.º 908, 1796, p. 67.

¹⁵⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa total da existencia da População das cidades, villas, concelhos, coutos, e honras da provincia de Tras os Montes*, Porto: Biblioteca Municipal de Porto, cod. 186.

3.2. Baldios e Maninhos

Os baldios eram terras incultas, matos e maninhos logradouros, que não havendo sido coutadas ou reservadas pelos monarcas passaram normalmente pelos forais com as outras terras para a posse dos moradores, para as defenderem e se servirem delas em proveito próprio para pastos, criações, lenha e outras serventias¹⁵¹.

Alguns autores referem que a origem histórica dos baldios são os forais outorgados por monarcas, donatários e ordens religiosas às povoações para seu povoamento, defesa e reorganização através dos concelhos. Gama Barros opina que a origem histórica dos baldios remonta à 1.^a metade da Idade Média ao direito consuetudinário, instituído pelos usos e costumes da comunidade¹⁵².

Eram terrenos que pertenciam a todos os vizinhos e sobre eles tinham direito e posse. Eram terras inalienáveis em que a administração pertencia inicialmente a toda a comunidade em assembleia e todos os moradores tinha direito sobre ela e nenhum sobre qualquer quota¹⁵³. Eram do domínio comum dos moradores do termo de determinadas localidades, pertencendo-lhe também as alodiais, que em tempos remotos se designaram por logradouros¹⁵⁴.

Os baldios foram assim desta forma reservados para logradouros das povoações a que pertenciam¹⁵⁵.

¹⁵¹ CASTRO, Armando – “Os Baldios”, *Estudos de História Sócio-Económica de Portugal*, 2.^a ed., Porto: Limiar, 1980, pp. 67-77; RODRIGUES, Manuel – *ob. cit.*, p. 19; CASTRO, Armando – “Baldios”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. I, pp. 277-282; DIAS, Jorge – *ob. cit.*, pp. 13-17.

¹⁵² BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII e XV*, 2.^o ed., Lisboa: Sá da Costa, 1949, vol. III, p. 343.

¹⁵³ CAETANO, Marcelo – *Manual de Direito Administrativo*, 2.^a ed. Coimbra: Livraria Almedina, pp. 973-974, 1960; PEIXOTO, Rocha – “Formas da Vida Comunitária em Portugal”, *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, T. I, pp. 75-77.

¹⁵⁴ VILA NOVA, Thomaz António – “Memória sobre a Cultura dos Terrenos baldios que há no termo da Villa de Ourém”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Lisboa, 1790, T II, p. 419; PEIXOTO, Rocha – “Formas da Vida Comunitária em Portugal”, *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, T. I, pp. 75-77..

¹⁵⁵ PORTUGAL, Thomaz António Villa Nova – “Memoria sobre a Cultura dos Baldios que há no termo da Villa de Ourem, Memória Sobre as Azinheiras, e Carvalhos da Província de Além Tejo onde se trata da sua cultura, e usos, e de melhoramentos que no estado actual podem ter”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria*

Caracterizam-se por serem normalmente incultos, constituídos por vegetação espontânea que favorecem as comunidades locais com pastagens, mato, lenha, carvão, saibro, estrume e bens indispensáveis à sua sobrevivência. Prestam grande utilidade às comunidades locais e influem na função sócio-económica da povoação, complementam a actividade agrícola principalmente nos pequenos centros, onde a economia rural é de subsistência¹⁵⁶.

Estes baldios ou logradouros do povo mantiveram-se nas comunidades rurais em planaltos, montanhas e prados de Trás-os-Montes devido ao isolamento do aglomerado populacional, onde quase todas as aldeias eram freguesias, devido à grande extensão de montes baldios que rodeiam e separam as povoações. Também devido ao afolhamento bienal (seara/pousio) e à organização do pastoreio: boiadas, e vezeiro – cabras, ovelhas e porcos. Constituíam três quartos da área das aldeias, onde cada agregado familiar podia apanhar lenha, apascentar o gado, roçar mato e até semear centeio¹⁵⁷.

Na pecuária era facultado aos donos de gado pastagens, de cuja utilização isentavam do *montadigo*. Forneciam lenha para aquecimento da casa e do forno, pedra para construção de casa, plantas para fertilização dos terrenos, madeira para construção de barcos de pesca e outras utilidades¹⁵⁸.

em Portugal, e suas Conquistas, Lisboa: Oficina da mesma Academia, MDCCXIX, T. II, pp. 413-430, p. 414.

¹⁵⁶ No final do século XIX, Xavier Pereira Coutinho descrevia o panorama típico das aldeias transmontanas, como cultivando em redor uma pequena faixa para satisfazer as necessidades alimentares, ficando depois entre as povoações e para lá destas faixas cultivadas “o descampado, o deserto, de montanhas ásperas, abandonadas, entregues à natureza”. In COUTINHO, Pereira - *A silvicultura do distrito de Bragança*, Lisboa: Typografia da viúva Sousa Neves, 1882, p. 9). RIBEIRO, Aquilino – *Quando os Lobos Uivam*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1974, pp. 70-71.

¹⁵⁷ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998, p. 62. Os baldios foram sempre muito apetecidos pelas populações, tanto mais que à sua volta e no caso concreto do Minho, verificaram-se as mais graves crises sociais e políticas portuguesas do Antigo Regime e do século XIX e são um dos pontos mais frequentes de oposição dos povos à administração municipal, a traduzir em violentas críticas aos poderes instituídos ou donatários e proprietários (rentistas e absentistas) e por outro lado, colonos, rendeiros e caseiros. (CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus Municípios, Estudos económicos administrativos sobre o princípio português nos horizontes da reforma liberal*, Braga: Universidade do Minho, 1995, pp. 35-37).

¹⁵⁸ CASTRO, Armando – *História Económica de Portugal*, Lisboa: Caminho, 1980, pp. 179-180; RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 111; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 85, 122, 195, 212, 213-232 e 293-294; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 73, 158-159, 338; MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes*

Apesar de inicialmente ser regulamentado o acesso individual a bens comuns, no século XVIII regulamentou-se a apropriação privada dos baldios pelo aforamento de parcelas dos mesmos. Podia fazer-se pela “tomadia”, em que uma fracção do terreno era murado com a finalidade de ser cultivado, transformado definitivamente em logradouro particular e não comum. Estas parcelas de terreno destinavam-se ao cultivo de oliveira, vinha, e centeio. Uma outra apropriação dos baldios era a “alargada”, que consistia em acrescentar uma parcela de baldio a um terreno contíguo anteriormente já existente de forma a “arrendar” o terreno primitivo. Esta forma progressiva de cedência levava à diminuição da área de terras baldias ou maninhas. Outras parcelas de baldios era atribuídas a vizinhos para as “roçarem” limitadas com “marcos” de pedra, para aí plantarem árvores e se apropriarem do seu fruto e lenha, mas o terreno continuava comum. Ficavam a pertencer ao apossado a lenha, mato, mas a terra continuava a ser comum¹⁵⁹.

No Minho verificavam-se as mais graves crises sociais e políticas portuguesas do Antigo Regime e do século XIX e são um dos pontos mais frequentes de oposição dos povos à administração municipal, a traduzir em violentas críticas aos poderes instituídos ou donatários e proprietários e por outro lado, colonos, rendeiros e caseiros¹⁶⁰.

Na zona de Trás-os-Montes as terras baldias ocupavam 210 707 hectares cobrindo 19% do distrito de Bragança e Vila Real. Montes e matagais ocupavam ainda três quartos da área destinada a pastoreio, lenha e mato. Foi a partir do fim do século XVII e princípio do século XVIII que começou a notar-se tendência para a desamortização dos baldios e sua apropriação individual, resultante do desmembramento das relações económicas de tipo feudal. Esta mudança provocou um aumento da produção agrícola que teve na origem a inovação das alfaias agrícolas e técnicas de cultivo com a substituição do

nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 27.

¹⁵⁹ NUNES, João Arriscado; Feijó, Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: ed. Afrontamento, 1990, p. 67.

¹⁶⁰ CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus Municípios, Estudos Económicos Administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*, Braga: Universidade do Minho, 1995, pp. 35-37.

sistema de queimadas pelo afolhamento e pousio trienal. As *Ordenações Manuelinas* procuravam manter o sistema de baldios em proveito dos moradores para lenha, pastos, criações, madeira, etc.. Posteriormente, as *Ordenações Filipinas* permitiam a sua passagem aos concelhos e destes transitavam à propriedade individual. Em alguns núcleos os moradores mais poderosos tentavam apropriar-se dos terrenos baldios ou eram ocupados por rebanhos. Outras parcelas comunitárias eram vendidas ou aforadas pela edilidade a particulares. Muitos dos baldios desamortizados passaram aos concelhos, que por vezes os vendiam ou aforavam. Eram também divididos pelos moradores da freguesia cabendo sempre os melhores terrenos aos indivíduos mais ricos. No século XVIII, devido ao significativo aumento demográfico houve uma natural procura da terra, que aliada à influência do ideário *Fisiocrático* de que a verdadeira riqueza de um país era a agricultura, o que impunha que em Portugal se cultivasse muito mais solo arável, o que levou a um maior desenvolvimento agrícola que se traduziu numa investida à propriedade comunitária¹⁶¹.

No final de Setecentos os bens do concelho e baldios formavam a maior parte da área de todas as localidades de Trás-os-Montes¹⁶², havendo as terras cultivadas e as bravias e o progresso do sector agrícola só se verificou através e em simultâneo com o aumento das áreas cultivadas, aperfeiçoamento e progresso nas técnicas de cultivo, assim como no melhoramento dos instrumentos de laborar a terra¹⁶³. José António de Sá recomendava que deviam cultivar-se os baldios e averiguar quais as produções mais adequadas a cada um¹⁶⁴. Recordemos que na década de 90 do século XVI e até 1602

¹⁶¹ “Ordenações Manuelinas”, *Livro IV*, título 67, parágrafo 8.º e 9.º; “Ordenações Filipinas”, *Livro IV*, título XLIII.

¹⁶² RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998, p. 111; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 85, 122, 195, 212, 213-232 e 293-294; CASTRO, Ribeiro de – *ms. cit.*, pp. 73, 158-159, 338; MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 27.

¹⁶³ PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa: Sá Costa Editora, 2.ª ed., 1983, p. 156.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, João Nunes – *A Produção Agrícola de Viseu entre 1530 e 1700*: Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1990, pp. 73-75; MONTEIRO, José Rodrigues – *Trás-os-Montes Setecentista na obra de José António de Sá*, Lisboa: Caminho, 1997, pp. 344-345.

houve uma forte crise com quebra demográfica e maus anos agrícolas por todo o país¹⁶⁵, mas o século XVIII é já um século diferente em toda a Europa onde se dá um aumento da produção, mais pela “*extension de los cultivos que a sua intensificacion*”¹⁶⁶. No século seguinte os baldios e maninhos foram regulamentados e considerados verdadeira propriedade dos Povos¹⁶⁷.

Quanto ao seu aproveitamento, os baldios foram imprescindíveis na economia agrícola das comunidades rurais, principalmente nas camadas mais desfavorecidas da população, na medida em que desempenhavam um lugar de relevo na sua subsistência. Foram para os camponeses mais necessitados um complemento importante à sua actividade agrícola¹⁶⁸. A lenha e matos eram um combustível gratuito e sempre à disposição para cozinhar os alimentos de pessoas e animais, bem como para aquecimento no rigor do Inverno. Servia também para aquecimento do forno no fabrico do pão. Os matos eram ainda transformados em estrume e mais tarde utilizados como fertilizantes nos terrenos de exploração agrícola¹⁶⁹.

Os pastos eram de extrema importância na província de Trás-os-Montes, onde a pastorícia excedia a economia agrícola e a terra que restava ficava a monte¹⁷⁰. A pastorícia efectuada nos baldios serranos e lameiros, era um

¹⁶⁵ OLIVEIRA, João Nunes – *A Produção Agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1990, pp. 73-75.

¹⁶⁶ PEREZ, Sarrion, Guilherme – *Aragon en el Setecientos. Crecimiento Económico cambio Social y enatural, 1700-1808*, Huesco: el Milenio, 1999, p. 129.

¹⁶⁷ A sua administração ficou a pertencer às câmaras. Em meados do século XIX a gestão dos baldios foi entregue aos órgãos de administração local, no âmbito de freguesia - Junta da Freguesia e de concelhos – Câmara Municipal . Em 1866 o Governo aprovou que todos os que tivessem terrenos baldios aforados se tornassem seus donos de pleno direito. Lei de 1869 decide que os baldios sejam divididos, com excepção das terras que eram precisas dos moradores. In NUNES, João Arriscado; FEIJÓ, Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 1990, p. 73.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Manuel – *Os Baldios*, Lisboa: Caminho, 1987, pp. 88-89; MENDES, José Amado - *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII. (Alguns aspectos económico-sociais)*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 17.

¹⁶⁹ NUNES, João Arriscado; FEIJÓ, Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 1990, p. 55.

¹⁷⁰ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 150.

componente essencial como complemento da agricultura. Fornecia carne, leite, queijo para alimentação e lã para vestuário de Inverno. As águas eram extremamente necessárias, quer no fornecimento de água nos fontanários públicos, quer para irrigação das propriedades agrícolas de regadio. O carvão e pedra eram muito necessárias às populações rurais principalmente aos ferreiros o carvão para usar na forja e a pedra ao moleiro para no moinho ou azenha moer o cereal. A pedra extraída em pedreiras comunitárias era utilizada para construção de casas de habitação, palheiros, muros, suporte em terras situadas em encostas íngremes e outras serventias. As madeiras, colhidas normalmente nas matas comunitária, eram também muito precisas aos camponeses para construção de arados, carretas, cabos para alfaías agrícolas, divisórias, estábulos, forros de casas de habitação, janelas, portas, etc.. No domínio dos baldios, a mata ou floresta era a que proporcionava maior receita e a mais importante para manter a vida da comunidade rural, com destaque ainda para a pastorícia¹⁷¹.

No final do Setecentos, houve uma forte reacção contra o comunitarismo agrário, que consideravam pouco rentável e uma violação ao direito de propriedade privada, mas na época eram imprescindíveis para fornecimento de lenha, mato e reserva de pastos. Columbano Ribeiro de Castro achava conveniente o aforamento dos bens do concelho e dos baldios. Era de opinião que para desenvolvimento dos municípios era necessário o arroteamento dos terrenos incultos, pelo que tinha de proceder-se ao seu aforamento, mas admitia também deixar alguns terrenos do concelho por aforar destinados a lenha e pastos. Lembra para estarem atentos ao regime de enfiteuse, para os casos que se encontravam em vias de terminar o “número de vidas do emprazamento”, opinando ser renovado o contrato. Os baldios no concelho de Mirandela eram bastantes, mas não serviam a comunidade, porque incultos nos aforamentos era mais rentável para o concelho, daí que não havia muitos pastos,¹⁷² sendo também um grave dano para agricultura e bem público.

¹⁷¹ Secretaria dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, Seminário “*Desenvolvimento dos Baldios para o Desenvolvimento, Comunicações e Proclamações*”, Conferência Nacional dos Baldios, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2001, p. 39.

¹⁷² CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Trás-os-Montes*, ADVR, 1796, ms. 908, p. 209.

Anteriormente associava-se às terras baldias, a ideia de incultos. Em finais do Setecentos, José António de Sá¹⁷³, apresentou à Academia Real das Ciências, as Memórias sobre Trás-os-Montes, que ilustra bem o espírito fisiocrata da época. A certa altura, escreve na sua obra “*é lamentável que (Trás-os-Montes) esteja a sua maior parte inculta com baldios, lameiros e matas; e aquelas mesmas terras que produziriam abundantíssimo grão, linho, vinha, amoreiras, olivais, etc. estejam entregues ao desprezo e à negligência (...) de cinco partes de boa terra, que terá a província, três certamente são de terrenos incultos e as outras ocupadas com lameiros particulares*”¹⁷⁴.

O pároco de Mirandela Eusébio Esteves Dias em 1758 escreveu que o curso da Ribeira de Lobos passava por baixo do Prado denominado por coutada com uma ponte em alvenaria com dois arcos. A Ribeira de Nerli corria também nas proximidades do Prado da Coutada, onde tinha também uma ponte de granito com o mesmo número de arcos¹⁷⁵.

O Corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo em 1770 determinou na correição que todos os baldios restados dos *logramentos* públicos fossem repartidos igualmente pelo povo e os campos fossem roteados e aproveitados na agricultura. Também fracções de prados que sobravam dos pastos, criações, decidiu o referido corregedor juntamente com as câmaras que fossem igualmente repartidos por todos e haver um aproveitamento comum. Esta decisão deixou os lavradores muito satisfeitos¹⁷⁶. De acordo com Morais Mendonça, poucos anos antes de 1796, em Mirandela, os mais desfavorecidos sujeitos a pesados foros, eram pressionados pelos mais poderosos. Fazia-se a partilha das terras “*aos pobres que por sua vez as vendiam aos ricos, e*

¹⁷³ José António de Sá exerceu funções de juiz de fora na comarca de Moncorvo na década de 70 do século XVIII e participou nos planos de reorganização. (MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 86; CRUZ, António – *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII*, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp. 41-44).

¹⁷⁴ MENDES, José Amado – *ob. cit.*, p. 245.

¹⁷⁵ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1033.

¹⁷⁶ SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, 1974, vol IV, p. 70.

podendo ficar remediados, se reduzirão á maior mizéria, não conservando um palmo de terra, para assim dizer, em que pudessem plantar uma couve...”. Os trabalhadores rurais e pequenos proprietários viviam uma situação precária, pois quando os baldios foram divididos pela população, muitos podiam tê-los explorado, mas foram pressionados pelos mais abastados e acabaram por vendê-los, ficar sem nada e ir viver para outros concelhos¹⁷⁷.

O grande baldio de Mirandela localizava-se no sítio do S. Sebastião e parte do que restava ia desde a confluência da Ribeira de Cedães até à capela de invocação a este santo. Era constituído por eira e um extenso lameiro comunitários com 80 varas de comprimento e 18 de largo. Foi aforado pela edilidade a Martinho José Teixeira Homem em 27 de Janeiro de 1789 por 100 réis anuais. Conforme consta em registado de sessão de vereações da câmara de 30 de Agosto de 1802, a partilha dos restantes baldios do concelho ter-se-ia efectuado em finais do século XVIII e início do XIX, em que o Juiz de Fora desta vila apresentou uma notificação do corregedor da Comarca de Trás-os-Montes ordenando que todos os terrenos baldios fossem distribuídos pelos habitantes das aldeias¹⁷⁸.

A nível nacional, neste século XVIII houve um movimento de aforamentos de baldios, montes e maninhos com o intuito de procurar uma saída para a crise agrícola com que o país se debatia¹⁷⁹. A partir desta centúria e, dissoluto o sistema de propriedade feudal no caso concreto dos baldios, estes passam a ser considerados e a única forma arcaica de propriedade que ainda restava e que era impossível dissolver.

Sebastião Mendo Trigoso defendia a existência de vedação dos terrenos comuns, uma vez que segundo o autor, os pastos comuns eram a principal causa da decadência da agricultura em Portugal¹⁸⁰.

¹⁷⁷ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, pp. 42-43.

¹⁷⁸ Conforme o decreto de 28 de Julho de 1801, que esteve subjacente à distribuição dos grandes baldios do concelho, incluindo o de Cotins (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Aportamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 201).

¹⁷⁹ CARDOSO, José Luís – *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII, 1780-1808*, Lisboa: Imprensa Universitária, 1989, p. 115.

¹⁸⁰ TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – “Memória sobre os terrenos abertos, o seu prejuízo na agricultura e sobre os diferentes methodos de tapumes”, *Memórias Económicas da Academia Real das*

4. A Caça e Pesca

A caça era um meio de subsistência da população, um complemento da dieta mediterrânea tradicional. Informação referente a 1762-1763 revela que havia abundância de caça nos extensos terrenos incultos em todo o país¹⁸¹ e constava de veados, javalis, corsas, lebres, coelhos e diversos tipos de aves, em especial a perdiz.

A caça à perdiz, coelho bravo, lebre e javali na zona montanhosa de Trás-os-Montes é antiquíssima. A população mais abastada fazia-o por gosto e para consumo próprio, a mais carenciada das aldeias por necessidade¹⁸² para venda às famílias mais abastadas na sede do concelho.

Em 1494, D. Manuel por Carta do ofício de couteiro passada a Álvaro Pires de Távora, senhorio de Mirandela, incumbia-o de que no termo das vilas, freguesias e lugares dentro da sua jurisdição todos os caçadores apanhados a caçar perdizes com boíz e os que retirassem do ninho os ovos da mesma ave, deviam ser penalizados. Seria metade para o senhorio e a outra metade a ser empregue em obras de melhoramento do castelo de Miranda do Douro¹⁸³.

Era normal caçar-se com abundância nas zonas montanhosas em todas as vilas e aldeias de Trás-os-Montes nomeadamente perdiz, lebre, coelho bravo, raposa, lobo e javali. As *Memórias Paroquiais* de 1758 referem algumas localidades do Concelho de Mirandela, designadamente em Cedaínhos, Chopim, Mirandela em grande abundância, Valdasnes, Vila Verde dos Alemães, Fradizela, Vale de Lobo e outras que possuíam serras e montes, onde era normal fazerem-se caçadas de perdiz, coelho e lebre com ajuda ao caçador do cão de raça perdigueira e coelheira.

Por Provisão emitida de Lisboa em 26 de Fevereiro de 1794, D. Maria I concede regalias ao monteiro-mor de Mirandela, residente na Quinta de Vale de Lagoa. De acordo com o conteúdo da provisão, todos os moradores do

Sciencias de Lisboa para o adiantamento das ..., 1789-1815, 2.^a ed., Lisboa: Off. da mesma Academia, 1885, T. V, p. 45-67.

¹⁸¹ CASTRO, João Baptista – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.^a ed., Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762 - 1763, pp. 163-164.

¹⁸² DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, 3.^a ed. Lisboa: Presença, 1984, p. 157.

¹⁸³ DIAS, Jorge - *ob. cit.*, p. 276.

concelho de Mirandela eram obrigados a obedecer às suas ordens no tocante a montarias e todos aqueles que o não fizessem seriam denunciados por este ao juiz ou corregedor da Comarca que ordenaria de imediato o cumprimento da justiça. Desresponsabilizava-o de servir por mar ou por terra da montaria, lobos e outros animais selvagens, excepto à família real, ou visitas por esta enviadas. Inibia-o de que pessoa alguma pousasse em sua casa contra sua vontade, lhe tomasse a cavalaria, adega, pão vinho, roupa de cama, besta de cela ou de albarda, cevada, palha, etc. Ordenava a rainha para não pagar fintas, peitas, aduanas, acedesse a pedidos e empréstimos lançados pelo concelho ou pela coroa, não fosse tutor de pessoa alguma, excepto na tutoria legítima. Não devia acompanhar presos, pagar a abertura de caminhos, construção de fontes e pontes, nem servir ofícios do concelho. Ficava isento de pagar trinta alqueires de semente para semear a terra, nem oitava de pão, linho, vinho, ou outra coisa quando no montado for preparada a terra. Autorizava-o a usar qualquer tipo de arma defensiva e ofensiva durante o dia e noite. Como monteiro-mor gozaria de todos os privilégios, liberdades e isenções como todos os do reino de cidades e vilas onde havia montarias. Aquele que prevaricasse e não aceitasse todas estas regras pagaria seis mil réis de multa para a coroa de cada vez, recebidos pelo almoxarifado da câmara e escrivão que este incluiria em receita¹⁸⁴.

No que respeita à pesca, nas águas não poluídas do Rio Tua e outros do Nordeste transmontano pescavam-se bogas, barbos, enguias, escalos, a montante trutas, a jusante na foz, lampreia e sável. Nas suas margens faziam-se muitas pescarias por pescadores vindos de outras localidades mais distantes¹⁸⁵.

Enquanto o rio Tua corre na Galiza, proximidades de Vinhais e outras localidades frescas possui trutas, ao chegar à Terra Quente são escassas. Havia sim enorme quantidade de barbos que chegavam a pesar oito arráteis

¹⁸⁴ IAN/TT – “Regalias do Montei mor”, *Chancelaria de D. Maria I*, 1794, Liv. 43, pp. 218v e 219; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 348-349.

¹⁸⁵ SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1791, T. III, pp. 270-271; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 211.

cada. Continha ainda abundância de bogas, escalos e eirós que podiam pescar-se livremente em qualquer altura do ano, pelo que a falta de peixe do mar na região não se fazia sentir muito¹⁸⁶.

O pescado no concelho de Mirandela constava de barbo, boga, enguia, perca, pimpão, sável, truta, e lampreia. Progressivamente foi-se tornando cada vez mais reduzida, não obstante existir ainda, em finais da década de cinquenta do século XVIII, sável, truta, lampreia e outras espécies¹⁸⁷. Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, no concelho de Mirandela faziam-se pescarias na vila e em todas as aldeias ribeirinhas do concelho, principalmente nas banhados pelos rios Tua, Rabaçal e Tuela. São neste caso referidas: Abambres onde se pescava com isco chamado rabudo, Cedaínhos, Chelas, Contins, Eixes, Mirandela, Vale de Lobo, Vale de Velhos e Vale de Salgueiro.

5. A Pecuária

A pecuária era um complemento da agricultura e desempenhou um papel relevante na economia da região transmontana. O gado ovino e caprino, além de fornecer a carne, leite, queijo e manteiga, alimentos essenciais na alimentação humana, cedia também a pele e a ovelha a lã, importantes nas indústrias de lacticínios, curtumes e têxteis. Era uma produção comerciável, levada à feira, nas diversas que se realizavam na região. No que diz respeito ao gado ovino, caprino, bovino, muar, cavalari e asinino havia a vantagem de se deslocar por si próprio à feira numa região isolada, com grande falta de vias de comunicação e meios de transporte. O gado bovino, muar, cavalari e asinino eram animais de trabalho, o primeiro fornecia-nos também a carne e o leite, os restantes o trabalho, serviam como meio de transporte, para lavrar a terra e puxar o carro de madeira ou carreta e a nora. Era tradição em Trás-os-Montes a criação de cavalos em sistema de caudelaria, que era de grande importância, tanto em tempo de paz, como de guerra¹⁸⁸. Mirandela, rica em pastos e

¹⁸⁶ HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Arquilégio de Medicina*, Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 1998, p. 242.

¹⁸⁷ ROSA, João da – *Abreiro*, D. G., vol. I, n.º 21, pp. 191- 194, mf. 226, p. 193.

¹⁸⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 80.

forragens, chegou a ter vinte cavalos ginetes vindos de Córdova a serem providos do Reino¹⁸⁹.

O gado suíno servia apenas como alimento, fornecia a carne fresca e salgada: presunto, barrigas, toucinho, banha e fumeiro: salpicão, chouriço, alheiras, morcelas, azedos¹⁹⁰, etc. Os galináceos faziam também parte da pecuária mais usada no Nordeste Transmontano, no fornecimento de carne e ovos, alimentos principais e essenciais na alimentação da população mais necessitada, uma vez que eram criados na rua e se alimentavam a si próprios.

Os criadores portugueses de gado, para além de abastecerem o mercado nacional, marcaram desde sempre uma posição de destaque em Madrid, para onde exportavam ovinos, equinos e suínos de qualidade superior¹⁹¹.

6. Culturas e Técnicas Agrícolas

O período compreendido entre século XVIII e o início do XIX foi o eleito pelos historiadores para se debruçarem sobre a agricultura, de que resultou um número razoável de publicações referentes ao sector agrícola. Se por um lado informam sobre a inovação do progresso técnico, experiências e inventariação regional, por outro falam também da sua decadência. Tal como no resto da Europa, também Portugal se preocupou com a situação da agricultura. No decurso do século XVIII, a agricultura conheceu tempo de crise e de crescimento, de acordo com as regiões e condições climatéricas¹⁹².

A Academia Real das Ciências teve um papel preponderante no âmbito agrícola com a publicação das “*Memórias Económicas*”, que tinham como objectivo o desenvolvimento da agricultura, das artes e da indústria no Reino,

¹⁸⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, T. I, p. 395.

¹⁹⁰ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 89.

¹⁹¹ RAPOSO, José Hipólito Ribeiro – “Lavoura Portuguesa”, *Revista Portuguesa da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Abril-Maio, 2.ª ed., Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1948, n.º 2, p. 12.

¹⁹² RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editorial, vol. XVII, 1941, p. 647; SERRÃO, José Vicente – “O Pensamento Agrário Setecentista (Pré-Fisiocrático)”: Diagnósticos e Soluções Propostas, in *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988, pp. 25-27.

para o qual era necessário conhecer bem a terra, elemento essencial para aquisição de riqueza e bem estar das populações. Nos finais da mesma centúria o panorama agrário caracteriza-se pela defesa da terra de cultivo e sua produção. Foi elaborado um projecto em 1790, para serem criadas escolas agrícolas em todas as províncias do Reino de forma a valorizar o trabalho dos campos, que não foi em frente¹⁹³.

Nos períodos de crescimento agrícola houve progresso e aumento populacional¹⁹⁴. Porém no caso concreto da Província de Trás-os-Montes, este crescimento não era suficiente para o sustento da população. Cada vez mais se sentia a necessidade de terras incultas, tanto baldias como particulares¹⁹⁵.

No tocante à exploração agrícola, na província de Trás-os-Montes predominava a pequena propriedade e algumas quintas. Além da propriedade privada havia também a comunitária¹⁹⁶, de que toda a povoação tirava proveito, não podendo ser alienada ou explorada particularmente, daí os campos não serem vedados em regime de campos abertos, permitindo a livre circulação dos rebanhos, ainda que em terrenos privados. Este regime encontra-se intimamente ligado a causas de origem natural e social, designadamente

¹⁹³ Trás-os-Montes e Beiras foram as regiões do país afectadas pela crise agrícola, provocada pelas nefastas consequências das Guerras da Restauração e da Sucessão de Espanha, que por sua vez empobreceram zonas afectadas próximas da fronteira com o país vizinho. Também com a morte da população e abandono dos campos por parte dos camponeses, que tiveram de abandonar as terras e pegar em armas para as defenderem. Da mesma forma, factores de carácter climatérico contribuíram para o agravamento da agricultura, como tempo seco, nevões, chuvas e intempéries que lhe causaram muitos prejuízos (SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Panorama Cerealífero”, *História de Portugal A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*”, Lisboa: Verbo, 1980, vol. V, pp. 377-378; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Panorama Agrário”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*”, Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI, pp. 404 e 406-407. O projecto de 1790 não foi em frente porque a política agrícola encontrava-se cheia de erros e as culturas agrícolas não se coadunavam com o tipo de terreno, onde os camponeses continuavam a cultivar toda a espécie de vegetais sem olhar à sua natureza, o que se tornava prejudicial à economia agrária; VANDELLI, Domingos – “Memória sobre a Agricultura deste Reino e das suas Conquistas”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa: Academia das Ciências, 1885, T. I, pp. 169-180.

¹⁹⁴ SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Económico”, MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1993, p. 88.

¹⁹⁵ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas Comarcas e População, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca Municipal do Porto, ms. 486.

¹⁹⁶ BARROS, Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1950, T. IV, pp. 49-50, em nota.

carência de chuva, pobreza do solo, relevo pouco vincado, planaltos ou planícies onduladas, etc..¹⁹⁷.

Continuava a haver grandes defeitos na estrutura agrária portuguesa, devido à falta de dinamismo e espírito de iniciativa dos agricultores. As explorações agrícolas eram de pequena extensão e não asseguravam a rentabilidade precisa aos seus proprietários. Em Portugal, 95% das explorações agrícolas ocupavam 32% do solo arável¹⁹⁸.

O sistema tradicional de trabalho utilizado na agricultura era constituído por duas folhas, uma em cultura, outra em pousio. Este tipo de sistema de rotação bienal utilizado no cultivo dos principais cereais parece não ser o mais aconselhável por prejudicar a rentabilidade da terra e não corresponder às necessidades implícitas no pastoreio de gado ovino e caprino. Tornar-se-ia mais favorável ao solo e ao gado se aos dois anos de pousio, lhe fosse acrescido mais um¹⁹⁹. Quanto ao esquema tradicional na utilização do solo, em redor e próximo do povoado situava-se a horta em regime de policultura em espaços parcelares e raramente ocupava uma área superior a dois hectares, devido ao custo de manutenção e da instalação do regadio. A horta com rega comporta também por vezes oliveiras e outras árvores de fruto, videiras e linhal; ao longo das linhas de água os lameiros, prados naturais permanentes para pastagem do gado graúdo e aproveitamento de feno. Eram normalmente murados. Nos campos mais distantes e montanhosos e pobres semeava-se o centeio, nas terras baixas mais produtivas o trigo²⁰⁰.

¹⁹⁷ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 63.

¹⁹⁸ BARROS, Henrique da Gama – *Estrutura Agrária Portuguesa*, Fundão: Tipografia do Jornal Fundão, 1972, pp. 17-18.

SILVA, A. Rebelo da – *Análise Agronómica dos Solos Aráveis*, 2.^a ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910. Título – *Classificação das Terras*, 1912, p. 11; Para Rebelo da Silva havia quatro tipos de solo arável: solos simples homogéneos, solos compostos binários, solos compostos ternários e solos normais ou completos. Alberto Sampaio considera haver o mesmo número de terreno arável: terras boas e húmidas, que podem ou não ter rega; terras fundas com água e rega no decurso do ano; terras pouco férteis destinadas a mato e lenha e por último terras pouco fundas, secas e sem água adequada para plantação de vinha; SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricas e Económicos*, 2.^a ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 59.

¹⁹⁹ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 22.

²⁰⁰ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 82.

Em Trás-os-Montes, a maior densidade demográfica e reduzida área de terras aráveis ocupavam três quartos da província, o que contribuía para existirem pousios curtos, isto é que não ultrapassasse um ano, enquanto que anteriormente era de duas folhas cultivadas ao ano alternadamente²⁰¹.

Ribeiro de Castro escreve em finais do Setecentos que a agricultura em Trás-os-Montes era reduzida e poderia aumentar mais se fossem roteadas as terras baldias e particulares e aumentassem as áreas agrícolas. Só com o aumento da produção de *frutos*, população e Estado enriqueceriam²⁰². Devia referir-se a cereais, vinha e oliveira, que eram elementos dominantes na paisagem rural no século XVIII²⁰³. Era acrescida de diversas matérias primas, exploração de florestas, criação de gado e pastoreio. A agricultura era o sustentáculo da vida económica da época devido à fertilidade do solo e clima da Terra Quente do Nordeste Transmontano, propício a todas as culturas agrícolas²⁰⁴. Em finais do Setecentos, o concelho de Mirandela constava de 454 lavradores e 383 jornaleiros. Abreiro possuía 108 lavradores e 73 jornaleiros; Frechas 26 lavradores e 24 jornaleiros; Lamas de Orelhão 242 lavradores e 238 jornaleiros; Torre D. Chama 290 lavradores e 140 jornaleiros; excepção em Vadasnes com 25 lavradores e 6 jornaleiros²⁰⁵.

Era usual em Trás-os-Montes os lavradores cultivarem a terra e em paralelo criarem gado, para subsistirem²⁰⁶. Em 1790, os lavradores de Mirandela não se sentiam muito seguros na sua condição de laborar a terra, pois queixaram-se ao Corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo – José António de Sá, que a câmara os humilhava obrigando-os a obter Carta para exercer a profissão. Também Ribeiro de Castro, informava que na região de Mirandela parte da população era necessitada devido ao pagamento de muitos

²⁰¹ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 73.

²⁰² CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas Comarcas e População, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca pública Municipal do Porto, ms. 486.

²⁰³ SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Económico”, MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1993, vol. IV, p. 77.

²⁰⁴ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 18.

²⁰⁵ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da provincia de Tras-os-Montes, suas comarcas e população, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, s/p.

²⁰⁶ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 73.

foros a donatários e a outros, pelo que desanimavam e desertavam para se fixarem noutros povoados²⁰⁷. Posteriormente, Moraes de Mendonça dava uma informação relativa à partilha dos baldios feitas em várias terras para cultivo. Referiu Mirandela onde se fez a sua partilha pelos pobres. Estes venderam-nas aos ricos e podendo ficar remediados, ficaram na miséria, sem uma pequena porção de terreno onde pudessem plantar umas couves²⁰⁸.

O solo que constitui o concelho de Mirandela era propício à produção de diversas culturas e desde longa data que aqui se produzia muito cereal, vinha, olival²⁰⁹. Segundo o “Dicionário Geográfico” (1758) eram estes os produtos agrícolas mais importantes e mais cultivados no concelho de Mirandela, acrescidos da castanha, de árvores de fruto e floresta. Os cereais e azeite aparecem referenciados em todas as freguesias, a vinha em quase todas e a castanha e árvores de fruto e floresta em algumas.

6.1. Produção Cerealífera

No tocante a cereais, na primeira metade do século Setecentista houve uma reduzida falta desta produção. Além das crises cerealíferas provocadas por condições adversas climatéricas, houve períodos críticos de curta duração por circunstâncias de ordem política e militar, como aconteceu em Portugal com o seu envolvimento na Guerra dos Sete Anos, em que foi necessário fazer o recrutamento de soldados e seu abastecimento, com dificuldade nas importações de cereais e no seu pagamento²¹⁰. A Guerra da Sucessão de Espanha deixou também vestígios nefastos na agricultura com desvio ou morte das populações rurais que tiveram de pegar em armas para se defenderem e abandonar os campos. Nesse período, muitos gados e alfaias agrícolas se perderam, mormente nas zonas fronteiriças e próximas, em Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo, o que levou a fazerem-se apelos para desenvolvimento da

²⁰⁷ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 43.

²⁰⁸ “Memória que contém huma pequena descrição de Mont’Alegre ou Barroso, (...)”, *Jornal de Coimbra*, vol. III, p. 337, em nota.

²⁰⁹ BARROS, João de – *ob. cit.*, pp. 67v e 68.

²¹⁰ MACEDO, Jorge de – “A situação Económica no Tempo de Pombal Alguns Aspectos”, *Estudos e Documentos para a História de Portugal*, Porto: Livraria Portugália, 1951, T. 1, pp. 138-139.

agricultura²¹¹. Ainda a nível cerealífero, recorreu-se a um intercâmbio regional tentando debelar as carências da população. Foi ordenado às autoridades locais para fazerem o escoamento dos cereais e a sua importação no reinado de D. José diminuiu consideravelmente. Para subsistência dos povos, o trigo, centeio, aveia, cevada, lentilhas, e outras semente de grão foram considerados imprescindíveis²¹².

Face à falta cerealífera dissipada por todo o país em Setecentos, foram tomadas algumas medidas pelo governo, que tinham como objectivo fomentar e diversificar a produção agrícola e se traduziram em três domínios: apoio aos lavradores de cereais; projecto para os terrenos cultivados de vinha serem substituídos por outras culturas; incentivo ao cultivo de terrenos baldios e de outros não devidamente explorados.²¹³

No início de Setecentos, a nível nacional, as colheitas cerealíferas garantiam a subsistência dos povos de cerca de sete meses, mas em 1737 e 1746 desceu para cinco meses²¹⁴. Na penúltima década do século de Setecentos (1785), a produção era insuficiente para consumo do país. Nas comarcas de Torre de Moncorvo, Bragança e Vila Real verificou-se falha dos principais cereais panificáveis, uma vez que se tinha optado pelo cultivo da vinha²¹⁵, que lhes tirou terrenos²¹⁶.

Era desde tempos longínquos muito importante na região do Nordeste Transmontano a cultura do trigo, centeio, cevada e posteriormente do milho²¹⁷.

²¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Panorama Cerealífero”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa: Verbo, vol. V, pp. 377-378.

²¹² Joaquim Veríssimo Serrão – “Panorama Agrário”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI, pp. 205-206.

²¹³ TENGARRINHA, José – “Movimentos Populares em Portugal, (1751-1807)”, *Forum de História*, Sintra: Publicações Europa América, 1994, T. I, p. 83.

²¹⁴ PINTO, Virgílio Noya – *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português (Uma Contribuição aos Estudos da Economia Atlântica no Século XVIII)*, 2.ª ed., Brasil - S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 269-270.

²¹⁵ MACEDO, Borges – *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: J. Macedo, 1963, T. I, p. 336.

²¹⁶ OLIVEIRA, Aurélio de – “Douro Vinhateiro da Produção ao Comércio. Algumas Considerações”, *Revista de História*, Porto: Sá Costa, 1993, pp. 237-238.

²¹⁷ SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa: Livros Horizonte Universitário, 3.ª ed., 1981, p. 39.

Davam-se bem em terras enxutas e eram todos de sequeiro²¹⁸. Eram cultivados alternadamente os de Inverno: trigo, centeio, cevada e aveia, e os de Verão: o milho painço e o milho alvo. Os cereais de sequeiro produziam-se no vale, na encosta, na planura e na montanha, em campos abertos, vastos, sem muros, sem renques de árvores, sem sebes, sem qualquer outra forma de divisão, que impedisse a livre circulação do homem e do gado²¹⁹, a não ser os marcos em pedra.

Eram o principal sustento das populações rurais, sempre susceptíveis de rigorosos estados climatéricos²²⁰, e desde longa data que em Mirandela se produzia muito pão²²¹.

O centeio era o principal cereal produzido e foi introduzido no mediterrâneo pelos primeiros povos bárbaros que o ocuparam²²². Desenvolve-se eficazmente em terras pouco profundas e na encosta da montanha. Era o cereal predominante em todo o Trás-os-Montes e nas Beiras²²³. Semeava-se essencialmente nas terras altas do Norte e do Nordeste em afolhamento bienal nas terras altas (até 1650 metros) e delgadas, encontrando nesta região condições ideais para o seu desenvolvimento. Era cultivado principalmente nas terras pobres, pouco férteis, capazes de suportar as baixas temperaturas que se fazem sentir em Trás-os-Montes durante o Inverno, assim como o calor intenso do Estio. O seu rendimento oscilava entre cinco sementes nas terras mais delgadas. A produção era rentável em certas localidades, onde se faziam pagamentos com este cereal²²⁴.

²¹⁸ RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991, p. 979.

²¹⁹ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 111 e 61.

²²⁰ SILVA, Célia Maria Taborda da – *O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime (1629-1683-1716-1822)*, Lisboa: Fragmentos, 1994, p. 128-129.

²²¹ BARROS, João de – “Geographia d’entre Douro e Minho e Tras-os-Montes”, *Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, vol. V, p. 119.

²²² RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 85.

²²³ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998, p. 61; MARQUES, A. H. de Oliveira - Centeio, SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II, pp. 38-39.

²²⁴ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 120; FRANCO, Francisco Soares – “senteio”; *Dicionário de Agricultura*, Coimbra: Imprensa da

Quanto ao trigo desenvolvia-se convenientemente em terras baixas, fundas e muito férteis. Necessita de invernos frios e verões quentes e secos²²⁵. Suplantava a cultura do centeio, e a produção anual atingia neste período de tempo 30 000 alqueires, enquanto que a do centeio era de 10 000²²⁶. Era uma cultura muito exigente que ocupava os melhores terrenos, exigindo uma frequente rotatividade²²⁷. Henrique de Barros esclarece de forma cuidada as condições ideais para incremento da cultura deste cereal²²⁸.

Havia no século XVIII três espécies de trigo: branco, tremez e ruivo. Costumava semear-se em terras próprias para seu melhor crescimento. O trigo branco era muito melindroso, sensível e desenvolvia-se bem em terras temperadas. A colheita era pouco rentável quando este era semeado em terrenos húmidos e pouco férteis. Quanto ao trigo tremez a colheita era de grande prosperidade quando semeado em terras fortes e húmidas. Tardava a espigar e quando nevava em Maio e Junho o cereal ficava estragado, com grande prejuízo para o lavrador, não se aproveitando o grão, nem a palha para os animais. Esta variedade de trigo era o último recurso do lavrador, que optava pelos mais produtivos²²⁹.

Universidade, 1805, T. IV, p. 357; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Centeio”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II, pp. 38-39; MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, 2.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1991, p. 73. Para o autor o centeio encontrava em Trás-os-Montes o local propício ao seu cultivo, sendo Vinhais a região onde o rendimento atingia o ponto máximo de todo o país.

²²⁵ RIBEIRO, Orlando – “Montanhas Pastoris em Portugal. Tentativa de representação cartográfica”, *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, pp. 257-272.

²²⁶ SÁ, José António de – “Dissertações Philosophico-políticas sobre o trato das Sedas na Comarca de Moncorvo”, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1787, p 273.

O seu cultivo era de enorme importância, sendo a sua produção regulamentada em 1899. In RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Sá Costa, 1991, p. 979.

²²⁷ CASTILHO, Artur – “O Trigo”, *Sep. do Manual Enciclopédico do Agricultor Português*, Porto: Edições Gazeta das Aldeias, 1950, pp. 240-250.

²²⁸ BARROS, Henrique de – *O Problema do trigo*, Lisboa: Biblioteca Cosmos, 1941, pp. 26-32.

²²⁹ BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, p. 216.

Relativamente à cevada, conhecida desde o Neolítico²³⁰, era cultivada em muitas localidades do Nordeste Transmontano. Destinava-se à alimentação de animais, enquanto forragem e depois em grão. Desempenhou um papel pouco significativo na alimentação humana e nas terras transmontanas era normalmente utilizada no fabrico de pão pelas classes mais desfavorecidas. A ceifa da cevada fazia-se um pouco mais cedo que a do centeio e do trigo. A debulha fazia-se como a do trigo. O grão servia para alimentação de suínos, o grão e a palha para animais de trabalho²³¹. Cultiva-se quase da mesma forma que o trigo, excepto que a sementeira não devia ser temporã. Para maior produtividade na colheita, a cevada devia semear-se em terras fortes, húmidas e férteis²³².

No tocante ao milho, o “marouco” foi encontrada por Cristóvão Colombo na América no século XVI e era o principal alimento dos povos indígenas²³³, não obstante os povos mais avançados e progressivos da antiguidade como os romanos e outros o desconhecerem, não tendo a mesma importância que o arroz e o sorgo, sendo muito cultivado na Índia, China e Japão²³⁴.

Segundo Magalhães Godinho a América Central era o principal foco de milho mais. Estudos genéticos e de geografia botânica levam a admitir três possíveis focos da sua origem e propagação: América do Sul, México e África intertropical. No século XVI foi encontrado milho zaborro pelos portugueses em Marrocos e África ocidental²³⁵.

²³⁰ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 85.

²³¹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998, pp. 113-122.

²³² BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, p. 217.

²³³ ALMEIDA, Luís Ferrand de – “A Propósito do Milho “Marouco” em Portugal nos séculos XVI e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, T. XXVII, pp. 103-143.

²³⁴ *Boletim da Associação de Agricultura Portuguesa*, Sindicato Agrícola Central, Ano XIX, 1963, vol. XIX, pp. 35-37 e 71.

²³⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães – “O Milho Maiz. Origens e Difusão”, *Revista de Economia*, Lisboa, 1963, vol. XV, fasc. 5, p. 33. A nível europeu, convém lembrar o impacto do milho no desenvolvimento económico só aconteceu nas centúrias seguintes. In FINZI, Roberto – “La Diffusion du

No século XVI, nos terrenos do Douro cultivava-se milho de canas muito altas com espigas muito produtivas que davam um quarto de alqueire de milho branco e grande, admitindo-se que a cultura do milho mais tenha sido introduzida em Portugal continental proveniente da África via Marrocos²³⁶.

Em finais do século XVI e princípios do XVII, nos terrenos de Coimbra o milho zaborro era conhecido por milho grosso, atendendo às referências que lhe são atribuídas na sua utilização na alimentação humana, leva a concluir que se tratava do milho mais²³⁷.

Era já conhecido em Portugal no século XVIII e continuou a sua carreira no Norte e centro do país. Veio substituir os tradicionais cereais: trigo e centeio e colmatar de alguma forma a crise cerealífera que se fazia sentir²³⁸. Contribuiu para a redução de pastagens e declínio da produção de gado e de lacticínios²³⁹. A produção do milho foi de extrema importância na transformação da economia agrícola e aumento demográfico, uma vez que fez crescer o rendimento dos meios rurais e criar melhores condições para neles se fixarem as populações²⁴⁰.

Em termos genéricos a produção do milho foi de que o impacto do milho no desenvolvimento económico só aconteceu nas centúrias seguintes²⁴¹. Na

Mais en Italie du Nord du XVI siecle au debut du XIX siecle ». In *Plantes et Cultures Nouvelles en Europe Occidentale au Royen Age et à l' epoque Moderne*, Auch: Centre Culturelle de l' Abbaye de Flaran, 1992, pp. 103-115. O milho maiz veio igualmente alterar a paisagem rural da França Mediterrânica. Surge em Toulouse em 1600 e rapidamente substituiu o pastel, vindo ainda na 1.ª metade da centúria a propagar-se em direcção à França Atlântica. In JACQUAR, Jean, "Immobilisme et Catastrophes (1560-1690) ». In DUBI, Georges et WALLON, Armand (Dir. de), *Histoire de la France Rurale*, Paris, Editions du Seuil, 1975, vol 2, 2.ª parte, pp. 236-238.

²³⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães – "O Milho Maiz. Origens e Difusão", *Revista de Economia*, Lisboa, 1963, vol. XV, fasc. 5, p. 35.

²³⁷ OLIVEIRA, António de – *Para a História de significado botânico de milho zaborro*, Coimbra: Coimbra Editora, 1967, p. 142.

²³⁸ MORINEAU, Michel – *Les paux Semblants d'un demarrage economique: agriculture e demographie en France au XVIII siecle*, Paris: Armand Colin, 1971, pp. 70-76.

²³⁹ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de – *História de Portugal*, Lisboa: Palas editores, 2.ª ed., 1981, vol. III, p. 88.

²⁴⁰ RIBEIRO, Orlando – "Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal", *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 192.

²⁴¹ FINZI, Roberto – "La Diffusion du Mais en Italie du Nord du XVI siecle au debut du XIX siecle ». In *Plantes et Cultures Nouvelles en Europe Occidentale au Royen Age et à l' epoque Moderne*, Auch: Centre Culturelle de l' Abbaye de Flaran, 1992, pp. 103-115. O milho maiz veio igualmente alterar a

centúria de Setecentos o milho difundiu-se pelas terras baixas atlânticas e nas mais interiores, onde se cultivava juntamente com feijoeiros e aboboreiras. A introdução do milho mais em Portugal pelos espanhóis vindo da América, foi de extrema importância, na medida em que veio desenvolver significativamente a vida económica nacional. Foi denominado por milho graúdo, milho grande, milho maçaroca, milho zaburro ou milho marroco, ou apenas milho. O seu preço depressa ultrapassou nos mercados o preço do milho miúdo, do centeio e da cevada. A sua entrada no nosso país provocou a “revolução do milho” e a sua difusão foi muito intensa em diversos pontos do país, principalmente no Norte²⁴². Trouxe profundas transformações nos campos e respectiva agricultura. Suprimiram-se pousios e fizeram-se grandes áreas de arroteamentos; diminuíram as áreas de pastoreio por falta de campos abertos para apascentar e se mover o gado ovino e caprino; levou ao aparecimento do individualismo com o parcelamento da terra com sebes, muros e outras divisórias; optou-se por uma agricultura intensiva e mais variada, aumentou do espaço de regadio. Inicialmente a cultura do milho mais estava confinada à região do Douro, onde se produzia “boroa”, posteriormente estendeu-se a todas as províncias do Norte e teve um papel fundamental na alimentação da gente nortenha²⁴³.

Em Trás-os-Montes era já conhecido desde longa data o milho painço e o milho alvo ou milho miúdo. A entrada do mais provocou uma revolução

paisagem rural da França Mediterrânica. Surge em Toulouse em 1600 e rapidamente substituiu o pastel, vindo ainda na 1.ª metade da centúria a propagar-se em direcção à França Atlântica. In JACQUAR, Jean, “Immobilisme et Catastrophes (1560-1690) ». In DUBI, Georges et WALLON, Armand (Dir. de), *Histoire de la France Rurale*, Paris, Editions du Senil, 1975, vol 2, 2.ª parte, pp. 236-238. ,

²⁴² COUTINHO, Carlos da Cunha – “Origem do Milho em Portugal. Alguns aspectos da vida rural portuguesa antes e depois introdução do milho nas províncias”, *Separata do Boletim da Associação central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa: tipografia do Anuário Comercial, 1917, p. 71; GODINHO, Vitorino Magalhães – “O Milho Maiz. Origens e Difusão”, *Revista de Economia*, Lisboa, 1963, vol. XV, fasc. 5, pp. 33-35; ALMEIDA, Luís Ferrand de – “A Propósito do milho Marroco em Portugal nos séculos XVI e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994, T. XVII, pp. 103-143.

²⁴³ ALMEIDA, Luís Fernandes de – “A propósito do Milho Marroco em Portugal nos Séculos XVI-XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, T. XXVII, pp. 108 e 125.

agrária nacional, que Alberto Sampaio qualificou de “revolução cultural”²⁴⁴. Apesar da “revolução do milho” ter alterado o regime alimentar português do Noroeste e paisagem agrária, a verdadeira revolução só se efectuou e se fez sentir realmente no decurso dos séculos XVII e XVIII, e o pão de milho tornou-se então um dos alimentos mais importantes dos diversos estratos sociais, mas sobretudo da população camponesa²⁴⁵. Nesta província cultivam-se duas espécies de milho: painço e o milho alvo ou milho miúdo e tanto um como o outro se inserem na economia tradicional, muito utilizado no Nordeste Transmontano²⁴⁶. Porém, no vizinho concelho de Moncorvo²⁴⁷, o cultivo do milho mais fazia-se em terrenos próximos do povoado, destinado à alimentação de gado bovino e muar²⁴⁸, mas era ainda muito limitada, com excepção de Açoreira, Moncorvo e Cabeça de Mouro, onde se cultivava, mas também aqui em pequenas quantidades, em terras baixas e fundas e enquanto tenro servia também para alimentação do gado²⁴⁹.

Em finais do Setecentos o cultivo do milho mais havia-se vulgarizado em algumas zonas transmontanas e em 1796 a antiga vila de Frechas vizinha de Mirandela aparece como uma das maiores produtoras deste cereal em Trás-os-Montes²⁵⁰. Também em 1758, de acordo com as “Memórias Paroquiais de

²⁴⁴ SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa- Vega, 1923, vol. I, p. 218.

²⁴⁵ OLIVEIRA, João Nunes – *A Produção Agrária de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1990.

²⁴⁶ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998, p. 115.

²⁴⁷ COUTINHO, Carlos da Cunha – “Origem do Milho em Portugal. Alguns aspectos da vida rural portuguesa antes e depois introdução do milho nas províncias”, *separata do Boletim da Associação central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa: tipografia do Anuário Comercial, 1917, p. 71; GODINHO, Vitorino Magalhães – “O Milho Maiz. Origens e Difusão”, *Revista de Economia*, Lisboa, vol. XV, fasc. 5, 1963, pp. 33-35; ALMEIDA, Luís Ferrand de – “A Propósito do milho Marroco em Portugal nos séculos XVI e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, T. XVII, 1994, pp. 103-143.

²⁴⁸ SÁ, José António de – *ob. cit.*, pp. 253-290, p. 261; SÁ, José António de – *ob. cit.*, pp. 271 e 287.

²⁴⁹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Sá Costa, 7.ª ed., 1998, p. 122.

²⁵⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *ob. cit.*, Arquivo Distrital de Vila Real, pp. 49-50; MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 19.

Mirandela”, nas freguesias de Abambres, Contins, Quintas de Mirandela e S. Salvados, se produzia milho em pequenas quantidades²⁵¹.

Segundo Orlando Ribeiro, o trigo era o cereal das aldeias e dos montes, o centeio das aldeias aglomeradas e o milho era do casal avulso²⁵².

Em termos genéricos, o milho desenvolve-se bem em terras fortes e húmidas. Costumava cultivar-se sozinho em terrenos de área razoável, ou juntamente com feijoeiros a que serve de suporte e se enrola por ele acima e com aboboreiras. A preparação da terra para exploração do milho devia fazer-se através de uma lavragem funda puxada por animais de trabalho. Logo que nascia e após possuir quatro ou cinco folhas, era usual sachar-se com a enxada de cabo curto e mais tarde fazê-lo duas ou três vezes. Devia regar-se sempre que necessário, de acordo com os sítios se eram secos ou húmidos²⁵³.

A sementeira do milho maís deve fazer-se em Maio e amadurece em Agosto ou Setembro. Desenvolve-se melhor em terreno com irrigação e precisa de ser mondado. O milho alvo ou miúdo é mais tardio e semeia-se em Junho. Quando o maís atinge um certo desenvolvimento, corta-se-lhe a *bandeira* ou *pendão* e serve de alimento aos animais de trabalho. Em Agosto ou Setembro amarelece a espiga, é cortada e transportada em carro de madeira para a eira, que depois de seca se efectuavam as conhecidas *desfolhadas*. As espigas são posteriormente metidas no sequeiro para secar, de onde são depois tiradas para malhar, batido o milho com um malho²⁵⁴. Após a debulha, guarda-se o grão para servir de nutrição a animais e humanos²⁵⁵.

²⁵¹ IAN/TT, D. G., *obs. cits.*, pp. 12, 320, 104 e 515.

²⁵² RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal – A Cultura do Milho”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 192.

²⁵³ BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, p. 219; RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editorial, vol. XVII, 1941, pp. 645-663.

²⁵⁴ DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 130.

²⁵⁵ BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*,

No âmbito geral, a preparação da terra para exploração agrária cerealífera eram utilizados instrumentos arcaicos como o arado de pau e a charrua e fazia-se em afolhamento bienal. O terreno de cultivo era lavrado três vezes: decrua em Janeiro, estravessa em Maio e sementeira em Outubro²⁵⁶. Se fosse trigo a sementeira costumava fazer-se desde Novembro até Março, e neste espaço se distinguem três tempos: temporão, mediano e seródio. Faz-se em primeiro lugar a sementeira temporã, segue-se a do meio que se efectua no fim de Dezembro e início de Janeiro, por fim a do serôdia a mais tardia. Era usual estrumarem a terra com estrume dos animais, ou com queimadas quando a terra se encontrava com mato, que era arrancado e depois queimado na própria terra de cultivo. Na Primavera era necessário mondar a seara de trigo, livrá-lo das ervas daninhas que lhe prejudicavam a colheita²⁵⁷.

A ceifa ou segada fazia-se no mês do S. João, a cevada mais cedo e os restantes nos finais de Junho e durante o mês de Julho. Era feita pelo agregado familiar, sistema comunitário e por segadores vindos de outras partes. O cereal era cortado com uma foice curva e posto em molhos presos com vencilhos. Eram depois levados para o relheiro, onde era colocados com as espigas para dentro para não apanharem chuva que pudesse danificar o grão. Procedia-se posteriormente à ingarela que consistia no transporte dos molhos de cereal para a eira em carros de madeira ou em carga no dorso de cavalgaduras. A debulha efectuava-se em Julho e Agosto com a trilha para o trigo e cevada e a malha para o centeio. Relativamente a este cereal, malham-

para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815), Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, p. 219; RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editorial, vol. XVII, 1941, pp. 645-663.

²⁵⁶ Para uns autores, o arado surgiu na Idade do Bronze na Mesopotânea, em que os babilónicos eram exímios agricultores conhecendo já os cereais, entre eles o trigo. Criavam bovinos e pressupõe-se existia já o arado, que se estendeu ao mediterrâneo. Para outros, a sua origem é do período Neolítico, atendendo aos vestígios arqueológicos de relhas encontradas. In MELIDA, José R. - *Arqueologia Espanola*, 2.ª ed., 1936, reimpressão, 1942, p. 59; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Câmara Municipal de Mirandela, Porto: Humbertipo, 2001, p. 125.

²⁵⁷ BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, pp. 216-217.

se os caules e as espigas da planta com um mangualde, que consiste em dispor o centeio em camadas sobre a pedra da eira, sendo depois batido alternadamente com mangualdes por homens colocados uns em frente dos outros, para da espiga sair o grão. A palha é atada em molhos – colmo a servir para vencelhos no ano seguinte e em faixas de palha para servir de alimento aos animais de trabalho e lhe mudar as camas, depois transformada em estrume²⁵⁸. O grão era medido em alqueires ou rasas, ensacado e levado para a tulha do lavrador, de onde era tirado durante o ano para ser enviado ao moinho para moer. O trigo e a cevada expostos na eira eram trilhados com animais presos uns aos outros, andando à volta até o grão se desprender da espiga e a palha ficar trilhada, que em seguida era retirada e levada para o palheiro para servir de alimento aos animais durante o ano. Após ser retirada a palha, o grãos era varrido com vassouras de giesta seca para o centro da eira e atirado ao ar com pás para o vento lhe separar a moínha. Depois de limpo, era ensacado e levado para a tulha ou grande arca em madeira. Ao longo do ano o cereal era enviado às azenhas do rio Tua e Ribeiras do concelho para moer, do qual o moleiro cobrava a maquia²⁵⁹.

A produção cerealífera era muito importante na altura, o que levou a câmara de Mirandela a criar bastante legislação. Em 27 de Janeiro de 1723 foram elaboradas e postas a vigorar posturas pela vereação referentes a pássaros. Para obstar que as aves comessem o grão dos cereais nos campos, todos os moradores do concelho durante o mês de Junho eram obrigados a apresentarem na edilidade ou em casa do escrivão da câmara cinco cabeças de pardais, pintassilgos e melharengos. Aquele que os não apresentasse sujeitava-se a ser penalizado em 500 réis de multa para o concelho. Também depois da ceifa a população mais carenciada ia procurar as espigas perdidas no restolho – *rebusco* ou *espiga*, o que levou a câmara a legislar na mesma

²⁵⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, pp. 19; RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, pp. 73 e 85; FERNANDES, Ilda – *Maçores Minha Terra Minha Gente*, Câmara Municipal de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2003, pp. 154-155.

²⁵⁹ VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, vol. VII p. 33; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, pp. 125-127.

data, anunciando que toda a pessoa que fosse encontrada à espiga havendo molhos de cereal, fosse penalizada a dez dias de cadeia e pagasse cem réis de multa²⁶⁰.

Para transformação do grão dos cereais em farinha recorria-se aos moleiros que efectuavam esta operação em moinhos movidos a água dos rios e das ribeiras de rodízio horizontal. Posteriormente começaram a utilizar a azenha de roda vertical por ser mais potente²⁶¹. No concelho de Mirandela havia muitas azenhas ao longo do rio Tua das quais algumas já desapareceram e outras encontram-se em total estado de ruína. O mesmo se passou com os moinhos das ribeiras²⁶². Em 1796, também em Abreiro, Frechas, Lamas de Orelhão, Torre D. Chama e Valdasnes se produziam cereais²⁶³, em maior ou menor quantidade, salientando o milho produzido em Frechas.

O cultivo dos cereais exigia muito trabalho à mão como a sacha, monda, ceifa, debulha, malha do centeio, limpar na eira para separar o grão da palha, desfolhar e desgranar o milho, ensacar, carregar no carro de madeira ou na besta e despejar na tulha para consumo ao longo do ano. O fabrico do pão incluía também muito trabalho manual: levar a moer no moinho ou azenha em sacos carregados em mulos e asnos para o grão ser transformado em farinha, depois peneirar, amassar com água morna, sal e fermento e esperar algum tempo até a massa ficar *léveda*, e quando estivesse era fingida, que consistia em cortar a massa e transformá-la em pães e levá-los em tabuleiros de madeira ao forno a lenha, comunitário ou privado, a cozer²⁶⁴.

²⁶⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, 2º vol., pp. 86-87.

²⁶¹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998, p. 85.

²⁶² FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 123.

²⁶³ *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ms. 908, pp. 214, 92, 233, 116.

²⁶⁴ SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias “Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1791, T. III, p. 261-262; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, pp. 153-155, 125-128.

6.2. Os Olivais

De origem mediterrânica, a oliveira tornou-se a árvore por excelência, das civilizações que neste espaço brotaram. Com o pão e o vinho, o azeite foi sacralizado pelo cristianismo, utilizado na iluminação dos templos, ou, como óleo santo, no sacramento do crisma. Foi também a gordura por excelência na Idade Média e no Antigo Regime, empregue como produto básico na alimentação e noutras actividades, como a iluminação, a perfumaria e a medicina. A sua existência é antiquíssima em todo o território nacional, introduzida e aproveitada pelos romanos²⁶⁵. Adaptou-se a quase todos os solos do país, mas foi nos solos calcários das regiões quentes do interiores resguardados dos ventos marítimos como o Nordeste Transmontano que mais se desenvolveu e encontrou condições favoráveis ao seu crescimento e maior produção. Desenvolveu-se principalmente na Terra Quente Transmontana, vales do rio Tua e Douro. Requer invernos suaves, moderados, com chuva na Primavera, calor em Estio longo e seco, e Outonos suaves²⁶⁶. Não se desenvolveu eficazmente em locais frios de altitude superior a 700 metros, mas teve maior progresso e produziu mais até altitudes dos 500/550m, com elevada incidência na bacia inferior do Tua²⁶⁷. Encontrou óptimas condições para seu desenvolvimento e rentabilidade nos vales do Douro e do Tua, ou seja na Terra Quente Transmontana²⁶⁸.

²⁶⁵ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, pp. 86-88.

²⁶⁶ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998, p. 70; RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, pp. 86-88.

²⁶⁷ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1991, p. 85; LANGHAMS, F. P. – “Apontamentos para a História do Azeite em Portugal”, *Separata do Boletim Nacional de Azeite*, Lisboa, 1949, p. 135; RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, Expansão e Declínio da Oliveira e Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, pp. 86-88.

²⁶⁸ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998, p. 70; LANGHAMS, Franz Paul – *ob. cit.*, pp. 21-25.

Desempenhou um papel relevante na vida do agricultor, uma vez que lhe compensava o baixo rendimento da terra²⁶⁹, e ser considerado o melhor dos óleos vegetais, uma gordura que não tem rival e de grande valor para a saúde pública²⁷⁰, pelo que houve uma campanha por parte de olivicultores, para valorizar o fabrico do azeite²⁷¹. Em meados da década trinta do século XVIII, a sua produção foi muito importante a nível nacional. Exportou-se para a Alemanha, Flandres, Brasil, Galiza, Castela e Índia²⁷².

É uma árvore característica dos países mediterrâneos e encontrou também no Nordeste Transmontano habitat apropriado ao seu desenvolvimento e produção nas suas planícies e terras baixas. O início da sua cultura em Mirandela remonta ao segundo quartel do século XVI: “... e muito pouco tempo há que ali se plantarão as primeiras oliveiras e agora há muito azeite na terra”²⁷³.

Em finais do Século XVIII a produção oleica em Trás-os-Montes era ainda insuficiente, muito aquém das potencialidades da província neste domínio, mas era já produzido azeite em quantidade muito significativa em Lamas de Orelhão, em menor escala em Torre D. Chama e Mirandela. Columbano Ribeiro de Castro opinava cuidar mais da plantação de oliveiras, uma vez que tinham excelentes condições de solo e clima para o desenvolvimento da produção oleica, o que veio a acontecer a partir deste século. Entretanto em Torre D. Chama o cultivo da oliveira no século XVIII havia-se vulgarizado e a vila de Abreiro produzia e exportava azeite²⁷⁴. A sua

²⁶⁹ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 77; LANGHAMS, F. P. – “Apontamentos para a História do Azeite em Portugal”, *Separata do Boletim Nacional de Azeite*, Lisboa, 1949, p. 125.

²⁷⁰ RAPOSO, José Hipólito Ribeiro – “Campanha de Valorização do Azeite na Agricultura, Lavoura Portuguesa”, *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Junho, 2.ª ed., Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1948, n.º 3, pp. 23-24.

²⁷¹ RAPOSO, José Hipólito Ribeiro – *ob. cit.*, n.º 2, p. 2.

²⁷² COELHO, Virgínia – “Preços do Azeite em Lisboa: 1626-1733”, *Revista de História Económica e Social*, Julho-Dezembro, Lisboa: Sá Costa, 1979, vol. 4, p. 16.

²⁷³ BARROS, João de – *ob. cit.*, p. 68.

²⁷⁴ ADVR - CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de Castro - *Nova Demarcação da Província de Tras-os-Montes. Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes, feito no anno de mil setecentos noventa e seis pelo desembargador Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juis commissario da sua*

plantação no concelho de Mirandela ter-se-ia iniciado, em maior escala, na margem direita do rio Tua, nomeadamente entre Golfeiras e Eixes, tendo-se dilatado o seu cultivo em ambas as margens do mesmo manancial. Destaque para o extenso olival denominado *Maravilha*, constituído por várias parcelas de terreno adquirido em meados do século XVII pelo donatário de Mirandela António Luís Távora para aqui mandar plantar oliveiras. Dissipou-se posteriormente pelas terras baixas e abrigadas do concelho de Mirandela²⁷⁵. A cultura da oliveira também se desenvolveu em Abreiro, que produzia em abundância e exportava azeite; em Frechas havia grande mata de oliveiras; Lamas de Orelhão aumentou a plantação de olival; Torre D. Chama já recolhia azeite, mas Columbano Ribeiro de Castro opinou que seria mais rentável aumentar a produção, fazendo plantações de oliveira²⁷⁶.

O conjunto de oliveiras formam o olival ou olivedo e desempenharam um papel relevante na economia rural²⁷⁷.

As castas de azeitona mais frequentes eram verdeal, galega ou madural, lentisca, cordovil, redondil, carrasquenha e sevilhana, e o azeite era de qualidade superior²⁷⁸.

A reprodução da oliveira fazia-se plantando ramos grossos da árvore cortados de fresco, conhecidos por tanchões, ou por enxerto, que consiste em introduzir pequenas partes da árvore, em forma de garfo ou côdea nas silvestres, denominadas por zambujeiros. Desta forma se produz azeitona da variedade que se quiser. A altura ideal para sua plantação é no início de

demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos; Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da provincia de Tras-os-Montes, ms. 908, 1796, p. 54.

²⁷⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, 2º vol., pp. 185-186.

²⁷⁶ ADB. - CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, Manuscrito ms. 908, 1796, pp. 214, 92, 233, 116.

²⁷⁷ SAMPAIO, Alberto – SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p.76.

²⁷⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, 2º vol., pp. 185-186; BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra – do estado da agricultura e da cultura das oliveiras”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, p. 213.

Janeiro, de preferência neste mês as plantadas em terras secas, mais tarde nas terras húmidas. Era usual lavrarem-se os olivais para não criarem mato e as oliveiras se desenvolverem mais²⁷⁹. Se o solo onde eram plantadas era fecundo podia anualmente semear-se nele trigo ou cevada, se não fosse devia lavar-se de dois em dois anos. A colheita da azeitona no período de Setecentos costumava fazer-se em Dezembro. Para colher a azeitona os homens subiam à oliveira para com varas grossas e compridas baterem com força nos ramos para a azeitona cair. Utilizavam panos de linhagem para pôr debaixo da árvore e as azeitonas lhe caírem em cima. Só as que caíam mais distantes eram apanhadas uma a uma para o cesto e depois despejado no saco. A que cai sobre os panos vem cheia de folhas e pequenos ramos que é preciso limpar. Para isso faz-se um tendal com as varas e os panos e atira-se a azeitona de longe. Ao atirar-se a azeitona a uma certa distância o vento leva-lhe as folhas, bem como os pequenos ramos e limpa-a. Era depois ensacada e levada para a tulha onde permanece até à feitura do azeite no lagar de duas ou três pedras em granito. O melhor azeite é aquele em que a azeitona passa menos tempo na tulha e se transforma em azeite passado pouco tempo após a apanha da azeitona²⁸⁰.

Depois da azeitona ser apanhada, procedia-se ao rebusco pelas pessoas mais necessitadas, que consistia em ir ao olival procurar as azeitonas que ficaram perdidas. Relativamente ao rebusco da azeitona, em sessão da câmara de Mirandela em 20 de Janeiro de 1689 foi decidido em Código de Posturas que todo o indivíduo que fosse encontrado nos olivais, debaixo das oliveiras com azeitona sem ter onde pudesse colhê-la, era condenado a dez dias de cadeia e a pagar cem réis para o concelho. Para a feitura do azeite, a

²⁷⁹ ALLA-BELLA, João António – “Memória sobre a Cultura das oliveiras em Portugal”, 2.^a ed., *Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Off da mesma Academia, 1818, pp. 72-80; RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, pp. 86-88.

²⁸⁰ BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, pp. 214-216; MARÇAL, Ramiro – “A Conservação da Azeitona, do Azeite e do Bagaço” (Conferência), *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa: Sede da Associação, 1900, T. II, pp. 184-221.

azeitona era despejada e moída no pio em granito do lagar, os mais antigos de uma só pedra ou mó em cantaria. Posteriormente adoptou-se o sistema de duas ou três mós por ser mais rentável. Na vila de Mirandela a azeitona era transformada em azeite nos diversos lagares aqui existentes e nos lagares de azeite espalhados por algumas freguesias do concelho, como informam os seus párocos em *Memórias Paroquiais*²⁸¹.

O melhor azeite era o fino e fresco e só podia ser adquirido com azeitona apanhada de fresco da oliveira, mas os moinhos e prensas dos lagares e fábricas não eram suficientes para dar vazão à azeitona à medida que era colhida, pelo que era guardada em tulhas e nem sempre era fabricada em boas condições, pelo que era aconselhável criar na tulha um fundo falso e para aí escorrer a água russa antes da azeitona ser transformada em azeite, sendo melhor e mais rentável a azeitona galega²⁸².

6.3. A Vinha

Tal como sucedia com a seara e o olival, a implantação da vinha acompanhava de forma estreita o povoamento humano. O vinho era considerado a bebida por excelência, consumido em todas as mesas e empregue ainda no culto religioso. Por isso, plantava-se vinha em toda a parte, fosse em manchas compactas e homogéneas, fosse em associação com olival, seara, ou pomar e a horta, ou outros cultivos. Com as suas longas raízes, a videira não receia tempos secos e é favorecida por uma boa exposição aos raios solares e pelos calores estivais, que beneficiam a maturação das uvas. Desenvolve-se muito bem nas encostas do Douro, onde antes crescia espontâneo mato. No século XVI começaram a levantar-se geios ou socalcos para sustentar a terra parte dela provinda da rocha desfeita, que teimava desviar-

²⁸¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança 2.º vol., Junta Distrital de Bragança, 1983, pp. 82 e 186.

²⁸² RAPOSO, José Hipólito Ribeiro – “Campanha de Valorização do Azeite na Agricultura, Lavoura Portuguesa”, *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Abril-Maio, 2. ed., Abril-Maio, Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1948, n.º 2, p. 195.

se pela encosta. Distingue-se a viticultura da Terra Quente do Douro e alguns dos seus afluentes (Tua) com vinhos maduros e generosos²⁸³.

O vinho fino do Douro, quando ventilado e tratado chega a produzir Vinho do Porto. Desenvolve-se e produz-se em toda a bacia do Douro e é criado nos outeiros que demarcam o vale deste rio compreendido entre os seus afluentes da margem direita Sabor e Corgo. Na margem esquerda do mesmo rio os vinhos também são bons, mas não finos²⁸⁴.

A viticultura tornou-se assim muito diversificada, de acordo com as condições da qualidade do terreno e clima, suplantando outras bebidas fermentadas antes utilizadas²⁸⁵.

Relativamente a Mirandela, não é um concelho especialmente vocacionado para o vinho, mas os agricultores no século XVIII, como hoje produziram-no para consumo corrente ou familiar.

A vinha é já conhecida em Mirandela desde tempos remotos²⁸⁶, mas só a partir do século XVII é que a sua cultura se generalizou na região, e só na 2.^a metade do Setecentos é que a produção aumentou a nível geral devido às exportações do vinho do Porto para Inglaterra. A nível económico este tratado levou à decadência as indústrias portuguesas e aumentou as exportações de Inglaterra para o nosso país²⁸⁷.

²⁸³ RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998, p. 72; LAUTENSACHT, Herman e, DAVEAU, Suzane, “A vida económica e social”, *Geografia de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, 1987, vol. IV, pp. 963-965.

²⁸⁴ MORAIS, Rodrigues de – *Tratado Prático de Vinificação*, 3.^a ed., Porto: Tipografia Mendonça, 1902, p. 160.

²⁸⁵ SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.^a ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 79; RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998, p. 72.

²⁸⁶ Existe uma Carta de Venda (1275) de uma vinha localizada nas proximidades do castelo velho. Também D. Dinis alude uma vinha na carta que outorgou a Mirandela em 1882 ordenando a sua transferência do Monte de S. Martinho para o Monte de S. Miguel onde actualmente se encontra: “...e mando que todos os que y avedes vnyhas e ortas e chousas e moyinhos que os aiades livres...SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, ed. da Junta Distrital de Bragança, Bragança, 1983, 2º vol. p. 182.

²⁸⁷ As freguesias do concelho de Mirandela: Romeu, Avantos, Frechas e Carvalhais (são as denominadas propriedade de Clemente Meneres) e são da Região Demarcada do Douro. A maior parte dos vinhos do concelho de Mirandela estão integrados na Denominação de Origem de Trás-os-Montes. In de – *O Tratado de Methwen de (1703) assinado em Lisboa em 1703*, Lisboa: E. N. P., 1966, p. 20.

A partir do século XVIII, procede-se a uma nova legislação que abrange a produção agrícola e sua direcção. A regulamentação mais notável foi a da produção do vinho do Porto, quando em 1756 o Marquês de Pombal instituiu a Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro²⁸⁸.

Desenvolveu-se intensamente nas encostas xistosas do Douro e região do Nordeste Transmontano, onde ocupa um lugar de relevo. Desenvolve-se bem em toda a Terra Quente do Douro e seus afluentes. O seu limite em altitude é de 800 a 900 metros nas montanhas do norte do país²⁸⁹. Em todos os concelhos da região do Nordeste cultivava-se até altitudes de 500/600 m²⁹⁰.

Foi a cultura que mais se desenvolveu no Setecentos, a que beneficiou do novo mercado pelo aumento da procura em finais do século anterior, reforçada e aumentada pelo Tratado de Methwen (1703), em que Portugal se comprometeu a ceder o vinho do Porto a Inglaterra e esta fornecia ao nosso país produtos têxteis²⁹¹. Foi o Marquês de Pombal que vulgarizou intensamente a viticultura, movido pela defesa da qualidade vinícola, criando para o efeito a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1756²⁹². No primeiro quartel do século XVIII há uma grande exportação de vinho. Foram enviadas para Inglaterra vinte mil pipas de vinho, nível que se manteve, ou até

A regulamentação e demarcação da actual Região Demarcada do Douro consta do Decreto n.º 166/86 de 26 de Junho, art. 2 e incorpora parte do concelho de Mirandela com a freguesia de Frechas e a Sociedade Clemente de Meneres na freguesia de Romeu, Avantos Carvalhais e Frechas. Uma das suas principais atribuições é apoiar e incentivar a produção vitivinícola em contacto com os devidos e competentes serviços e dar assistência técnica aos seus produtores. In CARRERA, Ceferino – *Vinho do Porto e a Região do Douro, História da Primeira Região Demarcada*, Sintra: Colares Editora, 2002, p. 318.

²⁸⁸ RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991, vol. IV, p.979.

²⁸⁹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 71.

²⁹⁰ AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991, p. 85.

²⁹¹ SERRÃO, José Vicente – “Foi o Século XVIII uma Época de Crise ou de Progresso para a Agricultura Portuguesa?” – (ISCET), *Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, s/d, p. 5.

²⁹² OLIVEIRA, Aurélio de – “Douro País Vinhateiro, da Produção ao Comércio. Algumas Considerações”, *Revista de História Económica e Social*, Porto: Sá Costa, 1993, vol. XI, pp. 237-238.

acrescido. Foram também remetidos para o mesmo país grandes quantidades de ouro vindo do Brasil, com balança desfavorável a Portugal²⁹³.

As vinhas que produzem o vinho do Porto situam-se ao longo do rio Douro, que se prolonga pelos seu afluentes, como o Tua que banha parte do concelho de Mirandela. No século XVIII a área que produzia este vinho abrangia uma área de vinte e cinco milhas de comprimento e menos de cinco de largura²⁹⁴. O vinho do Porto é espesso, bom e de elevado teor alcoólico. Exportava-se em grandes quantidades para Inglaterra, Holanda e Báltico²⁹⁵.

A cultura da vinha encontrava-se em 1754 muito reduzida e decadente em detrimento dos lavradores da região do Douro originada pela despesa da sua cultura e por o escoamento do vinho ser adulterado pelos taberneiros do Porto, que entretanto haviam aumentado em grande número nesta cidade²⁹⁶.

Até ao século XVIII as encostas da Terra Quente encontravam-se cobertas de mato espontâneo, de que restam pequenos tufos²⁹⁷.

Columbano Ribeiro de Castro informa (1796) que em Lamas de Orelhão, se cultivava vinha e aconselhava Abreiro a optar pelo seu cultivo por seu solo ser fértil e mais propício para esta cultura. Produzia-se também em Frechas, Lamas de Orelhão em terrenos baldios e terra própria, bem como em Torre D. Chama²⁹⁸. Na mesma data visitou Mirandela e verificou que o cultivo da vinha

²⁹³ FRANCIS, David – *O Tratado de Methwen*, Braga: Associação Luso-Britânica do Minho, 1956, n. 1, p. 8.

²⁹⁴ SCHNAIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no Século XVIII*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, pp. 27 e 21.

²⁹⁵ SCHNAIDER, Susan – *ob. cit.*, p. 30

²⁹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Panorama Agrário, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI, p. 206.

²⁹⁷ Actualmente a vinha na Terra Quente cobre 300 ou 400 metros quadrados, normalmente disposta em geios ou socalcos para reter o criado solo constituído por uma mistura de rocha, estrume e terra. A partir de 1807 com o rebentamento do grande penedo do Cachão da Valeira, houve um significativo aumento da vinha que se propagou até à fronteira com o país vizinho. In RIBEIRO, Orlando e Hermann, Suzana – *Geografia de Portugal*, IV vol. Sá Costa, 2.ª ed., Lisboa, 2000, p. 1249.

²⁹⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, Manuscrito ms. 908, pp. 214, 92, 233, 116.

se havia intensificado no concelho. Depois menciona que em Abreiro e outras povoações da região se haviam feito novas plantações de vinha²⁹⁹.

As videiras em Trás-os-Montes eram plantadas de diversas formas. Umas vezes tinham por suporte árvores pelas quais trepavam, outras em paus grossos, mas também eram apoiadas em arame e em forma de latada³⁰⁰.

No século XVIII havia sessenta e sete variedades de uvas que produziam o vinho do Porto³⁰¹. As castas tradicionais de uvas no concelho de Mirandela eram tintã, negreda, moscatel, rabigato, mourisco preto, ferrel, verdeiro, cornifesto, malvasia grossa, alvoraça, bastardo tinto, folgasona, alvarelhão, etc.. A produção da vinha merecia o interesse da edilidade e lavradores, como se verifica em sessão de vereações da Câmara de Mirandela em 7 de Agosto do ano de 1723, que em Código de Posturas a vinha foi aludida. Foi decidido durante o tempo das uvas mantidas na vinha, ter presos todo tipo de cães, nomeadamente rafeiro, perdigueiro e podengo. Aquele que fosse encontrado solto o seu dono pagaria de multa 500 réis para o concelho pela primeira vez e a terça parte era para o meirinho³⁰².

Desenvolveu-se a vinha em sistema de monocultura ao logo das centúrias, por sua vez, as vinhas plantadas em terrenos pouco férteis declinaram e algumas até se extinguíram³⁰³.

As castas tintas das uvas são touriga, alvarelhão, farinheira, tinto-cão e tinta amarela; as castas brancas são malvasia ou côdea, gouveia ou verdeiro, mourisca, sarilho e rabo de ovelha³⁰⁴.

²⁹⁹ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de Castro, *ob. cit.*, p. 123v.

³⁰⁰ DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 134.

³⁰¹ SCHNAIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no Século XVIII*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 27.

³⁰² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, pp. 183 e 85-88.

³⁰³ No século XIX, a vinha foi alvo de uma praga, a filoxera, que lhe reduziu as áreas vinícolas, pois muitas não foram replantadas. A vinha foi mais tarde enriquecida com as máquinas agrícolas, que lhe aumentaram a propagação e produção; RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 86.

³⁰⁴ MORAIS, Rodrigues de – *Tratado Prático de Vinificação*, 3.ª ed., Porto: Tipografia Mendonça, 1902, p. 163.

A videira é uma planta delicada. Se chover com frequência, o vinho fica fraco e aguado. No Setecentos, a vindima tinha início em fins de Setembro e princípios de Outubro, para a qual era preciso grande número de vindimadores que vinham da Galiza³⁰⁵.

A multiplicação da vinha faz-se com bacelo, plantado nas surribas de quatro palmos de profundidade, em vales e encostas. É usual fazer-se a plantação de Outubro a Março, fazendo-se mais cedo nas terras secas e mais tarde nas húmidas. Numas regiões plantam-se bachelos de uvas pretas e brancas misturados no mesmo terreno, noutras faz-se em quarteiros diferentes. A cultura do bacelo plantado requer muitos cuidados nos três primeiros anos para não secar. Deve cavar-se todos os anos e pôr espetada uma estaca no solo junto de cada um, para nele se prenderem as vides que vão crescendo. Concluía-se a cultura podando e empando as videiras. A poda costumava fazer-se em Janeiro ou Fevereiro. A empa fazia-se de acordo com a vegetação da planta se é mais ou menos forte. A lavra era frequente fazer-se apenas uma vez por ano. No princípio de Agosto, as uvas começam a amadurecer e a vindima fazia-se no fim de Setembro e princípio de Outubro. As uvas eram colhidas pelas vindimadoras e vindimadores para cestos de asas e depois levadas e despejadas em cestos vindimeiros, estes transportados depois para o pio do lagar para serem pisadas as uvas pelos homens³⁰⁶.

Era usual na região do Douro fazer-se a vindima quando a uva estava completamente madura, de acordo com a temperatura, entre 15 de Setembro e 8 de Outubro. Em cada dia da vindima procurava encher-se o lagar e à noite as uvas eram pisadas por homens com os pés bem lavados e as calças arregaçadas até cima do joelho. A pisa começava às vinte horas e terminava por volta da uma da manhã, tendo dado o “corte” ao lagar e executado a 1.^a “sova”. Na manhã seguinte os pisadores voltam para novamente darem “sova” e é nesta em que há os primeiros sinais visíveis para se conhecer se a

³⁰⁵ SCHNAIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no Século XVIII*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, pp. 28-29.

³⁰⁶ BAPTISTA; Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís, (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1990, T. I, pp. 219-220.

fermentação do mosto chegou ao ponto certo e que convém separá-lo do “bagaço” ou “cango” e levá-lo para tonéis. Após esta operação procede-se ao aproveitamento do “bagaço”, que pode ter diversas aplicações: produzir *água-pé*, bebida pouco alcoólica, para uso doméstico do agricultor; produzir *vinhos de açúcar* com maior teor alcoólico e resulta da fermentação do bagaço que fica na vasilha, onde se mistura açúcar; Produzir *aguardente* através da destilação do bagaço na caldeira do alambique. O bagaço é muitas vezes utilizado como estrume nos terrenos, o que é muito prejudicial, pelo que é aconselhável misturar-se com estrume disposto em pilhas. Também os líquidos resultantes da destilação do vinho lançam no ar grandes quantidades de materiais em decomposição que pode afectar a saúde pública das localidades onde a destilação se efectua³⁰⁷.

6.4. Hortas, Pomares, Linhares e Ferragiais

As hortas e os pomares seriam numerosos, já que, em regra todo o tipo de explorações rurais fossem as mais humildes ou as mais opulentas, os possuíam. Algumas dessa explorações, as mais modestas, cingiam-se precisamente à horta e ao pomar, juntos à casa de habitação³⁰⁸.

Tanto os camponeses como a população urbana buscavam ter, se possível, junto à sua residência, uma parcela de terra onde cultivavam os produtos agrícolas, como legumes frescos e a fruta, com vista ao seu próprio consumo.

As culturas tradicionais leguminosas características de Trás-os-Montes eram a ervilha, fava, lentilha, grão-de-bico e tremoços e feijão-chícharo existindo no entanto outras variedades de feijão³⁰⁹. Este costumava semear-se com milho e lhe servia de suporte, ou então trepava por estacas altas. A feijoeira produzia vagens, comidas verdes ou então eram secas e descascadas à mão ou malhadas de onde saía o feijão. Por sua vez, na terra funda, fresca e

³⁰⁷ MORAIS, Rodrigues de – *Tratado Prático de Vinificação*, 3.ª ed., Porto: Tipografia Mendonça, 1902, pp. 161, 219-220.

³⁰⁸ MORAES, M. C. Rodrigues de – “Fruits et légumes”; in COSTA, B. C. Cincinnato de e CASTRO, D. Luíz de (Dir.), *Le Portugal au de point de vie agricole*, Lisboa, 1900, pp. 609-628.

³⁰⁹ SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 72.

de regadio, plantavam-se batatas e semeava-se beterraba forrageira.; uma parte era destinada ao cultivo de tremço para estrume³¹⁰.

Paralelamente, o Nordeste transmontano e território do Douro se praticava a cultura dos legumes e hortaliças, para além dos anteriormente referidos, os tomates, pimentos, pepinos, nabo, beterraba, alhos, brócolos, couve penca, couve galega, couve flor, couve de Bruxelas, batata, cenoura, cebola e muita variedade de frutos, nomeadamente o melão e a melancia³¹¹.

Todos estes produtos alimentares eram por norma produzidos nas hortas que se encontravam próximo da habitação, que para produzir com abundância tem que ser bem lavrada, estrumada e regada quando necessário. Nela tem supremacia a couve, utilizada diariamente na alimentação de humanos e suínos³¹².

Um outro alimento produzido na horta, como referimos anteriormente, era o tubérculo da batata, que no final do Setecentos era ainda insuficiente em Trás-os-Montes, com excepção numa ou noutra zona. A partir de 1797 divulgou-se consideravelmente³¹³. De início a sua produção destinava-se somente à alimentação de animais em substituição da castanha e só gradualmente entrou nos hábitos alimentares da população transmontana, o que fez baixar o preço do pão, tornando-se no futuro imprescindível na alimentação das classe mais desfavorecidas. Cultivado pelo próprio em pequenas parcelas de terreno suas ou arrendada, este tubérculo tornou-se a base da alimentação do povo, até então constituída por nabos e castanhas. Passou a cultivar-se nos terrenos dos soutos dizimados e no lugar do pousio no afolhamento³¹⁴.

³¹⁰ DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 133; RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 60.

³¹¹ “Le Fruits de Portugal”, *Fundo de Fomento de Exportação*, Lisboa, s/d, s/p.

³¹² DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, 2ª. ed., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 136. Para exportação privilegiava-se os pimentos verdes e vermelhos, tomates inteiros, pelados e em paté. In “Le Fruits de Portugal”, *Fundo de Fomento de Exportação*, Lisboa, s/d, s/p.

³¹³ ALMEIDA, Américo de – *A Cultura da Batata em Trás-os-Montes*, Tese apresentada no II Congresso Transmontano, Porto, 1941, pp. 5 e 11-13.

³¹⁴ RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho, economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra editora, 1941. vol. XVII, p. 10; A batata foi introduzida em Portugal pelos espanhóis vinda da

Em meados do século XVIII, a sua produção no concelho Mirandela era ainda escassa, pois na produção recolhida em 1758 não consta o seu cultivo em qualquer das aldeias que dele faziam parte³¹⁵.

Em Trás-os-Montes a batata ocupava o lugar de pousio e alternava com o cereal³¹⁶. Era costume plantá-las para consumo anual, próximo da povoações, em terrenos de horta murados, ou então mais distantes³¹⁷.

O cultivo da batata branca era pouco usado e de pouca utilidade, cultivavam mais a batata vermelha por ser menos farinácea³¹⁸. Mais tarde tornou-se a base da alimentação do povo e era designada por “castanha da terra” para se distinguir da outra castanha³¹⁹.

Relativamente às árvores fruteiras, a policultura fazia parte do sustentáculo da economia nacional tradicional e conseqüentemente da

América do Sul. Em Portugal o seu cultivo foi difundido, nos finais do século XVIII, de Norte para Sul, como aconteceu em Espanha que, introduzida na Galiza (1768) foi-se propagando para Sul. *A Batata – “Cadernos Culturais Naturalistas”, Coleção Alimentos que Curam*, Lisboa: Editorial Nortur, 1974, pp. 17-18.

³¹⁵ Mais tarde como o solo de toda a Província de Trás-os-Montes era propício à produção, tornou-se um alimento que sustentava muita gente e o alqueire deste tubérculo era vendido a 60 ou 80 réis, tal como o preço da castanha. SÁ, José António de – “Memoria Academica da provincia de traz-os-Montes” – mans. (particular), s/p, in ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança: Tipografia Académica, 3.ª ed., 1985, vol. IX, pp. 245; GUERREIRO, Manuel Viegas – “A Cultura da Batata, sua Introdução na Europa. O Caso de Portugal”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe das Letras*, Lisboa, 1987, T. XXVI, p. 7.

³¹⁶ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa, Sá Costa, 1998, p. 65; ALMEIDA, Américo de – *A Cultura da Batata em Trás-os-Montes*, Tese apresentada no II Congresso Transmontano, Porto, 1941, p. 13.

³¹⁷ DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 134; SÁ, José António de – *ob. cit.*, p. 246.

³¹⁸ GIRÃO, António Lobo B. Ferreira – “Manual Prático da Cultura da Batata e do seu uso na Economia Doméstica”, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1845, p. 19.

³¹⁹ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa: Presença, 3.ª ed., 1984, p. 158; Havia algumas variedades deste tubérculo e diferem significativamente uns dos outros, dependendo do terreno onde são plantados. Quando produzidas em grande exploração, as batatas são armazenadas em tulpas próprias. A sua conservação depende das condições do ambiente: temperatura e humidade. In ALMEIDA, Américo de – *A Cultura da Batata em Trás-os-Montes*, Tese apresentada no II Congresso Transmontano, Porto, 1941, p.13; GUERREIRO, Manuel Viegas – “A Cultura da Batata, sua Introdução na Europa. O Caso de Portugal”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe das Letras*, Lisboa, 1987, T. XXVI, p. 7.

subsistência dos povos. Era parte de um complemento da dieta quotidiana de cereais, azeite e vinho³²⁰.

A influência atlântica e proximidade do mediterrâneo contribuem para o nosso país produzir excelentes frutos para exportação, sendo as regiões do Douro e do Algarve as mais importantes para a produção. Trás-os-Montes produz uva, pêssago, amêndoa, melão, pêra, castanha, figo, morango, cereja e azeitona da variedade “negrita”. Exporta-se azeitona, amêndoa, castanha e melão; patê de cereja, morango e figo³²¹.

A cultura frutívora foi muito desenvolvida em Portugal, determinando-lhes terrenos próprios, designados por pomares. As casta mais finas foram introduzidas em Roma e daqui para as províncias ocupadas. Antigamente cultivavam-se nos pomares maçã, pêra, pêssago, ameixa, damasco, marmelo, amora, nêspira, cereja, ginja, romã, abrunho, noz, avelã, amêndoa, mais tarde cultivaram-se laranjas, tangerinas e limões. Os pomares dissiparam-se, prosperaram e o consumo de fruta era utilizado na alimentação do agricultor. Por vezes as árvores da mesma espécie agrupavam-se, constituindo os pomares: figarias, perarias, ameixonarias, pessequarias, nogales, avelanales, mazanarias, amendoais, soutos. Competia ao pomicultor tradicional plantar, enxertar e esperar que crescessem para produzirem³²².

No final do Setecentos há um maior incremento frutícola, que origina negócios lucrativos, com a conquista de mercados europeus do Norte, designadamente franceses, holandeses e principalmente britânicos³²³, no entanto, nas zonas isoladas do interior transmontano, a fruta era insuficiente e os habitantes mais antigos diziam que não se plantavam fruteiras, porque as crianças lhe comiam o fruto antes de amadurecerem³²⁴.

³²⁰ MENESES, Avelino de Freitas – “Os Açores na Encruzilhada de Setecentos (740-1770)”, *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995, vol. 1, pp. 102-104.

³²¹ « Fruits du Portugal », *Departaments pour le Développement des Exportations Potugaises*, Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade, Lisbonne, s/d, s/p; BARROS, Henrique da Gama – QUARTIN, Graça – *Árvores de Fruto*, 3.^a ed., Lisboa: Clássica Editora, pp. 271-278.

³²² SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.^a ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 75.

³²³ MENESES, Avelino de Freitas – “Os Açores na Encruzilhada de Setecentos (740-1770)”, *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995, vol. 1, pp. 102-104.

³²⁴ DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, Editora Presença, 3.^a ed., 1984, p. 157.

A cultura das árvores de fruto no país desenvolveu-se por toda a parte. Nas terras baixas e de rega apareceram as laranjeiras, tangerineiras e limoeiros. Nos planaltos e montanha desenvolveu-se a castanha. Devido à raridade e carestia de mão de obra, a agricultura tradicional foi convertida em grandes pomares regados por aspersão, de pessegueiros, macieiras e pereiras. Nos terrenos calcários e nos relevos de xisto do Norte, plantaram-se amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras, onde o agricultor intervala favas, ervilhas e cereal³²⁵.

Na produção de fruta os proprietários não davam grande importância à polinização das árvores, de que os pomares beneficiam sempre. A primeira escolha a considerar na plantação de fruteiras é o espaço ou distância entre as árvores, pois se forem plantadas próximas uma das outras não se desenvolvem tanto e estão mais sujeitas a ataques de parasitas e em pomares densos, os frutos são de qualidade inferior e há decréscimo na produção. São preconizados os seguintes compassos médios ideais a adoptar em linha nos pomares: amendoeiras 7 a 8 metros; castanheiros 12 m; nogueiras 10 m; figueiras 15 a 20 m; marmeleiro 4 a 5 m; pereiras 7 a 8 m; macieiras 10 a 12 m; pessegueiros 5 a 6 m; cerejeiras 7 a 8 m; ginjeiras 7 a 8 m; ameixeiras 5 a 6 m; tangerineiras 6 m; laranjeiras 8 m; limoeiros 6 metros³²⁶.

Relativamente às terras baixas e fundas do concelho de Mirandela, as “Memórias Paroquiais” (1758) referem que aqui se cultivava oliveira, figueira, laranjeira, tangerineira, limoeiro, pessegueiro, damasqueiro, cerejeira, ginjeira, pereira, macieira, marmeleiro ameixoeira, etc.. Nos Montes, serras e planaltos o castanheiro e a amendoeira³²⁷.

O aumento da plantação de árvores em Mirandela foi inicialmente sugerido por José António de Sá em 1790³²⁸, enquanto corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo. Mais tarde o aumento da plantação de árvores de fruto e silvestres em Mirandela foi sugerido por Columbano Ribeiro de Castro em

³²⁵ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 74.

³²⁶ BARROS, Henrique da Gama; QUARTIN, L. – *Árvores de Fruto*, 3.ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1950, pp. 98, 112-114.

³²⁷ SÁ, Miguel Rodrigues – D. G., *Alvites*, vol. I, n.º 46, mf. 295, p. 355.

³²⁸ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Mappa dos objetos do bem publico providos na comarca de Moncorvo), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos, n.º 150, 1790.

fins do século XVIII, com vista às vantagens que daí, adviriam, nomeadamente para fornecimento de frutos, madeira, lenha e protecção de elementos climatéricos³²⁹.

No que concerne ao castanheiro, este era já conhecido antes da ocupação romana. Desenvolveu-se essencialmente nas terras graníticas, altas e bravias, sendo uma espécie muito preciosa devido à madeira e produzia-se em soutos³³⁰. Em Trás-os-Montes existiam muitas matas de castanheiros, normalmente junto das povoações, mas também distantes, no montado³³¹.

Embora característico das terras frias, encontrava-se também nas terras altas do Nordeste Transmontano de condições propícias ao seu desenvolvimento. O seu fruto, a castanha, era um elemento essencial na alimentação do povo, que as pessoas conservavam até Maio cobertas de areia³³². Surgiram com as crises de fome nos lugares, o que levou os seus habitantes a procurarem a castanha, como complemento alimentar³³³.

Em tempos imemoriais, antes da introdução da batata no país, os soutos eram múltiplos por toda a província de Trás-os-Montes. Virgílio Taborda dá-nos uma ideia do papel da castanha no ramo alimentar: “O caldo de castanhas e

³²⁹ SOUSA, Fernando de – Sep. da Rev. ..., *Série de História*, 1974, vols. IV-V, pp. 99-104.

³³⁰ SAMPAIO, Alberto – “As Villas do Norte de Portugal”, in *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 75. No dizer de POURCHER, Yves, o castanheiro era considerado a árvore do pão tendo a grande vantagem de não dar tanto trabalho, pois não era necessário lavrar, semear, ceifar e debulhar. In « La forêt: Espace global et Espace conflictuel. La Lazère au XVIII siècle et XIX siècles ». In *La forêt et l'homme en Languedoc – Russillon de l'Antiquité à nos jours*, LVI Congrè de la Federation Historiques du Languedoc Mediterranéen et du Russillon au Pont-de-Montvert les 11 e 12 Juin 1983: Actés, Montpellier, 1984, p. 96. Porém, no início exige um certo trabalho com a implantação de viveiros e depois a sua transplantação: In FRANCO, Francisco Soares – “Castanheiros”, *Dicionário de Agricultura*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1804, T. II, pp. 161-178.

³³¹ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 75.

³³² SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de – “Acerca da Cultura e Utilidade dos Castanheiros na Comarca de Portalegre”, *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1790, T. II, p. 338; TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 128; MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 80.

³³³ RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 79.

mesmo o pão de castanhas têm o seu lugar na mesa das populações de certas aldeias mais pobres”. No início da última década de Setecentos, o alqueire deste fruto era vendido a 60 e 80 réis³³⁴. Distribuiu-se um pouco por toda a região transmontana, com mais abundância na Terra Fria e planalto³³⁵. A difusão do castanheiro no distrito de Bragança fez-se no século seguinte ao de Setecentos, tendo sido dizimado no final do mesmo por acção de uma doença que apareceu no distrito de Bragança e o atacou fortemente³³⁶.

Era normal as matas de castanheiros ou soutos serem cultivados nos montes e terras incultas do concelho de Mirandela, onde se desenvolvia em paralelo o alecrim, rosmaninho, macela, mangerona, ruda, dormideira e outras plantas de cheiro³³⁷.

Em 1758, os párcos das freguesias de Alvites, Brinçó, Caravelas informavam que nestas terras se produzia com abundância castanha. Também a existência de soutos na antiga vila de Lamas de Orelhão em finais do Século XVIII é mencionada por Ribeiro de Castro, que aconselhava a plantarem-se mais em terras próprias e baldios³³⁸.

³³⁴ SÁ, José António de – “Memoria Académica da provincia de traz-os-Montes” – mans. (particular), s/p, in ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança: 3.ª ed., Tipografia Académica, 1985, vol. IX, pp. 245.

³³⁵ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá costa, 1998, p. 112; MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII, segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, pp. 80-81; SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1923, vol. I, p. 40.

³³⁶ GUERREIRO, Manuel Gomes e FERNANDES, Columbano Taveira – “O Castanheiro no distrito de Bragança”, *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano V, Agosto de 1945, n.º VIII, p. 8; RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 112. O seu cultivo era de extrema importância para fruto seco, caldo de castanha, pão de castanha e madeira. In TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 128.

³³⁷ BARROS, João de – *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, p. 119.

³³⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, Manuscrito n.º 908, p. 233.

A produção da amêndoa nos amendoais do Nordeste Transmontano era muito significativa e destinava-se à exportação, principalmente para a Alemanha³³⁹.

Fazia-se a exploração para comercializar e a produção dependia da capacidade produtiva do arvoredor. A colheita fazia-se de uma só vez, em período certo, no mês de Setembro, feita por homens que a varejavam e mulheres que a apanhavam³⁴⁰.

Relativamente à figueira, agrupava-se para obtenção de figos, que se comercializavam com os centros urbanos e depois de secos se exportavam³⁴¹.

No respeitante à amoreira, ela existe desde longa data no actual território nacional destinada a alimentação do sirgo, subjacente à indústria da sericicultura introduzida na Península pelos Árabes³⁴² e na província de Trás-os-Montes, o cultivo da amoreira encontrou condições propícias para o seu desenvolvimento³⁴³, já aqui conhecida desde o século XIII³⁴⁴.

³³⁹ Doc. 14 - Carta da Câmara de Torre de Moncorvo ao rei (1896), apelando para o Governo estar atento ao Tratado Comercial com a Alemanha, principal consumidora de amêndoa; in BRANCO, Ilda A. Fernandes – *Aspectos Económico-Sociais de Torre de Moncorvo em Finais do século XIX*, Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana, Porto: Universidade Portucalense, 1996, p. 190.

³⁴⁰ BARROS, Henrique da Gama – “Estimativa da Produção da Fruta no Algarve, Alfarroba, Amêndoa e Figo”, *Separata da Junta Nacional de Frutas*, Lisboa: Gráfica Monumental, LDA, 1959, p. 16.

³⁴¹ BARROS, Henrique da Gama – *ob. cit.*, pp. 15-16.

³⁴² ESTEVES, Silva – “Indústria das Sedas em Trás-os-Montes”, *Revista Ilustração Transmontana*, 2º ano, Porto: Tipografia Ocidental, 1902, p. 56.

³⁴³ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 76; PATRÍCIO, Ângelo – “O Nordeste Transmontano na Vanguarda da Seda Natural”, *Revista Bragantia*, vol. XIV, Janeiro a Junho, Bragança, 1994, p. 134.

³⁴⁴ Em Portugal a produção da seda é referenciada em 1233 no foral outorgado aos moradores do Couto de Ervedosa na altura em que D. Silvestre Godinho, Arcebispo de Braga, se encontrava de visita a Chaves, no qual ordena que a folha da amoreira não fosse desviada do aludido couto e que o sirgo que naquela povoação se criasse, a parte que lhe pertencia, fosse paga em casulos. In CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica de Braga*, cap. 25, Braga: (s. n.), 1989; PIMENTEL, Meneses – *Sericicultura Portuguesa*, Lisboa: Administração do Portugal Agrícola: Tip. da Companhia Nacional Editora, 1902, p. 63; RIBEIRO, José Victorino – *A Fábrica das Sedas de António Francisco Nogueira – Monografia Precedida de um esboço histórico da Indústria das Sedas em Portugal (1855-1920)*, Porto: Tipografia Sequeira, 1920, p. 5.

Coube a D. Afonso V fomentar o seu cultivo com vantagens para o Reino³⁴⁵.

No século XV, os procuradores dos concelhos nas Cortes realizadas em Coimbra e encerradas em Évora solicitaram ao monarca para obrigar os proprietários das terras a plantar amoreiras, informando que a indústria da seda em Trás-os-Montes se encontrava em franco progresso e que o restante país devia seguir-lhe o exemplo³⁴⁶. D. João II defendeu também o fabrico da seda³⁴⁷ e na segunda metade do século XV, a sua produção em Bragança já existia, monopolizada pelo duque de Guimarães seu donatário. No decurso do século XVI continuou a evoluir e os veludos de Bragança tornaram-se conhecidos no âmbito nacional., tendo a cidade solicitado ao rei para a seda ser vendida livre e não submetida a quaisquer direitos alfandegários³⁴⁸. A seda tornou-se então um luxo caro e no reinado de Filipe I foram proibidas as aplicações de guarnições de seda nas roupas nomeadamente laçarias, debruns, barras, etc.³⁴⁹.

O primeiro crescimento da produção da seda em Trás-os-Montes ocorre entre 1667 e 1705, em que os ministros territoriais, corregedores, provedores e reguladores locais ordenaram para serem plantadas amoreiras e trouxeram de Toledo técnicos e peritos especializados, sendo esta a primeira tentativa de

³⁴⁵ D. Afonso V ordenou que todos os moradores das respectivas comarcas procedessem à sua plantação e “plantassem cada um 20 pés de amoreiras ou as enxertassem em figueiras”, medidas estas que não tiveram resultados plausíveis, in ESTEVES, Silva – “Indústria das Sedas em Trás-os-Montes”, *Revista Ilustração Transmontana*, 2º ano, Porto: Tipografia Ocidental, 1902, p. 20; O mesmo monarca ordenou que fossem instaladas em Moncorvo, Bragança, Porto e Lamego oficinas sedeiras e no século XVI, D. Pedro II seguiu a mesma linha de conduta. In AFONSO, Carlos Teixeira – “Alguns Elementos sobre a Indústria da Seda e das Fibras Artificiais Sintéticas (1930-1965) no Século XVI”, *Boletim Semanal da Direcção Geral dos Serviços Industriais mais importantes*, Ano III, Lisboa, 1968, n.º 151-154, p. 4.

³⁴⁶ RIBEIRO, José Victorino – *A Fábrica das Sedas de António Francisco Nogueira – Monografia Precedida de um esboço histórico da Indústria das Sedas em Portugal (1855-1920)*, Porto: tipografia Sequeira, 1920, p. 6.

³⁴⁷ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 96.

³⁴⁸ SOUSA, Fernando de – *A Indústria da Seda em Trás-os-Montes Durante o Regime Antigo*, Porto: Universidade do Porto, 1999, p. 2.

³⁴⁹ FIGUEIREDO, José Anastácio de – *Synopsis Chronologica*, Lisboa, 1970, Tom. III, p. 212.

procurar na região a modernização da sericicultura³⁵⁰. Em 1552, a produção da seda em Trás-os-Montes era considerável, pois os municípios de Mirandela, Bragança, Vila Real, Vinhais, Lampaças, Vila Pouca de Aguiar e outros produziram mil arráteis de seda branca, para ser tingida de todas as cores. Esta quantidade de seda valia na altura quatro mil cruzados³⁵¹.

Foi incentivada no século XVII, no reinado de D. Pedro II, devido ao incremento industrial promovido por D. Luís de Meneses³⁵², que por decreto, mandou vir de Itália numerosos artífices competentes para aperfeiçoamento do fabrico da seda em Portugal. Decretou também que em todos os distritos onde houvesse condições e fosse possível, se plantassem amoreiras e nas fábricas de tecidos da seda se produzissem cetins, tafetás, gorgorões, galas e primaveras³⁵³. Carvalho da Costa em 1706 informava que no termo do concelho de Mirandela se produzia muita criação de Bicho da seda³⁵⁴, mas foi com Marquês de Pombal que a plantação de amoreiras e cultura do sirgo atingiu maior desenvolvimento e no referido concelho foi muito significativo. Conforme consta em acta de vereações da Câmara 1754-1757 em arrolamento feito em 1756 revela que no termo da vila de Mirandela D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, capitão de cavalos possuía plantadas nas suas propriedades da vila de Mirandela 4000 amoreiras provenientes da vila de Pombal. Além destas tinha mais 15 000 em viveiros em Contins, prontas para serem transplantadas³⁵⁵.

³⁵⁰ SOUSA, Fernando de – *A Indústria da Seda em Trás-os-Montes Durante o Regime Antigo*, Porto: Universidade do Porto, 1999, p. 2; Trás-os-Montes e Nordeste, ao serem invadidos pelo exército da vizinha Espanha por diversas vezes, entre 1640 e 1763, teve na região um impacto negativo a nível económico e demográfico. A principal consequência negativa destas guerras relativamente à economia, centrou-se na indústria da seda, que lhe diminuiu a grandeza dos mercados, provocando uma separação entre a produção da seda e as tomadas comerciais tradicionais. In SOUSA, Fernando de – *ob. cit.*, p. 3.

³⁵¹ “Estatística manuscrita na Biblioteca Nacional de Lisboa”. In SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, 2º vol., p. 125.

³⁵² CORRÊA, Francisco António – *História Económica de Portugal*, Lisboa: Tip. da Emp. Nac. de Publicidade, 1929 vol. II, p. 20.

³⁵³ RIBEIRO, José Victorino – *A Fábrica das Sedas de António Francisco Nogueira – Monografia Precedida de um esboço histórico da Indústria das Sedas em Portugal (1855-1920)*, Porto: Tipografia Sequeira, 1920, p.10.

³⁵⁴ COSTA, António Carvalho – *ob. cit.*, p. 395.

³⁵⁵ No fim do século XIX existia em Mirandela uma via denominada por Rua das Amoreiras que continha enormes árvores desta espécie. Partia do largo do Toural até à margem do Rio Tua; SALES,

Em 1757, o Desembargador, Martim Teixeira Homem tendo conhecimento que em Mirandela existia um número reduzido de amoreiras, através do jornal *Gazeta de Lisboa* anunciou que possuía um viveiro das brancas ou valencianas de qualidade superior e as oferecia a quem as quisesse plantar para criação do bicho da seda³⁵⁶.

O pároco da vila de Mirandela, Eusébio Esteves Dias em 1758 dá-nos conta que a produção havia aumentado: “... *nella como no seu termo há muita criação do bicho da seda*”³⁵⁷. Entre 1770 e 1773, houve um declínio na produção devido à fraca qualidade da seda³⁵⁸.

Em 1790, José António de Sá, corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo onde Mirandela se inseria, promoveu a plantação de amoreiras para subsistência do bicho da seda, sendo criada uma estação nesta vila. D. Maria I achava necessário o fabrico da seda e solicitou ao mesmo convencer e incentivar todos os lavradores da mesma comarca à plantação e cultura de amoreiras com a mesma finalidade. Para cumprimento do dever, reunia todos os agricultores que possuíam conhecimentos sólidos de agricultura, oficiais da câmara e ele próprio e percorriam montes e matas baldias, estudavam o solo das propriedades pertencentes ao estado e privadas e optavam para exploração os terrenos mais adequados à sua plantação. Neste contexto, foi este corregedor o grande impulsionador do fabrico da seda, que enquanto Corregedor da Comarca de Trás-os-Montes sediada em Torre de Moncorvo, mandou distribuir pela comarca 45 080³⁵⁹ amoreiras destinadas a alimentar o bicho da seda. Nesta vila e arredores foram também tomadas medidas para aumento do seu cultivo, procedendo-se à distribuição das mesmas árvores³⁶⁰.

Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 126.

³⁵⁶ *Gazeta de Lisboa*, 17 de Fevereiro de 1757, p. 332.

³⁵⁷ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, n.º 156, pp. 1031-1040, mf. 456, p. 1032.

³⁵⁸ AFONSO, Carlos Teixeira – “Alguns Elementos sobre a Indústria da Seda e das Fibras Artificiais Sintéticas (1930-1965) no Século XVI”, *Boletim Semanal da Direcção Geral dos Serviços Industriais mais importantes*, Ano III, n.º 151-154, Lisboa, 1968, p. 4.

³⁵⁹ MAIOR, V. de Villa – “A Sericicultura no districto de Bragança, principalmente no concelho de Moncorvo”, *Arquivo Rural*, 1864, vol. VII, pp. 341-352.

³⁶⁰ SÁ, José António de – “*Dissertações Philosophicas sobre o tratado das sedas na comarca de Moncorvo*”, “Memórias sobre a Necessidade de uma Viagem Filosófica feita no Reino, e depois nos seus

Na mesma data foram distribuídas e plantadas no concelho de Mirandela grande quantidade de amoreiras para alimentação do bicho da seda tendo em vista o desenvolvimento da indústria da sericicultura na região. Foram também plantadas outras árvores em elevadas quantidades, bem como matas tanto em propriedades particulares como em baldios noutros concelhos. No concelho de Mirandela em 1790 foram plantadas 2372 amoreiras e 4114 outras árvores; em Frechas 350 amoreiras e 1 600 outras árvores; em Valdasnes 400 amoreiras e 220 outras árvores³⁶¹, pelo que em 1796 em Mirandela se produzia e vendia muita seda³⁶².

Predominava em Trás-os-Montes a cultura das amoreiras pretas, devido às brancas não se adaptarem ao clima seco da região, o que provocava a falta de seda, havendo necessidade de ser importada³⁶³. Durante largos anos foram distribuídas gratuitamente milhares de amoreiras àqueles que estivessem interessados em produzir, e grandes quantidades de ovos do bicho da seda ou semente de sirgo por baixos preços. Estas medidas tinham como objectivo despertar as populações para a apatia em que esta indústria se encontrava, face à doença denominada *pebrina* e *flacidez* que posteriormente grassou a âmbito mundial traçou a morte do bicho da seda, que teve como origem o incremento apressado da produção do casulo sem se desenvolver ao mesmo tempo a plantação de amoreiras, assim como a falta de ventilação, espaço e limpeza que o bicho da seda exigia³⁶⁴.

Em 1791, havia abundância de amoreiras pretas no Nordeste de Trás-os-Montes, que eram plantadas e nunca enxertadas e a sua folha era utilizada

Domínios”, (1796), *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, introdução e notas de José Luís Cardoso, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987, p. 46.

³⁶¹ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Mappa dos objetos do bem publico providos na comarca de Moncorvo), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

³⁶² CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, ms. 908, p. 107.

³⁶³ VANDELLI, Domingos – “Memórias sobre a agricultura deste Reino e das suas Conquistas”, *Memórias Económicas Inéditas 1798-1790*, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia Real das Ciências, 1987, T. I, p. 166.

³⁶⁴ PIMENTEL, Meneses – *Sericicultura Portuguesa*, Lisboa: Administração do Portugal Agrícola: Tip. da Companhia Nacional Editora, 1902, p. 143.

na alimentação do bicho da seda³⁶⁵. Destinavam-se a implementar a Indústria da Seda, que foi de extrema importância para o país, a principal indústria de Trás-os-Montes, estando relacionada com a plantação de amoreiras, pelo que mereceu apoio governamental na segunda metade do século XVIII. Inserido no programa de auxílio a esta indústria, foram instaladas em algumas localidades de Trás-os-Montes escolas de fiação de seda dirigidas por prestigiados técnicos³⁶⁶.

Para que todas estas árvores por nós referenciadas produzam, é necessário podá-las bem, o que não significa cortar muito, porque as intensas e consecutivas podas enfraquecem a árvore e atrasam o seu crescimento e frutificação³⁶⁷.

No tocante aos Linhares e ferragiais, estes eram igualmente cultivados. Contudo a circulação básica do linho era o autoconsumo e a sua habitual alternância com a horta.

O seu cultivo é antiquíssimo. Era fundamental na vida económica do país como se verifica no Foral Manuelino outorgado a Mirandela. No título *Terça da Igreja*, na produção cobrar-se-ia apenas a terça parte. No título *portagem*, a linhaça era sujeita a pagamento, por se tratar de pessoas de outros concelhos que a vinham comprar ou vender³⁶⁸. Era utilizado em farmacopeia com papadas de linhaça para as dores, peças de vestuário leve e fresco, toalhas de mesa, de rosto e de altar, lençóis, colchões, seirões, sacos, etc..

A sua produção na Terra Quente do Norte, especialmente no Vale da Vilariça, remonta ao tempo de D. Afonso V que em Capítulos especiais apresentados em cortes acusa os produtores da região de cultivarem

³⁶⁶ NEVES, José Acúrsio – *Variedades sobre objectos relativos às artes, comercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política*, Lisboa: Imprensa Regiã, 1817, T. II, p. 234.

³⁶⁷ BARROS, Henrique da Gama; QUARTIN, L. – *Árvores de Fruto*, 3.^a ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1950, pp. 210, 271 e 278.

³⁶⁸ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3.^a ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IV, pp. 171 e 172; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 188; COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, T. I, p. 424.

intensamente o linho cânhamo em detrimento de outras culturas nomeadamente da vinícola e cerealífera: “...há huua rriberyra que chamam a Vallariça na quall os homees lavram muytos linhos alcanaves... em tall guisa que per aazo do dito linho laurarem tanto veem a adoecer e morrem amte tempo. Outrossy per este aazo do dito linho deixam morrer as vinhas e leixam de lavrar ho pam e a terra vaysse a monte”³⁶⁹.

Na primeira metade do século XVII foi criada em Torre de Moncorvo a *feitoria* do linho cânhamo, de primordial importância para apresto da armada portuguesa. A sua cultura foi intensa no vale da Vilarica em Torre de Moncorvo, onde em 1609 se situava a principal Fazenda da Terra que o distribuía por todo Reino³⁷⁰.

Por alvará, foi-lhe outorgado regimento por Filipe II que abrangia uma extensa área territorial: “Mandei, no ano de 1617 assentar na minha vila de Moncorvo uma feitoria para nela recolher todo o linho cânhamo que se semeia nos campos da dita vila e sua comarca, e na vila de Pinhel cinco léguas do Douro: e assim como em todas as terras apropriadas ao cultivo do linho cânhamo...”. “o edifício he capaz de accomodar muitas mil pedras de linho”. Tinha consignados no almoxarifado da mesma vila sete mil e quinhentos cruzados. Essa quantia destinava-se a ser aplicada anualmente nesta fábrica. Anos houve em que a produção foi elevada em que a quantidade colhida e comprada per fez dezasseis mil pedras de linho com mais de dez arráteis cada pedra, ao custo de três tostões cada uma³⁷¹.

³⁶⁹ ALVES, Francisco Manuel Alves – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IV, p. 292.

³⁷⁰ CARVALHO, António Veloso de - *Memórias da Torre de Moncorvo, mandadas fazer pela Câmara da dita vila, etc., em 1721 a António Veloso de Carvalho para serem enviadas à Academia Real de História Portuguesa*, Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 222 (original), 1721, pp. 127-148, p. 128; (ed de) FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Doc. n.º 6, pp. 435-453, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2001, p. 437; IAN/TT – “Memórias Paroquiais de Torre de Moncorvo”, D. G., vol. 37, m. 228, pp. 1629-1632, (ed. de) FERNANDES, Ilda - *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Doc. n.º 7, pp. 453-507, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2001, p. 499.

³⁷¹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 424; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Culturas de Linho e do Cânhamo”, *História de Portugal A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa: Verbo, 1980, vol. V, pp. 383-384.

Para semear o linho escolhiam-se as terras frescas e com irrigação³⁷². A sua cultura era intensa e muito produtiva no extenso e fértil Vale da Vilariza em Torre de Moncorvo, onde a colheita anual era de 10 a 12 mil pedras de linho cânhamo³⁷³.

Era do foro do superintendente proceder ao tombo das terras adequadas ao seu cultivo a que tinha obrigatoriamente de aderir proprietários e arrendatários. O capítulo 7º do regimento refere que todas as pessoas eram obrigadas a semear a terra adequada ao cultivo do linho cânhamo e caso o não fizesse, pagaria tantas pedras de linho quantas a mesma poderia eventualmente dar de acordo com o anteriormente registado no tombo. Em Agosto eram nomeados dois louvados, um pelo superintendente, outro pelos lavradores que percorriam as terras do concelho analisando quais seriam as mais aconselháveis e faziam uma estimativa da produção que ficava registado em acta da câmara. O resultado da colheita devia ser entregue na feitoria, transportado por conta do lavrador, já limpo do tomento e se por descuido do mesmo o linho se estragasse, pagava 50 cruzados de multa por cada moio³⁷⁴. A entrega da produção na feitoria devia estar de acordo com a estimativa anteriormente feita e o superintendente podia eventualmente deixar algum linho disponível ao agricultor para artesanato empregue na lavoura e lida doméstica. Ninguém era autorizado a vender, comprar, ou trocar linho cânhamo, linhaça, ou estopa. Todo aquele que prevaricasse nesse sentido, arriscava-se a ter de entregar na feitoria o dobro dessa quantia³⁷⁵.

Para esta feitoria e cordoaria de Torre de Moncorvo era enviado o linho cânhamo produzido noutras regiões do país. Ao ser extinta a produção

³⁷² DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1980, p. 134; RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 116.

³⁷³ SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1791, T. III, p. 270

³⁷⁴ O moio grande, medida de peso equivalente a entre 56 a 64 alqueires e no sistema decimal 780Kg a 1000Kg; o moio pequeno equivalia a 16 alqueires, no sistema decimal 250 Kg a 240Kg, in MARQUES, A. H. – “Pesos e Medidas”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. V, p. 71.

³⁷⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 187.

diminuiu paulatinamente, não obstante na última década do mesmo século ainda se produziam 12 000 arrobas vendidas para o exterior da região³⁷⁶. A sua cultura no Vale da Vilarça foi posteriormente substituída por outras mais rentáveis³⁷⁷.

No Setecentos a produção do linho na província de Trás-os-Montes era já pouco significativa e destinava-se essencialmente a fornecer as Forças Armadas³⁷⁸.

O linho cânhamo é referenciado em Mirandela em documento antigo de 1664, relativo à capela mandada erguer pelo conde de S. João, Luís Álvares de Távora de invocação ao Mártir S. Sebastião. Era contígua ao palácio dos Távoras, actual edifício dos Paços do Concelho, e estava-lhe vinculada “uma cortinha com olival e uma canameia que levava 40 alqueires de sementeira de linhaça”³⁷⁹. Produzia-se também linho cânhamo em Cedães³⁸⁰ e linho galego em Vale de Asnes³⁸¹, como informaram os seus párocos.

A extinção das feitorias criadas em Torre de Moncorvo, Coimbra e Santarém ou qualquer outra parte do Reino onde se encontrassem estabelecidas fez-se por alvará de 25 de Fevereiro de 1771, pondo fim à opressão por parte do superintendente e senhorio sobre os produtores da região. Vexava os lavradores, obrigando-os e a semearem linhaça em terras férteis, apropriadas ao cultivo de milho, trigo ou centeio mais necessários ao agricultor. Consta do mesmo alvará: “... não tendo resultado conveniência alguma à minha real fazenda..., Hei por bem extinguir todas as referidas feitorias de linho cânhamo em qualquer lugar destes reinos onde se acham estabelecidas”³⁸².

³⁷⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens de Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Lisboa: Tipografia Ed. Portuguesa Ltd., 1974, p. 238.

³⁷⁷ GRAÇA, Celestino – *A Cultura do Linho Cânhamo*, Lisboa: Sá Costa, 1945

³⁷⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 238.

³⁷⁹ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª. ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. VI, p. 285.

³⁸⁰ CRASTO, Felipe Luís de – *Cedães*, D. G., vol. 10, n.º 247, pp. 1663 -1664, mf. 324, p. 1664.

³⁸¹ MORAIS, José de – *Vale de Asnes*, D. G., vol. 38, mem. 10, mf. 0585, p. 54.

³⁸² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 189; COSTA, António Carvalho – *ob. cit.*, p. 395.

Ao longo dos séculos a produção foi decrescendo e no Setecentos a cultura de linho que se fazia em Trás-os-Montes era insuficiente e não chegava para consumo das populações³⁸³. Em finais do mesmo século era já raro e quase não se produzia, a não ser no Vale da Vilarça³⁸⁴.

Cultivava-se em maior quantidade na vila de Mirandela e nas aldeias de Vila Nova e Carvalhais, não obstante se cultivar também nas freguesias de Abambres; Cedães; Cotas; Contins; Gurivane; Vale de Juncal; Vilar de Ledra, Quintas de Mirandela e Valdasnes. Em finais da penúltima década do século Seiscentos houve a maior produção de linho no concelho, com 371 pedras em Vila Nova e 200 em Carvalhais. Na última década a produção diminuiu de forma significativa, produzindo-se 307 pedras em Vila Nova e 80 em Carvalhais. Na mesma década estas duas aldeias contribuíram com 650 pedras de linho cânhamo para a produção do concelho que totalizava 1789 pedras, havendo a Casa Távora cooperado com 300 pedras. Nos anos que se seguiram a colheita foi decrescendo. Produção a nível concelhio do linho cânhamo: 1717 produção de 622 pedras; 1718 – 401; 1719 – 166; 1723 – 388; 1724 – 353 pedras. O máximo atingido no concelho foi de 17 000 arráteis. Esta produção fez-se sob contrariedade dos produtores que lhes diminuía a cultura do trigo e milho para consumo anual, injustiças e vexações que lhes eram dirigidas pelos superintendentes da Feitoria³⁸⁵.

Todo o linho era levado à dita feitoria das vilas de Mirandela, Torre D. Chama, Douro e “mais partes”, transportado pelos lavradores à sua custa e por cada pedra de nove arráteis e meio e recebiam 250 réis³⁸⁶. O linho que não

³⁸³ VANDELLI, Domingos – “Memórias sobre a Necessidade de uma Viagem Filosófica feita no Reino, e depois nos seus Domínios”, (1796), *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, introdução e notas de José Luís Cardoso, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987, p. 165.

³⁸⁴ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 77.

³⁸⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 188-189.

³⁸⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p.188; FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 111.

possuísse a devida altura para execução de enxárcia não era aceite, mas se fosse necessário para morrão seria somente pago a 160 réis³⁸⁷.

Quanto à cultura do linho cânhamo, Columbano Ribeiro, em 1796 considerava notáveis as canameias de Mirandela e Carvalhais³⁸⁸. Desta cultura obrigatória, restou em Mirandela a onomástica *Canameira*, o terreno onde era cultivado.

Segundo Raphael Bluteau, produziam-se três tipos de linho: cânhamo, mourisco e galego. Este era o mais fino, o cânhamo o mais grosso e o mourisco não era tão fino como o galego, nem tão grosso como o cânhamo³⁸⁹. Em 1796, Columbano Ribeiro de Castro refere que em Mirandela se produziam com abundância linhos cânhamos, mouriscos e galegos³⁹⁰.

Para a cultura do linho, depois da terra funda e fresca estar devidamente lavrada e preparada, procedia-se à sementeira da linhaça em Março. Depois de nascida a semente era preciso mondá-lo, livrá-lo das ervas daninhas. Em fins de Junho fazia-se a apanha³⁹¹ e era posto a secar e depois atado em molhos. A preparação do tecido de linho dava muito trabalho. Segundo a tradição, depois da planta do linho ser arrancada era posta a secar e posteriormente atada em molhos. Estes eram levados para rio, ou ribeiro onde eram mergulhados na água para o linho amolecer. Quando estivesse amolecido era trazido para casa, onde era maçado em pedra, espadelado, sedado e fiado. O fio era depois posto em *meadas* que eram cozidas em cinza – *barrela* e postas ao sol a corar para branquearem. As meadas eram depois dobadas no

³⁸⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 188.

³⁸⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, Manuscrito ms. 908, p. 67.

³⁸⁹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez e latino*, 8 vols., pp. 1712-1721.

³⁹⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, Manuscrito ms. 908, p. 67.

³⁹¹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1998, p. 116; Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2.ª ed., 1983, p. 134.

argadilho ou dobadoura e depois *urdido* e tecido pelas tecedeiras. Com o linho fino faziam-se peças de vestuário, lençóis e variado tipo de toalhas, com a estopa que era a fibra mais grossa que se tirava ao linho ao assedar-se, faziam-se colchões, sacos e *cheiragões*³⁹².

No tocante às forragens, eram muito utilizadas nos meios rurais da região do Nordeste Transmontano. A sementeira de cevada e centeio em terrenos fundos e próximos do povoado tinham como finalidade servir de alimento ao gado muar, cavalar e bovino. A forragem era cortada e consumida fresca na Primavera, seca, transformada em palha no Verão, Outono e Inverno. A erva do lameiro era também empregue no sustento dos referidos animais, cortada e comida fresca - erva, ou transformada em feno a ser consumida nas estações em que há para os animais de trabalho menos alimento³⁹³. O ferragial ou forragial é também aludido como um pequeno campo de cereal próximo de casa destinado a facilitar a alimentação humana e dos animais colhidos os grãos em verde³⁹⁴. No campo ou unidade de exploração agrícola, além de se cultivarem alimentos para sustento do agregado familiar, cultivava-se também cevada e aveia para o gado, na terra fresca e de regadio beterraba forrageira, sendo as suas folhas aproveitadas para a sopa³⁹⁵.

Apresentamos as produções agrícolas de maior abundância recolhidas nas aldeias dos antigos concelhos que fazem parte do de Mirandela, balizadas entre 1706³⁹⁶ e 1758. As das freguesia e aldeias que não aludimos, deve-se ao facto de não serem mencionadas na documentação por nós utilizada, que presumimos serem as mesmas de todo o termo do município.

³⁹² FERNANDES, Ilda – *Maçores Minha Terra Minha Gente*, Porto: Humbertipo, 2003, pp. 170-172.

³⁹³ RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann, Coment. de Suzanne Daveau – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, 2ª. ed., 1991, p. 60.

³⁹⁴ SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l'Ancien Régime*, 2.ª ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, vol. II, p. 549.

³⁹⁵ RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann, Coment. de Suzanne Daveau – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2ª. ed., 1991, p. 60.

³⁹⁶ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, pp. 394-395; Lamas de Orelhão, pp. 391-393; Mirandela, pp. 395-402; Torre D. Chama, pp. 411-413; Frechas, pp. 419-420.

Assim em 1706 Abambres produzia muito trigo, centeio, azeite e algum vinho³⁹⁷. Em 1758, trigo, centeio, cevada, milho, azeite, vinho, muitos melões e todo tipo de legumes e hortaliças³⁹⁸.

A freguesia de Ala que no início do século fabricava muito trigo, centeio, e vinho³⁹⁹, em 1758 para além desses produtos, foi-lhe acrescido a castanha e azeite⁴⁰⁰.

Alvites recolhia com abundância trigo, centeio, azeite e vinho⁴⁰¹, em meados do século para além destes produtos produzia tremoços, milho, feijão, abóboras, nabos, melões, melancias, figos, marmelos, ginjas, castanhas, maçãs, pêras, cerejas e um pouco de todos os frutos⁴⁰².

Caso curioso é o de Avantos, que produzia muito centeio, trigo, azeite e vinho⁴⁰³, e que em meados do século passou a produzir menos vinho⁴⁰⁴.

Barca produzia pouco trigo, centeio e vinho⁴⁰⁵.

Brinçó recolhia no início do século muito trigo e centeio, pouco vinho e pouco azeite⁴⁰⁶ e, mais tarde (1758) passou a produzir a castanha⁴⁰⁷.

Cabanelas fabricava muito trigo, centeio, azeite e vinho⁴⁰⁸, em meados do século para além destes produtos produzia milho e uma grande variedade de legumes⁴⁰⁹.

Caravelas produzia trigo, centeio, vinho e castanha⁴¹⁰.

³⁹⁷ COSTA, António Carvalho da - *ob. cit.*, p. 401.

³⁹⁸ MACHADO, Francisco Borges – *Abambres*, D. G., vol. I, mem. 3, pp. 11-17, mf. 226, p. 12; (Doc. n.º 1).

³⁹⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁰⁰ FLOR, Fran(cisco), *Ala*, D. G., vol. I, mem. 63, p. 437, mf. 222; (Doc. n.º 2).

⁴⁰¹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁰² SÁ, Miguel Rodrigues – *Alvites*, D.G., vol. I, mem. 46, pp. 453 – 358, mf. 295, p. 355; (Doc. n.º 3).

⁴⁰³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Domingos – *Avantos*, D. G., vol. I, mem. 46, pp. 794-795, mf. 290, p. 795; (Doc. n. 4).

⁴⁰⁵ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 392.

⁴⁰⁶ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁰⁷ GOUVEA, Domingos – *Brinçó*, D. G., vol. 7, mem. 67, pp. 1219-1220, mf. 301, p. 1219; (Doc. n.º 5).

⁴⁰⁸ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁰⁹ *Cabanelas*, D. G., vol. 8, mem. 7, pp. 37 - 38, mf. 311, p. 38; (Doc. n.º 6).

⁴¹⁰ PEREIRA, Manoel – *Caravellas*, D. G., vol. 9, mem. 125, pp. 823 -825, mf. 312, p. 824; (Doc. n.º 7).

Carvalhais recolhia abundância de trigo, centeio, azeite, linho cânhamo, e hortaliças⁴¹¹. Em meados da centúria continuava a produzir os mesmos produtos acrescidos de toda a espécie linho e melão⁴¹²

Cedães para além de ser detentor de muito azeite, trigo, centeio e vinho⁴¹³, posteriormente devido à falta de água para rega, começou a ter carência destes produtos⁴¹⁴.

Cedaínhos produzia trigo, centeio, azeite e vinho. Na segunda metade do século passou ainda a ter castanha, linho e outras variedades de frutos⁴¹⁵.

Chelas recolhia pouco trigo, centeio, vinho e azeite⁴¹⁶.

Chopim fabricava trigo e centeio⁴¹⁷.

Contins produzia muito trigo, centeio e vinho⁴¹⁸. Na segunda metade do século, para além destes passou a cultivar em abundância cevada, milho, feijões e azeite⁴¹⁹.

Cotas recolhia pouco trigo, centeio e vinho⁴²⁰.

Freixeda fabricava azeite, trigo, centeio e vinho⁴²¹. Mais tarde, para além destes produtos passou a deter amoreira e abundância de figos verdes e secos além de outros frutos⁴²².

Freixedinha produzia azeite, trigo e centeio⁴²³.

Gurivães tinha escassa produção de trigo, centeio e azeite⁴²⁴.

⁴¹¹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴¹² FERRO, Manoel Martins – *Carvalhais*, D. G., vol. 9, mem. 173, pp. 1099-1100, mf. 312, p. 1099; (Doc. n.º 8).

⁴¹³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴¹⁴ CAMPOS, Fellipe Luís de – *Cedães*, D. G., vol. 10, mem. 247, pp. 1663 -1664, mf. 324, p. 1664; (Doc. n.º 9.)

⁴¹⁵ MORAES, Silvestre de – *Cedaínhos*, D. G., vol. 10, mem. 248, fls. 1665-1666, mf. 321, p. 1666; (Doc. n.º 10).

⁴¹⁶ FERNANDES, Bartholomeu - *Chelas*, D. G., vol. 11, mem. 304, fls 2119-2121, mf. 320, p. 2320; (Doc. n.º 11).

⁴¹⁷ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 398.

⁴¹⁸ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 401.

⁴¹⁹ SARMENTO, Francisco de M. - *Contins*, D. G., vol. 11, mem. 377, pp. 2308-2309, mf. 320, p. 2308; (Doc. n.º 12).

⁴²⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 401.

⁴²¹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴²² PINTO, Belchior – *Freixeda*, D. G., vol. 16, mem. 169, pp. 1037-1038, mf. 325, p. 1037; (Doc. n.º 13).

⁴²³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 398.

Mascarenhas recolhia abundância de trigo, centeio, azeite e vinho⁴²⁵. Mais tarde, em 1758, com as aldeias anexas de Gorivanes, Paradela e Vale Bom, Vale Pereiro produzia muito azeite e todo o tipo de culturas agrícolas⁴²⁶.

Mirandela produzia muito azeite e trigo, algum vinho, abundância de frutos e hortaliças⁴²⁷.

Mourel colhia azeite e muito trigo⁴²⁸.

Paradela produzia azeite, vinho, trigo e centeio⁴²⁹.

Pousadas recolhia muito centeio, trigo e azeite⁴³⁰. Em meados do século passou a ter ainda produções de pardas, figos e uvas⁴³¹.

Quintas de Mirandela fabricava pouco centeio, trigo e azeite⁴³². Mais tarde para além destes produtos algum milho, vinho e variados legumes⁴³³.

Romeu produzia trigo, centeio, cevada, azeite, vinho e linho⁴³⁴.

São Salvador produzia muito azeite, pouco trigo e centeio. Posteriormente, para além destas produções, foi-lhe acrescido de pouco vinho⁴³⁵.

Sezulfe recolhia centeio, trigo, azeite, vinho, e castanhas⁴³⁶. Mais tarde para além destes produtos produzia milho, linho, uvas, ameixas, figos, e pêras⁴³⁷.

Trindade colhia azeite, vinho trigo e centeio⁴³⁸.

⁴²⁴ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴²⁵ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴²⁶ HENRIQUES, João – *Mascarenhas*, D. G., vol. 22, mem. 76, pp. 537-538, mf. 350, p. 537; (Doc. n.º 14).

⁴²⁷ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, pp. 1031-1040, mf. 456, p. 1032; (Doc. 16).

⁴²⁸ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 398.

⁴²⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴³⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴³¹ RODRIGUES, Pedro – *Pousadas*, D. G. vol. 30, mem. 252, mf. 576, pp. 1905-1910, p. 1907; (Doc. n.º 17).

⁴³² COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 401.

⁴³³ *Quintas de Mirandela*, D. G., vol. 30, mem. 17, mf. 576, p. 104; (Doc. n.º 18).

⁴³⁴ MARQUES, António – *Romeu*, D. G., vol. 32, mem. 154, pp. 945- 947, mf. 750; (Doc. n.º 19).

⁴³⁵ RODRIGUES, António – *Sam Salvador*, D. G., vol. 33, mem. 62, pp. 415-416, mf. 564, p. 515; (Doc. n.º 20).

⁴³⁶ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 391.

⁴³⁷ ALVAREDO, António – *Sezulfe*, D. G., vol. 35, mem. 155, mf. 584, p.172 (Doc. n.º 21).

Valebom Pitês fabricava trigo, centeio, azeite e vinho⁴³⁹.

Vale de Couço produzia trigo, centeio, azeite e vinho⁴⁴⁰.

Vale de Asnes cultivava bastante azeite, trigo, centeio, linho galego, pimentão, cebola e poucos vinhos⁴⁴¹. Mais tarde os mesmos produtos acrescidos de algum vinho⁴⁴².

Vale de Lobo produzia muito trigo e centeio⁴⁴³. Posteriormente os mesmos aumentados de azeite, pouco vinho, muita variedade de frutos, muitos melões e figos⁴⁴⁴.

Vale de Madeiro recolhia muito trigo e azeite⁴⁴⁵.

Vale de Salgueiros produzia muito trigo, centeio e vinho⁴⁴⁶, mais tarde para além destas produtos produzia azeite⁴⁴⁷.

Vale de Telhas recolhia muito azeite, trigo, centeio e vinho⁴⁴⁸.

Vale de Velhos cultivava trigo, centeio, azeite e vinho⁴⁴⁹.

Vila Nova de Mirandela produzia muito trigo e centeio, pouco azeite⁴⁵⁰. Posteriormente os mesmos produtos, acrescidos de cevada, milho grosso, todo tipo de legumes, repolhos, melões e melancias⁴⁵¹.

Vila Verde dos Alemães recolhia trigo, centeio azeite e vinho⁴⁵².

⁴³⁸ MARQUES, Manuel de Almendra - *Trindade*, D. G., vol. 37, mem. 112, pp. 1129 a 1132, p. 701; (Doc. n.º 22).

⁴³⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴⁴⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁴¹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 389.

⁴⁴² MORAIS, José de – *Vale de Asnes*, D. G., vol. 38, mem. 10, mf. 0585, p. 54; (Doc. n.º 23).

⁴⁴³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴⁴⁴ SALGADO, António Gomes – *Vale de Lobo*, D. G., vol. 38, mem. 31, mf. 585, p. 163; (Doc. n.º 24).

⁴⁴⁵ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 398.

⁴⁴⁶ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴⁴⁷ ZEDO, José de Faria – *Vale de Salgueiros*, D. G. vol. 38, mem. 60, pp. 313-314, mf. 0585, p. 313; (Doc. n.º 25).

⁴⁴⁸ IAN/TT, *Vale de Telhas*, vol. 38, mem. 65, mf. 0585, p. 333; (Doc. n.º 26); COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴⁴⁹ *Vale de Velhos*, D. G. vol. 38, mem. 65, pp. 333-334, mf. 0585, p. 333; (Doc. n.º 27).

⁴⁵⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 401.

⁴⁵¹ FERREIRA, Duarte – *Vila Nova de Mirandela*, D. G. vol. 40, mem. 241, pp. 1461-1463, mf. 700, p. 1461; (Doc. n.º 28).

⁴⁵² *Vila Verde dos Alemães*, D. G. vol. 40, mem. 269, mf. 7000, 1645; (Doc. n.º 29).

Vilar de Ledra produzia muito trigo e centeio⁴⁵³, mais tarde aumentados com vinho⁴⁵⁴.

Vilaverde fabricava azeite, trigo, centeio, vinho⁴⁵⁵, posteriormente produção dos mesmos produtos⁴⁵⁶.

⁴⁵³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

⁴⁵⁴ PINTO, Luís de Faria – *Vilar de Ledra*, D. G. vol. 41, mem. 289, pp. 1773 - 1774, mf. 0774, p. 1773; (Doc. no. 30).

⁴⁵⁵ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁴⁵⁶ *Vilaverde*, D. G. vol. 40, mem. 269, pp. 1645-1646, mf. 700, p. 1646.

CAPÍTULO III – A PAISAGEM URBANA

1. Morfologia Urbana

A paisagem urbana é (re)modelada pelas comunidades, em sucessivas gerações, evoluindo de acordo com as suas necessidades espirituais e materiais, as estratégias dos seus grupos dominantes, as suas culturas, entre tantas outras.

A produção da cidade partia de determinados pontos de apoio: a muralha, e as respectivas portas, as estradas, as pontes, etc.. O resultado podia, de alguma forma, ser feito sem uma ordem predefinida, mas isso em nada punha em causa o desenvolvimento da urbe.

De forma planeada, obedecendo a um esquema determinado, estava o desenhado pelo poder central ou local. A existência de uma anterioridade forte promotora de novas urbanizações, levou a que algumas vezes se criassem formas regulares na definição de quarteirões e lotes.

Não esqueçamos porém que a evolução urbana acompanhava o pulsar das suas gentes e sofria dos flagelos que as atormentavam.

De forma espontânea ou de forma planeada, o modo de produção urbana, reflectia, na composição concreta das diversas unidades espaciais e elementos morfológicos, um esquema mental da sociedade⁴⁵⁷.

1.1. Muralha da Vila de Mirandela

Quando em 1530, D. João III ordenou a elaboração do “Numeramento” do Reino, tanto o castelo como a muralha, encontravam-se já em ruína: “A villa de Mirãdella he cerqua e partes deribada⁴⁵⁸”, embora em menos um século

⁴⁵⁷ LAMAS, José Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 58.

⁴⁵⁸ BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo de – “Povoação de Trás os Montes no XVI Século”, in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa: Of. Tip. 1909, vol. VII, p. 258.

D. Dinis, após ter mandado proceder à transferência da vila de Mirandela nas proximidades do Monte de S. Martinho para o cabeço de S. Miguel, local de condições defensivas mais apropriadas, mandou cercá-la de fortes muralhas e em ponto estratégico erguer uma torre. A sua opção baseou-se em

antes tivesse sofrido obras de restauro. Convém referir que, nos inícios do século XXI (2004) o arqueólogo Isidro Gomes, do Gabinete técnico da Câmara Municipal de Mirandela encontrou na Travessa de Santo António restos de troço da muralha medieval (ver anexo n.º 3), o que ajudou a compreender melhor o espaço muralhado da urbe.

Conhece-se que as muralhas eram construídas em alvenaria e parte das portas em granito aparelhado: “he esta villa murada ao uso antigo com debil muro em partes arruinado, e nelle tres portas...”⁴⁵⁹.

A muralha que cercava a fortaleza ou castelo de Mirandela tinha início na Porta de Santo António, seguindo a vertente Norte e costeava pelo exterior a Rua de S. Cosme e traseiras da Santa Casa da Misericórdia, a terminar na Porta de Santiago. Deste local, em curva, seguia até à Portela, onde se bifurcava voltada ao Nascente. Seguia depois quase em paralelo à rua que dali segue para o Toural, obliquava depois para a direita a partir das escadas do Quebra Costas, seguindo a Rua do Rosário até ao Postigo de S. José. A partir daqui, descrevia uma curva de encontro à Rua da Ponte, seguindo depois em linha recta até alcançar a Porta de Santo António⁴⁶⁰.

Sales refere que a muralha era reforçada por cubelos nos lados do Toural e Quebra Costas, devido ao escarpado ser de elevada altura⁴⁶¹.

A razão de ser da existência da forte muralha deixou de ter sentido por Mirandela não ser uma vila fronteiriça e com a vitória de Portugal em

este ter declives de difícil acesso, se situar sobre o rio Tua e se encontrar próximo do porto da barca de passagem. Segundo alguns historiadores, dos quais destacamos Sales, Mirandela “era uma das vilas mais bem fortificadas da Trás-os-Montes”. A sua edificação estava a cargo dos moradores do concelho através do contributo de trabalho pessoal nomeadamente de *adua*, destinado a construir e reparar muralhas, castelos e outras obras de carácter defensivo. Eram somente dispensados de trabalhar no muro da vila de Mirandela os trabalhadores da povoação de Romeu em Terra de Ledra por pertencer à Ordem do Hospital: “... outrossi que os homees do spital seiã escusados das aduas e dos muros e das cauas”. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 48.)

⁴⁵⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 395.

⁴⁶⁰ Na primeira década do século XX eram ainda visíveis vários lanços da primitiva muralha, posteriormente encobertos pelas construções que junto a ela se erigiram. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 49.

⁴⁶¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 49.

Aljubarrota terem praticamente terminado as guerras entre Portugal e Castela⁴⁶².

1.2. As Portas

A dialéctica da parte de dentro e de fora e de trás de uma cidade exercia-se através das muralhas, das ruas, portas e das vias que nela confluíam. Se a primeira tinha como função isolar o espaço por si delimitado, e protegê-lo dos perigos externos, cabia às portas ligar o espaço intramuros e o exterior que se interligava pelas suas articulações à rede viária. Homens e produtos transitavam entre os dois espaços, transpondo as portas, nos dois sentidos, para a paz ou para a guerra⁴⁶³.

Além da importância militar das portas, o seu papel era fundamental no panorama económico: ao encaminhar através das portas a circulação comercial, tornava-se mais fácil o controle do mercado e o exercício de fiscalidade sobre as mercadorias⁴⁶⁴. Até no plano higiénico a sua importância, era relevante, uma vez que, aquando de surtos epidémicos, serviam de barreira à sua difusão, fazendo-se através delas a triagem de quem vinha do exterior⁴⁶⁵.

⁴⁶² No reinado de D. João I, Mirandela era considerada como fortaleza. Foi uma das fortificações da Comarca de Trás-os-Montes que obedeceu ao mandado de D. João I para o ajudar, juntamente com as de Bragança, Vila Real, Lamas de Orelhão, Alfândega da Fé, Chaves, Mogadouro, Monforte de Rio Livre, Montalegre, Vinhais, que não tomaram o partido do rei de Castela. (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, Barcelos: Livraria Civilização editora, 1983, vol. I, cap. 68, pp. 133-134. Convém referir que no início do século XXI, o arqueólogo Isidro Gomes, do Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Mirandela encontrou na Travessa de Santo António restos da muralha medieval (ver apêndice n.º 3), o que ajudou a compreender melhor o espaço amuralhado da urbe; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, p. 48.

⁴⁶³ LE GOLFF, Jacques – «L'apogée de la France urbaine médiévale». In LE GOLFF, Jacques (Dir.), *Histoire de la France urbaine, T. 2, la ville médiévale des carolingiens à la Renaissance*, Paris: Seuil, 1980, p. 210.

⁴⁶⁴ LE GOLFF, Jacques – *ob. cit.*, p. 300.

⁴⁶⁵ BENNASSEAR, Bartolomé – «Organization Municipale et communautés d'habitants en temps de peste: l'exemple du Nord de l'Espagne et de la Castille à la fin du XVI siècle». *Villes de l'Europe méditerranéenne et de l'Europe Occidentale du Moyen Age au XIX siècle. Actes du colloque de Nice (27-28 mai)*. Annales de la Faculté des lettres et Sciences Humaines de Nice, 1969, n.º 9-10, pp. 139-143.

Quanto à noite, em períodos de guerra, ou noutra circunstância, os centros urbanos fechavam as suas portas reforçadas a ferro⁴⁶⁶, defendiam o espaço intramuros dos contactos e perigos exteriores: a guerra, a doença e as malfeitorias.

As portas eram então por um lado um ponto de interesse vital, mas por outro lado apresentava uma grande vulnerabilidade, sobretudo quando a urbe era cercada⁴⁶⁷. Como tal, a sua defesa era considerada prioritária.

Resumindo: as portas ligavam as cidades ao exterior. A elas conduziam e delas partiam estradas e caminhos, integradas numa rede viária organizada com diversos níveis hierárquicos⁴⁶⁸.

Em 1706 em Mirandela verificamos que a muralha apresentava um estado avançado de degradação, mas ainda possuía as suas três portas⁴⁶⁹: Porta de Santo António, Porta de Santiago e uma denominada Portela. Existia ainda o Postigo de S. José rasgado na muro⁴⁷⁰. Do número de portas existentes no período setecentista, resta actualmente a de Santo António.

1.2.1 Porta de Santo António

É de arco ogival em granito aparelhado até ao começo do arco, sendo este constituído de xisto e argamassa. Voltada para o rio, dava acesso à vila aos transeuntes vindos da barca de passagem no Tua. Esta porta era da exclusividade dos peões, uma vez que trânsito de gado cavalariço, muar, asinino, carros de madeira e carretos se fazia pela de Santiago e Portela⁴⁷¹. Junto da porta de Santo António foi construída uma capela de invocação a Santo António⁴⁷². Na cornija da porta existia a seguinte inscrição: “Esta capela se fez no ano de 1701, com arte sagrada em honra do Paulo Português”⁴⁷³. Sales

⁴⁶⁶ BENNASSEAR, Bartolomé – *ob. cit.*, p. 141.

⁴⁶⁷ MONTMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la pest: Toledo a fines del XVI”. *La ciudad hispanica durante los siglos XII al XVI*, Madrid: Univ. Complutense, 1985, T. II, pp. 1113-1132.

⁴⁶⁸ MONTMAYOR, Julián – *ob. cit.*, p. 1132.

⁴⁶⁹ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 395.

⁴⁷⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 51.

⁴⁷¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 51.

⁴⁷² A. D. B., *Capela de Santo António de Mirandela*, 1659, cx38, Doc. 098, p. 14.

⁴⁷³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 55.

opina ter sido reconstruída em 1701 por Paulo de Sá Morais, capitão-mor de Mirandela, anexada a um edifício de moradia, com a qual comunicava pelo interior. Era sua administradora (1758) D. Doroteia Morais Sarmento e Castro, viúva de Vasco de Morais Sarmento, provedor da Santa Casa da Misericórdia em 1745 e Capitão da vila de Mirandela⁴⁷⁴.

Ilustração N.º 4 - Porta de Santo António (2004)



1.2.2 Porta de Santiago

Esta porta da muralha dava acesso à vila através da praça do município. Era a única construída em granito, e possuía arco de volta inteira. Não pertencia à primitiva fortificação, sendo reconstruída posteriormente ao mesmo tempo que uma capelinha situada sobre o arco da cerca, de invocação a Santiago (1696)⁴⁷⁵. Foi nesta data que a família Pinto Cardoso “se assenhoreou do arco e sobre ele construiu a pequena capela de Santiago”. Nela se celebrava missa no dia 25 de Julho, dia deste Santo e de feira anual, a que o povo e feirantes assistiam ao ar livre. Encontrava-se anexada ao morgadio desta família. A capela era de dimensão muito reduzida, apenas da largura da

⁴⁷⁴ CHAGAS, Pinheiro – *História de Portugal ed. Popular e Ilustrada*, 3.ª ed., Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1899, vol. X, p. 117.

⁴⁷⁵ A. D. B. – *Capela de Santiago de Mirandela*, 1630, Cx38, Doc. 96, p. 14.

muralha. No seu interior existia somente um altar. O frontispício estava voltado para a Praça do Município, tinha portas em vidro, era encimado por uma escultura tosca em granito de Santiago a cavalo, empunhando uma lança⁴⁷⁶.

Santiago era um santo de muita devoção nesta zona, por Mirandela se incluir nos Caminhos de Santiago, num dos itinerários portugueses que conduziam a peregrinação a Santiago de Compostela na Galiza em trajecto mais directo. Ia de Castelo Rodrigo a Chaves, passando por Mirandela⁴⁷⁷.

1.2.3 Portela

Era uma porta da muralha (1688) que dava acesso ao tráfico das freguesias localizadas a Sul de Mirandela, nomeadamente Frechas, Caravelas, Freixeda, S. Salvados, etc. Dela já nada resta, a não ser o topónimo e a tradição. De acordo com a toponímia, a portela é pressuposto ter-se situado no local onde as ruas de S. Miguel, S. Mateus e da Portela se juntam⁴⁷⁸.

1.2.4 Postigo de S. José

Na opinião de Ernesto Sales, este postigo ou fresta rasgava-se na cerca provavelmente junto ou na proximidade do sítio onde a Rua de S. José termina na Rua do Rosário e encontrava-se voltado para o Tournal. A acta de sessão camarária de 8 de Junho de 1688 relativa aos mordomos da procissão do Corpo de Cristo refere-o: "...para mordomos de Santa Catherine e Santa Barbora Lourenço Pinho alfaate do postigo desta villa". Dele resta apenas o topónimo Travessa do Postigo, que designa uma travessa que liga a Rua do Rosário com a das Amoreiras⁴⁷⁹.

⁴⁷⁶ Na década de oitenta do século XIX a Porta de Santiago no interior da muralha encontrava-se em bom estado de conservação. Em 27 de Setembro de 1880, a câmara de Mirandela alegando ser a porta de Santiago estreita e dificultar o trânsito de veículos de carga, decidiu demoli-la e com ela o referido arco de volta inteira. Também a capelinha de Santiago foi derrubada para alargar a rua entre o Cabo da Vila e Praça do Município. A imagem de Santiago em pedra que rematava a fachada principal do pequeno templo, foi levada para remate do frontispício do palacete da Família Pinto Cardoso. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p.51.)

⁴⁷⁷ GIL, Carlos e João Rodrigues – *Pelos Caminhos de Santiago Itinerários Portugueses para Compostela*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, p. 113.

⁴⁷⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 52.

⁴⁷⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 52.

1.3. Plano da Vila de Mirandela

Existiram em tempos imemoriais na câmara dois exemplares da planta topográfica de Mirandela, um deles encaixilhado e resguardado em vidro, actualmente desaparecidos. Eram da autoria de Miguel Francisco de Mendonça, benemérito da vila⁴⁸⁰. Posteriormente, foi efectuada a sua reconstituição:

1.3.1. Ruas

O modo como espacialmente se produz a circulação de pessoas e produtos e as relações da estrutura viária com os diversos elementos urbanos determinam, em larga medida, a estruturação básica da textura urbana. A rua, concebida para a movimentação pedestre, animal e de viaturas, é o elemento básico da estrutura urbana. Assente num suporte geográfico preexistente, garante contactos com o exterior, determina o ordenamento com os quarteirões e edifícios e a relação destes com o espaço urbano, enunciado pelas fachadas.⁴⁸¹

A geografia condiciona o traçado da rua, a sua sinuosidade, o pendor e a orientação da mesma. Porém, numa perspectiva funcional, as conexões no interior do espaço urbano e as articulações e as vias de acesso ao exterior mantêm-se estáticas ao longo dos séculos. O sistema viário é dinâmico e adapta-se às mudanças estruturais ao longo de séculos.

Vejamos então o sistema viário de Mirandela, mas para isso, sentimos necessidade de recuarmos até ao período medieval. Aí verificamos que as ruas de Mirandela eram apertadas e sinuosas devido à falta de espaço no interior da muralha e disposição por vezes acidentado do terreno. A maior parte das ruas, travessas e largos possuíam nome de Santo, revelando o grande sentido de religiosidade do povo⁴⁸².

⁴⁸⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 62.

⁴⁸¹ LAMAS, José Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 99-100, 152-154.

⁴⁸² Todos os dados que apresentamos relativos às ruas, praças e largos de Mirandela surgiram de uma análise comparativa entre os apresentados no passado por SALES, Ernesto Augusto Pereira de –

A toponímia das ruas medievais manteve-se até ao século XIX⁴⁸³, sendo feita a sua nomenclatura e numeração dos prédios pela edilidade em 1839⁴⁸⁴. No século XX foram rasgadas novas vias, mas agora para além dos nomes de santos, surgiram nomes laicos⁴⁸⁵.

1.3.1.1 Estado Geral e Limpeza das Ruas

Devido ao facto de uma grande parte das Actas de Vereações da Câmara de Mirandela do século XVIII terem desaparecido e as existentes compreendidas entre 3 de Abril de 1742 e 2 de Setembro de 1744 não fazerem qualquer referência a esta temática, fomos obrigadas a socorrer-nos uma vez mais da obra de Ernesto Sales. Segundo o autor, até finais do século XVIII todas as ruas de Mirandela eram consideradas de mau piso, devido à sua posição em declive e serem calcetadas com seixos rolados vindos do leito do rio Tua. Mais tarde, os vereadores concelhios decidiram que o pavimento fosse melhorado e mandaram calcetá-las. Paulatinamente, a área da vila foi-se alargando, construíram-se mais casas e ruas ao longo de centúrias. A limpeza

Mirandela Apontamentos Históricos, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 54- 62; Mapa Topográfico que nos foi cedida pela CMM.

⁴⁸³ Mantiveram-se até finais do século XIX as ruas de S. José, do Postigo de S. José, Rua de Santo António, Travessa de Santo António, Rua dos Ferreiros, Rua de Santiago, Rua do Arco de Santiago, Rua do Arco de Santiago, Rua de S. Cosme, Rua Atrás dos Frades, Rua do Rosário, Rua do Encontro, Rua de S. Mateus, Rua Cabo da Vila, Rua de S. Francisco, Rua das Amoreiras, Rua de Santa Luzia, Rua dos Távoras, Rua da Cadeia Velha, Rua do Toural, Rua da Estrada, Rua Montevideu, Rua de S. Miguel, Rua da Igreja, Rua da Portela ou dos Açougues e Rua do Quebra Costas; Largos: de S. Francisco, do Cardal, do Toural, da Portela, do Rossio de S. Cosme, da Ponte, do Tanque; Praças: Praça Velha ou do Município e Praça Nova. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, pp. 54-62; Mapa Topográfico (CMM).)

⁴⁸⁴ Os editais de 27 de Outubro de 1807 e de 2 de Abril de 1811 ordenaram que todas as portas dos edifícios fossem numerados. Em 1876, o Código Administrativo encarregou as câmaras de procederem à denominação das ruas e numeração dos edifícios. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, pp. 54-62)

⁴⁸⁵ No século XX foram rasgadas as ruas do Pinheiro, de Clemente Meneres, da Capoeira, Dr. José Bacelar, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Alexandre Herculano, Rua da República, Rua Luciano Cordeiro, Rua D. Afonso III, Rua do Mercado, Rua D. Manuel I, Rua do Cruzeiro e Travessa 5 de Outubro; Largos: de S. Miguel, do Terreiro, da Igreja, 1.º de Janeiro e Largo Dr. Álvaro Soares; Praça 5 de Outubro; Avenida das Amoreiras. (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, pp. 54-62; Mapa Topográfico (CMM).)

pública das ruas estava a cargo dos almotacés que superintendiam e dirigiam o serviço. Os habitantes da vila de Mirandela e freguesias do concelho eram obrigadas ao cumprimento do Código de Posturas da Câmara referente ao título Limpeza Pública.

Em sessão de vereações da câmara de Mirandela de 1 de Janeiro de 1720, foi tratada a limpeza pública das ruas. Todos os moradores eram obrigados a manter limpo o espaço de estrada ou rua situado em frente da sua casa, sob pena de duzentos e quarenta réis. Em sessão de vereadores da câmara em 12 de Janeiro de 1723 foi deliberado que todos os habitantes que residissem a uma légua de distância da vila de Mirandela eram obrigados a participar na limpeza das suas praças e ruas com uma pessoa de cada casa. Se o indivíduo fosse de jorna e não comparecesse pagava de coima doze vinténs. Aquele que possuísse gado bovino e carro de bois era também obrigado a ajudar no asseio da referida vila e, se faltasse pagava de multa seis tostões. Do total recebido pelo concelho, a terça parte destinava-se ao meirinho, e restante era para ser aplicado na limpeza das praças e ruas da vila. Como não havia rede de esgotos no povoado, e a edilidade para resolver este problema, mandou construir um carro com um depósito, onde diariamente os dejectos e águas sujas eram despejadas, evitando assim que os despejos se fizessem para as ruas. E não obstante as Posturas Municipais de Mirandela do século XVIII impedirem que os suínos vagueassem pelas ruas da vila, continuaram a deixá-los andar livremente ao longo de décadas⁴⁸⁶.

1.3.2. Praças

Uma das singularidades da morfologia urbana portuguesa é, na opinião de Orlando Ribeiro, a pluralidade de praças. Na opinião do geógrafo, estas distinguem-se pela função, e de acordo com esta, caber-lhe-ia uma designação específica: o nome de *largo*, muito vulgarizado, dizia respeito tanto à praça ampla como ao alagamento de uma rua ou cruzamento viário; *praça*, correspondia ao espaço aberto onde se realizavam mercados; *adro*, ao de

⁴⁸⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 63.

praça fronteiriça à igreja; *terreiro*, seria o largo de terra batida⁴⁸⁷. Em Mirandela esta tendência é igualmente observável.

A urbe tinha duas praças e diversos largos⁴⁸⁸:

A Praça do Município tinha forma poligonal construída em rectângulo. Nela terminavam as ruas de Santiago, da Igreja e uma outra vinda da Rua de S. Cosme. Estavam aqui erguidos os Paços do Concelho, o Pelourinho e a Santa Casa da Misericórdia que tinha anexo o hospital. Era nesta praça que se efectuavam mensalmente as feiras de cereais e de outros produtos, se realizavam os mercados às quartas e domingos. Era portanto a praça mais importante. Era o centro único da urbe, o local onde se parava, se faziam encontros e negócios.

Por sua vez a Praça Nova foi construída entre 1884-1885 na antiga Quinta dos Pastores e numa outra do domínio privado, adquirida pela câmara municipal para uma excelente praça de mercado, abertura de ruas e venda a particulares para construção de habitações. Tem forma rectangular e aqui se realizavam as feiras em 3 e 15 de cada mês. O mercado efectuava-se às quartas feiras e domingos com a venda e compra de cereais, frutas, hortaliças, criação miúda, etc.. Paralelamente foram aqui instalados dois açougues.

O Largo do Cardal situava-se em frente à ponte românica e estrada para Vila Flor e Bragança. Antes da construção da ponte em meados do século XVI e um pouco a montante situava-se a Barca de passagem entre Mirandela e Golfeiras. Após a sua construção este local perdeu a importância que antes tinha o que veio a resultar que aí começaram a crescer espontaneamente cardos, surgindo daí a designação de Cardal. Este ponto de desembarque, está possivelmente no reforço de fortificação da porta que dava acesso aos passageiros vindos do outro lado rio Tua. A construção da estrada real e caminho antigo trouxeram novamente movimento a este largo.

A junção das estradas de Bragança e de Vila Flor deu origem a um pequeno lago que passou a denominar-se por Largo da Ponte, que inutilizou e acabou por obstruir um dos dezassete arcos que constituíam a primitiva ponte. A Rua da Ponte e Rua do Rosário terminam neste largo.

⁴⁸⁷ RIBEIRO, Orlando – “Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansion por el mundo”. *Opúsculos Geográficos ...*, vol. V, pp. 546-547.

⁴⁸⁸ PEREIRA, Ernesto Augusto – *ob. cit.*, pp. 54- 62.

Quanto ao Largo de S. Miguel situava-se em frente à casa mandada construir no século XVIII por Miguel Teixeira Homem. Este largo foi assim designado por esta habitação ter anexa uma capela de invocação ao Santo. Terminam neste largo a Rua de S. Miguel, Rua da Capoeira, Rua da Formiga e Rua do Arco da Vila que dá para a do Cabo da Vila.

No entroncamento da Rua do Cabo da Vila e a Estrada Real de Bragança surgiu o Largo do Tanque, que é assim designado por haver no centro um chafariz. Era também conhecido por Tanque dos Ciprestes, por neste local estarem erguidas duas destas árvores.

No que diz respeito ao Largo de S. Francisco é assim chamado por aqui ter havido uma capela, orago deste santo. Na sua proximidade localizava-se a entrada toda arborizada para a encosta do cemitério da vila.

O Largo do Toural encontra-se fora da antiga muralha da vila. A sua toponímia deve-se ao facto de aqui se realizarem as feiras de bois (touros), daí o topónimo de toural. Ao centro havia um poço que fornecia água aos moradores para cozinhar e lavagens. Neste largo desembocavam as ruas da Portela, Rua das Amoreiras, Rua do Encontro, Rua do Cruzeiro mais conhecida por Rua do Cemitério e a Canelha do Outeiro que ligava às Alminhas do Outeiro.

Creemos que, em parte, por ser uma cidade muito ligada ao passado, onde a tradição se mantém, algumas praças e largos como a praça do Município (que outrora albergou a câmara municipal), os largos do Toural, de S. Miguel, da Igreja e da Ponte, mantiveram a sua toponímia⁴⁸⁹.

⁴⁸⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira – *ob. cit.*, vol, I, pp. 54-62.

CAPÍTULO IV – A ECONOMIA

1. Economia

No âmbito geral a economia do século XVIII pode considerar-se positiva. Caracterizou-se por uma maior aquisição de terra para culturas agrícolas nos baldios e terras incultas; mais disponibilidade financeira para seu investimento; maior oportunidade de transaccionar os diversos produtos agrícolas, podendo os mercadores optar pelas actividades agrícolas mais rentáveis. Assistiu-se a um processo de reconversão da paisagem com aumento das terras cultivadas. Verificou-se um decréscimo dos cereais tradicionais designadamente o trigo, centeio e cevada e aumentaram as áreas de vinha, milho máis, olival, árvores de fruto, hortas e pecuária. Desenvolveu-se a indústria da seda, linho e têxtil⁴⁹⁰. O século Setecentista foi também o século do ouro com consequências directas e indirectas a nível nacional no investimento, consumo, comércio externo, e facilidade de pagamento ao exterior. Cresceram as disponibilidades privadas de capitais devido ao fluxo migratório verificado na época de crescimento económico⁴⁹¹.

Relativamente à economia em Trás-os-Montes, em finais do século XVIII a principal cultura eram os cereais, sendo a mais relevante a do centeio, seguida do trigo, cevada e milho.

⁴⁹⁰ CARDOSO, José Luís – *Pensar a Economia em Portugal - Digressões Históricas*, Lisboa: Difusão Editora, 1997, 1997, p. 101; SERRÃO, José Vicente – “Quadro Económico”. In MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Circulo dos Leitores, 1993, pp. 72-73; MACEDO, Jorge de - “A situação Económica no Tempo de Pombal Alguns Aspectos”, *Estudos e Documentos para a História de Portugal*, Porto: Livraria Portugália, 1951, T. 1, p. 100; GODINHO, Vitorino Magalhães – “Alguns problemas da Economia Portuguesa no Século XVII de depressão Internacional”, in *Revista de História Económica e Social*, 1980, vol. 5, p. 114.

⁴⁹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Panorama Agrário”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1870)*, Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI, pp. 403-406; VANDELLI, Domingos – “Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino e depois nos seu domínios”, *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987, pp. 33-34; SERRÃO, José Vicente – “Quadro Económico”. In MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Circulo dos Leitores, 1993, pp. 72-73.

O centeio produzia-se mais no Alto Trás-os-Montes⁴⁹², em terras altas e frias⁴⁹³. A cultura do trigo desenvolvia-se principalmente no Vale da Vilarça e Veiga de Chaves, de terra extremamente férteis e outras de clima temperado e de baixa altitude, na Terra Quente do Nordeste, praticando-se também em localidades mais pobres de solo⁴⁹⁴. A produção da cevada destinava-se à alimentação dos animais de trabalho. Quanto ao milho a sua cultura teve início em Trás-os-Montes no final do século XVIII⁴⁹⁵ e as referências a este cereal são reduzidas no final da centúria setecentos. A sua produção reduzia-se apenas a Vinhais, Frechas e Vila Flor⁴⁹⁶ e a produção do milho mais era insignificante⁴⁹⁷.

Relativamente à olivicultura ela encontrava-se já muito divulgada em Trás-os-Montes, apesar de só em finais do século XVI ser introduzida em Mirandela, e Freixo de Espada à Cinta⁴⁹⁸. Em Moncorvo e de acordo com Manuel Severim de Faria, em princípios do século XVII era já frequente a cultura da oliveira⁴⁹⁹. A partir desta centúria muitas oliveiras foram plantadas em terras quentes e frias de Trás-os-Montes em terrenos propícios de clima e

⁴⁹² TABORDA, Virgílio - *ob. cit.*, p. 1; RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 82.

⁴⁹³ FERREIRA, H. (Cf.) – *O Clima em Trás-os-Montes*, “Memória” apresentada ao 2.º Congresso Provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa: s. n., 1941, pp. 10-11; SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa: Livros Horizonte Universitário, 3.ª ed., 1981, p. 39; RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991, p. 979.

⁴⁹⁴ SÁ, José António de – *ob. cit.*, pp. 273-290; RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 82.

⁴⁹⁵ RIBEIRO, Orlando – *ob. cit.*, p. 119; RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, vol. IV, p. 85; RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998, pp. 113-122.

⁴⁹⁶ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *ob. cit.*, pp. 66, 112 e 148; SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Officina da mesma Academia, 1791, T. III, p. 261; ALMEIDA, Luís Ferrand de – “A Propósito do Milho “Marouco” em Portugal nos séculos XVI e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, T. XXVII, pp. 103-143.

⁴⁹⁷ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *ob. cit.*, p. 229.

⁴⁹⁸ BARROS, João de – *ob. cit.*, pp. 67v e 68; SERRÃO, Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Lisboa: Tipografia Ed. Portuguesa Ltd., 1974, pp. 111 e 113.

⁴⁹⁹ SERRÃO, Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Lisboa: Tipografia Ed. Portuguesa Ltd., 1974, pp. 111 e 113.

altitude, e no século XVIII, na mesma vila de Moncorvo, houve um aumento muito significativo da referida cultura⁵⁰⁰.

A partir desta centúria muitas oliveiras foram plantadas em terras quentes e frias de Trás-os-Montes em terrenos propícios de clima e altitude

No que concerne à viticultura desenvolvia-se em todo Trás-os-Montes, principalmente na Terra Quente, com excepção da região do Barroso por ser fria e intensamente na região duriense.

A produção vinícola desenvolveu-se principalmente em Alijó, Carrazeda de Ansiães, Favaios, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião⁵⁰¹.

No tocante ao castanheiro é aludido por Ribeiro de Castro em diversas localidades de Trás-os-Montes, designadamente em Mogadouro, Paçó, Monforte de Rio Livre, Lamas de Orelhão e Vimioso⁵⁰².

Merecem também ser mencionadas as culturas do carvalho para utilização da sua casca na indústria de curtumes e o pinheiro, este, e como referimos anteriormente, ainda pouco divulgado em Trás-os-Montes e só no final de Setecentos se assistiu à sua propagação⁵⁰³. Outra cultura que merece ser referenciada é a amoreira⁵⁰⁴ e a sua relação com a indústria da seda. Em Trás-os-Montes foi também muito significativa a produção do linho cânhamo⁵⁰⁵ muito utilizado na cordoaria.

⁵⁰⁰ SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Officina da mesma Academia, 1791, T. III, pp. 262-263; SERRÃO, Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Lisboa: Tipografia Ed. Portuguesa Ltd., 1974, pp. 111 e 113.

⁵⁰¹ CASTRO, Ribeiro de – *ob. cit.*, pp. 267, 289 e 308.

⁵⁰² CASTRO, Ribeiro de – *ob. cit.*, pp. 48, 53, 66, 130, 293 e 327.

⁵⁰³ RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho, economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editora, 1941, vol. XVII, p. 647.

⁵⁰⁴ SÁ, José António – *Dissertações philosophico-políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa: Officina da Academia real das Ciências, 1787, p. XVI; SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, Porto: *Separata da Revista da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto*, 1974, vol. IV, pp. 102-103; VILA MAIOR, Visconde de – “O canamo na Villariça”, *O Arquivo Rural*, 1963, vol. VI, pp. 567-572.

⁵⁰⁵ GRAÇA, Celestino – *A Cultura do Linho Cânhamo*, Lisboa: Sá Costa, 1945; MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 26; TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, pp. 109-110.

No âmbito económico, a agricultura, as artes e o comércio quando desenvolvidos são a riqueza de qualquer país, o manancial de todo o bem do Estado e interesse de uma nação. Sem estes sectores, não pode haver riqueza, ficando a nação impossibilitada de se tornar independente sob o ponto de vista económico⁵⁰⁶. Trás-os-Montes não fugiu à regra e foi também abrangido por esta série de mudanças, que contribuíram para um relativo progresso e desenvolvimento. No âmbito agrícola, 35,2 % do número total de homens transmontanos dedicavam-se a este sector, sendo os lavradores o dobro dos jornaleiros⁵⁰⁷.

Em finais do século XVIII a panorâmica agrária em Trás-os-Montes caracteriza-se pelo aumento da cultura da castanha, menor difusão da oliveira, vinha, pinheiro, batata, milho maís e proliferação do linho cânhamo⁵⁰⁸.

2. Exploração de Recursos Subterrâneos

2.1. Aproveitamento Hidráulico

A abundância de água de qualidade é um bem essencial para tornar fértil, sadio e ameno um país, ou uma região⁵⁰⁹. Em Trás-os-Montes a nível geral havia falta de água potável. Porém, a existente, não era estagnada, nem inquinada⁵¹⁰.

⁵⁰⁶ VANDELLI, Domingos – “Memórias sobre a Necessidade de uma Viagem Filosófica feita no Reino, e depois nos seus Domínios, (1796)”, *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, introdução e notas de José Luís Cardoso, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, MDCCCVII, pp. 33-34.

⁵⁰⁷ MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII* (Alguns aspectos económico-sociais), Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 42.

⁵⁰⁸ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, pp. 109-110.

⁵⁰⁹ SÁ, José António de Sá – *Memórias Económicas de Torre de Moncorvo da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1891, T. III, p. 256.

⁵¹⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa do Estado Actual da Provincia de Tras-os-Montes, feito no anno de mil setecentos noventa e seis pelo Bacharel Columbano ribeiro de castro, juiz commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos;*, Arquivo Distrital de Braga, ms. 908, p. 7.

No tocante a Mirandela, esta antiga vila não era fértil em nascentes de água potável⁵¹¹. Havia sim a água do rio Tua que podia beber-se com segurança no Inverno, pois era *de bom gosto*, de fácil digestão, cozia bem os alimentos e tinha virtudes diuréticas. No Estio não podia ser consumida pelo *mau gosto* que tinha, provocado por nela se curtir muito linho⁵¹². Nesta estação recorriam às fontes de ocasião, as *frieiras*, poças na areia com água filtrada nas próprias areias do rio e próximas do seu leito, já que havia falta de nascentes de água potável e de qualidade em Mirandela. Recorriam também à Fonte dos Ciprestes e das noras para consumo da população. No interior da antiga muralha existiam alguns poços de água salobra, como o Poço do Jardim do Paço, e o Poço da Casa da Família Pinto Cardoso. Havia ainda a Fonte dos Ciprestes, a Fonte do Escurial ou do Convento, a do Retiro, a das Golfeiras, a dos Três Cunhados e a de Carvas.

A Fonte dos Ciprestes começou a fazer-se em 1711 com o aproveitamento de um nascente que havia neste sítio. Em sessão de vereações da câmara em 10 de Outubro desse ano, foi decidido que os juizes do povo de todas as freguesias do concelho trouxessem homens desocupados para nela laborarem. No que se refere a obra em canos do chafariz decidiram os vereadores da autarquia que fosse posta em lanços e entregue a quem a fizesse por menor preço. Em 28 de Julho de 1795 determinou a mesma que a limpeza da fonte ficasse a cargo dos almotacés. Em 1798, havendo-se verificado que a fonte não produzia tanto como era desejado e necessário, decidiu a autarquia fazer novas obras, abrindo junto a esta uma mina para aumento da produção do precioso mineral. A Fonte do Retiro, do Fonte do Escurial ou do Convento e a Fonte de Carvas encontravam-se em terrenos privados. A Fonte das Golfeiras e a Fonte dos Três Cunhados em públicos. Em 30 de Junho de 1795, devido a falta continuada de água existente em Mirandela, a autarquia determinou que fosse aberto um poço no Lago do Toural e que todos os habitantes contribuíssem para a sua obra. Tinha seis ou

⁵¹¹ SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto: Faculdade de Letras, 1974, vol. IV, pp. 93-101.

⁵¹² HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Arquilégio de Medicina*, Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 1998, p. 242.

sete metros de profundidade e em 1796 foi resguardado com um bocal com três metros de diâmetro. A água era salobra, não era empregue no consumo dos moradores, mas somente para uso doméstico⁵¹³.

Em princípios do Setecentos havia já alguns recursos hídricos em diversas Freguesias, e Lugares dos antigos concelhos que se inserem no de Mirandela.

Os moradores aglomeravam-se em redor ou próximos da igreja ou capela onde era celebrada missa e continuavam a reger-se pelos usos e costumes dos que os antecederam⁵¹⁴. Em muitos lugares não havia fontes para fornecimento de água às populações. A água para beber iam buscá-la ao rio que lhe ficava junto, ou a nascentes próximos, onde com pedras no fundo e ao alto construíram fontes muito simples. Apresentamos o número de fontes que serviam cada uma das povoações do concelho em 1706⁵¹⁵:

Estas foram mais tarde concertadas e outras construídas de novo em 1790 por provisão do corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo. Em Mirandela construíram-se duas fontes, a dos Ciprestes e a Fonte junto ao Rio Feca. No concelho de Torre D. Chama construíram-se seis fontes na própria vila; duas em Guide; duas em Ribeirinha; uma em Vale Maior; três em Vale de

⁵¹³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 74-75.

⁵¹⁴ COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica...*, 2.ª ed., Braga, 1868, T. I, pp. 388-420.

⁵¹⁵ Abreiro 4; Milhais 1; Longra 0; Navalho 2; ½ de Sobreira 1. Vale da Sancha 2; Lamas de Orelhão 5; Cascalhal 3; Carrapata 5; Paços 4; Valverde 1; S. Silvestre 1; Cobro 1; Rego de Vide 1; Escovais 1; Avidagos 1; Carvalhal 1; Pereira 2; Vilaboa 1; Franco 4; Suções 4; Eivados 3; Eixes 2; Marmelos 4; S. Pedro de Vale do Conde 6; Barcel 1; Vila Nova 3; Mirandela 7; Abambres 5; Ala 8; Alvites 6; Açoreira 3; Avantos 8; Barca 5; Brinçó 5; Bronceda 2; Cabanelas 6; Caravelas 6; Carrapatinha 2; Carvalhais 1; Carvas 3; Cascalhal 3; Cedães 7; Cedainhos 5; Chelas 0; Copim 2; Clorense 4; Contins 4; Cotas 3; Ervedeira 1; Freixeda 17; Freixedinha 3; Gurivanes 3; Lamas de Cavalo 3; Longra 0; Mascarenhas 9; Milhais 1; Miradezes 4; Mogrão 5; Mourel 2; Paradela 5; Pousadas 6; Quintas 3; Regodeiro 2; Romeu 4; S. Salvados 7; Sezulfe 2; S. Silvestre 1; ½ de Sobreira 1; Valbom 5; Valbom Pitez 3; Vale de Couço 5; Vale de Freixo 3; Vale de Juncal 3; Vale de Lagoa 3; Vale de Lobo 6; Vale de Madeiro 2; Vale de Martinho 3; Vale de Meões 3; Vale de Pradinhos 6; Vale de Salgueiro 4; Vale de Telhas 10; Vale de Sardão 4; Valongo de Meadas 4; Vale Pereiro 3; Vila Verde 8; Vila Verdinho 4; Vilar de Ledra 5; Vimieiro 2. Torre D. Chama 2; Guide 2; Ferradosa 1; Regadeiro 2; Vale de Prados 1; S. Pedro Velho 6; Fradizela 3; Vale de Gouvinhas 2; Vilardouro 2; Ervedeira 1; Argana 1; Lama Longa 2; Gandariças 1; Vale Maior 1; Ribeirinha 1; Vila Nova 2; Fornos 3; Mosteiró 2; Coiços 1; Meles 2; Vilares 3; Seixo 1; Múrias 2; Ponte de Pé 1. Valdasnes 4. (COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, pp. 389 a 420.)

Gouvinhas; uma em Ferradosa; duas em S. Pedro Velho; duas em Vale de Oiro; uma em Fornos de Ledra; uma em Argana; duas em Lama Longa; três em Vila Nova; três em Meles; uma em Regodeiro; duas em Vilares; uma em Múrias; uma em Gandariças; uma em Couços. Em Frechas construiu-se uma fonte na vila que também não tinha nenhuma e outra em Vale da Sancha⁵¹⁶.

Além do precioso líquido servir para consumo próprio era aproveitada em açudes para fazer mover as azenhas e moinhos que se distribuíam pelas margens dos rios Tua, Tuela, Rabaçal e Ribeira de Cedães.

Eram múltiplos os açudes e azenhas espalhadas ao longo do curso do rio Tua, mas também nas ribeiras. Tinham como objectivo sustentar a água para accionar as mós de moinhos e azenhas espalhadas pelas margens do rio para moer o pão (cereal), base da alimentação do antigo povo transmontano. Serviam também para activar as rodas das noras que através de alcatruzes subiam e despejavam a água para rega nos terrenos ribeirinhos cultivados de produtos hortícolas e frutícolas. As azenhas e moinhos eram um factor importante na pacata vida dos povoados. No termo do concelho de Frechas, contíguo ao de Mirandela, havia oito azenhas ao longo do Tua e Ribeira, que o rei D. Manuel em Carta de Foral no capítulo *moendas* do Rio Tua incentivava à sua construção a “quaes quer pessoas que quisere fazer moendas ou açudes no Rio de Tua ou no Ribeiro que vay per junto da ditta villa”⁵¹⁷. Em 1796 havia várias azenhas espalhadas pelo município de Mirandela, mas somente três pagavam foro ao concelho. As restantes encontravam-se *usurpadas* não contendo os seus eventuais proprietários prova alguma em como lhe pertenciam⁵¹⁸.

Um dos açudes e respectiva azenha era pertença dos condes de S. Vicente e localizava-se em frente a Mirandela a montante da ponte. Foi demolida depois de 1860 para salvaguarda da ponte antiga. A jusante desta encontrava-se uma outra azenha também demolida por ser a causadora da

⁵¹⁶ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Mappa dos objetos do bem publico providos na comarca de Moncorvo), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

⁵¹⁷ *Foral Manuelino de Frechas*, Bragança: Museu Regional Abade de Baçal, Inventário 123; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 47.

⁵¹⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 277.

perda de três arcos da ponte na cheia de 1909. O acidente foi provocado em parte pelo açude que obstava à descida das areias provocando o assoreamento do rio. Esta, inicialmente era propriedade da Família Pinto Cardoso, passando posteriormente para a família de Costa Pessoa⁵¹⁹.

2.2. Minérios e Ferrarias

A descoberta de minas e sua exploração contribuíram para o engrandecimento dos agricultores, manufacturarias e todas as áreas industriais⁵²⁰.

Autores como Avelino de Freitas Meneses, Veríssimo Serrão e H. Gabriel Mendes aludem à riqueza mineira de Portugal de Setecentos. São referidas as jazidas mineiras de Trás-os-Montes, Beira, Alentejo e Minho⁵²¹.

Nas águas do rio Tua em Mirandela (1758), houve ouro e coube a sua exploração a um técnico de Coimbra, que para tal, utilizou engenhos adequados⁵²². Também em Vila Verde houve várias explorações de prata, o que originou a toponímia de Vila Verde da Prata. Em 1758 a mesma freguesia foi designada por Vila Verde dos Alemões, que por licença régia, ter sido um alemão a dirigir os trabalhos, aquando da respectiva exploração do referido minério⁵²³.

Em Freixeda, no Monte Figueiro, explorou-se também minério, em “certos buracos e concavidades, que dizem os naturais, forão em tempos

⁵¹⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 65.

⁵²⁰ COUTINHO, Rodrigo de Sousa – “Sobre a Verdadeira Influencia das Minas, dos Metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especialmente da Portugueza”, *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Off. da mesma Academia, 1789, T. I, p. 237.

⁵²¹ Relativamente ao concelho de Mirandela, embora no período romano tivessem existido filões minerais, estes foram explorados em diversas freguesias e lugares do referido município. “Mappa do Imposto de Minas no districto de Bragança”, segundo o *Diario do Governo* de 24 de Setembro de 1902. In Francisco Manuel Alves - *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 1983, vol. II, p. 441; SALLES, Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 76-77; SERRÃO, J. Veríssimo – *História de Portugal, A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa: Verbo, 1980, vol. V, pp. 390-391; SERRÃO, J. Veríssimo – *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Editorial Verbo, vol. VI, 1981, pp. 220-221.

⁵²² DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1043.

⁵²³ *Vila Verde dos Alemões*, D. G. vol. 40, mem. 268, mf. 700, p. 1646.

antigos minas de prata”. Próximo da mina localizava-se um casarão, que servia para se apurar e fundir o metal⁵²⁴.

É referenciado no século XVII por João de Barros em *Descrição de antre Douro e Minho e Trallos Montes*: “... Logo adiante está o Rio Tua q(eu) he grande e se vay meter no Douro junto do qual está esta villa de Mirandela... e aly estão minas de prata, onde ora se tira. Também nesta altura havia em Lamas de Orelhão umas minas velhas de onde outrora se havia extraído também prata⁵²⁵.

Na freguesia de Alvites, na fronteira da Açoreira existiu uma mina de antimónio, registada no início do Oitocentos⁵²⁶.

Em Frechas, na sua aldeia anexa Vale da Sancha no Cabeço Figueiro, há vestígios de grande exploração de minérios, cujas jazidas aqui existentes eram de chumbo e outros metais. O filão era constituído por quartzo, com abundância de piritite arsenical. O minério de chumbo encontra-se coberto. Foram feitas pesquisas num poço de vinte metros sob laborações antigas e constatou-se que existia nele ouro e prata em proporções variáveis, com dominância da prata. A investigação fez-se numa área demarcada com mil metros de extensão e aproximadamente cinquenta hectares de área., orientado na direcção leste-oeste (magnético)⁵²⁷. Na mesma vila de Frechas existiu também uma exploração de barro ou argila que resultou numa fábrica de telha. Ficou o topónimo Barriais, o sítio onde se situava a extracção. Na sua aldeia anexa Vale da Sancha fez-se exploração de ferro, estanho e outros metais com predomínio da prata. Em Guide existe uma mina de estanho e outros metais no sítio da Albazaina, descoberto de forma legal por Moisés Zagori, registada por Francisco Joaquim de Moraes Fragoso. Em Múrias, o mesmo Moisés Zagori obteve por tempo indeterminado a concessão de uma mina de estanho situada no sítio de Pousadas, em que o concessionário pagava de imposto 19 590 réis

⁵²⁴ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 399.

⁵²⁵ BARROS, João de - *Descrição de antre Douro e Minho e Trallos Montes*, Códice n.º 549, Porto: Biblioteca Municipal do Porto.

⁵²⁶ SALLES, Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, p. 78.

⁵²⁷ ARAÚJO, Júlio César da Fonseca – *Boletim de Minas*, Lisboa: Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 1912, p. 28; SALLES, Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 78-79.

por ano. Em Mascarenhas, António de Sousa Rebelo Pavão foi declarado descobridor legal de uma mina de antimónio no sítio de Vale do Ninho, termo de Valbom dos Figos. O concessionário pagava anualmente de imposto 25\$000 réis. O mesmo indivíduo registou uma mina de prata, antimónio e outros metais em Mascarenhas no sítio de Marvelho ou Porqueira⁵²⁸. Explorou-se também antimónio com abundância em Lamas de Orelhão na Serra do Rei Orelhão e Ribeira da Cabreira, termo de Suções. Tirava-se o mesmo minério em Valdasnes⁵²⁹.

Na freguesia de Paços, no sítio do Lameirinho e no sítio das Freirinhas dos Eivados e no campo redondo houve minas no passado, registadas no Oitocentos. Em Romeu, no sítio das Carvalheiras, José Pegado descobriu e registou uma mina de ouro, prata e outros metais⁵³⁰.

A produção do ferro estava relacionada com a profissão de ferreiro.⁵³¹

Havia uma relação entre a mina de ferro, a sua fundição e a forja. O mestre das forjas era ao mesmo tempo mestre de minas e seu proprietário, para as poderem explorar. Os lenhadores forneciam lenha aos ferreiros e mestres de forja⁵³².

2.3. Produção Industrial

A indústria insere-se no sector secundário e foi definida como “um processo não utilizando directamente os recursos naturais e produzindo em

⁵²⁸ SALLES, Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 78; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 190.

⁵²⁹ *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB., Manuscrito ms. 908, 1796, pp. 233 e 117.

⁵³⁰ SALLES, Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 79.

⁵³¹ No Século XVIII, no concelho de Mirandela existiam 9 ferreiros; no de Frechas 2; no de Lamas de Orelhão 2; no de Torre D. Chama 4; em Valdasnes 1. Na vila de Mirandela havia 4 ferreiros; aldeia de Ala 1; Alvites 1; Cabanelas 1; S. Salvados 1; Vale de Salgueiro 1. No município de Frechas, 1 na vila e outro em Vale da Sancha. No concelho de Lamas de Orelhão 1 na vila e 1 em Fonte da Urze. No de Torre D. Chama, 2 em Fornos de Ledra e 2 em Lama Longa; em Valdasnes 1.

⁵³² CUSTÓDIO, Jorge – *O Ferro de Moncorvo e seu Aproveitamento Através dos Tempos*, Moncorvo: Ferrominas, 1982, p. 24.

grande escala e de forma contínua, bens transportáveis⁵³³. É sustentáculo de riqueza e prosperidade conseguidos no Setecentos, sobretudo com o Marquês de Pombal⁵³⁴.

Durante séculos, a indústria no país foi essencialmente artesanal com uma produtividade muito reduzida. No decurso desta centúria, o vocábulo fábrica e fabricante não tinham o mesmo significado que actualmente lhe atribuímos, sendo um termo vago, impreciso. Foi aludido em 1796 por Columbano Ribeiro de Castro e refere-se muitas vezes a actividades industriais, mas também algumas vezes com um sentido diferente quando ligado a igreja, ou a castelo⁵³⁵. O termo indústria não obstante já ser usado com o mesmo significado que no presente lhe damos, nessa época tinha um sentido muito mais lato, inserindo a agricultura, comércio e mesmo as ciências e as artes⁵³⁶.

Os proprietários das fábricas, mas também o número de oficiais que laboravam na indústria eram chamados de fabricantes⁵³⁷. Nela trabalhavam prateiros, tecelões de linho, lã e sedas, sapateiros, curtidores, fabricantes de meias, torcedores, tintureiros, cerieiros, latoeiros, cardadores, celeiros, etc.⁵³⁸. Havia pois uma actividade manufactureira caseira, artesanal, normalmente como complemento do trabalho agrícola, uma indústria sem mão de obra especializada de fabrico rudimentar⁵³⁹. De uma maneira geral a indústria portuguesa do Século XVIII encontrava-se estreitamente ligada à actividade agrícola. Comércio, transportes e comunicações funcionavam também em

⁵³³ CLARK, Colin – *Les Conditions du Progrès économique*, Paris: PUF, 1960, p. 310.

⁵³⁴ NEVES, José Acúrsio das – *9.ª Memória de José Acúrsio das Neves sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1820, p. 8-9.

⁵³⁵ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 203.

⁵³⁶ AMZALAK, M. Bensabat – *A Memória Económica da Província da Estremadura*, com intr. e notas de CHICHORRO, José Abreu Bacelar, Lisboa: (s. n.), 1943, p. 40.

⁵³⁷ Fabricante era aquele que fabricava e compreendia o mestre, que podia ser o proprietário, aprendizes e os agricultores que dedicavam parte do tempo a trabalhos de carácter mecânico, (DIAS, Luís de Carvalho – “A Relação das fábricas de 1788”, *Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*”, vol. III, n.º 4, 1954 e 1955, vol. IV, n.º 1, p. 10.)

⁵³⁸ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.* vol. V, p. 110.

⁵³⁹ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Vila Real: Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, p. 18.

estreita ligação com a agricultura e indústria, no sentido do desenvolvimento e progresso do Reino⁵⁴⁰.

A descoberta do ouro no Brasil foi muito benéfico para Portugal, permitindo saldar a balança comercial deficitária e garantir o financiamento de consideráveis despesas de manutenção⁵⁴¹.

Na primeira metade do século XVIII, o desenvolvimento das manufacturas no país passou por algumas vicissitudes, o que levou Duarte Ribeiro de Macedo a procurar soluções e instrumentos capazes de potenciar o desenvolvimento das estruturas de produção, principalmente no sector manufactureiro, informando que quando a produção era realizada em fábricas do Reino era de grande qualidade, porque o trabalho manufactureiro ia contribuir para alimentar grande número de população⁵⁴². Defendia que o desenvolvimento da industrialização dependia do aumento demográfico, porque as terras onde as artes mais floresciam eram as mais povoadas, e que para equilíbrio da balança comercial era necessário evitar a saída de dinheiro do Reino e reduzir as importações. Critica a sociedade em geral por recusarem os produtos nacionais e preferirem os estrangeiros e que o único meio para combater o estado debilitado em que se encontrava a nossa economia era introduzir e implementar no Reino as artes. Apela à protecção manufactureira, para que os produtos portugueses fossem de qualidade e adquirissem vantagens de concorrência evitando a saída de materiais do país, e para tal, deviam ser premiados os artífices que melhor trabalho apresentassem⁵⁴³.

Entre 1720-1740 verificou-se um ligeiro aumento industrial e a concorrência na época não podia de forma alguma extinguir as fábricas artesanais e domésticas existentes no interior do país, que por vezes os seus produtos afluíam aos grandes centros urbanos por preços mais económicos,

⁵⁴⁰ MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 124.

⁵⁴¹ CARDOSO, José Luís – *Pensar a Economia em Portugal - Digressões Históricas*, Lisboa: Difusão Editora, 1997, pp. 91-90.

⁵⁴² MACEDO, Duarte Ribeiro de – “Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino (1675)”; in *António Sérgio – Antologia dos Economistas Portugueses*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, p. 91.

⁵⁴³ MACEDO, Duarte Ribeiro de – *ob. cit.*, pp. 270 e 275.

que os importados do estrangeiro⁵⁴⁴. O ouro vindo do Brasil serviu para extinguir o desequilíbrio estrutural da economia nacional não interessada na expansão industrial de tipo capitalista. Coube aos políticos “esclarecidos” de Portugal, como o 3.º Conde da Ericeira e depois o Marquês de Pombal, optarem por uma política industrial que substituísse as importações e fosse capaz de satisfazer o pequeno mercado do interior do país⁵⁴⁵.

A indústria da Província de Trás-os-Montes era essencialmente artesanal ou doméstica. A matéria prima utilizada na manufactura era praticamente local e como os meios de transporte e vias de comunicação eram escassas e difíceis, tudo se conjugava para haver em “cada casa uma pequena manufactura”⁵⁴⁶.

Em 1786, o juiz de fora, José António de Sá⁵⁴⁷ informava que na sede de comarca de Torre de Moncorvo em que Mirandela se incluía, era reduzida a indústria e género de artes, até mesmo as de maior precisão. Também Columbano Ribeiro de Castro em 1796 escrevia, que as indústrias na mesma comarca estavam pouco desenvolvidas, não obstante existirem abundantes matérias primas na região, que não eram devidamente aproveitadas e apenas activadas de forma rudimentar as de primeira necessidade. Havia grande quantidade de barro e argilas, no entanto a louça e panelas eram importadas de Espanha. Era riquíssima em ferro, mas preferiam que este e seus derivados viessem do país vizinho. Tinha abundância de casca de carvalho e sobreiro para curtimento de couros, tendo estes e bezerros de virem de outras províncias. Possuía abundância de lã devido aos muitos rebanhos aqui existentes e não havia uma única fábrica de panos. Eram indispensáveis os cobertores de papa para o frio no Inverno, tendo de os mandar vir de fora. Tinha grande número de rios e ribeiras que alguns secavam no Estio e as

⁵⁴⁴ SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l’Ancien Régime*, 2.ª, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, vol. II, p. 41.

⁵⁴⁵ MARTINIÈRE, Guy – “A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (Dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Estampa, 1991, vol. VII, p. 97.

⁵⁴⁶ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 173.

⁵⁴⁷ SÁ, José António de Sá – *Memórias Económicas de Torre de Moncorvo da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1891, T. III, p. 255.

azenhas deixavam de moer e não conheciam o moinho movido a energia eólica⁵⁴⁸. Apenas a indústria da seda se apresentava em progresso e somente em finais do referido século foram significativas a de lanifícios, curtumes, louça e ferro⁵⁴⁹. As duas primeiras tornaram-se relevantes por haver em Trás-os-Montes muita criação de gado e pastagens; a indústria do ferro e argila porque no final do Setecentos quando a vinda do ouro do Brasil para Portugal terminou, incentivou-se e procedeu-se à exploração mineira do Reino.

Ocupavam-se deste sector secundário os oficiais mecânicos, cargo que exerciam em paralelismo com a actividade agrícola. O seu estatuto social assemelhava-se ao de pequeno agricultor caso possuísse uma pequena oficina, ao de jornaleiro se trabalhasse por conta de outrem. A actividade manufactureira era exercida por várias pessoas em paralelo com a agricultura e muitas vezes na sua dependência. O artesanato era exercido pelo terceiro estado, estrato social mais desfavorecido da sociedade, que se dedicava a tarefas artesanais como ferreiros, carpinteiros, ferradores, etc., e pequeno comércio dos transportes. Toda actividade industrial do Setecentos era de carácter artesanal ou doméstico. O homem do campo, através de caminhos e carreiros quase intransitáveis foi obrigado a laborar, a produzir para si e para a os seus e desta forma se distribuíram pelo meio rural pequenos mesteres, sendo cada habitação uma modesta manufactura, atendendo a que toda a matéria prima era normalmente local⁵⁵⁰.

Os múltiplos quadros apresentados por Ribeiro de Castro relativos à população activa revelam as profissões exercidas em cada freguesia dos diversos concelhos de Trás-os-Montes e número de homens que nelas laboravam. Mostram que para além das fábricas e gente que nelas trabalhavam e confeccionavam em cada freguesia, havia indivíduos que se dedicavam também a trabalhos agrícolas e outros associados à indústria⁵⁵¹.

⁵⁴⁸ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. IX, pp. 245 e 271.

⁵⁴⁹ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Vila Real: Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, pp. 6-7.

⁵⁵⁰ TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 173.

⁵⁵¹ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Trás-os-Montes*, 1796, ms. 908, pp. 259 e 328; Apêndice n.º 1.

2.3.1. Indústrias do concelho de Mirandela

Para conhecer um país é necessário conhecer as suas indústrias. No decurso de séculos, a indústria da cortiça era desconhecida, não obstante ser já aludida no período romano por Varrão. Em França e Espanha existe desde o século XIX e França foi o primeiro país a fabricar rolhas para engarrafamento de champanhe. Em Portugal iniciou-se após as lutas liberais e podia ter sido mais produtiva e rentável a Portugal, mas outros países foram favorecidos em prejuízo dos nossos operários que não tinham em que trabalhar, o que os levava a emigrarem para o estrangeiro na procura de melhores condições de vida⁵⁵².

Em 1796, através da indicação das profissões apresentadas por Columbano Ribeiro de Castro fica-se com uma visão mais precisa da proliferação da actividade manufactureira nos diversos concelhos, onde a indústria funcionava, como foi referido, em íntima relação com a estrutura agrária⁵⁵³. Na mesma data, quase não havia fábricas no concelho de Mirandela, somente de telha na vila e muitas pequenas indústrias de panificação. Em Paçó, aldeia do mesmo concelho a sua indústria baseava-se no gado⁵⁵⁴. Em Lamas de Orelhão havia sete chapeleiros e uma fábrica de Aguardente, onde laboravam três fabricantes, com produção de 12 pipas para consumo da Companhia dos Vinhos⁵⁵⁵. Na mesma data a vila de Mirandela possuía 2 sapateiros, 2 carpinteiros, 4 ferreiros, 4 ferradores, 2 moleiros, 2 soleiros, 3 cereeiros e 1 pintor. Nas restantes freguesias do concelho havia 29 sapateiros, 85 carpinteiros, 2 pedreiros, 5 ferreiros, 3 ferradores, 10 moleiros e 3 cereeiros⁵⁵⁶.

⁵⁵² *Espanha Moderna – Semanário*: “A Província e Lisboa”, Ano I, n.º 7, 1907.

⁵⁵³ MACEDO, Jorge Borges – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 124.

⁵⁵⁴ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 281 e 203.

⁵⁵⁵ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, pp. 9 e 26.

⁵⁵⁶ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, pp. 22 e 15.

A Indústria de Cortiça estava espalhada por toda a Província de Trás-os-Montes, onde existiam frondosos e antiquíssimos montados. Em Mirandela destacava-se o do Quadraçal, mata constituída por milhares de sobreiros na freguesia de Romeu, matagal, constituído por número superior a quinhentos mil sobreiros⁵⁵⁷. Comportava ainda a cortiça primária ou brava, usada somente como combustível na lareira e no alambique no fabrico da aguardente. A cortiça mansa era tirada com um machado de forma primitiva para fazer cortiços destinados à apicultura⁵⁵⁸ e serviam também de suporte para espadelar o linho. A cortiça da região de Mirandela é de grande qualidade, e cortiça fina, é em percentagem superior à das outras regiões corticeiras do país. Era tradição em Mirandela a preparação de cortiça onde houve em tempos passados duas fábricas, uma situada numa quinta com embocadura para a ribeira. O seu trabalho limitava-se apenas a limpar, cozer, etc., a cortiça. Era depois enfardada e exportada para a Alemanha, Rússia e outros países. Posteriormente houve uma outra localizada na Canelha do Outeiro, pertença de Clemente Meneres. Funcionava através de maquinismo movido a vapor. Nela laboravam homens e mulheres⁵⁵⁹.

Existiu em carácter familiar, no Bairro de S. Miguel em Mirandela, uma fábrica de louça de barro de uso doméstico. Incidia sobre o fabrico de cântaros para transportar água do fontanário para o cantareiro; bilhas para conservar a água fresca, púcaros para beber água, fazer café e cozer castanhas; alguidares para lavar os legumes e louça; talhas para conservar anualmente o azeite e azeitonas; pratos, malgas, vasos para flores e outras peças necessárias aos centros rurais por ser a mais barata e os louceiros se deslocarem às aldeias do concelho com bestas carregadas de louça de barro acondicionada em sacos com palha. Além desta instalada na sede do concelho havia ainda outra de louça de barro em Vale de Meões⁵⁶⁰. Existiam outras

⁵⁵⁷ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. II, p. 479.

⁵⁵⁸ A exploração da cortiça generalizou-se no século XIX com Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães Meneres, pequeno comerciante do Porto, oriundo de Vila da Feira, que se fixou em Romeu à procura de cortiça na região e proceder à sua extracção; in ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. II, p. 478.

⁵⁵⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 129.

⁵⁶⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 400.

centradas no fabrico de telha, nomeadamente nos povoados de Avantos, Caravelas, Paradela, Valongo, Vila Nova, etc.⁵⁶¹.

Relativamente ao fabrico de louça de barro para armazenamento de água, aquela que a conservava mais fresca era a de Pinelo, concelho de Bragança, vendida na Feira de Mirandela por preço acessível às camadas mais desfavorecidas. Era em barro vermelho, decorado com motivos geométricos antes da ida ao forno para cozer, não contendo qualquer revestimento de pintura, ou verniz⁵⁶².

Quanto à Indústria da Aguardente, em 26 de Dezembro de 1760 a Companhia Geral de Agricultura fundou em Mirandela uma fábrica de destilação de aguardente após se verificar que era mais rentável a exploração da aguardente que a do vinho. Antes de ser construída a linha férrea Tua-Mirandela o transporte da pipa de vinho da região, de elevado teor alcoólico, entre Mirandela e Pinhão fazia-se em carro de bois e computava no mínimo em 6\$000 réis, acrescido de 16 e 20 réis o preço de cada pipa de vinho, não sendo compatível a sua exploração. Por sua vez, com o mesmo preço no transporte e o valor de cada pipa de aguardente a oscilar entre os 100 e 120 réis compensava queimar o vinho, transformá-lo em aguardente com escoamento assegurado no fabrico do vinho do Porto. Muitas máquinas se distribuíram no concelho de Mirandela com a mesma finalidade⁵⁶³. Em Lamas de Orelhão havia também uma fábrica de Aguardente que produzia 12 pipas destinada à Companhia dos Vinhos⁵⁶⁴.

No século seguinte a exploração da aguardente entrou em acentuada crise provocada pela filoxera, moléstia que se estendeu a todos os vinhedos da região, sendo solicitado à Coroa para no Douro a cultura da vinha ser substituída pela do tabaco⁵⁶⁵.

⁵⁶¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 132.

⁵⁶² ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. II, p. 447.

⁵⁶³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 132.

⁵⁶⁴ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, p. 26.

⁵⁶⁵ Carta da Câmara de Moncorvo ao Rei, pedindo a substituição da cultura da vinha pelo tabaco, devido à filoxera, que atacou grandemente os vinhedos do mesmo concelho; in FERNANDES, Ilda –

No tocante à Indústria de Sabão e de acordo com as *Memórias Paroquiais* de Abreiro, de 1758, existia nesta vila uma fábrica de sabão, que rendia acima de 600\$000 réis⁵⁶⁶.

A Indústria de Chapéus era necessária na província de Trás-os-Montes, onde em 1793 estavam activadas meia dúzia de fábricas. Aqui laboravam oficiais e aprendizes, sendo o produto distribuído por toda a região⁵⁶⁷.

Em Lamas de Orelhão havia sete chapeleiros, pois era usual o uso do chapéu pela população, principalmente nos trabalhos agrícolas de Verão com sol escaldante⁵⁶⁸.

No que concerne à Indústria de Curtumes, esta encontrava-se ligada à criação de gado que fornecia a matéria prima: os couros, sobretudo de forma eficaz no distrito de Bragança. A das peles era quase exclusivamente exercida pelos judeus “cásaros” em artesanato caseiro e encontrava-se dissipada por todo o país⁵⁶⁹.

Esta indústria situava-se junto de rio ou ribeiro, sendo necessário para o seu curtimento o sumagre⁵⁷⁰, casca de carvalho e cal. Os fabricantes de courame distribuíam-se por toda a zona transmontana e na preparação das peles empregavam processos antigos. Os operários que nela trabalhavam designavam-se por *caníneos*, *peladores*, *escarnadores*, *cortidores* e *surradores*, de acordo com a ocupação. A tarefa dos caníneos era a mais desagradável, pois tinham que trabalhar com a “canina”, excremento de cão e pombo que recolhiam das ruas, caminhos e carreiros. Os trabalhadores desta indústria trabalhavam a pele das vitelas para fabrico de calçado e arreios. A

Aspectos Económico-Sociais de Torre de Moncorvo nos Finais do Século XIX, Doc. n.º 4, (tese de Mestrado), Porto: Universidade Portucalense, 1996, p. 179.

⁵⁶⁶ ROSA, João da – *Abreiro*, D. G. vol. 1, mem. 21, mf. 226, pp. 191-194.

⁵⁶⁷ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII*, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, vol. I, p. 91.

⁵⁶⁸ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, p. 9.

⁵⁶⁹ As instalações de laborar as peles designavam-se por “tinarias”; (GUERRA, Luís Bivar - *Os Judeus no Artesanato, nas Profissões Liberais e no Comércio no Distrito de Bragança. Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975, p. 480.)

⁵⁷⁰ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII*, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 18.

pele de vaca era empregue em socos e tamancos por ser um cabedal grosseiro. Em seu redor cresceram também as indústrias de calçado, selaria, e menos importante a das colas⁵⁷¹.

Nas operações de curtimento havia lagares distintos, distantes uns dos outros. Havia os *pelames*, os *humadeiros*⁵⁷² e os *banhos*. Fabricavam a pele da vaca, carneiro, de alguns bezerros e da cabra.

Neste tipo de indústria laboravam muitas famílias. No concelho de Mirandela ficou o topónimo do sítio dos Pelames, distribuído pelas aldeias e vilas dessa época.

A Indústria de Lanifícios era uma das mais significativas ligadas à criação de gado ovino. Ao longo de Setecentos, apresentava alguma pujança, tanto mais que competia com a de outros países⁵⁷³. Eram de melhor qualidade e duração do que os que eram importados do estrangeiro⁵⁷⁴. Estavam relacionadas com a indústria de lanifícios os fabricantes de lã, cardadores e tecelões que teciam a lã em teares manuais. Em toda a província transmontana havia abundância de matéria prima facilitando aqui a sua instalação, devido à abundância de rebanhos e pastagens, existência de muitos cursos de água e mão de obra de baixo preço. A indústria de lanifícios era oficial em alguns locais e privado-doméstica noutros. Tendo em conta o frio intenso que se faz sentir no inverno na região, ia de encontro às necessidades locais na produção de mantas de burel e cobertores de lã tecidos. A indústria doméstica era muito significativa, havendo um grande número de fabricantes. Em alguns locais era de extrema importância o fabrico de peças de vestuário, principalmente casacos e camisolas, após a lã ser preparada, fiada, posta em fio e tecida, para

⁵⁷¹ GUERRA, Luís de Bivar – *ob. cit.*, p. 481.

⁵⁷² *Humadeiro*, era uma espécie de tina em madeira enterrada na terra, até a orla superior ficar ao nível do solo. Era neste recipiente que davam às peles o banho preparado com *canina*, isto é, excremento canino; (ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. II, (nota em rodapé), p. 447.)

⁵⁷³ AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*, 4.ª ed., Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 441.

⁵⁷⁴ PERES, Damião, (Dir.), – *História de Portugal*, Barcelos: Portucalense, 1928 vol. VI (1640-1815), p. 406 .

serem usadas pela população⁵⁷⁵. Quanto à indústria do linho, foi pouco significativa na região, limitando-se a corresponder às necessidades locais⁵⁷⁶.

Em 1796, Columbano Ribeiro de Castro escreveu que em Mirandela abundava o fabrico de lã. Esta indústria e a do linho encontram-se ligadas à profissão de tecedeira, referenciadas em Código de Posturas da câmara de Mirandela em 12 de Janeiro de 1723, referindo que as tecedeiras eram obrigadas a fazer um exame, apresentar o comprovativo e aferir pesos e varas. Toda a que não cumprisse o exigido, sofria uma pena de 200 réis⁵⁷⁷.

A indústria da Ourivesaria em Trás-os-Montes não foi de grande vulto, porque os artesãos que nela laboravam rumaram às grandes cidades de Lisboa e Porto, onde se encontravam melhores honorários e aperfeiçoamento técnico⁵⁷⁸.

A indústria da seda ao contrário de Torre de Moncorvo, Bragança e Chacim⁵⁷⁹, não teve a mesma importância em Mirandela, mas devido à sua excelente localização geográfica bem no coração de Trás-os-Montes, as maiores transacções de compra e venda da seda em rama criada nesta província, efectuavam-se na sua famosa Feira de S. Tiago em 25 de Julho⁵⁸⁰. Próxima da indústria da seda estava a de sirgaria que ocupava grande número de artesãos⁵⁸¹.

⁵⁷⁵ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, p. 89.

⁵⁷⁶ GUERRA, Luís de Bivar – *ob. cit.*, p. 481.

⁵⁷⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 86.

⁵⁷⁸ Deixaram na cidade de Bragança a toponímia da Rua dos Prateiros; (GUERRA, Luís de Bivar – *ob. cit.*, p. 481.)

⁵⁷⁹ No final do século XVIII e princípio do XIX a produção da seda em Trás-os-Montes era considerável e barata, devido à abundância de matéria prima. Moncorvo produziu 22 000 Kg, Bragança 9 990 e Mirandela 10 218; in ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. II, p. 55.

⁵⁸⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 126; DIAS, Eusébio Esteves - *Mirandella*, D. G., vol. 23, mem., 156, mf. 456, p. 1032; A indústria da seda no distrito de Bragança possuía um cariz doméstico e artesanal o que não a impedia de fomentar o comércio; (SANTOS, Eugénio Francisco dos – *O Oratório no Norte de Portugal (1673 a 1834). Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, História Moderna e Contemporânea, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1997, p. 90.)

⁵⁸¹ GUERRA, Luís Bivar - *ob. cit.*, p. 479.

Houve na vila de Moncorvo e Lousa, aldeia do termo deste concelho, fábricas de fiação da seda geridas de forma exemplar pelo francês Germont. Porém, após o seu desaparecimento o fabrico da seda viu reduzida substancialmente a sua produção no Nordeste transmontano⁵⁸².

Já no foral Manuelino concedido a Mirandela em 1512 nos títulos *Terça da Igreja* o sirgo é mencionado para lhe ser cobrado o terço de “*pañ vinho linho bacoros burros e gado e sirgo e cera seca...*”. Os panos finos de seda estavam também incluídos no número de produtos susceptíveis de pagamento de portagem⁵⁸³.

Em 1531 surgiram as primeiras leis de protecção à indústria das sedas em Bragança, com artífices vindos do país vizinho. E assim as sedas produzidas em Bragança passaram a ser comercializadas livremente no Reino sem qualquer direito alfandegário, desde que acompanhados por uma certidão passada pelo escrivão da câmara de Bragança⁵⁸⁴.

Estatística manuscrita de 1552 refere a produção da seda na província, assim como as terras que mais produziam e exportavam, em que constam Mirandela, Chaves, Bragança, Vinhais, Azinhoso que produziam anualmente “*mil arrates de seda branca para todas as cores...*”. Em 1575 D. Sebastião criou uma fábrica de sedas em Bragança, sede de distrito, mas foi no reinado de D. Pedro II, sob o impulso de D. Luís de Meneses que o fabrico da sericultura atinge o seu ponto alto em Trás-os-Montes. Mais tarde D. José deu continuidade ao seu desenvolvimento. Em 1691 o Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura, numa sua visita a Vinhais, apercebeu-se do papel significativo que tinha o fabrico da seda no orçamento episcopal e tornou isentos do dízimo todos os diocesanos no tocante ao sirgo, linho, sumagre, cera, frutos, legumes, pão, azeite, vinho e de tudo o mais a que estavam

⁵⁸² TAVARES, José Augusto – “Agricultura no Concelho de Moncorvo”, in *Revista Portugália*, 2.º vol., 1905/1908, Lisboa: Juventude Monárquica Conservadora, 1905, p. 636.

⁵⁸³ Bragança: Museu Regional Abade de Baçal, Inventário n.º 125; ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IV, pp. 171-174; SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Liuro de Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes*, Mirandela: João Azevedo Editor, 1999, p. 45.

⁵⁸⁴ GUERRA, Luís Bivar - *ob. cit.*, p. 478.

obrigados, caso a colheita do sirgo não fosse grande no território de cada bispado”⁵⁸⁵.

A abundância da criação de sirgo em todo o concelho de Mirandela é também referenciada em 1706⁵⁸⁶, principalmente em Freixeda, Lama Longa e Vale de Asnes. Em *Memórias Paroquiais* de 1758, o pároco Eusébio Esteves Dias informava que no termo de Mirandela havia muita criação do bicho da seda.

A cultura da seda era tão significativa na província de Trás-os-Montes que foram estabelecidas escolas de fiação e filatório sob a direcção do Ouvidor de Bragança⁵⁸⁷, com estatuto próprio aprovado pela rainha D. Maria I em 23 de Outubro de 1778, onde os proprietários podiam mandar fiar a seda. Eram regidas por uma *mestra* qualificada na matéria com vencimento diário e as alunas com metade do mesmo. O horário de trabalho tinha início ao nascer do sol e terminava meia hora depois de pôr-se com uma hora de intervalo para o almoço⁵⁸⁸. Entre 1793 e 1794, as fábricas da seda em Trás-os-Montes triplicaram, exportando-se tecidos de seda para Espanha e outras partes do Reino⁵⁸⁹. Também Columbano Ribeiro de Castro em 1796, escreveu que a seda era um dos produtos que mais se fabricava em Trás-os-Montes.

Encontrava-se ligada a diversas profissões nomeadamente torcedores, dobadeiras, tecelões e tintureiros. O dobar da seda estava a cargo das mulheres, os restantes era feito pelos homens⁵⁹⁰.

As transacções da seda em rama, como já foi referido, faziam-se em Mirandela na feira de Santiago a 25 de Julho, onde gananciosos compradores do exterior tentavam ludibriar o povo transmontano na pesagem. Para evitar este tipo de situações, em 1790 o poder central viu-se forçado a intervir,

⁵⁸⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 125-126.

⁵⁸⁶ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 395; DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1032.

⁵⁸⁷ GUERRA, Luís Bivar - *ob. cit.*, p.479.

⁵⁸⁸ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. II, p. 456.

⁵⁸⁹ SOUSA, Fernando de – “A Indústria da Seda em Trás-os-Montes”, *Revista de História Económica e Social*, 1979, vol. n.º 2, p. 61.

⁵⁹⁰ GUERRA, Luís Bivar - *ob. cit.*, p. 479.

Na cidade de Bragança havia duzentos teares: 12 de cetins, 80 de tafetás, 22 de nobrezas, 30 de mantos e gorgorões, 3 de nobrezas largas, e os restantes empregues em peluças e 40 tornos de torcer. (ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. II, p. 453.)

solicitando ao corregedor da comarca de Trás-os-Montes, José António de Sá que providenciasse no sentido de lhe por termo: “que na dita feira se não faça uso de balança alguma que não seja a do concelho, debaixo da inspecção dos almotaceis em conformidade com o regimento;⁵⁹¹”.

Tal como em toda a província de Trás-os-Montes, o trabalho no incremento da seda era feito somente por elementos do sexo feminino. Fabricavam peluças, lisas e riscadas, mantos, cetins, gorgorões, tafetás, etc.. A seda era toda fiada nesta província e a arte de torcer, tingir e dobrar a seda era muito perfeita⁵⁹².

De forma irreversível, a Inquisição tornou decadente a indústria da seda em todo o Trás-os-Montes, sobretudo quando se assistiu a um notório êxodo de cristãos novos para diversos países da Europa levando consigo o seu saber nesta matéria, o seu trabalho e dinamismo⁵⁹³. As tecelagens de seda, bem como a tinturaria para continuarem a produzir, tiveram que importar matéria prima do estrangeiro, o que encareceu muito o produto⁵⁹⁴.

Na cultura da seda no concelho de Mirandela é de destacar o Dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, oriundo desta vila, que se dedicou à cultura do sirgo em Trás-os-Montes. Enquanto Provedor da Comarca de Miranda do Douro criou a Conservatória da Fábrica da Seda em Bragança, à qual concedeu regulamento após 1781⁵⁹⁵. Grande parte dos indivíduos que

⁵⁹¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 76.

⁵⁹² ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, p. 454.

⁵⁹³ GUERRA, Luís Bivar - *ob. cit.*, p. 479.

⁵⁹⁴ No início do século XIX (1804), a cultura do bicho da seda foi incrementada e Moncorvo e Trancoso lavraram 34:000 arráteis de seda, produzindo-se quase a mesma quantidade em Bragança e Miranda; (NEVES, José Acúrsio das – *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufacturas das Sedas em Portugal ...*, Lisboa: Imp. Regia, 1827, pp. 370 e 12.)

⁵⁹⁵ SOUSA, Fernando de – “A Indústria da seda em Trás-os-Montes (1790-1813)”, *Revista de História Económica e Social*, Julho - Dezembro, 1978, n.º 2, p. 128.

Na 1.ª década do século XIX, Emídio de Navarro, ministro das Obras Públicas nomeou o agrónomo, João Inácio de Meneses Pimentel, para no distrito de Bragança se proceder a experiências da cultura do bicho da seda e da produção de sementes saudáveis pelo sistema pasteuriano. Em finais do mesmo século, João Ferreira Franco Pinto, por decreto de 28/10/1891 criou a *Estação de Sericicultura de Mirandela*, com o objectivo de formar pessoal ligados à produção do sirgo, produzir sementes sãs para distribuir pelos sericultores, aperfeiçoar os processos sericícolas, criar viveiros de amoreiras para venda a sericultores, replantar amoreiras e organizar a estatística da sericultura do país. Na última década do mesmo século, Bernardino Machado, ministro do rei autorizou por portaria que a Estação de Sericicultura

laboravam no fabrico da seda eram judeus, cristãos velhos e novos que na Inquisição foram alvo de denúncias, acusados e condenados por sacrilégios, heresias e faltas diversas⁵⁹⁶.

Como reminiscência do processo evolutivo do fabrico do fio da seda em Mirandela ficaram algumas gravuras que fazem parte do espólio cultural da Direcção Regional de Agricultura sediada em Mirandela⁵⁹⁷.

A cultura da seda em desapareceu, mas não foi apenas a Inquisição a grande causadora do desaparecimento paulatino desta indústria. As invasões das tropas espanholas ao nordeste transmontano por diversas vezes entre 1640 e 1763, com destaque para a Guerra da Sucessão de Espanha e Guerra dos Sete Anos, bem como a falta de políticas reais que levassem ao seu desenvolvimento⁵⁹⁸, também contribuíram para esta situação. Por outro lado não podemos esquecer que a situação do Nordeste Transmontano localizado próximo da fronteira com Espanha, com difíceis e morosos acessos desta região às diferentes partes do Reino e seu isolamento, ajudam igualmente a explicar a decadência da Indústria da Seda em Trás-os-Montes, que havia sido a mais próspera⁵⁹⁹.

2.3.1.1 Indústria Alimentar

A Indústria Moageira encontrava-se muito desenvolvida no concelho rico em cursos de água e com grande quantidade de azenhas activadas e

em Mirandela fosse ampliada, datando dessa época a sua instalação definitiva. A escola de sericicultura localizou-se em frente à Praça Nova do mercado, posteriormente acrescida e muito melhorada. Elvino de Brito em 1898, devido à doença da filoxera que alastrava por todo o país e ameaçava destruir o vinhedo, nesse ano, por decreto a *Estação de Sericicultura de Mirandela* foi substituída pela *Estação Transmontana de Fomento Agrícola*, continuando a tratar da sericicultura e da plantação das amoreiras; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, Bragança, 1983, vol. II, p. 127-128.)

⁵⁹⁶ MEA, Elvira da Cunha Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 44.

⁵⁹⁷ Elementos gentilmente cedido pela D. R. A. M. sediada em Mirandela.

⁵⁹⁸ SOUSA, Fernando de – *A Indústria da Seda em Trás-os-Montes Durante o Regime Antigo*, Porto: Universidade do Porto, 1999, p. 3.

⁵⁹⁹ SANTOS, Eugénio Francisco dos – *O Oratório no Norte de Portugal (1673 a 1834). Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, História Moderna e Contemporânea, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1997, p. 90.

distribuídas pelos rios Tua, Rabaçal, Tuela e Ribeira de Cedães. Estas davam resposta às necessidades da indústria de panificação muito desenvolvida e de longa tradição no concelho de Mirandela, sendo esta actividade a mais relevante da região⁶⁰⁰.

A Indústria de Panificação era muito importante em Mirandela, que mereceu fazer parte do Código de Posturas da câmara em sessão de 25 de Julho de 1694. Determinou a autarquia, com base em provisão régia de 22 de Maio do mesmo ano, que pessoa alguma pudesse vender ou arrecadar cereal por mais de nove vinténs o centeio, duzentos réis o trigo e sete vinténs a cevada, sob pena de pagar de multa seis mil réis. Também em 12 de Janeiro 1723 o mesmo código obrigava a que nenhuma padeira pudesse vender pão sem ser nomeada pela edilidade e quem o fizesse sem estar “obrigada” à câmara sujeitava-se a pagar pesadas coimas. Só as padeiras de Mirandela e aldeias do concelho autorizadas pela câmara podiam cozer e vender pão no concelho. Toda aquela que não estivesse nestas condições e o fizesse, pagava de coima 1000 réis para o concelho e o pão perdido para quem a denunciasse. Eram “obrigadas” ao fabrico de pão diversas mulheres de Mirandela. Caso o pão faltasse por culpa sua eram condenadas ao pagamento de 10 tostões pela primeira vez e 2 000 réis pela segunda. Nenhuma pessoa podia comprar pão para vendê-lo novamente e quem arriscasse fazê-lo pagaria de multa 6000 réis por cada vez e a terça parte pertencia a quem a denunciasse⁶⁰¹.

A Indústria Queijeira era igualmente significativa por haver no Nordeste Transmontano muitos rebanhos e fatos. Após o leite ser coalhado, o queijo era feito pela mulher do proprietário do gado, ou então pela do pastor. Depois de espremido, era posto a secar em tábuas. Havia o queijo fresco e o curado coberto por uma mistura de azeite e colorau. Quando se encontravam em condições adequadas eram vendidos aos queijeiros, que o transportavam em carga de gado cavalariço, ou mular e o distribuíam para venda nos concelhos mais

⁶⁰⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *ob. cit.*, p. 120; MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 96.

⁶⁰¹ No ano de 1723 foram nomeadas pela câmara para fornecerem Mirandela as seguintes padeiras: Maria Esteves; Maria Fernandes de Vila Real; Adelaide Morais; Francisca Lopes; Isabel Alves Bicha; Maria de Faria; Bárbara, da Fonte da Urze; Isabel de Lemos; Mariana Lopes; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 86-87e 90.)

próximos e nos mais distantes de Trás-os-Montes. Esta pequena indústria caseira era muito expressiva na região, por ser o queijo um alimento que era imprescindível na alimentação do povo, por ser um produto rico do ponto de vista alimentar e poder guardar-se curado com azeite e colorau durante o ano.

A Indústria de Carnes e Açougue era uma das principais indústrias alimentares para os mais favorecidos e classe média. Constava da carne de cabra e cabrito, de carneiro e cordeiro a consumida com mais frequência, carne de porco fresca e fumada, carne de vaca e vitelo. Era naturalmente indispensável na alimentação dos mais abastados e classe média, já que os mais necessitados não tinham acesso a ela, que compensavam com a criação de galináceos e caça que, segundo Columbano Ribeiro de Castro, no Setecentos, a havia com abundância na província transmontana. Era fornecida pelos muitos rebanhos, fatos e mais gado existente no concelho de Mirandela, mas alguma vinda também de Espanha⁶⁰².

A venda da carne no açougue⁶⁰³, foi tratada em sessão de vereações da câmara em 1723, que no título *cortar carne*, refere que ninguém do município de Mirandela podia cortar carne fora do açougue do concelho e todo aquele que tivesse corte pagava de multa um real. Quem o tivesse e não estivesse obrigado à câmara era penalizado em 500 réis. Quem não acatasse a ordem de não inserir cidadão espanhol no juizado, pagava de coima 500 réis.

Falemos agora de um produto típico de Trás-os-Montes: a alheira. É um enchido tradicional fumado em forma de ferradura. A sua manufactura era também muito significativa no Nordeste desta província e ficou muito conhecida e afamada desde longa data no concelho de Mirandela. Era costume o povo desta região integrar alheiras no fumeiro, feito na matança do porco que se fazia pela altura do Natal. Eram um elemento muito importante na sua dieta alimentar. A sua confecção era feita com de pão trigo amolecido com água, onde se haviam cozido diversos tipos de carne, nomeadamente de perdiz,

⁶⁰² MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 205.

⁶⁰³ Em finais do Seiscentos o preço do quilo de carne de carneiro era 23 réis e cabeça 30; vaca 12 e vitela 25 reis. Na segunda década de Setecentos, o arrematante do fornecimento de carne ao concelho vendia a vaca e a vitela a 20 réis o arrátel. Em 1723 o preço era menos um real em arrátel e no ano seguinte manteve-se o preço; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 87.)

lebre, galinha, coelho, vaca, carne dos ossos do porco, suentre, salpicão e presunto envelhecidos, acrescidos de banha de porco e azeite. As migas de pão trigo eram depois condimentadas com sal, alhos, pimento doce e salsa. Após a massa estar bem mexida e a mistura com as carnes desfiadas feita, era metida em tripa natural de porco ou de vaca e transformada em alheiras. Eram depois dependuradas em varas do fumeiro, colocadas sobre a lareira para serem fumadas. Era usual consumirem-se ao pequeno almoço, ou nas refeições do jantar e ceia, depois de assadas sobre o lume da lareira⁶⁰⁴.

Foram criadas e introduzidas pela comunidade de cristãos-novos, na Província de Trás-os-Montes, que desta forma simulavam a sua fidelidade à lei judaica, enganando o Santo Ofício que lhes vigiava os hábitos alimentares, uma vez que a sua religião os impedia de comerem carne de suíno, pelo que não seriam identificados por fazerem os referidos enchidos fumados. Os marranos confeccionavam as alheiras como era usual na restante população, deduzindo-lhes toda a carne e banha de porco. À alheira primitiva confeccionada somente com carne de porco, acabaram os marranos por lha substituir pela de galinha, vaca, perdiz, pato, peru e coelho. A receita das alheiras dos judeus foi depois aceite com agrado pelos cristãos, acrescidas as primitivas com a receitas dos cristãos-novos e a alheira acabou por se vulgarizar em todo Trás-os-Montes e para quem mata porco, a alheira é um dos enchidos preferidos. Este legado transformou-se posteriormente em Mirandela numa pequena indústria caseira ou doméstica, sendo muito conhecidas por todo o país desde tempos imemoráveis, as “Alheiras de Mirandela”⁶⁰⁵. Estas eram confeccionadas pelo dono da venda, que depois as vendia ao público.

⁶⁰⁴ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, - *Os Judeus*, Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, p. LXIX; FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2001, p. 151-152.

⁶⁰⁵ *Alheira - Mirandela*. <http://www.cm-mirandela.pt/index.php&oid=3574>; FERNANDES, Ilda – *ob. cit.*, pp. 151-152.

Atribuir aos judeus a criação das alheiras não é de todo concludente, atendendo a que em toda a casa rica e da classe média em Trás-os-Montes se criavam animais para consumo próprio de carne fresca, salgada e fumada ao longo do ano, uma vez que não havia ainda frigorífico a arca congeladora.

3. Circulação e Distribuição

3.1. Vias de Comunicação

O itinerário da rede de comunicações em Trás-os-Montes fez-se no reinado de D. João II⁶⁰⁶. Séculos depois, D. Pedro II ordena (1688) que os corregedores das comarcas mandassem fazer medições e distâncias em léguas, de umas às outras terras da sua correição⁶⁰⁷. Por sua vez D. João V concluiu que era de grande necessidade medir as distâncias de uns povoados para outros, de acordo com o *Manual do Viajante*.⁶⁰⁸ Posteriormente foram elaborados diversos roteiros em todo o país sobre a província transmontana abordaremos apenas os relacionados com o concelho de Mirandela, segundo o *Roteiro Terrestre* e o *Manual do Viajante*⁶⁰⁹. Foram também registadas, entre

⁶⁰⁶ A viagem teve início no mês de Novembro de 1483. Saiu de Lamego no dia 4 do mesmo mês, em 5 e 6 chegou a Vila Real e no dia 7 encontrava-se em Chaves. Daqui seguiu em direcção a Bragança onde chegou por volta do dia 15, passando por Rebordelo e Vinhais. Não é conhecida a data da partida da cidade Brigantina, apenas que seguiu para Valpaços e Carrazedo de Montenegro, onde chegou em no dia 22 do mesmo mês de Novembro. No dia 23 encontrava-se em Vila Pouca de Aguiar e daqui seguiu em direcção a Guimarães, desconhecendo-se o trajecto seguido, havendo a hipótese de se ter realizado por Mondim de Basto, Celorico de Basto e Fafe. No dia 26 do mesmo mês verificou-se a sua chegada a Guimarães; in SERRÃO, Veríssimo – *Itinerário de El-Rei D. João II (1481-1488)*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 112-114.

⁶⁰⁷ CASTRO, João Baptista de – *Roteiro Terrestre de Portugal*, Lisboa: Officina Joaquim Rodrigues d' Andrade, 1814.

⁶⁰⁸ S. C. de G. A. - *Manual do Viajante*, Lisboa, 1845; ed. de ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. IX, p. 215.

⁶⁰⁹ “Roteiro Terrestre de Moncorvo a Chaves” numa distâncias de 14 léguas a Norte: de Torre de Moncorvo à Portela 1; a Vila Flor 2; a Meireles 1; a Frechas 2; Mirandela 1; Eixes 1; Rio Torto 1; Vapassos 1; Ervões 1; S. Lourenço 2; Chaves 1; (ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança: Tipografia Académica, 1985, vol. IX, pp. 216-217.); FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 60-61.

“Roteiro de Vila Real a Mirandela”, numa distância de dez léguas ao Nascente: de Vila Real a Alvites 1 légua; a Justes 1; Perafita 1; Cadaval 1; Murça 1; Palheiros 1; Franco 1; Lamas 1, Mirandela 2 léguas. A estrada que ia de Torre de Moncorvo a Vila real e vice-versa, passava por Vilas Boas, Abreiro, Murça, etc.; (CASTRO, João Baptista de – *Roteiro Terrestre de Portugal*, Lisboa: Officina Joaquim Rodrigues d' Andrade, 1814.)

outras, as distâncias em léguas entre a sede de Comarca Torre de Moncorvo e as terras do concelho de Mirandela e outras da sua correição⁶¹⁰.

As repercussões na economia portuguesa no século XVIII levaram a que os governos desenvolvessem acções no sector das obras públicas em prol do desenvolvimento dos povos. Na década de oitenta do século XVIII a nível da abertura de estradas foi mínima e apenas se efectuaram alguns trabalhos do género no reinado de D. João V e posteriormente no de D. José com o Marquês de Pombal. Foi a partir de 1780 com D. Maria I que se assistiu a um primeiro período da construção de estradas. As primeiras medidas relativas à sua construção datam de 1781: “Informação sobre as providências que parecem necessárias para a abertura e conservação de estradas Reais”. É referido que fossem criadas estruturas capazes com a finalidade de fomentarem a abertura e conservação das estradas e de imediato se fizesse o lançamento de sete vias, distribuídas pelo Reino numa extensão de 12 000 milhas. Entre elas, a sétima refere Mirandela: ia do Porto a Bragança, passando por Penafiel, Amarante, Vila Real e Mirandela. Em Vila Real esta via teria uma ramificação até ao Rio Ceira e seguir em paralelo a este até ao Douro. Destinava-se esta estrada ao transporte do vinho e frutos de Trás-os-Montes para a cidade do Porto e do transporte de produtos do litoral para o centro de Trás-os-Montes⁶¹¹.

Quando o Corregedor José António de Sá visitou em 1790 os concelhos da comarca de Moncorvo, constatou que as poucas estradas que havia se encontravam-se em fraco estado de conservação, por não terem sido concertadas a tempo e se encontravam cheias de fragas e penedos. O estado quase intransitável em que se encontravam e descidas rápidas que possuíam,

⁶¹⁰ Distância entre Torre de Moncorvo e as terras do concelho de Mirandela da sua correição: Moncorvo a Abreiro 5 léguas; Moncorvo a Lamas de Orelhão 9; Moncorvo a Mirandela 6; Moncorvo a Torre D. Chama 9; Moncorvo a Vale de Asnes 6. Distância entre as vilas do concelho de Mirandela e outras da mesma comarca: Abreiro a Lamas de Orelhão 2 léguas; Frechas a Vila Flor 2; Frechas a Vilas Boas 2; Mirandela a Torre D. Chama 3; Lamas de Orelhão a Mós 9; Mirandela a Alfândega da Fé 5; (ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. IX, pp. 216-217).

⁶¹¹ MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira 1750-1850*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980, p. 32; MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 140.

faziam com que fossem um perigo para os viajantes a cavalo e carruagens, de grande prejuízo para a agricultura e comércio da comarca.

Mais tarde foi então construída a estrada de Mirandela a Vila Real, passando por Golfeiras, Lamas de Orelhão, Franco, Palheiros, Murça, Cadaval, Leirós, Quintã e Mateus⁶¹². Uma outra estrada foi rasgada de Mirandela a Chaves, com início em Torre de Moncorvo; passava por Portela, Vila Flor, Meireles, Frechas, Mirandela, Eixes, Rio Torto, Valpaços, Ervões, S. Lourenço e Chaves⁶¹³. Estas novas vias de comunicação interiores terrestres vieram beneficiar as relações pessoais e comerciais entre as populações dos diversos concelhos transmontanos, aumentar o seu progresso e desenvolvimento, desempenhando um papel preponderante na economia inter-regional do país, estando-lhe subjacente a actividade comercial⁶¹⁴.

Em 1796, no intuito de alterar a sede de comarca e de concelho das aldeias que lhes ficavam mais próximas, foi necessário conhecer a distância a que se encontravam das mesmas, pelo que se procedeu à sua medição em léguas⁶¹⁵.

Em meados do século XVIII as vias de comunicação e meios de transporte em todo país, principalmente a Província de Trás-os-Montes,

⁶¹² SANTANA, Dionísio – “Guia de Portugal”/ Apresentação, Notas Sant’Ana Dionísio, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, in *Estradas de Portugal*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1988, vol. 9, p. 44 (mapa).

Posteriormente foi construída uma outra de Miranda do Douro a Mirandela, passando por Duas Igrejas, Sendim, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Romeu e Mirandela; in SANTANA, Dionísio – *Estradas de Portugal*, Lello & Irmão Editores, 1977, vol. 9, p. 38 (mapa).

⁶¹³ MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira 1750-1850*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980, (quadro) s/p.

⁶¹⁴ MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 132.

⁶¹⁵ De Mirandela a Abambres 1 légua; a Ala 3; Alvites 2; Avantos 1; Briçó 2,5; Cabanelas 2; Caravelas 2; Carrapatinha 2,5; Carvalhais 0,5; Cedães 1; Cedaínhos 1,5; Chelas 1; Contins 1; Freixeda 2; Freixedinha 0,25; Gorivanes 1; Lama de Cavalo 1,5; Mascarenhas 1; Miradezes 2; Mogrão 3,5; Paradela 1, Pousadas 1; Quintas 2; S. Salvados 1; ½ de Trindade 2,5; Valbom dos Figos 1; Valbom Pítez 3; Vale de Couço 1,5; Vale de Juncal 1; Vale de Lagoa 2; Vale de Lobo 1; Vale de Madeiro 0,25; Vale de Martinho 1,5; Vale de Meões 1; Vale de Pradinhos 2,5; Vale de Telhas 3; Vale Longo 1,5; Vale Salgueiro 2,5; Vila Nova 0,5; Vila Verde 1,5; Vila Verdinho 1; Vilar de Ledra 1; Vimieiro 2; (CASTRO, Columbano Ribeiro de – *ob. cit.*, p. 39.)

continuavam a ser escassos e deficientes, os piores da Europa, devido à pobreza de uns concelhos e má gestão de outros⁶¹⁶.

Em finais do mesmo século foram tomadas diversas medidas que visavam solucionar o problema. Assim em 13 de Dezembro de 1788, por alvará, foi ordenada a construção das estradas do Alto Douro, para a qual foi lançado um imposto de 200 réis por cada pipa de vinho de embarque; 2 réis por cada quartilho de vinho que fosse vendido em S. João da Pesqueira, Vila Real, Barqueiros, Teixeira e Mesão Frio e 100 réis por cada pipa de vinho de rama que carregassem. Os habitantes da cidade do Porto e a Companhia das Vinhas do Alto Douro deram também o seu contributo com um imposto para construção da referida estrada, uma vez que, segundo o alvará não havia na Província de Trás-os-Montes uma única estrada que servisse de apoio à navegação dos barcos no rio Douro. A direcção dos trabalhos de construção ficou a cargo do engenheiro Auffidiener vindo de França⁶¹⁷. A nova estrada foi concluída, indo do Porto às terras do Douro e Lamego, passando por Mesão Frio. Em 1796 era já referenciada por Columbano Ribeiro de Castro⁶¹⁸.

O maior tráfico da parte central e nordeste transmontano com centro e sul de Portugal efectuava-se por intermédio do rio Douro e estrada da Beira a Mirandela. Nesta vila passavam as estradas oficiais de Moncorvo a Chaves e a de Vila Real em direcção ao centro da Província de Trás-os-Montes - Mirandela. Ambas constam no “Mappa de Portugal” de João Baptista de

⁶¹⁶ NEVES, José Acúrsio das – *9.ª Memória de José Acúrsio das Neves sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1820, p. 36.

⁶¹⁷ CARVALHO, J. M. Teixeira de (Rev.) - *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920, p. 241.

⁶¹⁸ *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juis commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, Manuscrito n.º 908, p. 500. Relativamente à estrada do Marão, é mencionada pelo mesmo autor, que a considerava a mais “áspera do Reino”. Inviável há muitos anos, a sua construção era o maior benefício que podia conceder-se a Vila Real, para seu progresso e desenvolvimento; MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 104; CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, 1796, ms. 908, p. 455.

Castro. A prosperidade e relações com outras terras para Mirandela só chegaram mais tarde com a construção da estrada a macadame de Vila Real a Bragança (estrada n.º 6), uma vez que desviou o tráfico que antes se fazia por Moncorvo, para Mirandela. A estrada de Chaves a Vila Flor (n.º 38) passava em Mirandela. Logo que foi concluída, instituiu-se uma carreira diária de diligência. Quando foram construídos lanços com Valpaços, estabeleceu-se igualmente uma carreira diária entre Mirandela e aquela vila⁶¹⁹.

Quanto aos caminhos da província transmontana, estes eram maus e ofereciam algum perigo. Os das montanhas além de não terem passagem nas partes de mais difícil acesso, não podiam circular neles em algumas partes a carreta ou carro de madeira, pelo que era frequente aparecerem passageiros mortos por se precipitarem de grandes alturas⁶²⁰.

Havia carecimento de pontes, para passagens nos rios e nos ribeiros caudalosos. Aquando do levantamento do estado das pontes em 1790 verificou-se que algumas ameaçavam ruir por falta de concerto. Assim, umas foram reparadas, mas outras tiveram mesmo que ser reconstruídas. Em Mirandela reparou-se a ponte grande de arcos e construiu-se uma da Pontinha para Chelas. Em Torre D. Chama construíram-se a Ponte da Pedra, Ponte do Arquinho e Ponte dos Vilares. Em Valdasnes uma ponte na Ribeira que vai para Cedães⁶²¹, tudo com o intuito de agilizar a circulação dos transportes e pessoas.

3.2. Transportes

O transporte terrestre fazia-se a pé, ou em dorso de animal cavalariço, muar e asinino, bem como no carro de duas rodas⁶²². O transporte em dorso de

⁶¹⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 109.

⁶²⁰ COSTA, José Ignácio da – “Memória Agrónoma relativa ao Concelho de Chaves”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Banco de Portugal, 1789, T. I, pp. 396-397.

⁶²¹ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Mappa dos objetos do bem publico providos na comarca de Moncorvo), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

⁶²² MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 139; MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves*, Porto: Brasília Editora, 1979, p. 10.

animal prevalecia por estar mais adaptado ao tipo de vias de comunicação do país, principalmente em Trás-os-Montes onde as linhas de comunicação eram, como referimos anteriormente escassas e de difícil acesso⁶²³. Era certamente mais utilizado que a carreta de madeira na medida em que se fazia por carreiros, ou veredas, não sendo necessário caminhos ou estradas e os almocreves, na Idade Média, tiveram um papel relevante no transporte e comercialização dos produtos entre diferentes regiões⁶²⁴.

Os percursos de longa distância faziam-se por estes homens, através de filas de animais muares, mais adaptados e resistentes ao tipo de solo difícil que as bestas cavалares e asininas de estrutura física mais débil⁶²⁵. Carregavam no dorso pesadas cargas de produtos alimentares e de consumo frequente de umas regiões para outras. Esta modalidade de meio de transporte tinha maior movimentação que a *carreta* ou carro de bois, mais pesado, impossível de movimentar-se em espaços estreitos. O transporte era mais difícil de fazer-se no Inverno, pelo facto de as vias serem em terra batida, criando lamaceiros e atoleiros o que fazia com que os carros de bois e bestas carregadas se

⁶²³ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira; MATA, Joel Silva Ferreira – “O Foral Manuelino de Torre de Moncorvo”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, 1993, vol. VII, p. 52; AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*, 4.ª ed., Porto: Clássica Editora, 1988, p. 26.

⁶²⁴ Os almocreves tiveram um papel relevante no transporte e comercialização dos produtos entre diferentes regiões. Devido à situação de centralidade geográfica de Mirandela a Norte do país, depreende-se que se incluía nos núcleos que mantinha transacções comerciais entre a cidade do Porto e diversas localidades de Trás-os-Montes. Como consta em acta de vereação da câmara do Porto de 20 de Dezembro de 1393, os vereadores queixavam-se do prejuízo que a cidade tinha, porque vinham carregados de mantimentos, como azeite, vinhos, frutos secos e outros produtos da região transmontana e regressavam carregados de sal e pescado que iam buscar a povoações costeiras próximas em detrimento da Cidade Invicta: “ os rrecoueiros de Bragança e de Chaves e de muytas outras partes com grandes arrecouas de bestas cavалares e asnares ssem trazendo nemhuus mantymentos aa dita çidade como dito he sse hiam aa Moroça e a Matosinhso e a Sam Joohane da Foz e a Gaya e Villa Nova que eram termo da dita çidade e levavam dhy os pescados, frescos, ssardinhas ssem alvara e mandado dos vereadores da çidade”; (MORENO, Humberto Baquero – *Linhas de Comunicação em Trás-os-Montes no Século XV*, Braga: (s. n.), 1982, p. 5.)

⁶²⁵ FOURQUIM – Guy – *Histoire Economique de l'Occident Médiéval*, 3.ª ed., Paris: Armand Collin, 1979, p. 381; AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*, 4.ª ed., Porto: Clássica Editora, 1988, p. 26; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira; MATA, Joel Silva Ferreira – “O Foral Manuelino de Torre de Moncorvo”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, 1993, vol. VII, p. 52.

enterrassem pondo em risco o seu estado físico⁶²⁶. A marcha das viagens tornou-se mais fácil quando os animais de trabalho foram beneficiados, as bestas de carga com a ferradura, os bois com os canelos, nos caminhos e carreiros de piso mais alcantilado e não uniforme⁶²⁷. A sua acção era tão relevante que mereceu ser mencionado nos forais outorgados a determinadas povoações. O Foral Novo de Mirandela outorgado por D. Manuel, no capítulo *portagens* alude-o, mencionando o tipo de carga e preço referente à de cada animal de trabalho⁶²⁸.

O preço do transporte cobrado pelos recoveiros dependia da distância a percorrer e eram fixados no decorrer do contrato: para Trás-os-Montes o preço era de 360 réis. Além dos almocreves ou recoveiros que tiveram uma acção relevante havia também outros profissionais de transportes como caminheiros, carreiros, burriqueiros ou arrieiros e estalajadeiros. Outros profissionais estavam ligados à construção e conservação dos veículos como carpinteiros, e pintores de seges, carruagens, carros e também empresários ou exploradores. O carreteiro ou carreiro encontrava-se ligado à rede de comunicações do interior. Estavam incumbidos do transporte em carro ou carreta. Eram normalmente referenciados em Código de Posturas das câmaras relativamente à circulação e meios de transporte que integravam bois e vacas⁶²⁹.

A via de transporte fluvial era também utilizada com frequência no transporte de pessoas e mercadorias, por ser a mais rápida e menos dispendiosas. Nela transportavam produtos de umas localidades para outras mais distantes. Importante era a via que vinha do Alto Douro à cidade do Porto, Este itinerário ficou mais facilitado com a demolição do intransponível penedo granítico do Cachão da Valeira, no Rio Douro. Esta destruição foi de grande

⁶²⁶ MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves*, Porto: Brasília Editora, 1979, p. 10; MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 139.

⁶²⁷ LOPEZ, Robert – *La Révolution Commerciale dans la Europe Médiéval*, Paris, 1974, p. 116.

⁶²⁸ *Foral Manuelino de Mirandela*, Bragança: Museu Regional Abade de Baçal, Inventário n.º 125; (ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IV, pp. 171-174.)

⁶²⁹ Este ofício de recoveiro ou almocreve desapareceu com a introdução no país do caminho de ferro e mais tarde com um rede de transportes motorizados; (MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira 1750-1850*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980. 414.)

importância para a circulação dos barcos do Douro, que até essa altura era só navegável até S. João da Pesqueira⁶³⁰. Os habitantes de Mirandela faziam-no através do Rio Tua na passagem de uma margem para a outra. Para os produtos serem transportados no rio Douro, os lavradores levavam-nos em transporte terrestre até ao Pinhão onde eram descarregados. Depois eram transportados pelo rio Douro até à Cidade Invicta.

A ligação entre Trás-os-Montes e o litoral atlântico fazia-se através do rio Douro, navegável, como referimos, até S. João da Pesqueira. Em 1532 navegava-se vinte e cinco léguas desde S. João da Foz, barra do Porto, pelo rio acima até S. João da Pesqueira com barcos que carregavam 1500 até 1800 alqueires de pão. Após o rebentamento da fraga do Cachão da Valeira que obstava à circulação fluvial no Rio Douro, podia navegar-se acima de S. João da Pesqueira⁶³¹.

Com a criação da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro e implemento da cultura de vinhas, a partir do século XVIII, fizeram do rio Douro uma via de escoamento do vinho. Na mesma centúria e seguintes foram empreendidas acções, tendo em vista a remoção de entraves naturais e artificiais à sua navegação⁶³².

Em 1790 havia na Comarca de Torre de Moncorvo 68 estradas reais e 28 pontes⁶³³, sendo avaliada a de Mirandela sobre o rio Tua de muito boa⁶³⁴.

As barcas de passagem eram em número elevado e desempenharam um papel importante nos transportes fluviais. Faziam o transporte de passageiros e mercadorias de uma margem para a outra do rio, e distribuíam-se por quase todos os rios e seus afluentes da região transmontana. Até ao primeiro quartel do Setecentos, a comunicação entre os povos das margens do

⁶³⁰ LIMA, José Joaquim da – *O Cachão da Valeira e o Regime Económico, Demográfico da Região do Douro*, Porto: Imprensa Portuguesa, 1940. (Congresso do Mundo Português, n.º 80, 1953, vol. XVIII, pp. 821-822.)

⁶³¹ CASTELO BRANCO, Fernando – “Tráfego Fluvial e da sua importância na economia portuguesa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: (s. n.), 1958, p. 45.

⁶³² No segundo quartel de Oitocentos, chegavam à Cidade Invicta cerca de 60 000 pipas de vinhos, para daí serem exportadas e diariamente chegavam à mesma cidade por via fluvial 200 passageiros; in MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira 1750-1850*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980, p. 334.

⁶³³ SOUSA, Fernando de – *ob. cit.*, vols. IV-V, pp. 93-95, 96-98.

⁶³⁴ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *ob. cit.*, p. 274.

rio Tua era feita pelas barcas de passagem. A construção das pontes sobre o rio Tua e o Tuela veio facilitar e reforçar as relações de Mirandela com diversas freguesias do concelho e com outros municípios da região⁶³⁵.

Uma das vias terrestres mais importantes em Mirandela foi a ponte granítica sobre o rio Tua que ligava Mirandela a Golfeiras e Bronceda, e pôs em ligação o Norte do país com a Província da Beira. Em 1549 João de Barros referenciava-a: “...Logo adiante (da antiga vila de Lamas de Orelhão), esta o rio Tua, que he grande e se uai meter no Douro, junto ao qual esta a villa de Mirandella com sua ponte muito boa e comprida, que não há muito que se fez;...”⁶³⁶.

António Carvalho da Costa fazia-lhe alusão: “...Junto a esta vila corre o rio Tua, a que domina uma sumptuosa ponte de cantaria com 19 arcos, que fica contígua à villa, sahida agradável, vistosa e alegre”⁶³⁷. Mais tarde, é também aludida pelo Provedor da Comarca de Torre de Moncorvo, Columbano Ribeiro de Castro ao mencionar Mirandela: “Tem uma excelente ponte de cantaria de dezanove arcos reedificada no ano de mil seiscentos e quarenta, metade da qual hé deste concelho e metade de Lamas de Orelhão”⁶³⁸, porque Golfeiras pertencia ao concelho de Lamas de Orelhão e só no domínio paroquial pertencia a Mirandela.

Quando em 1847 Pinho Leal visitou Mirandela faz-nos dela a seguinte descrição: “... em frente da villa se ve lançada a formosa e extensa ponte de cantaria, de 19 arcos que atravessa o Tua, cuja atribuição se attribue aos romanos. É a mais compridas antigas pontes deste reino”, mas alguns estão cobertos pela areia...⁶³⁹”.

Na verdade, embora inicialmente construída com 20, foi-lhe obstruído o primeiro do lado de Mirandela, actualmente assoreado, aquando da construção

⁶³⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. I, p. 65.

⁶³⁶ BARROS, João de – *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Cod. 549, 1548, p. 68.

⁶³⁷ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, pp. 395-402, p. 396.

⁶³⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 274.

⁶³⁹ LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal - *Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geográfico: ...*, Lisboa: Cota d' armas, 1990, vol. 5.º, p. 336.

da estrada de Vila Real a Bragança⁶⁴⁰. Constava então no início do século XVIII de dezanove arcos, do lado contíguo a Mirandela os quatro primeiros são construídos em ogiva, o quinto e sexto redondos ou de volta inteira, sétimo em ogiva e os doze que restam redondos. Francisco Manuel Alves refuta a teoria de Pinho Leal relativa à ponte e é peremptório: “*não é romana*”, apresenta sim características medievais. As construções de arco em ogiva predominaram do século XIII ao XV, não obstante aparecerem em construções anteriores. Também o grande número de siglas inscritas na abóbada de todos os arcos são características da arquitectura medieval⁶⁴¹, sendo portanto desta época.

Depreende-se ter na sua origem o donatário Álvaro Pires de Távora com grande prestígio na corte, a quem interessava a sua existência pelas extensas áreas agrícolas que possuía no lado oposto a Mirandela. Conhece-se que em 1514 se encontrava em construção e em 1536 já concluída como consta “a escritura de instituição do Morgado dos Távoras”, lavrada nesse ano”. Em 1726, sendo necessárias obras de reparação da ponte, os mestres envolvidos nelas referem-nas: “...necessitava a dita ponte do concerto de dois cortamares feitos de novo e outros arremendados, e dous arcos dos nichos arremendados e leados com a outra obra”. Em 1792, foram executadas novas obras, mas agora sob a alçada do fidalgo, Alexandre Macedo Soto Maior, pois a passagem na ponte era obrigatória para visitantes vindos do Porto, Lisboa e outros pontos do país⁶⁴², e o fidalgo beneficiava bastante com a sua manutenção.

⁶⁴⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, p. 269; ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3.^a ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IX, pp. 472 e 201.

⁶⁴¹ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. IX, pp. 472 e 201.

⁶⁴² A Ponte de Mirandela ou Ponte Velha de arquitectura medieval, romano-gótico foi classificada de Monumento Nacional. A sua extensão engloba 230 metros de comprimento e integra dezanove arcos desiguais em volta inteira e em ogiva. Inicialmente a barca de passagem do Rio Tua entre Mirandela e Golfeiras dificultava a comunicação entre os povos de ambas as margens, principalmente no Inverno com o rio caudaloso. Só a partir do Século XVI com a construção da ponte a comunicação, relações sociais e comerciais entre os habitantes se intensificaram e a maior parte do tráfico fazia-se pela Estrada da Beira. Além desta, ambas mencionadas em 1790, havia ainda no concelho a ponte da Pontinha no percurso para Chelas e a ponte sobre o de rio de Lobos ou ribeira de Carvalhais, que ligava Vila Nova de Mirandela a Carvalhais; in SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. I, p. 272 e 72.

Na última década de Setecentos, foi considerada de muito boa⁶⁴³. Veio substituir a barca de passagem e desempenhou um papel preponderante nas vias de comunicação. Tornou mais fácil e segura a circulação de pessoas e bens entre ambas as margens, o transporte de produtos agrícolas destinados à sua comercialização, assim como a importação de alguns produtos como o sal e outros característicos da zona litoral.

Também em 1608, no reinado de Filipe II, por alvará, foi decidido construir uma ponte sobre o rio de Lobos ou ribeira do Carvalhal no Prado da Coutada e assim ligar Vila Nova de Mirandela a Carvalhais, aumentando assim as relações pessoais e comerciais entre ambos os povoados⁶⁴⁴.

Nos finais do século, mais concretamente em 1790 foram providas no concelho de Mirandela as estradas reais, que ligavam Cortiços a Mirandela e ao Porto; Mirandela a Murça; Carvalhais a Bragança; Mirandela a Ponte da Pedra; Mirandela a Moncorvo; Mirandela a Frechas; Mirandela a Torre D. Chama; Vale de Telhas a Ponte da Barca; Torre D. Chama a Sezulfe; Vila Flor a Mirandela e a Chaves; Vilas Boas a Mirandela e a Chaves; Valdasnes a Caravelas; Valdasnes a Mirandela e Chaves; Valdasnes a Bragança e Miranda; Valdasnes a torre de Moncorvo; Torre D. Chama a Chaves; Torre D. Chama a Bragança; Torre D. Chama a Moncorvo⁶⁴⁵. Tudo isto no intuito de dinamizar a região e tirá-la do isolamento em que tinha vivido.

Era costume usar a barca na travessia de uma para a outra margem dos rios. A circulação fluvial era na altura a mais utilizada por ser a mais rápida e

⁶⁴³ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas Comarcas e População, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca Municipal do Porto, Mas. 486.

⁶⁴⁴ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 72. Esta ponte denominada pelo povo da região de *romana*, encontrava-se em avançado estado de degradação. Após o seu restauro, dois técnicos do IPAR foram fazer o seu reconhecimento e concluíram que a ponte não possuía as características próprias da estrutura da ponte romana: é demasiado estreita; o material utilizado na sua construção não é o típico empregue nas pontes romanas; não se conhece que em Mirandela passasse qualquer via romana; (Dados cedidos por Rui Magalhães - Presidente da Junta da Freguesia de Mirandela.)

⁶⁴⁵ SOUSA, Fernando de – “Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, Porto: *Separata da Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. IV, pp. 93-95.

menos dispendiosa. Após a demolição do penedo do Cachão da Valeira⁶⁴⁶ entre Trás-os-Montes e Porto o comércio intensificou-se.

Havia as barcas de longo curso e as de passagem. As primeiras transportavam os produtos entre localidades distantes, e as outras eram utilizadas para unir as margens do rio. Em Frechas eram utilizadas as masseiras ou batelças – barcas de passagem do Tua em ferro, onde havia a profissão de barqueiro, indivíduo que desempenhava um papel relevante no transporte fluvial⁶⁴⁷.

A passagem do rio em barcas era inicialmente um direito da coroa e só muito mais tarde se transferiu para a municipalidade. Se pessoa do foro privado se arrogasse a esse direito real podia ser denunciado à Coroa e solicitar para si a administração do direito de passagem da barca, sendo-lhe concedida. Em 1796 havia uma barca no rio Tua no lugar de Chelas que pagava 800 réis de foro à coroa. Existia uma outra em Contins que lhe pagava a mesma quantia. No rio Rabaçal, no lugar de Miradeses havia uma outra que pagava de foro 1:200 ao monarca⁶⁴⁸. Todas estas barcas traziam grandes benefícios ao erário régio.

No rio Tua havia passagem de barca entre Mirandela e Golfeiras e ainda em Abambres, Vale de Juncal, Frechas, Chelas. Em 18 de Abril de 1809, Francisco António de Sampaio, senhor de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães informou a coroa estar vago o direito da passagem da barca do Tua junto de Chelas. De acordo com a lei vigente, por carta de 2 de Maio de 1811 a administração do direito dessa passagem ficou a pertencer-lhe durante a vida por ter sido o denunciante⁶⁴⁹. Mais tarde, e a partir de 1843 as passagens das

⁶⁴⁶ O cachão da valeira era um açude formado por um penedo que impedia o escoamento das águas do rio Douro, que retrocediam e alagavam alguns terrenos das margens do seu afluente Sabor e constituía uma barreira à navegação acima do mesmo. (LIMA, Joaquim da Costa – *O Cachão da Valeira e o regime economico-demográfico da Região do Douro*, (S. I. : s. n.), 1940, pp. 821-822).

⁶⁴⁷ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas Comarcas e População, feita no anno de 1796*, Biblioteca Municipal do Porto, ms. 486; FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2000, p. 134.

⁶⁴⁸ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 274.

⁶⁴⁹ IAN/TT – “Provisão aludida à barca de passagem do Tua em Chelas” *Chancelaria de D. João VI*, 1809, Liv. 11, fl. 269v.; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. I, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, p 73.

barcas ficaram sob a administração dos municípios. Em 1920 a passagem entre Mirandela e Golfeiras havia deixado de se efectuar, noutros locais do concelho continuou a fazer-se. A construção de pontes sobre o Rio Tua substituiu em grande parte as barcas de passagem⁶⁵⁰.

3.3. Estrutura de Apoio aos Viajantes

O apoio aos viajantes era-lhes assegurado pelas estalagens, que existiam em Portugal desde tempos ancestrais e que no século XIV eram já numerosas. Distribuíam-se pelos grandes centros urbanos, mas também em pequenas povoações. D. João I, em 1385 escusou os estalajadeiros de pagar fintas e talhas, assim como outros encargos impostos pelos concelhos. A criação deste tipo de instituições veio aliviar o pesado encargo da aposentadoria. Tornaram-se tão importantes que mereceram a atenção dos homens bons e juiz de fora de Lamego, que em 1395 propuseram que nas estalagens fosse somente dada guarida a caminhantes e o estalajadeiro não podia fornecer-lhes lenha, roupa e palha sem sua autorização. Em cortes de Lisboa (1498), o povo queixava-se que as estalagens particulares eram caras, de pequena qualidade e não serviam convenientemente os viajantes, o que levou a que o rei retirasse aos estalajadeiros em falta os privilégios que anteriormente lhe tinham concedidos. No século XV haviam-se generalizado e eram sobretudo exploradas por particulares, tornando-se necessárias a cavaleiros e caminheiros, que devido à precariedade dos caminhos e morosidade das deslocações diárias nas viagens do longo curso, eram obrigados a nelas se alimentarem e pernoitarem⁶⁵¹.

Eram edifícios constituídos de rés-do-chão e 1.º andar, que abasteciam os viandantes e caminheiros. Forneciam-lhe alimentação, dormida, e outras comodidades que necessitassem. Possuíam também uma estrebaria para guarda das cavalgaduras e tinham palha e grão de cereal para estes se

⁶⁵⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 73.

⁶⁵¹ BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1965, T. II, pp. 218-228; OLIVEIRA, António Resende de – “Comunicar no Portugal Medieval: os relatos dos Cronistas”. In COELHO, Maria Helena Cruz (Coor.) *As Comunicações na Idade Média*, Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 2003, p. 38.

alimentarem. Pertenciam aos concelhos e a particulares e eram normalmente instituídas por diploma régio, que impunha condições e concedia privilégios a quem estabelecesse as privadas, tendo como objectivo dar maior comodidade aos viajantes. Estas situavam-se ao longo das grandes vias de comunicação devido ao significativo aumento de viajantes por motivos de carácter religioso e comercial⁶⁵².

O aumento de população e progresso económico no século XVIII, trouxe necessidade de criarem novas estalagens, providas do necessário ao viajante, mas para isso tornou-se obrigatório os estalajadeiros cumprirem os Regulamentos e Ordenações e cobrar aos passageiros a taxa estabelecida superiormente. Por uma questão de prevenção e segurança, em Ordenações e Leis do Reino, os estalajadeiros eram responsáveis pelos furtos e actos indignos que se fizessem na sua estalagem, o que os obrigava a que todas as noites fechar as portas dos quartos à chave, guardá-la e de manhã abri-la para pagamento da estadia e verificar se faltava alguma coisa, ou feito algum mal. Em caso afirmativo, o estalajadeiro devia comunicá-lo ao juiz da localidade para averiguações e caso o não fizesse, o estalajadeiro era obrigado a pagar o furto ou qualquer dano ao queixoso⁶⁵³.

Para ajudar a subsistência das hospedarias muito contribuíram as romarias. Em grandes e pequenos núcleos resultaram quase sempre do progresso económico e necessidades do homem se deslocar por algum tempo para longe da sua residência⁶⁵⁴.

No século XVIII era de grande vantagem económica ser proprietário de uma estalagem por lhe serem dadas muitas facilidades. Devido à sua importância e necessidade social, o dono da hospedaria não tinha autorização para exercer outra profissão, nem mesmo ser “mestre de vendedeiro de vinho”, podendo apenas comprar vinho para vender pelo miúdo com autorização da

⁶⁵² MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963, p. 140.

⁶⁵³ FERREIRA, J. A. Pinto – *Os Estalajadeiros do Porto e seus Privilégios*, Porto: Marânus, 1958, pp. 35 e 36.

⁶⁵⁴ CARVALHO, José Gonçalo Chorão de - “Estalagens e Albergarias”, *Separata da Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1950, vol. III, p. 329.

câmara⁶⁵⁵. Para que daí pudesse usufruir de algum lucro, os géneros eram tabelados acima do normal⁶⁵⁶.

Em Mirandela as estalagens e estalajadeiros, a quem era concedida uma carta profissional, são referenciados em Código de Posturas da Câmara Municipal. Em 1689 foram fixadas as taxas aos estalajadeiros, tendo ficado acordado que disponibilizariam aos viajantes uma cama com dois colchões, lençóis, um travesseiro, dois cobertores e uma colcha, pelo preço de quarenta réis. Caso o passageiro preferisse somente um lençol e um cobertor pagaria metade do preço anterior. Por um xeragão, lençol e cobertor era-lhe cobrado dez réis e por uma fronha cinco. Para alimentação da cavalgadura um alqueire de cevada custava vinte e uma faixa de palha dez réis. Era obrigatório as taxas serem afixadas nas portas das estalagens. Posteriormente (1693), é referida uma “obriga” de estalajadeiro em Mirandela, que envolvia António Pires. Este declarou perante os oficiais da câmara que se obrigava nesse ano a receber e dar estalagem de pão branco e bom vinho a passageiros que dela precisassem. Os estalajadeiros foram novamente aludidos (1723) em Posturas da Câmara. Decidiu a edilidade que todo o indivíduo que quisesse abrir e dar estalagem, o não podia fazer sem estar inscrito na câmara. Todo aquele que prevaricasse era penalizado em quinhentos réis. Existiram desde tempos imemoráveis duas estalagens em Mirandela, uma na Rua do Tanque e outra na Rua da Ponte⁶⁵⁷. Destinavam-se a dar apoio a vendedores residentes em terras distantes de Trás-os-Montes, Beiras e Douro Litoral, na sua deslocação a nível profissional.

Em 1790, as estalagens passaram a ser obrigadas a ter exposta na parede a carta profissional com a taxa de cada um dos mantimentos para os clientes reclamarem quando necessário, devido a ser frequentada por passageiros do concelho e de outras de terras distantes. O preço dos mantimentos fornecidos pelo estalajadeiro a pessoas de outras terras deviam

⁶⁵⁵ *Reportório das Ordenações, e Leys do reino de Portugal*, T. 1, p. 319.

⁶⁵⁶ FERREIRA, J. A. Pinto – *Os Estalajadeiros do Porto e seus Privilégios*, Porto: Marânus, 1958, p. 36.

⁶⁵⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 84 e 87.

ser um pouco acima do normal, para que pudessem usufruir de algum proveito⁶⁵⁸.

Em Mirandela havia também a casa do hospital com um hospitaleiro, inserido na Misericórdia, destinado a dar assistência aos mais desfavorecidos e doentes⁶⁵⁹. Por volta de 1717, os frades trinos descalços vindos de Espanha fundaram em Mirandela um hospício instalado na casa do hospital, assistindo à Santa Casa, encarregados os monges da sua capelânea e de outras funções religiosas. Após solicitarem à rainha a construção do seu convento, são autorizados a fazê-lo em 1732. Edificam-no, mas persistem em continuar na casa do hospital⁶⁶⁰. Aqui se mantiveram a apoiar os viajantes e peregrinos mais necessitados até ao tempo em que o Marquês de Pombal expulsou de Portugal as ordens religiosas.

3.4. O Comércio

O comércio desenvolveu-se consideravelmente por todo o país e coincidiu com o aparecimento de aglomerados urbanos. O transporte e distribuição de mercadorias levaram os almocreves ou mercadores a pernoitarem em determinadas povoações de situação geográfica mais favorável. Portos marítimos, fluviais e cruzamento das vias naturais de comunicação era onde mais se concentravam os comerciantes e seus produtos, que por sua vez atraía população e artífices. Deu-se assim um movimento populacional em direcção às vilas, onde se concentrou e activou o comércio interno,⁶⁶¹ feito em mercados, açougues, “vendas” ou lojas e feiras.

D. João V estimulou o próspero comércio com o nosso domínio colonial a que muitos portugueses se dedicavam e visava essencialmente o comércio do ouro vindo do Brasil, altamente favorável a Portugal⁶⁶². Neste período, todos

⁶⁵⁸ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º 11- Cartas Regimentos e Officios Mechanicos), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

⁶⁵⁹ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1038.

⁶⁶⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 259.

⁶⁶¹ PIRENNE, H. – « La Civilization Occidentale ou Moyen Age ». In *Histoire Générale*: (Glotz), 1933, vol. VIII, pp. 41, 42, e 46; GUERRA, Luís de Bivar – *ob. cit.*, pp. 481-483.

⁶⁶² AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*, 4.ª ed., Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 377.

os produtos importados eram pagos a ouro, o que tornava o nosso comércio cobiçado pelos estrangeiros, em que os nossos produtos coloniais, como o açúcar e o tabaco tinham venda segura na Europa. Posteriormente, o Marquês de Pombal aumentou e protegeu o nosso comércio com a Inglaterra com quem o nosso país mantinha relações comerciais, isto é, comprava o que produzíamos, principalmente Vinho do Porto, e vendia o que necessitávamos. A nossa actividade comercial fazia-se também da mesma forma com a Holanda, França e Dinamarca e até a Suécia⁶⁶³.

Dentro do país o desenvolvimento comercial do Setecentos com o exterior encontrava-se muito limitado pela falta de uma rede de transportes capaz em todo país, principalmente em certas zonas interiores como as Beiras, o Minho e o rio Douro foi o grande dinamizador do comércio fluvial, uma vez que através dele se transportava por exemplo para a cidade do Porto grande diversidade de produtos agrícolas nomeadamente vinho, sumagre, lenha, pêras, pigarsas, laranjas, melões, pêssegos, uvas, hortaliças, etc.⁶⁶⁴.

O comércio era também activo nas feiras realizadas no concelho e na província de Trás-os-Montes uma ou duas vezes por mês, onde os agricultores levavam os seus produtos⁶⁶⁵.

A pequena actividade comercial exercia-se no mercado que se realizava semanalmente, mas também no açougue, onde podia adquirir-se diariamente hortaliças, legumes, carne, peixe e outros produtos comestíveis⁶⁶⁶.

Os grandes e médios comerciantes era normal localizarem-se nos maiores centro agrícolas transmontanos, nomeadamente na Veiga de

⁶⁶³ MACEDO, Jorge – *A Situação Económica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos*, Lisboa: Moraes, 1982, p. 110.

⁶⁶⁴ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, Porto: Régia Officina, 1789, 2.º vol., p. 89.

⁶⁶⁵ COSTA, Agostinho Rebelo da – *ob. cit.*, p. 89.

⁶⁶⁶ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, (Dir.) SOARES, Torcato de Sousa, 2ª ed., Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 1950, T. V, pp. 95-96.

Mirandela e de Chaves, bem como no grande Vale da Vilariga⁶⁶⁷. Além do comércio que se fazia de forma legal no interior do país, realizava-se um outro ilegal e em paralelo com a vizinha Espanha. Fazia-se sobretudo pelo Norte e Nascente do país com “raia seca”, pelos contrabandistas⁶⁶⁸.

Em Mirandela, os comerciantes distribuíam-se pelas várias freguesias do concelho⁶⁶⁹. Quanto à sua actividade comercial, esta era muito reduzida, devido à falta de meios e vias de comunicação. Na remota Idade Média o comércio fazia-se pelos almocreves que nos séculos XIV e XV desempenharam um papel preponderante na troca e comercialização de produtos entre o litoral e o interior. Estes tinham vantagens nas montadas relativamente a outros meios de transporte, como as carretas ou carro de bois, pois podiam facilmente utilizar veredas e atalhos, o que não acontecia com o carro de madeira de duas rodas⁶⁷⁰.

Séculos depois (1796), segundo informação de Columbano Ribeiro de Castro, o comércio do concelho de Mirandela constava de gados, sedas, lãs, grande diversidade de frutos, hortaliças, melões, e outras plantas. Os produtos eram levados para venda nas feiras da própria vila, para as dos concelhos limítrofes e para todas as outras que se realizavam na província de Trás-os-Montes, das quais auferiam bons lucros⁶⁷¹. No comércio a longa distância

⁶⁶⁷ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 133.

⁶⁶⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes feito no anno de mil setecentos noventa e seis por Columbano Ribeiro de Castro juiz commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos*, ADB, ms. 908, p. 596.

⁶⁶⁹ No concelho de Mirandela havia 29 negociantes; no de Abreiro 1; de Frechas 2; de Torre D. Chama 6. In *Mappa das cidades, e villas com que fica a (...) feito por Columbano Ribeiro de Castro no anno de 1796(...)*, Biblioteca Pública do Porto, Cod. 186.

⁶⁷⁰ MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves*, Porto: Brasília Editora, 1979, p. 42 e 10.

⁶⁷¹ ADB, CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes, feita no ano de mil setecentos e noventa e seis pelo Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juiz commissario desta divisão, conforme o disposto na lei de mil setecentos e noventa, alvará de mil setecentos e noventa e dous, e resolução de V. Magestade de mil setecentos e noventa e três, havendo atenção às representações das Camaras e Ministros informante*, ms. 908, p. 238.

existia uma relação comercial entre as localidades da região de Bragança e de Chaves e muitas outras povoações do interior, com a cidade do Porto.

3.4.1. Feiras e Mercados em Trás-os-Montes

As feiras tiveram a sua origem na necessidade de promover a troca e comercialização de produtos entre os moradores do meio rural e os cidadãos. Representavam o elo de ligação entre o produtor e o consumidor, numa época em que a circulação de passageiros e mercadores era difícil pela insegurança das vias de comunicação e pelo número de peagens e portagens a que estavam sujeitos⁶⁷². Eram mensais ou anuais, faziam-se na própria povoação ou à distância.

De uma maneira geral, as feiras tiveram um papel importante na estrutura económica portuguesa do Antigo Regime, num país onde a maioria da população activa laborava na agricultura e a indústria, geralmente de qualidade inferior, era oficial e doméstica.⁶⁷³

No reinado de D. José muitas feiras foram autorizadas, quer a pedido das populações locais, quer da própria nobreza. Tinham como objectivo atrair pessoas e mercadores à região, e assim desenvolver a economia através do intercâmbio de produtos e criar novos interesse nas regiões⁶⁷⁴.

As feiras foram um fenómeno económico manifestado pela precisão da troca de produtos de determinadas localidades e implicava uma data periódica para se realizarem⁶⁷⁵. A Igreja teve um papel relevante na sua origem que permitiu a sua difusão, desenvolvimento e favoreceu com festividades e cerimónias religiosas. As cerimónias de culto, romarias e peregrinações atraíam a siromeiros e peregrinos vindos de localidades distantes, geralmente transformados em mercadores que procuravam estes eventos para troca de

⁶⁷² RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas*, 2ª ed., Lisboa: Presença, 1982, p. 33; PIRENNE, H. – *Histoire de Belgique*, Bruxelas, 1933, p. 176.

⁶⁷³ JUSTINO, David; CUNHA, Mafalda Soares da; DIAS, João Gonçalves – “As Feiras de Estremoz – Uma Primeira Contribuição para o Estudo dos Mercados regionais do Antigo Regime”, in *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, 1983, n.º 11, pp.103-104.

⁶⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Feiras e Mercados”, in *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa: Editorial Verbo, 1981, vol. VI, p. 230

⁶⁷⁵ VALDEAVELANO, Luís de – “El Mercado, Apuntes para su Estudio em León y Castilla durante la Edad Media, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, 1931, n.º VIII, p. 208.

produtos⁶⁷⁶. Eram instituídas por Carta de Feira e a sua realização encontrava-se associada a uma divindade religiosa, que em Mirandela se associava a S. Tiago e a S. João Baptista. Era normal as feiras estarem dispostas em arruamentos das lojas, através do ordenamento do feirante em ruas de acordo com o material que vendiam, de forma a garantir segurança da própria feira e vila, e ainda por uma questão de delimitação da área onde a feira se realizava. Era obrigatório “não ficar tendeiro nenhum fora das portas da feira, e todos hirão para dentro”. Uma das preocupações das autoridades em dispor a feira em arruamentos visava também haver mais facilidade na cobrança do terreno, normalmente arrendado a particulares, por arrematação em hasta pública⁶⁷⁷.

No local onde se realizava reinava a *paz de feira*, que proibia qualquer tipo de transgressão e hostilidades, era penalizado todo o feirante transgressor⁶⁷⁸.

As feiras eram úteis às populações e a sua utilidade não se baseava somente na actividade comercial e industrial. Aproximavam também os homens, ajudavam à solidariedade longe do lar, geravam interesses comuns, criavam sentimento nacional⁶⁷⁹.

Segundo Columbano Ribeiro de Castro em Setecentos ao aludir as feiras de Trás-os-Montes refere: “a maior parte dos dias do mês há feiras em que comerceião, vendendo os generos do pais e comprando os de fora de que necessitão”⁶⁸⁰. O comércio do gado era o mais importante em todas as feiras, mas também para compra e venda de calçado, ferramentas, alfaias agrícolas, comércio de seda, géneros alimentícios e outras mercadorias. Entretanto as feiras anuais deixaram de ter a importância de outrora e os mercados começaram a ser mais usados. Era nestes locais onde diariamente ou semanalmente as populações podiam adquirir produtos comestíveis de maior

⁶⁷⁶ RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas*, 2ª ed., Lisboa: Presença, 1982, p. 33.

⁶⁷⁷ JUSTINO, David, Mafalda Soares da Cunha e João Gonçalves Dias – *As Feiras de Estremoz – Uma Primeira Contribuição para o Estudo dos Mercados regionais do Antigo Regime*, in Revista de História Económica e Social n.º 11, Janeiro-Junho, 1983, pp.103-104.

⁶⁷⁸ RAU, Virgínia – *ob. cit.*, p. 33.

⁶⁷⁹ AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: Esboços de Historia*, Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 404.

⁶⁸⁰ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districto de Tras-os-Montes*, 1796, ms. 908, p. 14.

necessidade para consumo, nomeadamente frutos, hortaliças, legumes, azeite, vinho, e outros produtos.

3.4.1.1 Feiras do Concelho de Mirandela

As feiras realizadas nas aldeias e vilas eram de extrema importância para a população rural da região, principalmente as anuais, associadas a romarias. Era dia de festa, onde podiam passear, comprar e vender produtos como gado bovino, ovino, caprino, cavalariça, muar, asinino, suíno e toda a espécie de galináceos. Podiam adquirir géneros alimentícios, linho em rama, carne de porco, tecidos, peixes do rio e enguias fritas, etc.. Podiam ainda ouvir música da banda e até dançar no terreiro.

As feiras no concelho de Mirandela (1796) eram mensais e anuais. Eram mensais em Mirandela (dia 3) e Torre D. Chama (dia 5). Anuais em Mirandela (24 de Junho e 25 de Julho), Torre D. Chama (5 de Novembro), Caravelas (3 de Fevereiro), Marmelos (25 de Agosto)⁶⁸¹.

Desconhece-se o teor da Carta de Feira outorgada por D. Dinis a Mirandela, a não ser o que vem mencionado em Carta Régia de 17 de Setembro de 1295, que ordena se realize feira em Alfândega da Fé e no documento que institui a feira em Murça, datado de 18 de Abril de 1304⁶⁸². Ordena o primeiro documento que a feira de Alfândega da Fé se realizasse no terceiro dia depois da de Mogadouro e três dias antes da de Mirandela, pelo que se depreende que a data em que foi dada Carta de Feira a Mirandela é anterior a 1295, como consta na carta de feira instituída a Alfândega da Fé: “(...) Eu mado fazer feyra cada mês en a mha Pobra dafandega de fe de sobre valariça, e mado q a comece afazer tres dias andados de cada huu mese façasse depola feyra de Mogadouro, e tercer dia ante q a feira de Miradella...”⁶⁸³.

⁶⁸¹ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Mappa das cidades, e villas com que fica a (...) feito por Columbano Ribeiro de Castro no anno de 1796(...)*, Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, p. 8.

⁶⁸² IAN/TT – “Feiras” *Chancelaria de D. Dinis*, 1295, Liv. II, fol. 116, e 1304, Liv. III, fol. 32; RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas*, 2ª ed., Lisboa: Presença, 1982, pp. 125 e 115, 1304. SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 75.

⁶⁸³ IAN/TT - “Chancelaria de D. Dinis”, 1295, Liv. II, fol. 116; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 74.

É igualmente referenciada em 18 de Abril de 1304 quando foi instituída carta de feira a Murça, em que foi determinado que não se realizasse nos mesmos dias da feira de Mirandela, Montenegro e Chaves⁶⁸⁴.

Alguns séculos mais tarde, mais concretamente em 1758, o pároco Eusébio Esteves Dias na sua narração paroquial alude-as: "... Há nesta vila feira de todos os meses livre aos três dias de cada mês do anno, e há mais de S. João Baptista e dia de S. Thiago anualmente em ambos estes dias grandes feiras a que concorre muita gente de varias partes...". É provável que durasse vários dias, uma vez que outras do país, designadamente a de Évora, a feira de Santiago durava quinze dias⁶⁸⁵.

O período áureo da feira anual de Santiago em 25 de Julho remonta ao período de Setecentos por aqui se efectuarem as mais significativas transacções de seda produzida na província de Trás-os-Montes. A ela afluía gente vinda do concelho de Mirandela e de todo o distrito de Bragança, assim como de Vila Real, Braga, Guimarães, Lamego, Vila Nova de Foscôa, entre outras. Era principalmente nos seus últimos dias que o negócio da seda era mais relevante. As pessoas das aldeias eram por vezes ludibriadas no peso da seda pelos traficantes, de que resultavam queixas. Face aos abusos praticados neste tipo de ocorrências e para lhe pôr termo, foi solicitada maior atenção ao governo de sua majestade, motivo pela qual o Corregedor da Comarca de Moncorvo, José António de Sá esteve presente em sessão da câmara de 30 de Maio de 1791, onde apresentou um aviso do rei de 1 de setembro de 1790 que ordenava que a mesma edilidade devia evitar este género de situações enganosas por parte dos traficantes na feira de Santiago em Mirandela aos criadores de bicho da seda. Face a esta situação e para a evitar, foi determinado que no dia da feira de Santiago não fosse usada qualquer balança a não ser a do concelho, sob da inspecção dos almoçatácéis em conformidade com o regimento. Logo em sessão da câmara de Mirandela de 30 do mês de Maio do mesmo ano esta mandou fazer sete balanças que substituíram as trazidas pelos negociantes e sob a inspecção dos almotacéis o

⁶⁸⁴ IAN/TT – “Chancelaria de D. Dinis”, 1295, Liv. II, fls 32; RAU, Virgínia – *ob. cit.*, p. 125.

⁶⁸⁵ DIAS, Eusébio Esteves - *Mirandella*, D. G., vol. 23, mem., 156, mf. 456, pp. 456 e 1040.

município devia contribuir com balanças e pesos aferidos, proibindo as trazidas pelos próprios nas pesagens da seda⁶⁸⁶.

A feira que se realizava mensalmente na Praça do Município no dia três era frequentada por grande número de negociantes vindos de diversos concelhos. O gado ovino e caprino era exposto no Olival próximo, o bovino cavalariço, muar, asinino e touros no sítio do Toural. Em sessão da Câmara de 1 de Março de 1876 foi deliberado criar-se uma feira de gado no dia catorze de cada mês, salvo se fosse dia santificado que passava para o dia anterior, onde pudesse negociar-se todo tipo de gado e géneros agrícolas. Ficou decidido efectuar-se em frente à capela de Nossa Senhora do Amparo na margem direita do Rio Tua. Além da feira realizava-se também desde longa data o mercado semanal às quartas e domingos na Praça do Mercado onde eram expostos para venda os mais diversificados produtos agrícolas comestíveis⁶⁸⁷.

Em Abambres, de acordo com o padre Luís Cardoso no *Dicionário Popular*, 1747, desde tempos imemoriais que nesta aldeia se realizava uma feira franca em 21 de Dezembro, dia de S. Tomé que durava um dia. Era uma feira famosa e nela se reunia um grande número de negociantes com grande variedade de mercadorias que iam desde a venda de frutos e hortaliças a gado suíno, ovino, caprino, bovino, cavalariço, muar e asinino. Em determinada altura o meirinho do arciprestado de Mirandela determinou que a cada vendedor fosse cobrado a quantia de cinquenta réis. Como a tomada desta medida contrariava os interesses dos vendedores ao exporem os produtos para venda, no decurso do tempo acabou por perder progressivamente o seu inicial interesse e quando se visitava o local, fazia-se por romagem à ermida de S. Tomé⁶⁸⁸.

Na aldeia de Vale da Sancha da antiga vila de Frechas havia uma feira anual efectuada na oitava do Espírito Santo. Realizava-se no Monte do Viso,

⁶⁸⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, pp. 75-76.

⁶⁸⁷ No século seguinte a famosa Feira de Santiago havia deixado de ter a importância de outro tempo e para não prejudicar os agricultores a câmara determinou o seu prolongamento que "a feira de S. Thiago não durasse mais de três dias, em vista do prejuízo que se segue à agricultura". E se algum feirante fosse apanhado a pesar e negociar seda em data posterior aos três dias estabelecidos para feira era penalizado perdendo a seda metade do seu valor; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p.77.)

⁶⁸⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 77.

junto da capela de Nossa Senhora do Aviso. Era muito concorrida por romeiros vindos de diversas partes da região transmontana e até da Beira Alta que a este lugar traziam as mães os filhos que sofriam do mal do *engarenho* para o mergulharem na fonte milagrosa quase junto da capela da Senhora do Aviso⁶⁸⁹.

Também em Caravelas se fazia uma feira franca no dia de S. Brás que durava um dia, desconhecendo-se quando deixou de se realizar. A ela afluíam um grande número de romeiros feirantes aqui residentes, bem como outros das aldeias vizinhas. Os produtos que nela se comercializavam eram congéneres aos das outras do concelho⁶⁹⁰.

Em Cobro, tal como consta em informação de *Memórias Paroquiais* de 1758 efectuava-se uma feira de ano no dia 20 de Janeiro, dia de S. Sebastião⁶⁹¹. Atraía um elevado número de romeiros comerciantes e terminou não se sabe quando.

Franco era uma das maiores freguesias do concelho e efectuava-se nesta aldeia uma feira mensal de grande movimentação no dia 21 de cada mês. Uma outra feira mensal passou posteriormente a fazer-se no dia 10. Como era uma localidade com um termo extenso, as feiras de Franco eram muito concorridas por comerciantes dos concelhos vizinhos com gado asinino e cavalar, géneros alimentícios agrícolas, carne de porco, linho em rama e tecido, etc.⁶⁹².

Em Freixeda realizava-se uma feira franca anual no dia 30 de Novembro dia de Santo André. Grande número de romeiros vendedores concorria em romagem à feira para compra e venda de produtos alimentícios⁶⁹³.

Quanto à antiga vila de Lamas de Orelhão, os seus moradores solicitaram ao rei para criar aqui uma feira franca e o pedido foi atendido. Por alvará de 16 de Agosto de 1753 foi criada uma feira anual, a realizar-se no dia de S. Gonçalo de Amarante em 10 de Janeiro. O local onde se efectuava ficava relativamente perto da via que levava à fronteira da Galiza e Castela, e das

⁶⁸⁹ DELGADO, António – *Frechas*, D. G., vol. 16, n.º 159, pp. 995-1000, mf. 325, p. 996.

TEIXEIRA, Manoel – *Avidagos*, D. G. vol. 5, mem. 53, pp. 889-891, mf. 290, p.889.

⁶⁹⁰ PEREIRA, Manoel – *Caravellas*, D. G. vol. 9, mem. 125, mf. 312. p. 224.

⁶⁹¹ ROZA, João da – *Cobro*, D. G. vol. 11, mem. 336, mf. 320, p. 2308.

⁶⁹² ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. I, p. 237.

⁶⁹³ PINTO Belchior – *Freixeda*, D. G., vol. 16, mem. 169, mf. 325, p. 1038.

estradas vindas do Minho e Beiras. Esta feira iria contribuir para promover o comércio de géneros alimentícios e de outro tipo de mercadorias, bem como rebanhos e outras espécies de gado⁶⁹⁴.

Marmelos tinha também uma pequena feira. Efectuava-se anualmente nesta povoação no dia 25 de Agosto, que com o tempo deixou de se realizar. Muito mais tarde passou a haver uma outra em 4 de Fevereiro, dia de S. Gens. Nelas se transaccionavam essencialmente produtos hortícolas e frutícolas, alfaias agrícolas, louça, tecidos, todo tipo de gado, etc.⁶⁹⁵.

Na freguesia de Passos realizava-se uma feira franca no dia 10 de Janeiro, com romagem à ermida de S. Gonçalo e terminava cedo, onde eram transaccionados todos os produtos que a população rural necessitava. Progressivamente foi perdendo a sua importância inicial e acabou por desaparecer⁶⁹⁶.

Pousadas pertencia à freguesia de S. Pedro. Tinha uma feira franca anual, realizada no dia da Ascensão, em 15 de Agosto, onde se comercializava essencialmente hortaliça. Como a aldeia era pequena e as possibilidades dos seus moradores eram poucas, deixou de se realizar⁶⁹⁷.

Na povoação de Romeu efectuava-se uma feira anual em dia de S. Marcos. A ela afluíam romeiros e feirantes das localidades vizinhas.

Sobreiras tinha também uma feira, realizada no dia de seu orago, S. Brás. Era frequentada por romeiros, para os quais eram preparados para a venda de diversos comestíveis⁶⁹⁸.

Em Torre de D. Chama, tal como consta em *Memórias Paroquiais* de 1758, realizava-se nesta antiga vila uma feira no dia 5 de cada mês, com duração de um dia. Porém, no mês de Novembro a feira durava dois dias⁶⁹⁹.

⁶⁹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Feiras e Mercados*, in “História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)”, Lisboa: Editorial Verbo, 1981, vol. VI, p. 230.

⁶⁹⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 78.

⁶⁹⁶ ÁLVARES, Pedro - *Passos*, D. G. vol. 27, n.º 10, mf. 0585, p. 52.

⁶⁹⁷ RODRIGUES, Pedro – *Pousadas*, D. G. , vol. 30, mem. 252, pp. 1905-1910, mf. 576, p. 1907.

⁶⁹⁸ PINTO, Belchior – *Freixeda*, D. G., vol. 16, mem. 169, pp. 1037-1038, mf. 325, p. 1038.

⁶⁹⁹ *Torre D. Chama*, D. G., vol. 37, mem. 73, mf. 701, p. 639.

Era considerada a melhor feira de Trás-os-Montes⁷⁰⁰ e uma das melhores feiras francas do país. A compra e venda de gados e mercancias não estavam sujeitas ao pagamento de sisa, somente os contratantes que expunham suas mercadorias nas ruas pagavam ao senhor da vila, o Infante D. Pedro irmão de D. José, alguns reais. Esta feira era muito famosa e importante para o comércio da região de Trás-os-Montes, Beira e Minho. O juiz ordinário, oficiais da câmara e povo da vila de Torre de D. Chama fizeram uma representação à Coroa para prolongar o tempo à Feira dos Santos de 5 de Novembro que era como que uma feira de ano. O monarca D. José aceitou o pedido e por Provisão de 24 de Novembro de 1751, autorizou que se efectuasse durante três dias e se tornasse numa verdadeira feira anual⁷⁰¹, uma das mais importantes do país.

A freguesia de Vale de Salgueiro tinha uma feira anual. Realizava-se no dia 26 de cada mês. Com o decurso dos anos acabou por se extinguir⁷⁰².

3.4.2. Mercadorias

Em finais do século XVIII as relações comerciais faziam-se com o Porto, Beira, Minho e Espanha, por via terrestre e fluvial. A destruição do penedo de obstrução no Cachão da Valeira no Rio Douro foi, como já referimos anteriormente, de extrema importância para a navegação do Douro, e transporte de produtos que se comercializavam com o Porto, como azeite, vinho e frutos, designadamente “ginjas, pêras, pigarsas, laranjas, melões, pêsegos, uvas”⁷⁰³. Na volta traziam os produtos que a região transmontana necessitava. À Província do Minho vendiam centeio e gado, trazendo na vinda o sal de que carecia. Cabia aos almocreves, caminheiros e carreteiros o seu

⁷⁰⁰ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 559.

⁷⁰¹ IAN/TT – “Provisão autorizando fazer feira em Torre D. Chama”, *Chancelaria de D. José*, 1751, Liv. 44, fol. 351; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 79-80.

⁷⁰² Em 1871, esta feira ainda se fazia; in SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, vol. II, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, p. 79.

⁷⁰³ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e histórica da cidade do Porto, com a carta de Tomaz de Madessam e algumas palavras de A. de Magalhães Bastos*, 2.ª ed., Porto: Liv. Progredior, 1945, p. 89.

transporte utilizando na marcha os caminhos, as poucas e precárias estradas existentes na altura, designadamente a do Marão, de difícil acesso. O gado muar desempenhava um papel relevante no transporte de longa distância⁷⁰⁴.

Para o Minho vendia-se gado, centeio e recebiam sal em troca⁷⁰⁵.

Em 1796 fazia-se também comércio ilegal com a Espanha através de contrabandistas em zonas próximas da fronteira de fácil acesso, transaccionando-se pão, vinho, peixe, gado, etc.⁷⁰⁶, devido a haver uma relação próxima a nível comercial e social entre ambos os povos raianos, no caso de Mirandela com a fronteira do concelho de Chaves.

A troca de produtos entre o interior e o litoral continuava a fazer-se, assim como com outros núcleos próximos e distantes. A transacção era assegurada por almocreves, negociantes, barqueiros, marinheiros e favaceiros⁷⁰⁷.

Os negociantes distribuíam-se por todo o concelho, onde havia 29, dispersos pelas várias aldeias, havendo 9 em Mirandela⁷⁰⁸.

A gama de mercadorias transaccionadas em Mirandela era muito variada, como pode verificar-se no quadro que apresentamos em apêndice n.º 2, com quantidades e preços, referidos no seu Foral Novo⁷⁰⁹.

3.4.3. Pesos e Medidas

Na primeira década da segunda metade do Setecentos (1796), as medidas de Trás-os-Montes, tanto para líquidos como para sólidos, variavam na maior parte das cidades e vilas. Uns seguiam as medidas usadas em Lisboa, outros as da cidade do Porto. As câmaras e pessoas do governo decidiam a utilização de medidas de acordo com os seus interesses. Na

⁷⁰⁴ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII*, Columbano Ribeiro de Castro, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, pp. 37-38.

⁷⁰⁵ MENDES, J. A. Amado – *ob. cit.*, p. 32.

⁷⁰⁶ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, ADB, ms. 908, 1796, p. 572.

⁷⁰⁷ COSTA, Agostinho Rebelo da – *ob. cit.*, p. 89.

⁷⁰⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, ADB, mans. 908, p. 278-279.

⁷⁰⁹ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. IV, p. 171 e 172.

medida dos sólidos utilizavam a fanga, alqueire, meio alqueire, quarta e oitava. Nos líquidos a pipa, almude, cântaro, canada, meia canada e quartilho. Tudo isto levou a que em 1796 houvesse uma grande irregularidade nas medidas em Mirandela, com grande prejuízo do comércio e compradores, que pretendiam a igualdade em todas as medidas da província de Trás-os-Montes⁷¹⁰.

Medidas na Província de Trás-os-Montes em Geral dos Sólidos, Líquidos, Pesos só com a Diferença da sua Grandeza (1796)

Quadro N.º 3 - Sólidos na Província de Trás-os-Montes⁷¹¹:

Meia oitava					
2	Oitava				
4	2	Quarta			
8	4	2	Meio alqueire		
16	8	4	2	Alqueire	
32	16	8	4	2	Meia fanga
64	32	16	8	4	Fanga

Fonte: CASTRO, Columbano Ribeiro de – Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 486, 1796, p.16.

⁷¹⁰ A medida dos sólidos era a de Lisboa; a do vinho tinha 22 quartilhos cada cântaro e a do azeite 19; (CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa total da existencia da População das cidades, villas, concelhos, coutos, e honras da provincia de Tras os Montes*, Biblioteca Municipal de Porto, mans. 186, s/n.) A medida numérica *canada* correspondia a dois litros; dez canadas constituíam o *alqueire* para medição de géneros secos e líquidos; cem canadas ou dez alqueires denominavam-se por *fanga* para medir géneros de maior volume como sal, cal e carvão; mil destas canadas, ou cem alqueires formavam a medida numérica denominada por *moio* quando aplicada em a géneros secos, *tonel* quando na medição de líquidos; (TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema decimal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*, Lisboa: Banco de Portugal, 1991, T. V, pp. 255-305; TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – “Memória sobre os Terrenos Abertos, o seu prejuízo na agricultura e sobre os diferentes metodos de tapumes”. In *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*, Lisboa: Banco de Portugal, 1991, T. V, pp. 45-67.)

⁷¹¹ CASTRO, Columbano Ribeiro de – Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 486, 1796, p.16.

Quadro N.º 4 - Líquidos

Meio Quartilho					
2	Quartilho				
4	2	Meia canada			
8	4	2	Canada		
42	24	12	6	Cântaro	
96	48	24	12	2	Almude
2 016	1008	504	252	42	21

Pipa

Fonte: CASTRO, Columbano Ribeiro de – Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 486, 1796, p.16.

Quadro N.º 5 - Pesos

Meia quarta							
2	Quarta						
4	2	Meio arrátel					
8	4	2	Arrátel				
32	16	8	4	Meio quarterão			
64	32	16	8	2	Quarterã o		
128	64	32	16	4	2	Meia arroba	
256	128	64	32	8	4	2	Arroba
1024	512	256	128	32	16	8	4

Quintal

Fonte: CASTRO, Columbano Ribeiro de – Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 486, 1796, p.16.

Quadro N.º 6 - Medidas de Comprimento

Polegada										
8	Palmo									
12	1½	Pé								
24	3	2	Côvado							
40	5	3½	1 2/3	Vara						
60	7½	5	2 1/3	1½	Passo Geom.					
80	10	6 2/3	3 1/3	2	1 1/3	Braça				
9400	1175	783 1/3	391 2/3	235	156 2/3	117 ½	Estádio			
75200	9400	6266 2/3	3133 1/3	1880	1253 1/3	940	8	Milha		
225600	28200	18800	9400	5640	3760	2820	24	3	Légoa	
4060800	507600	338400	169200	101520	67680	50760	432	54	18	Grão
1461888000	1827360000	121824000	60912000	36547200	24364800	18273600	155520	19440	6480	360

Grão circular da Terra

Fonte: CASTRO, Columbano Ribeiro de – Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 486, 1796, p.16.

Em finais da penúltima década de Seiscentos, os serviços da Câmara de Mirandela eram presididos por o almotacé, juiz ordinário eleito pela autarquia. Tinha a seu cargo tratar dos serviços da aferição dos pesos e medidas e seguiam os padrões de aferimento da Cidade Invicta, como se verifica em sessão de vereações da câmara em 11 de Março de 1690, que por não haver na edilidade pesos alguns por onde pudessem aferir os utilizados no concelho, foi decido mandar vir da cidade do Porto um arco de meia arroba por conta da autarquia. No ano seguinte fez-se a aferição de rasas e quartas. Foi acordado mandar fazer, no prazo de um mês, uma rasa aferida pela usada na tulha do Marquês de Távora. Os pesos e balanças aferidas seriam mandadas fazer com o dinheiro cobrado nas condenações feitas, assim como um ferro para aferir as rasas e quartas do termo do concelho. No mesmo município, na medição de líquidos e sólidos, eram empregues as seguintes unidades de medida e sua equivalência ao sistema métrico decimal⁷¹²:

Quadro N.º 7 – Tipos de Medidas

Medidas	Litros	Litros
	Azeite	Outros líquidos
Litro	1	1
Quartilho	0,46	0,521
Canada	1,842	2,083
Almude	22,11	25
Cântaro (metade do almude)	11,055	12,5
Remeia (quarta do almude)	5,528	6,25
Pipa	552,5	625
Tonel	1105	1250

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 92-93.

⁷¹² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, MENDES, J. A. Amado MENDES, J. A. Amado , 1983, vol. II, pp. 89-93.

Quadro N.º 8 - Tipos de Medidas

Vara	1,114 m
Côvado	0,67 m
Alqueire ou rasão	16,78 kg
Meio almude	5 l
Meio almude de azeite	11,05 l
Oito arráteis	3,670 Kg

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 92-93; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”: arrátel - antiga medida de peso correspondente a 0,340 kg, in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. V, p. 71;

A unidade de medida do milho era o alqueire, equivalente a 13,24 litros, in JUSTINO, David – “Problemas de História dos Preços: sal e o milho no Mercado de Aveiro (1862-1931)”, in *Revista de História Económica e Social*, 1979, vol. 2, p. 36.

Quadro N.º 9 – Tipo de Medidas de cereais

Medidas	Litros
Alqueire	16,78 depois 20 litros
Meio alqueire	8,39
Quarta	4,195
Fanga (4 alq.)	67,12
Maquia	1,049
Moio (60 alq.)	1006,8
Salamim	0,524

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 92-93; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”: moio pequeno - antiga medida de peso correspondente a 16 alqueires, in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. V, p. 71.

Em meados do Setecentos, no concelho de Mirandela, era comum terem como padrão de medida a rasa da Família Távora, como é referido no arrendamento de um casal em Mascarenhas aforado a João Moleiro e sua mulher: “Paga-se de foro deste como consta do tombo velho vinte razas de sinco coartas cada huma pela raza que anda na tulha do morgado, que fazem medida comua do concelho vinte e sinco alqueires de pão meado trigo e centeyo”⁷¹³.

⁷¹³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, nota de rodapé, pp. 92-93.

CAPÍTULO V – A SOCIEDADE

1. A população

As paisagens que percorremos foram moldadas por homens e mulheres na procura de alimentos, abrigo, bem estar e poder. Gerações sobre gerações foram humanizando esta paisagem, cuidando dos animais, construindo pontes, lançando barcos ao rio para que tanto os produtos como os produtores pudessem circular. Ergueram muralhas e igrejas, traçaram ruas, praças, criando espaços de sociabilidade. Enfim, acabaram por fazer uma região bem característica de Portugal. Porém, e interessante, convém ressaltar que não é nosso objectivo fazer um estudo demográfico do concelho de Mirandela, mas somente analisar aspectos que se correlacionam com todo o estudo apresentado e perceber o volume populacional da região em análise.

A distribuição da população em Portugal está relacionada com factores de ordem climática, designadamente chuva, vegetação, relevo e proximidade do mar. O rigor do Verão, o ar seco e a escassez de águas pluviais e de linhas de água diminui a fixação das populações, quando estes factores abundam há uma maior aglomeração das pessoas. O povoamento relaciona-se também com o relevo e clima regional. A orografia baixa e variada do Noroeste com chuva e humidade, a densidade populacional é sempre crescente na costa Norte. O relevo áspero, sem planura, grandes torrentes, clima continental com calor intenso no Estio e muito frio no Inverno que caracterizam a região de Trás-os-Montes, contribuem para a população em geral escassear. Para além destas condicionantes, a densidade populacional depende ainda de condições económicas, sociais e morais e as zonas industrializadas são sempre mais povoadas do que as agrícolas⁷¹⁴.

Na primeira metade do século XVIII houve duas tendências opostas relativamente à população. Até 1732 verificou-se um decréscimo populacional de 0,2% ao ano. Depois recuperou de forma intensa e nos últimos anos da

⁷¹⁴ GIRÃO, Amorim – *Estudos da População Portuguesa I, Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Continental (1890-1940)*, Coimbra: Instituto para a Alta Costura, 1944, p. 7; VIEIRA, António Pedro Lopes – “Noções Operatórias sobre Cidade, População Urbana e População Rural”, *Revista de História Económica e Social*, 1978, 1.º vol., p. 107.)

primeira metade houve um crescimento moderado, que se manteve até final do século. A regressão que se verificou nas primeiras décadas foi originada pela intensa emigração para o Brasil, fortes crises de mortalidade, principalmente nos primeiros anos de vida, provocada pelo problema da subsistência⁷¹⁵.

Segundo José Joaquim Soares de Barros na obra de sua autoria *Memória*, publicada em 1758, relativamente ao povoamento do território nacional refere que o problema das pestes, tremores de terra e fomes, assim como a outros de ordem política, designadamente maus governos, guerras e manutenção das colónias reflectia-se na escassez populacional, provocando consequentemente, um atraso económico grave⁷¹⁶.

Se por um lado, autores como Lauderie⁷¹⁷ e Aurélio Oliveira⁷¹⁸, são de opinião que há correlação entre a população e a produção. Outros historiadores como Pérez Moreda⁷¹⁹ e Manuel Nazareth⁷²⁰ afirmam que tal não é linear, assumindo que temos de ter em atenção que nem sempre existe essa relação tão directa de causa/efeito.

No século XVIII a distribuição populacional em Trás-os-Montes por quilómetro quadrado era assim distribuída: 8,7 em 1706; 7,6 em 1733; 9,8 em 1760; 8,7 em 1768 e 8,5 em 1798⁷²¹. A densidade populacional na mesma província por quilómetro quadrado era de 4,6 em 1706; 3,8 em 1732; 5,6 em

⁷¹⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero – “As Estruturas Sociais do Enquadramento da Economia Portuguesa, os Concelhos”, in *Notas Económicas da Separata das Notas Económicas* (s. n.), 1984, n.º 4, p. 35.

⁷¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “População”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1870)*, Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI, p. 355.

⁷¹⁷ LADURIE, Emmanol le Roy – *les payrans de languedre*, Paris: Flammarion, 1988.

⁷¹⁸ OLIVEIRA, Aurélio de – *O Poder Regional Mitos e Realidades: actas*. Porto: Universidade do Porto, 1996.

⁷¹⁹ PERES MOREDA, Vicente – “Curis Demográficas y Crisis Agrarias: Paludismo y agricultura en Espana a Fines del Siglo XVIII”: in *Congresso de História Rural Siglos XV al XIX: actas*. Madrid: Universidade Complutense, 1964, pp. 333-339.

⁷²⁰ NAZARETH, J. Manuel – “A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime – os aspectos sócio-demográficos de Coruche”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1983, n.º 4, pp. 3-12.

⁷²¹ SERRÃO, José Vicente – “A População e a rede Urbana nos Séculos XVI-XVIII”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, (Dir.) OLIVEIRA, César, Lisboa: Ciclo dos Leitores, 1996, p. 69.

1760; 5,1 em 1768; 5,6 em 1776; 5,8 em 1798⁷²². A densidade populacional no Nordeste Transmontano era de 6,1 por quilómetro quadrado⁷²³.

Neste século houve uma pressão demográfica que contribuiu para um melhor aproveitamento da zona agrária, aumentando a superfície das áreas produtivas e redução dos pousios, arroteias de montes e charnecas, aumento e difusão da policultura e regadio⁷²⁴.

No caso concreto do concelho de Mirandela a densidade populacional foi desde longa data baixa⁷²⁵ e mesmo depois de ser instituído como concelho, o agregado populacional era de certa forma deficiente⁷²⁶. Posteriormente, devido à falta de população, a vila recebeu carta de privilégio para aumentar o seu povoamento⁷²⁷. No início do século XVI, Mirandela informava “que contaria bem com uns 400 ou 500 vizinhos”⁷²⁸.

⁷²² MATTOSO, José (Dir.) – “O Quadro Humano”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1993, pp. 49, 69 e 55.

⁷²³ SERRÃO, José Vicente – “A População e a rede Urbana nos Séculos XVI-XVIII”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, (Dir.) OLIVEIRA, César Lisboa: Ciclo dos Leitores, 1996, pp. 69-70.

⁷²⁴ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá costa, 1984, p. 91.

⁷²⁵ O concelho de Mirandela só começou a ser mais populoso desde que D. Afonso III lhe outorgou carta de foral e se instituiu como município. O primeiro documento que refere o seu número de vizinhos remonta ao reinado deste monarca, em inquirição, em que o concelho de Mirandela informa que pagavam seis soldos leoneses de foro cada um; (Livro 2 de Doações de D. Afonso III, fls. 89; ed. de SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 40.)

⁷²⁶ Mesmo depois de ser instituído o município o agregado populacional era de certa forma deficiente. O despovoamento que se fazia sentir em certas zonas do país foi o responsável da coroa instituir os coutos, com o objectivo de aumentar o povoamento e defesa do território. Para tal recorreu aos homiziados, homens a quem eram perdoados os crimes cometidos em troca da sua deslocação e fixação em sítios fronteiriços ou nas proximidades com o objectivo de os defenderem e povoarem; (MORENO, Humberto Baquero – *Portgaliae Historica*, Lisboa: Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974, vol. II, p. 13.)

⁷²⁷ “Confirmação dos Privilégios e Liberdades ao Concelho de Mirandela”, Gaveta 3, mç. 12, nº 5, 1452; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. II, p. 271.

⁷²⁸ DIAS, João Alves – *Gentes e Espaços: (em torno da População Portuguesa no Século XVI)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, pp. 27-28.

No reinado de D. João III, foi elaborado o Recenseamento dos Moradores da Comarca de Trás-os-Montes (1530) que informa o número de moradores ou vizinhos que faziam parte dos concelho e vilas, entre elas a de Mirandela⁷²⁹. O recenseamento foi feito, mas a história demográfica dos séculos XV e XVI tem enormes dificuldades, devido à escassez de dados concretos e absolutos. Nicolau Seixas foi encarregue de proceder ao arrolamento da Comarca de Trás-os-Montes⁷³⁰, para efeito de se recolher informação da administração local e central, com a finalidade de solicitar a nomeação de mais funcionários ou justificar quaisquer outras medidas.

Na primeira década da segunda metade do século XVI, foi enviada uma petição ao rei D. Sebastião por Francisco Gonçalves, oriundo de Mirandela, em que informava que o concelho possuía próximo de mil e oitocentos vizinhos⁷³¹. Na segunda década do século XVII depreende-se que a população tenha aumentado significativamente, o que levou Filipe II a ordenar que fossem lançadas fintas, com base no aumento populacional do concelho que tinha perto de três mil vizinhos⁷³². Porém, se tivéssemos em conta a carta do tabelião passada a Mateus Mesquita, nesse mesmo século, onde se afirma que a vila e termo do concelho de Mirandela possuíam mil e quinhentos vizinhos, acabamos por verificar que este número se aproxima mais da realidade,

⁷²⁹ No Recenseamento de 1530 vem indicação que o concelho de Mirandela possuía: Mirandela 77 moradores, Abambres 49; Açoreira 19; Ala 44; Alvites 44; Avantos 31; Brinçó 25; Cabanelas 35; Caravelas 29; Carrapatinha 5; Carvalhais 78; Carvas 7; Cedães 56; Cedainhos 14; Chelas 34; Contins 34; Cotas 8; Freixeda 39; Freixedinha 4; Gorivanes 8; Lama de Cavalo 20; Mascarenhas 42; Miradeses 18; Mogrão 8; Paradela 34; Pousadas 28; Quintas 15; S. Salvados 26; Valbom Pitês 10; Vale Bom de Meadas 20; Vale de Couços 6; Vale de Juncal 17; Vale de Lagoa 24; Vale de Martinho 14; Vale de Meões 6; Vale de Prado Ermo 13; Vale de Salgueiro 14; Vale de Telhas 34; Vale de Freixo 11; Vale de Sardão 5; Valbom 24; Vila Nova 19; Vila Verde da Prata 33; Vilar de Ledra 29; Vimieiro 13; (BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo de – “Povoação de Trás os Montes no XVI. Século”, in *Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa: Of. Tip., 1909, vol. VII, pp. 241-290.)

⁷³⁰ O arrolamento efectuou-se em Agosto de 1530 a Janeiro de 1531 com nova carta régia datada de Maio de 1530; (DIAS, João Alves – *ob. cit.*, pp. 15 e 20.)

⁷³¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 42.

⁷³² IAN/TT – “Privilégios”, *Chancelaria de Filipe II*, 1615, Liv. 2, fl. 49; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 42.

relativamente ao anterior⁷³³. Por sua vez, António Carvalho da Costa, na primeira década de Setecentos, na sua *Corografia Portuguesa* informa que a vila de Mirandela constava de cento e cinquenta vizinhos, que com os do termo perfaziam mil setecentos e trinta e cinco⁷³⁴. Por outras palavras, a informação coeva não consegue concretizar o número de habitações do concelho.

Segundo Luís Caetano de Lima, em apêndice da sua *Geografia Histórica...*⁷³⁵, a freguesia de Mirandela em 1736 tinha trezentos e trinta e seis fogos e novecentos e quarenta e seis habitantes, especificando também número de algumas das freguesias que constituíam o concelho⁷³⁶:

Quadro N.º 10 – Numero de habitantes por freguesia (1732/1736)

1732/1736		1732/1736	
Freguesias	N.º Habitantes	Freguesias	N.º Habitantes
Mirandela	946	Miradezes	65
Cedães	282	Ala	250
Vale de Lobo	118	Brinçó	132
Vale de Telas	353	Alvites	365
Chelas	84	Avantos	117
Mascarenhas	471	Caravelas	203
Carvalhais	117	Cedainhos	62
Vilar de Ledra	87	Vila Nova	83
Pousadas	54	Contins	75
Cabanelas	156	Abambres	293
Vale de Salgueiro	207	Quintas	60

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 43.

Entre 1793 e 1795, a vila de Mirandela constava de 265 fogos e 777 habitantes, por sua vez, as restantes freguesias do concelho detinham 1623

⁷³³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, p. 42.

⁷³⁴ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, pp. 398-402. A propósito do conceito “fogo” que servia como unidade de contagem utilizada, para a conversão de habitantes, veja-se, entre tantas outras obras: RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá Costa, 1984, p. 98; REVRET, Jean – “L’ es données, démographiques et statistiques en histoire moderne et contemporaine”, in SAMARAN, Charles (Dir.) *L’ histoire et ses méthodes*, Paris: l’ Ehers, 1961, pp. 893-936.

⁷³⁵ MATTOSO, José (Dir.) – “O Quadro Humano”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1993, p. 364.

⁷³⁶ LIMA, Luís Caetano de – *Carta Geográfica e historica de todos os estados soberanos...*, (material cartográfico), Lisboa Occidental: Off. Joseph Antonio da Sylva, 1734; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 43.

fogos e 5304 habitantes⁷³⁷. Assim sendo, verificámos que ao longo do século a vila de Mirandela sofreu um aumento populacional considerável, embora grande parte desse aumento se devesse a uma certa emigração de pessoas de algumas aldeias para a vila, muito provavelmente na procura de uma vida melhor. Curiosamente a vila, na última década sofreu uma pequena regressão populacional devido por um lado ao aumento de tributos, o que levou a que algumas pessoas optassem por se deslocar para vilas que não estivessem tão oneradas, por outro lado, nesta altura várias moléstias assolavam a região⁷³⁸.

A peste foi uma das epidemias do Setecentos que mais preocupou o Governo e a população em geral. No intuito de combater esta calamidade demográfica, a Coroa renovou muitos hospitais, promulgou diversas leis municipais e regimentos que visavam “evadir e remediar o dano dos povos no calamitoso tempo de contacto...”. Concluindo, os casos de epidemia na segunda metade do século XVIII encontravam-se em regressão⁷³⁹.

As moléstias mais frequentes neste município e de acordo com relatos feitos pelos habitantes eram provocadas pelo clima ser pouco saudável devido à falta de arborização dos campos próximos, existência de água pútrida dos charcos formados no estio pelas águas do rio e ribeiras; falta de condições higiénico-sanitárias e principalmente pela falta de uma eficiente rede de esgotos. Por sua vez a situação geográfica de Mirandela acima do nível dos cursos de água fazia com que os invernos fossem muito frios e rigorosos com nevoeiros muito prolongados a conservarem-se na vila de oito a quinze dias e com geadas muito fortes. O rigor do inverno era de tal modo intenso que o termómetro marcava graus negativos e o rio gelava quase de margem a margem. Segundo Francisco da Fonseca Henriques em “Ancora Medicinal”

⁷³⁷ SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977, p. 24.

⁷³⁸ ADVR – CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Demarcação da Provincia de Tras-os-Montes...*, ms. (Mapa), 1796, p. 54. Tal como aconteceu em toda a Europa, a população aumentou possivelmente desde o século XII até meados do século XIV. Devido às precárias condições higiénicas e fracos meios para combater a doença, a Peste Negra em 1358 provocou uma brutal mortandade, sendo menor nas zonas rurais de densidade populacional mais ténue. As epidemias subsequentes fizeram-na baixar, para nos meados ou fins do século XV haver uma recuperação geral. Outras se seguiram, entre elas a Febre Amarela, que no século XVII dizimou grande número da população.

⁷³⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “População”, in *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa: Editorial Verbo, 1982, vol. VI, p. 271.

(1750), o ar muito frio refrigerava o corpo, tornava-o insensível, impedia-o de transpirar, provocava catarrros e tosse, afectava o cérebro e os nervos e estava na origem de muitos problemas de saúde⁷⁴⁰.

No verão, o calor tornava-se sufocante na altura em que o sol incidia sobre as encostas dos montes e se reflectia, fazendo de Mirandela uma África de Trás-os-Montes, como foi designada pelos vereadores da câmara de Mirandela em 1799 numa representação enviada a D. João VI. Todos os factores referidos, acrescidos pela falta de água potável de qualidade e em abundância, contribuían para a insalubridade da vila com aparecimento frequente de febres palustres nas populações. Eram também frequentes garrotilho, tísica pulmonar, diarreia, lombrigas, sarampo, bexigas, mal da espinhela e outras febres malignas⁷⁴¹.

Uma das moléstias que dizimava a população eram as febres palustres, que se propagavam essencialmente em locais onde existiam poços de água estagnada e quando o leito do rio Tua aumentava, ao normalizar deixava depositado no solo das suas margens lodo que o fertilizava, mas com o calor intenso do estio se tornava fétido. As ribeiras de Mourel e Carvalhais eram aquelas que, ao secarem no verão, ofereciam melhores condições às melgas e mosquitos para se desenvolverem e transmitirem por picada aos humanos as sezões ou maleitas, nome como eram mais conhecidas na região. As vítimas desta doença eram as crianças, os camponeses, e os mais carenciados⁷⁴². Eram as febres dominantes na região. O médico mirandelense Francisco da Fonseca Henriques em *Medicina Lusitana* (1750) declarava que estas febres se repetiam de quatro em quatro dias com temperaturas elevadas e muita sede⁷⁴³. Os casos de paludismo abundavam na região de Trás-os-Montes.

⁷⁴⁰ FONSECA HENRIQUES, Francisco da – *Âncora Medicinal*, 8.º, Lisboa: Oficina de Música, 1750-1850, p. 9.

⁷⁴¹ FONSECA HENRIQUES, Francisco da – *Medicina Lusitana*, Porto: Oficina Episcopal de Manoel Pedro Coimbra, 1750, pp. 354, 386, 431, 475, 550, 609, 640;

⁷⁴² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 99. À mortalidade infantil junta-se, em toda a Europa, as guerras e as fomes. JACQUART, Jean – *Immobilisme et Catastrophes (1560-1690)*, in DUBI, Georges e WALLON, Armanel (dir.), *Histoire de la France Rural*, Paris: Editions du Senil, 1975, tome 2, pp. 182-191.

⁷⁴³ FONSECA HENRIQUES, Francisco da – *Medicina Lusitana*, Porto: Oficina Episcopal de Manoel Pedro Coimbra, 1750, p. 761.

Como tratamento, os seus habitantes usavam vinho branco com um vomitório que iam muitas vezes comprar na botica sem ordem médica. A este respeito Fonseca Henriques, sobre Mirandela refere que: “Assim o observamos em Tralos Montes mays de trezentas vezes, porque havendo naquela provincia muytas sesões terçans e quartans intermitentes, nos fizemos preparar em vinho branco hum vomitrio de huma segura e efficaz calcinação de antimonio, a que chamamos vinho cathastico, do qual davamos tres onças em pessoa adultas duas horas antes da sessão... e era histo cousa tão publica naquellas terras que, já sem conselho do medico, hião à botica de Mirandela buscar vinho para as maleytas, o que ainda hoje se esta fazendo”. A febre tifóide era igualmente uma maleita muito comum em Mirandela provocada pelo inquinamento das suas águas. A maioria das vítimas eram as crianças.

A gripe e em casos mais adiantados a pneumonia devido ao intenso frio durante o inverno, uma alimentação deficiente e a falta de cuidados médicos ceifavam igualmente muitas vidas, sobretudo os pastores e os camponeses⁷⁴⁴.

Chegado o Verão surgia um outro flagelo - o Carbúnculo ou Lentilha. Era provocado pela picada de insecto que havia pousado em animais vítimas de carbúnculo exposto à moscaria que se contaminavam e transmitiam o vírus aos humanos, com suas picadas. Era uma doença que se tornava mortal se não fosse detectada a tempo. A falta de condições higiénicas eram propícias ao seu desenvolvimento. No combate à doença eram sarjados de imediato por cirurgiões e barbeiros, ou queimados pelo ferreiro com a ponta de uma pequena barra de ferro redonda em brasa⁷⁴⁵. No Setecentos o referido médico Fonseca Henrique aconselhava a viver num meio ambiente saudável, respirar ar puro, ter uma alimentação variada, comer e beber com moderação, fazer exercício físico e dormir com tranquilidade⁷⁴⁶.

⁷⁴⁴ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: da Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 100-101.

⁷⁴⁵ FONSECA HENRIQUES, Francisco da – *Medicina Lusitana*, Porto: Officina Episcopal de Manoel Pedro Coimbra, 1750, pp. 763 e 797.

⁷⁴⁶ FONSECA HENRIQUES, Francisco da – *Âncora Medicinal*, Lisboa: Officina de Música, 1750-1850. p. 9.

Entre 1758 e 1796 houve um aumento populacional em algumas das freguesias do concelho de Mirandela, noutras diminuiu. Atendendo ao cômputo geral houve regressão na última década do século XVIII⁷⁴⁷.

⁷⁴⁷ Em 1706 Mirandela tinha 205 fogos; in COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p.398; Em 1758, 316 fogos; in AINTT, DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1035; Em 1796, 265 fogos; (MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 278.); em 1798 tinha 329 fogos; (MANIQUE, Pina – *Censos de Pina Manique*, 1798, BPB, p. 109.)

Quadro N.º 11 - Dados Demográficos do Concelho de Mirandela nos anos 1706, 1758, 1796 e 1798

Freguesias	1706	1758		1796		1798
	Fogos	Fogos	HM	Fogos	HM	Fogos
Abambres	90	105	100	265	777	105
Ala	50	60	250	99	349	95
Alvites	70	130	500	64	206	117
Avantos	40	40	140	50	116	42
Brinçó	40	48	156	50	172	43
Cabanelas	50	46	133	52	185	50
Caravelas	60	73	325	64	245	-
Carvalhais	45	45	140	41	140	42
Cedães	100	93	250	96	247	80
Cedaínhos	30	20	60	20	72	26
Chelas	40	35	79	32	95	-
Contins	20	34	87	25	80	30
Freixeda*	80	95	200	99	226	73
Mascarenhas	70	180	500	62	201	171
Miradezes	24	25	65	29	149	31
Mirandela	205	316	741	265	777	329
Pousadas	15	18	82	20	42	16
Quintas de Mirandela	16	15	34	19	100	17
Romeu	36	44	100	42	-	41
S. Salvados	80	51	190	64	216	59
Sezulfe	40	50	240	60	164	34
Trindade ½	-	77	250	13	36	17
Vale de Asnes	100	110	330	97	362	100
Vale de Lobo	26	33	216	28	66	34
Vale de Salgueiro	48	66	197	75	326	75
Vale de Telhas	90	92	220	99	284	91
Vale de Velhos	-	92	220	-	-	-
Vila Nova de Mirandela	28	30	130	42	138	44
Vila Verde dos Alemães	50	48	140	-	-	40
Vilar de Ledra	-	34	80	25	80	29
Totais	1.543	2.105	6.155	1.897	5.851	1.831

Fonte: COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, T. I, 2ª ed., 1868, p.398

* - A Freguesia de Freixeda tinha 200 pessoas com mais de 12 anos.

Em 1796 foi feita uma nova demarcação e regulação das comarcas e Distritos da Província de Trás-os-Montes. O concelho de Mirandela que era constituído por 43 lugares, continuaram a pertencer-lhe, com excepção de metade do lugar da Trindade com 13 fogos e 36 habitantes, que transitou para

o concelho de Vila Flor por ser mais próximo. Foi-lhe também anexado o lugar de Golfeiras situada junto de Mirandela com 47 fogos e 130 habitantes, uma vez que este e Bronceda pertenciam ao concelho de Lamas de Orelhão e apenas a paróquia pertencia à freguesia de Mirandela⁷⁴⁸.

A pequena vila e concelho de Vale de Asnes com 97 fogos e 362 habitantes foi também inserido no concelho de Mirandela, aceite pela sua câmara. Por sua vez a vila de Sezulfe com 60 fogos e 164 habitantes e encravada no termo do concelho de Mirandela foi-lhe também adscrita⁷⁴⁹.

Em 1798, no reinado de D. Maria I foi ordenado por Pina Manique⁷⁵⁰ que se fizesse a contagem dos fogos a nível nacional com objectivos militares, que decorreu em Maio e Setembro, pretendendo obter recrutas para o exército. Os governadores de província, corregedores e juizes de fora procederam à sua verificação ordenada pelo Ministério da Guerra. Neste recrutamento pode verificar-se a população do Reino por comarcas, vilas e freguesias, com o número de fogos e sua distribuição regional. Foi decidido recrutar quatro soldados por cada cem fogos. Em Trás-os-Montes havia 679 freguesias, 63 579 fogos e 2 544 recrutas. Volvidos três anos, devido à tensão existente entre Portugal e França, e a necessidade de encarar a denominada “Guerra das Laranjas” com a Espanha, D. Maria I decidiu fazer novo recrutamento geral, também executado por Pina Manique, mas sem a eficiência do primeiro⁷⁵¹.

Pode constatar-se que o número de fogos de todas as freguesias em 1798 teve um aumento ligeiro.

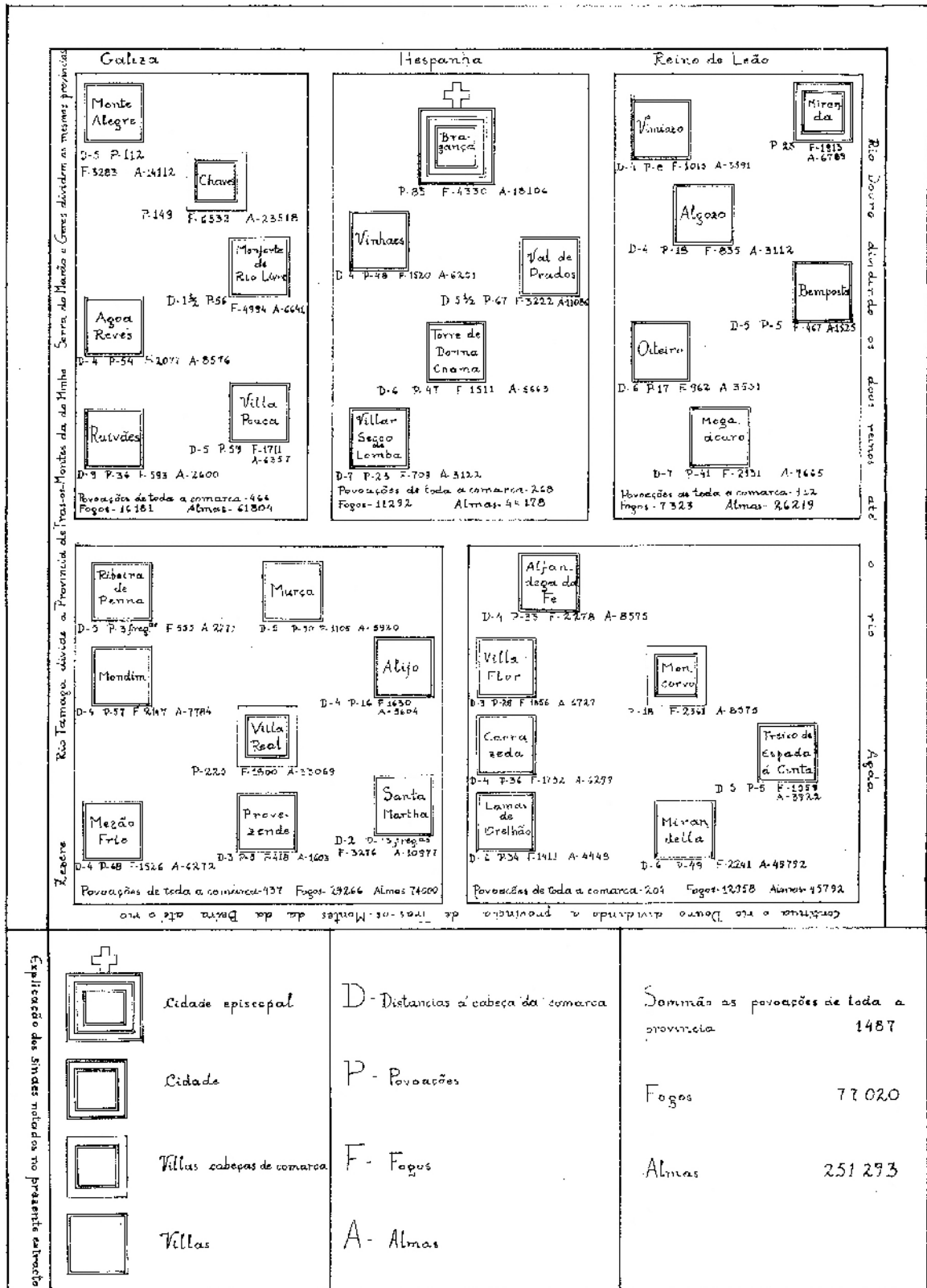
⁷⁴⁸ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, pp. 1031-1040, mf. 456, p. 463.

⁷⁴⁹ ADB – CASTRO – Columbano Ribeiro de – *Nova Demarcação da Província de Trás-os-Montes*, ms. 908, p. 297.

⁷⁵⁰ O mapa de 46 fólios tinha o título: “Livro que contem as freguezias que há em Lisboa, no seo termo com a individualização das Comarcas e Provincias, a que estas pertencem, do numero de fogos, de que cada uma daquelas se compoem, feito por ordem do Intendente Geram da Policia da Corte e Reyno Diogo Ignacio de Pina Manique”.

⁷⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *População*, in “História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)”, Lisboa: Editorial Verbo, 1982, vol. VI, pp. 357-358.

Ilustração N.º 5 - Mapa das cidades e vilas com seus fogos e pessoas com que fica a Província de Trás-os-Montes, após a nova Demarcação e Regulação das Comarcas (1796).



Fonte: ADB., Columbano Ribeiro de Castro, ms. 908, p. 306.

2. Os grupos sociais

A sociedade era constituída por três estratos sociais distintos: Clero, Nobreza e Terceiro Estado o (que abrangia desde a alta burguesia até aos de mais baixa condição). Era usual atribuírem-lhe o desempenho das seguintes actividades: o primeiro rezava, o segundo guerreava e o terceiro trabalhava.

Havia assim uma divisão clara entre eles, ocupando cada uma hierarquia rígida segundo a sua posição, se tinha ou não título, possuía ou não direitos e determinadas formas de tratamento.

A nível geral, há carência de dados relativamente à distribuição da terra transmontana que lhes pertencia no século XVIII. Segundo Magalhães Godinho, 51 % do solo de Trás-os-Montes era pertença da Nobreza; 16,5% do Clero e 32% do terceiro estado⁷⁵².

Em Mirandela, na última década desta centúria o termo deste concelho tendia para o despovoamento tendo “sido cauza, em huns, as molestias e, em outros os foros que pagavão e pelos não querem satisfazer desertarão para outras terras”⁷⁵³. Muitos foram também os lavradores e trabalhadores rurais, oficiais mecânicos, mestres, tecedeiras, fiandeiras da seda e outros que foram vexados pela câmara. Foram obrigados a tirarem Cartas e Regimentos dos seus ofícios, pelo que lhe levavam muito dinheiro. As mulheres não ganhavam em dois meses o valor das cartas.

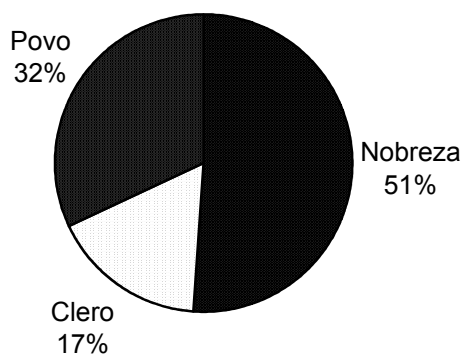
Os oficiais mais pobres eram de tal forma usados, que se viam obrigados a mudar de profissão e a mudar de terra, pelo que havia falta de oficiais no concelho de Mirandela⁷⁵⁴.

⁷⁵² GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa: Arcádia, 1980, pp. 72 e 95.

⁷⁵³ MENDES, MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 43.

⁷⁵⁴ SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, vol IV, 1974, pp. 31-32.

Gráfico N.º 1 - Distribuição Aproximada da Terra dos Estratos Sociais



Ribeiro de Castro refere que a população, desde Vilas Boas ao sul de Mirandela, era pobre, sobretudo por pagarem muitos foros aos donatários e a outros. Perante tal situação, viram-se na contingência de ir viver para outras povoações onde não lhes fosse exigido tanta tributação⁷⁵⁵. Também devido às carências de carácter económico em que se encontravam, originadas pelos elevados foros a que estavam sujeitos por parte dos ricos, quando lhes foram distribuídas as terras baldias pelo concelho, os mais necessitados viram-se

⁷⁵⁵ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, 1796, mans. 908, p. 144.

Mirandela pertencia inicialmente de juro e herdade à Coroa, isto é transmitia-se aos herdeiros sem nova mercê e somente por confirmação. A partir de D. João I o sistema foi alterado quando fez mercê dos direitos reais desta vila à Família Távora, na pessoa de Pero Lourenço de Távora seu reposteiro-mor, nono senhor de Távora e oitavo donatário da mesma vila, pelos relevantes serviços prestados ao país. Foi dos primeiros a reconhecer o Mestre de Avis como regente do Reino e combateu a seu lado na Batalha de Aljubarrota. Reconhecido e já rei, por carta de 21 de Outubro de 1401, D. João I doou-lhe as vilas de Mirandela, Alfândega da Fé, Mogadouro, Panoias e outras. Pero Lourenço de Távora com soldados recrutados em Trás-os-Montes, esteve novamente a seu lado ao acompanhar o mesmo monarca e os infantes na conquista de Ceuta em 1415; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 138-139.)

forçados a vender-lhes as terras que lhe foram distribuídas pelo município e irem viver para outros povoados⁷⁵⁶.

2.1. O Clero.

Era um estrato social rico e poderoso. Era como que um Estado dentro do próprio Estado. Gozava de foro privativo, regia-se por leis próprias, através do direito canónico, com regras e comportamentos específicos e os seus rendimentos não sofriam deduções por parte do estado, estando-lhe subordinada a restante sociedade⁷⁵⁷.

2.1.1. O Clero Secular

A província de Trás-os-Montes contava com 2577 eclesiásticos. Era numeroso, dando uma média de um pároco para 96,3 habitantes, perfazendo 3,6 padres para cada freguesia, o que é uma média relativamente alta, tendo em conta as baixas potencialidades económicas da região. Para tal, terão contribuído não só causas de carácter religioso como económicas e sociais. Era preciso arranjar apoio para a família e a vida eclesiástica era o mais seguro: “Nasce um filho, diz logo seu pai, tu serás destinado para a Vida Eclesiástica, por ella te constituo o sustentaculo e firmeza da minha velhice, o lustre e apoio de toda a minha familia”⁷⁵⁸. Grande parte deste clero secular provinha de pequenos e médios lavradores e muitas vezes não se distinguia do estrato social de que provinha. Distribuíam-se pela província de Trás-os-Montes, em maior número nas localidades mais desenvolvidas no âmbito económico. O mesmo não acontecia com o alto clero que não se distinguia da própria nobreza, pela sua origem de classe, privilégios e estado. Era ainda

⁷⁵⁶ MENDES, MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 43; CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, 1796, mans. 908, p. 144.

⁷⁵⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4. ed., Lisboa: Arcádia, 1980, p. 87.

⁷⁵⁸ “Memória sobre o estado actual do clero portuguez e sua necessdade de Reforma”. In *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, 1814, vol. X, p. 15; SOUSA, Ferrando de – “Subsídio para a história social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII.” In *Bracara Augusta*, Julho-Dezembro, 1976, vol. XXX (T. II), n.º 70(82), p. 17, nota 27.

normal serem atribuídos vários rendimentos aos altos dignatários eclesiásticos⁷⁵⁹.

2.1.1.1. Igreja Matriz

A igreja matriz localizava-se no interior do povoado, onde com pompa e circunstância se celebravam anualmente as quarenta horas com grande solenidade por parte dos mordomos, pessoas de bem, afluindo ao evento um número elevado de forasteiros vindos de diversas partes.

Mirandela era cabeça de reitoria, pertença do padroado real. O pároco titular era denominado por reitor, havendo ainda um cura e sacristão apresentados pelo mesmo reitor. Os lugares anexos com igrejas pertencentes ao padroado real e apresentação diocesana eram obrigados ao pagamento do dízimo, repartido em nove partes, a favor das seis comendas. Uma delas recebia quatro partes do rendimento, o excedente era dividido pelas restantes cinco. A maior comenda pertencia a Nossa Senhora da Encarnação, cabeça e orago da Igreja matriz de Mirandela⁷⁶⁰.

2.1.1.2. Paróquia da Igreja de Santa Maria de Mirandela

A igreja matriz pertencia à paróquia de Mirandela e tinha como orago e como padroeira Nossa Senhora da Encarnação⁷⁶¹. A sua arquitectura exterior, era admirável, com uma elevada torre com quatro sinos e zimbório. O seu interior era constituído por duas naveas, ladeadas por quatro arcos de cada lado que a dividiam, assentes em quatro grossas e sólidas colunas, com dois púlpitos nas duas últimas. O tecto era apainelado, coberto de pinturas.

⁷⁵⁹ MENDES, MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985, p. 41.

⁷⁶⁰ DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., mem. 156, mf. 456, 1758, vol. 23, pp. 1036-1037.

⁷⁶¹ Desde a ocupação Sueva, que a paróquia de Mirandela fazia parte da Diocese de Braga, onde havia três tipos de povoações: cidades episcopais, paróquias e lugares denominados por *Pagi*, referindo-se a uma vila ou lugar de uma certa extensão; (ARGOTE, D. Gerónimo Contador de – “Das Paroquias e Povoações que existião na Diocese de Braga no tempo dos Suevos, entre 1732-1747”, in *Memórias para a Historia Eclesiástica do Arcebispo de Braga*, Livro IV, Capítulo 5, ed. Lisboa: Oficina José António da Silva, p. 696; (FERNANDES, A. de Almeida – *Paróquias Suevas e Diocese Visigótica*, Viana do Castelo: Viúva de José de Sousa, Filhos Lda, 1968. p. 62.)

Constava de cinco altares com respectivas imagens: mor com o Sacrário e referida Senhora, o do Santo Nome de Jesus, o de S. Pedro, o de Nossa Senhora do Rosário e Santo António e o das Almas. Além da igreja pertenciam também à paróquia oito capelas: a de Santo António; a de S. José; a de Santiago; a de S. Cosme; a de S. Mateus; a de S. Miguel; a de Nossa Senhora dos Prazeres; a de S. Sebastião. Era ainda sua pertença uma capela orago de Nossa Senhora da Expectação, localizada na Quinta de Vale de Madeiros; outra na quinta de Bronceda de invocação a S. Domingos; uma outra na quinta da Freixedinha, orago de S. Bartolomeu⁷⁶². Quanto ao Padroado da igreja paroquial da vila de Mirandela pertenceu à Coroa quando se situava na freguesia de S. Martinho, após a construção da de Santa Marinha ficou a pertencer ao concelho e quando transferida para a actual igreja orago de Santa

A antiga freguesia de S. Martinho foi posteriormente transferida para outro local não muito distante daquele onde inicialmente se encontrava, com melhores condições de defesa em caso de invasão. De acordo com as Inquirições de D. Afonso III, trata-se da vila de Mirandela, orago de Santa Marinha com características de ocupação romana: *Incipit parrochia Sancte Marine de Mirandela*. Exceptuando as Inquirições de 1258, conhecem-se três documentos que aludem Mirandela orago de Santa Marinha: Carta de Doação (1198), Carta de Foral (1250) e Carta de Venda (1275); (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 18-19.)

Na passagem de D. Dinis por Trás-os-Montes este visitou a antiga vila de Mirandela orago de Santa Marinha localizada junto da Ribeira de Cedães ou Mourel, forte manancial com moinhos, facilmente sujeita a inundações. O seu acesso era difícil, com condições de defesa deficientes, alvo de intervenções violentas por parte de senhores e fidalgos. Constatou este monarca que todos os problemas que a envolviam correspondiam na realidade ao pedido que lhe faziam os lavradores relativo à sua mudança para outro local, “Para seu bem e da sua terra”, por ser mais saudável e mais produtivo o solo. Decidiu o monarca por Carta de 2 de Setembro de 1282 transferi-la para o cabeço de S. Miguel, cujo topónimo lhe advém por aqui existir uma capela de invocação a este Santo. Por determinação de D. Dinis, o orago da nova igreja paroquial passou a ser Santa Maria de invocação a Nossa Senhora da Encarnação. A nova vila situava-se junto do Rio Tua com passagem de barca, terrenos fecundos à sua volta, mandada cercar de fortes muralhas onde a sua população e outras em redor se refugiavam em tempo de guerra. Posteriormente a população expandiu-se para o exterior do muro. Segue-se um pequeno excerto que revela a causa da sua transferência: “...Sabede q alguns homees lauradores dessa villa pediom ami por mercee que eu fezesse mudar essa vila desse logar hu séé en outro e q seeria graça perfeyto da terra e dos q y morasse e per q o eu entendi per say doe (saúde) dos q y morardese por q a mha terra por ser pobrada pore mando...q a pohades na cabeça q chamã de sam Migeel...”; In *Doações de El Rei D. Dinis*, Liv. 1.º, fl. 54; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p.22.)

⁷⁶² DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, pp. 1031 a 1040, mf. 456, pp. 134 e 137.

Maria voltou novamente a ser do padroado real⁷⁶³. O reitor de Mirandela apresentava as igrejas de Cedães, Chelas, Freixeda, S. Salvados, Vale de Lobo, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas no concelho de Mirandela e Vilas Boas no de Vila Flor.

Para além desta igreja detentora de cinco altares, encontramos mais dois templos com igual número de altares, o que denota que estas freguesias tinham prestígio económico e social porque, como sabemos, a igreja matriz espelha a riqueza da paróquia. Eram elas Vale de Telhas (orago de Santo Ildefonso)⁷⁶⁴ e Mascarenhas (orago de Nossa Senhora da Assunção)⁷⁶⁵.

Com quatro altares encontramos a igreja de Abambres (orago de S. Tomé)⁷⁶⁶; Cedães (orago de Santo Ildefonso)⁷⁶⁷ e S. Salvador (orago de S. Salvador)⁷⁶⁸.

Detentoras de três altares incluíam-se as igrejas de Alvites (orago de S. Vicente)⁷⁶⁹; Brinçó (orago de Santa Catarina)⁷⁷⁰; Cabanelas (orago de S. Sebastião)⁷⁷¹; Caravelas (orago de S. Brás)⁷⁷²; Carvalhais (orago do Espírito Santo)⁷⁷³; Cedaínhos (orago de S. Ceríaco)⁷⁷⁴; Chelas (orago de Santa Maria Madalena)⁷⁷⁵; Contins (S. João Baptista)⁷⁷⁶; Freixeda (orago de Santo André)⁷⁷⁷; Pousadas (orago de S. Pedro)⁷⁷⁸; Quintas (orago de Nossa Senhora

⁷⁶³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 94-95.

⁷⁶⁴ *Vale de Telhas*, D. G., vol. 38, mem. 65, mf. 0585, p. 333.

⁷⁶⁵ HENRIQUES, João – *Mascarenhas*, D. G., vol. 22, mem. 76, mf. 350, p. 537.

⁷⁶⁶ MACHADO, Francisco Borges – *Abambres*, D. G., vol. 1, mem. 3, mf. 226, p. 12.

⁷⁶⁷ CAMPOS – Filipe Luis de – *Cedães*, D. G., vol. 10, mem. 247, mf. 34, p. 1663.

⁷⁶⁸ RODRIGUES, António – *São Salvador*, D. G., vol. 33, mem. 62, mf. 564, p. 415.

⁷⁶⁹ SÁ, Miguel Rodrigues de – *Alvites*, D. G., vol. 3, mem. 46, mf. 295, pp. 553-354.

⁷⁷⁰ CORREA, Domingos – *Brinçó*, D. G. vol. 7, mem. 67, mem. 301, mf. 301, p. 1219.

⁷⁷¹ *Cabanelas*, D. G., vol. 8, mem. 7, 38, mf. 311, p. 37.

⁷⁷² PEREIRA, Manuel – *Caravellas*, D. G., vol. 9, mem. 125, mf. 312, p. 823.

⁷⁷³ FERRO, Manuel Martins – *Carvalhais*, D. G., vol. 9, mem. 173, mf. 312, p. 1100.

⁷⁷⁴ MORAIS, Silvestre de – *Cedaínhos*, D. G., vol. 10, mem. 248, mf. 321, p. 1665.

⁷⁷⁵ FERNANDES, Bartholomeu – *Chelas*, D. G., vol. 11, mem. 304, mf. 320, p. 219.

⁷⁷⁶ SARM(ENTO), Francisco Jozé de M. – *Contins*, D. G., vol. 11, mem. 337, mf. 320, p. 2661.

⁷⁷⁷ PINTO Belchior – *Freixeda*, D. G., vol. 16, mem. 169, mf. 325, p. 1037.

⁷⁷⁸ ROD(RIGUES), Pe(dro) – *Pousadas*, D. G., vol. 30, mem. 252, mf. 576, p. 1109.

da Assunção)⁷⁷⁹; Romeu (Nossa Senhora da Anunciação)⁷⁸⁰; Vale de Asnes (orago de S. Pedro)⁷⁸¹; Vale de Lobos (orago de S. Gonçalo)⁷⁸²; Vale de Salgueiro (orago de S. Sebastião)⁷⁸³; Vila Nova de Mirandela (das Patas) (orago de Santo António)⁷⁸⁴; Vila Verde dos Alemães) (orago de Santo Apolinário)⁷⁸⁵; Vilar de Ledra (orago de S. Miguel)⁷⁸⁶.

Com dois altares temos as igrejas de Avantos (orago de Santo André)⁷⁸⁷ e Trindade (orago da Santíssima Trindade)⁷⁸⁸.

2.1.1.3. Propriedade da Igreja

D. João III mandou (1527) que a Igreja de Santa Maria de Mirandela fosse inserida na Ordem de Cristo pela renúncia do reitor Rui Pires de Távora e fosse feita mercê desta comenda a Rui Lourenço de Távora. Mandou que por Provisão, lhe fizessem mercê de cinquenta cruzados para sustento do reitor e que todos os rendimento da igreja ficassem para a comenda de Santa Maria de Mirandela⁷⁸⁹.

A igreja da paróquia de Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela era abastada. Em 1701 os dízimos da reitoria renderam 80\$000 réis e nos anos que se seguiram os frutos foram arrendados anualmente por 150\$000. Também em 1706 renderam 100\$000 réis, sendo repartidos pelas seis comendas da vila⁷⁹⁰.

⁷⁷⁹ *Quintas de Mirandela*, D. G., vol. 30, mem. 17, mf. 576, p. 103.

⁷⁸⁰ MARQUES, António – *Romeu*, D. G., vol. 32, n.º 154, mf. 750, p. 945.

⁷⁸¹ MORAES, José – *Val de Asnes*, D. G., vol. 38, mem. 10, pp. 53-57, mf. 0585, p. 53.

⁷⁸² SALGADO, António Gomes – *Vale de Lobo*, D. G., vol. 38, mem. 31, mf. 585, p. 163.

⁷⁸³ ZEDO, José de Faria – *Vale de Salgueiros*, D. G., vol. 38, mem. 60, mf. 0585, p. 313.

⁷⁸⁴ SARMENTO, Duarte Ferreira – *Vila Nova de Mirandela*, D. G., vol. 40, mem. 241, mf. 700, p. 1 461.

⁷⁸⁵ *Vila Verde dos Alemães*, D. G., vol. 40, mem. 269, mf. 700, p. 1 645.

⁷⁸⁶ PINTO, Luís de Faria – *Vilar de Ledra*, D. G., vol. 41, mem. 289, mf. 0754, p. 1773.

⁷⁸⁷ RODRIGUES, Domingos – *Avantos*, D. G., vol. 5, mem. 41, mf. 290, p. 93.

⁷⁸⁸ ÁLVARES, Manuel – *Trindade (metade)*, D. G., vol. 37, mem. 112, mf 701, p. 1130.

⁷⁸⁹ IAN/TT – “Incorporação da Igreja de Santa Maria de Mirandela na Ordem de Cristo”, *Chancelaria de D. João III*, 1527, Liv. 30, fls. 164; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 302.

⁷⁹⁰ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 397.

O padre António Alves Moreno era em 1723 reitor da Comenda de Santa Maria de Mirandela. Declarava o reitor que não recebia qualquer vencimento em dinheiro, mas somente os dízimos de Bronceda e Golfeiras. Esta tradição mantinha-se há mais de duzentos anos, imposta pelos comendadores que não queriam dar dinheiro. Segundo a declaração para a cobrança dos dízimos de Golfeiras e Bronceda, o reitor de Mirandela tinha para sua cômputo além dos *Benesses*, ou Pé de Altar os dízimos destas duas localidades, como feijões, uvas de dependuras, alhos, cebolas, abóboras, lã, queijos, frangos, etc.. Recebia ainda um alqueire de pão do melhor que houvesse cobrado a cada lavrador que possuísse junta de bois. A cada morador de Bronceda era cobrado dois alqueires de pão, um de centeio e outro de trigo, exceptuando a 3.^a parte do centeio, trigo e milho, leitões, cordeiros, vinho e linho, bem como a terça parte da azeitona colhida nos olivais velhos e novos que pertencia ao Bispado de Bragança⁷⁹¹.

Em 1758 rendia 200\$000 réis. Os dízimos pagos pelos paroquianos de todos os lugares do concelho eram divididos em nove partes para serem distribuídos pelas comendas existentes. Quatro partes pertenciam à comenda da vila, a maior, cuja cabeça era Nossa Senhora da Encarnação, comenda de Álvaro José Rebelo de Távora - Conde de S. Miguel. As outras restantes partes eram distribuídas pelas cinco comendas⁷⁹².

No último quartel do século XVIII, a paróquia encontrava-se com dificuldades financeiras, o que levou os Irmãos da referida confraria a enviarem uma petição à rainha D. Maria I, inteirando-a do difícil estado que se encontrava, financeiramente em estado caótico, sem meios para adquirirem o necessário para as celebrações eucarísticas, nem comprar cera para alumiar o Santíssimo. Tendo eles conhecimento que havia em Mirandela uma coutada, onde a Coroa e senhores podiam apascentar gado, caçar e pescar e que a câmara da vila explorava, pediram à referida rainha que lhes fizesse mercê para desfrutarem do seu rendimento para colmatar as evidentes carências. D. Maria I, através de informações recebidas por parte da Comarca de Torre de Moncorvo, Procurador da Casa Real e tendo tudo em consideração, por

⁷⁹¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 97.

⁷⁹² DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p 1036.

Provisão de 29 de Março de 1784 concede os rendimentos da Coutada de Mirandela de 19 200\$000 réis à Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela, sem prejuízo da Terça Real a que a Coroa tinha direito⁷⁹³.

Em 1789, para cômputo de sustentação, o reitor de Mirandela, além do pé de altar ou benesse referenciada também no *Livro de Usos*, os paroquianos de Bronceda continuavam a dar-lhe anualmente um alqueire de pão e os das Golfeiras dois⁷⁹⁴.

2.1.2. O Clero Regular

A região transmontana acaba por sofrer um aumento significativo de casas monásticas no período que medeia entre os séculos XV e XVIII⁷⁹⁵, muito em parte devido à importância das ordens religiosas no contexto social. Em toda a província havia 17 conventos masculinos, 6 femininos, 1 de recolhimento, 1 hospício, 1 hospital. Estes três últimos estavam a cargo de religiosos. Estas instituições eram mantidas pela população transmontana não privilegiada a elas ligadas através de laços de diversa ordem: posse de significativa parte da propriedade fundiária, comendas, administração de capelas, foros eclesiásticos, rendas que as mantinha e as tornava influentes. Gozavam ainda de privilégios na área da justiça e de tributação⁷⁹⁶. O clero para além de exercer cargos religiosos, e de ensino, ocupava-se também da instituição e da saúde

Entre as várias ordens monásticas que se fixaram em Trás-os-Montes, destacamos a Ordem da Santíssima Trindade, que nos reinados de D. Afonso V e D. João II se dedicava a resgatar os cativos em terra de Mouros, onde os seus monges à custa de muito trabalho e grande perigo, expunham a sua vida em troca da liberdade dos outros. O resgate fazia-se com as esmolas

⁷⁹³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 383-384.

⁷⁹⁴ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 367.

⁷⁹⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa: Arcádia, 1980, p. 86.

⁷⁹⁶ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Instituto de Investigação Científica, Coimbra, 1981, pp. 131.

recolhidas pelos trinos e recebiam apenas como recompensa muitas graças e indulgências pelos pontífices⁷⁹⁷.

2.1.2.1. Propriedade do Mosteiro Eclesiástico dos Religiosos Descalços da Santíssima Trindade

Houve pretensão por parte da Ordem dos Franciscanos de edificar na vila de Mirandela um convento, o que não foi exequível, porque a Ordem dos Religiosos Descalços da Santíssima Trindade se antecipou. Por carta régia de 11 de Setembro de 1617, o juiz, vereadores e mais povo de Mirandela enviaram uma petição à coroa a solicitarem autorização para fundarem nesta vila um mosteiro da terceira Regra da Ordem de S. Francisco, que o monarca remete para a fonte de origem para se proceder a consultas e informações necessárias. Desconhece-se o verdadeiro motivo que travaram a realização deste empreendimento religioso em Mirandela, podendo possivelmente atribuir-se à influência do Marquês Luís Álvares de Távora que tendia para a vinda dos trinos. Os Religiosos Descalços da Santíssima Trindade vindos de Espanha iniciaram a sua entrada nesta vila através de missões e prédicas de alguns dos seus membros. Em 1717, diversos missionários vindos do seminário Sahagun, Espanha fizeram sermões em Trás-os-Montes e envidaram esforços para se instalarem em Mirandela, o que veio a acontecer em 1718 com o Frei Cláudio da Conceição⁷⁹⁸.

Alojaram-se na casa do Hospital pertencente à Casa da Misericórdia, que em 1796 rendia 110:000 réis, comprometendo-se com os Irmãos desta instituição a servirem gratuitamente o cargo de capelão⁷⁹⁹. Contava com 11 religiosos, 5 leigos e 3 moços. A eles se juntaram 2 donatos. Passaram a auferir como renda certa 50\$000 e, como incerta 710\$000⁸⁰⁰.

⁷⁹⁷ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, PERES, Damião (Dir.), Porto: Portucalense, 1920, vol. III, pp. 145-147; COSTA, António Domingues de Sousa – “Ordem Trinitária”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. VI, 1979, p. 214.

⁷⁹⁸ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da provincia de Tras-os-Montes, suas comarcas e população, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, s/p.

⁷⁹⁹ SALGADO, Vicente – *Compêndio da Congregação da 3.ª Ordem de Portugal*, Lisboa: Of. de Simão Thadeo, 1793, p. 101.

⁸⁰⁰ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da provincia de Tras-os-Montes, suas comarcas e população, feita no anno de 1796*, Porto: Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, s/p.

Aparecem referidos pela primeira vez em acta de eleição do capelão da irmandade da Santa Casa em 2 de Julho de 1717: “ajuste que a irmandade fez por termo com os religiosos de S.S. Trindade, descalços...se encarregou aos ditos frades a dita capelania...”. A cedência da casa do hospital era provisória e os monges numa perspectiva de futuro trataram de arranjar local aprazível e adequado para construção de seu mosteiro. Começaram por solicitar à Câmara de Mirandela o emprazamento de um terreno na coutada para cultivo de produtos hortícolas e assim em 2 de Março de 1737 foi apresentada uma ordem do corregedor e provedor da comarca para lhe ser concedido o emprazamento da coutada. Face ao consentimento da nobreza e do povo devia ser demarcada e avaliado o terreno, ver quanto poderia render ao concelho. Foram ao sítio e demarcaram-no com “a largura para o norte 48 varas de oito palmos cada vara... e do comprimento do marco para a ribeira pela parte do poente 39 varas de oito palmos a vara como fica dito; e pela parte do nascente 20 varas também de oito palmos e não se mediu pela parte sul por continuar com a ribeira...”; Essa fracção de terreno foi avaliada em 60\$000 réis e os monges pagariam de renda anual 3\$000 réis. Sempre interessados em tratar da sua causa enviaram uma petição ao rei, alegando que viviam apenas das esmolas dos cristãos fiéis e necessitavam de um terreno para cultivo de horta na coutada que pertencia ao concelho. Solicitaram ao monarca para escusá-los de renda, rogando-lhe que lhe fizesse “mercê conceder provisão para os oficiais da câmara lhe emprazarem o dito pedaço de terra para horta...” Em 9 de Abril de 1737 o emprazamento foi-lhe autorizado por provisão de D. João V. Desta forma, os 3\$000 réis da renda anual do referido terreno foi reduzido para um cruzado⁸⁰¹. Em sessão da câmara do mesmo ano, tendo sido convocada a presença da nobreza, povo e homens do governo para votarem se sim ou não se devia dar aos religiosos Trinos um pedaço de terra coutada, os oficiais da câmara acordaram com os presentes que se lhe fizesse escritura, cumprindo assim a provisão real. Logo que foi oficializado o legado, os religiosos trataram de o cercar, o que originou o nome de “cerca” àquele sítio. Neste local construíram também uma casa para o hortelão. Este terreno era

⁸⁰¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 260-261.

fértil, mas não adequado à construção do mosteiro, o que levou o presidente e mais religiosos em 2 de Maio 1783 a pedir à câmara a troca da cerca por uma propriedade localizada no Escurial próxima do tanque dos Ciprestes. A autarquia acedeu ao pedido e foi iniciada a construção do mosteiro com capela⁸⁰². Em 1796 aparece referenciado com uma renda certa de 300 850 réis e incerta de 50 000⁸⁰³.

Mais tarde os irmãos da Santa Casa tentaram reaver o seu hospital, mas eram contrariados pelos frades que não queriam largá-lo. Só no século seguinte foram forçados pela justiça a deixá-lo e só então se alojaram no convento erguido com construção modesta no Escurial com receita provinda das esmolas. A sua fixação neste local valorizou significativamente a propriedade, onde plantaram árvores de fruto, videiras, canalizaram água, levantaram muros, etc.. Para atenuar o grande número de analfabetos existentes em Trás-os-Montes foram aqui criadas vagas para agentes de ensino. Relativamente ao concelho de Mirandela, desde o início do século XVIII que em Mirandela, Frechas, Lamas de Orelhão, Torre D. Chama e Vale de Asnes houve a cadeira das primeiras letras regida pelos Mestres de Meninos⁸⁰⁴. Em 18 de Agosto de 1779, a rainha D. Maria mandou que quando vagassem os lugares de professores de língua latina, de ler, escrever e contar passasse o ensino para os regulares. Foi o que veio a acontecer por Provisão da mesma monarca que fez mercê de uma Escola de Ler, Escrever e Contar ao Presidente e mais Trinos Descalços do Convento, assistentes do Hospício de Mirandela, com o vencimento anual de 40\$000 réis ao religioso que regesse a escola. Pelas boas referências a todos os níveis recolhidas, escolheu para mestre da referida escola Frei Manuel de S. Caetano, que na tomada de posse jurou perante o Arcebispo de Lacedomia do Conselho Real obedecer em tudo *ao serviço de Deus e do Reino*⁸⁰⁵.

⁸⁰² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, p. 263.

⁸⁰³ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da provincia de Tras-os-Montes, suas comarcas e população, feita no anno de 1796*, Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, s/p.

⁸⁰⁴ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 18.

⁸⁰⁵ IAN/TT – “Provisão para ser nomeado professor das Primeiras Letras em Mirandela um religioso Trino Descalço”, *Chancelaria de D. Maria I, 1779*, Liv. 15, fl. 118; SALES, Ernesto Augusto

Os frades descalços continuaram a leccionar a cadeira das primeiras letras até 1817, data em que foram transferidos para o seu convento no Escurial, atendendo a que a câmara havia solicitado ao Juízo da Provedoria da Comarca para o frade, professor desta cadeira, ser substituído por ter um comportamento indigno no cargo que ocupava⁸⁰⁶.

A reforma liberal que mandou encerrar os conventos, pôs termo para sempre aos Religiosos da Santíssima Trindade Descalços de Mirandela. Os objectos mais preciosos em prata que lhe pertenciam eram quatro cálices com patena e colheres, uma coroa, uma chave para o sacrário, duas píxides e oito resplendores foram avaliados em 318\$513 réis. Pertenciam ainda à capela do convento as imagens de Nossa Senhora dos Remédios, S. João da Mata e S. Félix de Valois, bem como um quadro da Santíssima Trindade pintado a óleo. Mais tarde os frades da Santíssima Trindade Descalços foram autorizados a trocaram-na por outra, pertença de António Delgado Leite no sítio do Escurial, onde construíram um convento⁸⁰⁷. Só no século seguinte (1817), os religiosos foram forçados pela Santa Casa a abandonar o edifício do Hospital que lhe pertencia e se alojaram no seu convento no sítio do Escurial em Mirandela⁸⁰⁸.

2.1.2.2. Propriedade e Assistência da Santa Casa da Misericórdia em Mirandela

O papel das misericórdias no século XVIII foi de extrema importância pela assistência prestada a doentes necessitados, peregrinos e viajantes carenciados. Também os hospitais deram o seu contributo, com destaque para os que pertenciam aos Hospitalários de S. João de Deus, que prestou relevantes serviços no domínio assistencial em Portugal. Neste século foram autorizados a frequentar a Universidade de Coimbra para melhor se prepararem na área de enfermagem⁸⁰⁹. Segundo Ribeiro de Castro, em finais do século XVIII, a assistência em Trás-os-Montes tinha carências a vários

Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 347.

⁸⁰⁶ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, pp. 118-119.

⁸⁰⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, p. 263.

⁸⁰⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, pp. 259-261.

⁸⁰⁹ CORREIA, Fernando da Silva – *Origens, evolução e conceito de serviço social*, Lisboa: (s. n.), 1950, p. 30.

níveis, principalmente nas povoações mais distantes, recônditas e pouco desenvolvidas. Encontravam-se a cargo de organismos religiosos e entidades governamentais.

Uma outra instituição que em Trás-os-Montes prestou relevantes serviços assistenciais aos mais necessitados foram os hospícios apoiados pelos Franciscanos Capuchos e Polacos Balsemão. Também as Casas da Roda dos Expostos a cargo das câmaras prestaram importante serviço na assistência a crianças abandonadas, que D. Maria I reconhece oficialmente em documento em 1783, referindo “que em todas as cidades e vilas do Reino houvesse Casa da Roda e uma Rodeira, dia e noite, sempre pronta a receber os expostos”. No Setecentos, o Marquês de Pombal empenhou-se na formação profissional dos enjeitados, enviando-os para oficinas de acordo com as suas tendências. Em 1780 Pina Manique interessou-se também pelos expostos e para sua aprendizagem criou a casa Pia de Lisboa, também destinada a amparar os órfãos, viúvas, inválidos e todos os necessitados por perda e ruína⁸¹⁰.

⁸¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal Despotismo Iluminado (1750-1807)*, 3.^a ed., Lisboa: Verbo, 1982, vol. VI, p. 443. A matrícula das crianças expostas na Casa da Roda de Mirandela, de acordo com os livros de matrícula que consultámos, os enjeitados não eram postos directamente na Roda, mas abandonados à porta de determinadas pessoas das aldeias do concelho, acompanhadas de roupa e um bilhete dizendo se a criança estava ou não baptizada. Era depois conduzida a essa instituição através da paróquia e do regedor da freguesia, onde estava pouco tempo, sendo entregue a uma ama do concelho, que por vezes nem ler sabia, e onde se conservavam até aos sete anos. In Arquivo Municipal de Mirandela, Livro de Matrícula dos Expostos do Concelho de Mirandela 1837-1838, p. 56; (TAVARES, Virgílio; PEDRO, Lúcia – *Os Meninos da Roda em Torre de Moncorvo*, Bragança: Escola Tipografia, 2007, p. 33.)

A mãe podia mais tarde reclamar o filho, pelo que algumas crianças levavam consigo um bilhete que as identificava, na esperança de poderem um dia vir procurá-lo. Em várias matrículas dos expostos que analisámos no Arquivo Municipal de Mirandela do ano de 1837-1838, acompanhadas de bilhete, alguns indicavam apenas se a criança estava ou não baptizada, outros apontavam o nome a dar-lhe e a pedirem para a criança ser bem tratada. Normalmente acompanhavam a criança dois ou três cueiros e envoltas, um lenço, uma manta e pouco mais; (AMM, Livro de Matrícula dos Expostos do Concelho de Mirandela 1837-1838, pp. 55 v-57.)

No distrito de Bragança, as casa da Roda distribuíam-se em 1871-1872 por Mirandela Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro e Vinhais. Face aos problemas que ali surgiam, o Governador Civil de Bragança, Thomaz António Ribeiro Ferreira, propôs em que se reformassem os serviços dos expostos e estas seis fossem reduzidas a duas, uma a funcionar em Bragança e a outra a designar onde devia situar-se, de forma a pertencer a cada uma os concelhos que lhe ficassem mais próximos e de mais fácil acesso. Denominar-se-iam por Rodas-hospício destinadas a aceitar além das da roda, outro tipo de

Em Mirandela a Santa Casa da Misericórdia foi fundada em 1518⁸¹¹ no reinado de D. Manuel, possivelmente por influência junto da corte pela poderosa Família Távora, donatários da antiga vila. Tal como todas as instituições congéneres, destinava-se a amparar os mais necessitados, nomeadamente órfãos, expostos, viúvas “sérias”, socorrer caridosamente os pobres infelizes e aflitos.

A primitiva capela da Misericórdia localizava-se na Rua da Ponte, onde em 1659⁸¹² construíram a capela de Santo António, restaurada em 1701, situada na parte oriental do palacete de José Benedito de Araújo Leite. Em 1706, a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela era referenciada: “Tem esta Villa ...Igreja Parochial e Casa da Misericórdia, que há poucos anos se fundou na praça della, de bastante edificio, por estar envelhecida a antiga, que foi fundada no tempo del Rey Dom Manoel...”⁸¹³. Mais tarde, as *Memórias Paroquiais* de 1758, em resposta às questões enviadas às paróquias de cidades, vilas e freguesias do Reino, o pároco de Mirandela, Eusébio Esteves Dias refere-se a esta como: “...a Misericordia velha aonde hoje está fundada a capela de Santo António”. Foi novamente mencionada: “Tem Misericórdia, feita em 1518, por D. Manuel I, e Hospital”⁸¹⁴.

A Santa Casa da Misericórdia instalada na antiga Capela de Santo António só foi daqui transferida quando lhe foi construído o novo templo, que subsiste, localizado na Praça da antiga vila, arrematadas as obras em 26 de Novembro de 1671⁸¹⁵.

crianças, filhas de pais muito pobres, gravemente doentes, filhos de pessoas condenadas, encarceradas, ou degredadas, filhos de pais desconhecidos, ou ausentes, filhos naturais de mães decentes, etc.. Por determinação da Junta Geral do Distrito de Bragança, em 6 de Dezembro de 1872 foi criada uma Roda-hospício a funcionar em Bragança sede de distrito e não duas como anteriormente se havia proposto. In PEDRO, Lúcia – *A Roda dos Expostos*, in Casa da Roda de Moncorvo, trabalho realizado no âmbito do Curso CEFA; (TAVARES, Virgílio; PEDRO, Lúcia – *Os Meninos da Roda em Torre de Moncorvo*, Bragança: Escola Tipografia, 2007, p. 36-37.)

⁸¹¹ DIAS, Eusébio Esteves - *Mirandella*, D. G., vol. 23 – n.º 156, mf. 456, p. 1037.

⁸¹² ADB – *Capela de Santo António de Mirandela*, C x 38, Doc. 101, p. 14.

⁸¹³ COSTA, António Carvalho da – *ob. cit.*, p. 395.

⁸¹⁴ LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todadas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*, Lisboa: Cota d' armas, 1990, 5.º vol., p. 336.

⁸¹⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, vol. I, p. 242.

Fazia parte do seu espólio uma imagem de Cristo que, que no dizer da população era muito milagrosa. Segundo a tradição veio de Castela, destinada à cidade de Miranda e daqui para a vila de Alvor, só que foi antes encaminhada para a capela de S. Miguel que se situava no monte da mesma onomástica. Quando a ermida se encontrava em ruínas foi levada para a misericórdia antiga que em 1758 já não existia, em cujo assento ergueram posteriormente a capela de Santo António. A imagem foi então levada para a nova casa da Misericórdia onde lhe era prestado o devido culto. Em 1758 encontrava-se na posse da Ordem dos Trinos Descalços, de Castela, ausentes desde 1756. possivelmente por falta de pagamento régio. Conhece-se que com a entrada deste religiosos foi extinto o hospital e desapareceu todo o rendimento que provinha do mesmo, desaparecendo também a receita originada pela Misericórdia e Santo Cristo Milagreiro⁸¹⁶.

2.2. A Nobreza

A nobreza, os “belatores” sempre disputaram aos clérigos a primazia na sociedade. A guerra justificava muitas vezes a honra e o poderio que se lhe associava. A nobreza distinguia-se dos outros estados (nem que fosse no plano ideológico) pela linhagem e pela função guerreira⁸¹⁷.

Com o passar dos séculos tudo isto se foi alterando e chegado ao século XVIII a nobreza já tinha grandes poderes económicos.

No Setecentos, as casas nobres de Trás-os-Montes, Beira e Minho dilataram os seus recursos económicos com o comércio regional e internacional do vinho e azeite. A nobreza tornava-se ao mesmo tempo insubstituível por desempenhar cargo da vertente económica, política e social. O aumento da produção vinícola, o envio de produções ultramarinas para o continente e ouro vindo do Brasil deram maior segurança à economia nacional, o que levou o monarca a conceder tenças à nobreza da corte⁸¹⁸.

⁸¹⁶ DIAS, Eusébio Esteves - *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1038.

⁸¹⁷ MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1095-1325)*. Lisboa: Preenne, 1985, vol. I, pp. 273-295; KRUS, Luís – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos livros de Linhagem Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa: JNRT, 1989.

⁸¹⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa: Arcádia, 1980, p. 393; MACEDO, Jorge Borges de – “A Nobreza na Idade Média”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. IV, p. 383.

Foi no reinado de D. João V que se desenvolveu a cultura da nobreza com a contribuição da Academia Real da História, jornais nacionais, estrangeiros e maior partilha de ideias. Formou-se uma nobreza palaciana letrada, capaz de opinar em matéria de governação. Parte desta nobreza preferiu regressar aos seus palácios na província, onde convivia com os amigos e formava a sua biblioteca particular. A par da poderosa e alta nobreza do Setecentos havia a maior parte que vivia modestamente e com um número reduzido de serviçais⁸¹⁹.

D. José logo que subiu ao trono procedeu à nomeação da nobreza para os altos cargos da administração, confiando as principais funções a nobres em quem depositava total confiança. Inseriam-se neste grupo os cargos de vice-rei, governadores e altos postos militares. Para a sua câmara escolheu marqueses, barões, condes e viscondes⁸²⁰.

2.2.1. Famílias Nobres de Mirandela no Século XVIII

A Família Távora foi a mais ilustre família que existiu no concelho de Mirandela.

D. João V por carta emitida de Lisboa em 31 de Outubro de 1725, confirma as doações e sucessões das serventias de Mirandela, etc., a Francisco Xavier de Távora em resposta à petição que lhe foi enviada pela Marquesa D. Leonor Maria Antónia de Mendonça como sua procuradora. Alegava a fidalga que pela sentença do juiz das justificações pertencia a seu filho a terceira vida das cinco em que se fizera mercê ao marquês Luís Álvares de Távora das serventias das vilas de Pena Roias, Mogadouro, Castro Vicente, Alfândega, Mirandela e outros lugares e terras que tinha da casa em que fora segunda vida o marquês António Luís de Távora a quem foi passada carta e junto se enviara, pois para tirar outra carta era preciso alvará. Solicitava a

⁸¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa: Editorial Verbo, 1980, vol. V, p. 359.

⁸²⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “População”, *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1870)*, Lisboa: Verbo, 1982, vol. VI, p. 120.

marquesa para lhe fazer benesse do referido alvará, que lhe foi concedido pelo monarca, confirmando-lhe a doação que apresentou das referidas vilas⁸²¹.

Os membros da mesma família que se seguiram foram donatários de Mirandela que prestaram relevantes serviços à coroa. O 12.º e último senhor de Távora foi D. Leonor de Távora, casada em 1717 com seu primo co-irmão Francisco de Assis Távora, que foi vice-rei da Índia, aonde a marquesa o acompanhou. Em 1759 ambos foram acusados de conspirar contra a vida do monarca D. José e condenados à morte juntamente com dois dos seus filhos⁸²².

A Casa de Távora foi uma das mais antigas, importantes e poderosas do país e o apelido Távora, utilizado pelos membros desta família, deriva do rio Távora (Trás-os-Montes), um afluente do Douro ou de uma ribeirinha com o mesmo nome. Ao longo de séculos a família foi juntando património, poder e influência, chegando ao século XVIII como uma das mais poderosas e ricas famílias, o que fez despontar ódios.

Para além das muitas propriedades que possuía no concelho de Mirandela, a Família Távora usufruiu desde longa data de bens da coroa sendo-lhe feita mercê dos direitos reais de Mirandela. Cada vizinho do concelho pagava anualmente 36 réis de foro, de direito real 50 000\$000 réis e 2\$000 de portagem. Tinha também direito a um terço dos dízimos de quase todo o município dos quais distribuía um quarto às fabricas das igrejas das diversas aldeias do concelho, ficando-lhe disponível em cada ano à volta de 500\$000 réis. Também o Tombo Velho da Casa dos Távoras elaborado em 1692-1693 alude que em Mascarenhas os foros pagos anualmente em Setembro à referida casa por um morador era de vinte e cinco rasas de pão meado, isto é, metade de trigo e metade de centeio medido pela rasa velha do senhorio que media cinco quartas em vez de quatro como as restantes do concelho e também um presunto de oito arráteis. Um outro, pelo S. Miguel,

⁸²¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 380.

⁸²² SORIANO, Simão José – *História do Reinado de D. José e a Administração do Marquês de Pombal* (2 vols.), Lisboa: Tipografia Universal, 1867, vol. 2, pp. 339-342; ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. VI, p. 471; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 165.

pagava dez rasas de pão meado e duas galinhas. Outros moradores pagavam também de foro capões e carneiros⁸²³.

Quanto ao palácio dos Távoras⁸²⁴ constava de casa com o brasão de armas da Família Távora - cabeça de morgado, com capela de invocação a Nossa Senhora da Conceição. Tinha duas casa anexas separadas, jardim, quintal e armazém de azeite. Possuía três pisos ligados entre si por uma ampla escada em granito e outra de serviço em madeira virada a norte. Tinha no frontispício o brasão de armas da Família, que acabou por desaparecer em 1759 quando do regicídio até 1863, data em que foi repostado no lugar o escudo de armas dos Condes de S. Vicente. Eliminados os Távoras em 1768, o palácio e todo o património que lhe pertencia passaram para a posse dos condes de S. Vicente seus descendentes em 28 de Abril do mesmo ano.

O palácio e capela que lhe estava adscrita, encontravam-se em estado de grande degradação por ter estado destelhado durante muitos anos e pelo pouco interesse que os seus administradores demonstravam no seu restauro, o que veio a acontecer no terceiro quartel do século XIX, sendo reparado o seu corpo central e telhado⁸²⁵. Palácio e morgadio já na posse dos condes de S. Vicente rendiam em 1796 anualmente 4 000:000 réis⁸²⁶.

Ilustração N.º 6 - Palácio dos Távoras (2004)

⁸²³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, vol. I, 1970, pp. 137 e 163.

⁸²⁴ Foi erguido pela família Távora para sua residência no ponto mais elevado da vila de Mirandela, denominado por Monte de S. Miguel. O tombo de 1693 refere que o paço primitivo era constituído pelas casas, cabeça de morgado e possuía uma capela de invocação a Nossa Senhora da Conceição. O Marquês António Luís de Távora, 2.º Conde de S. João, que passava longas temporadas em Mirandela, reedificou-o nos últimos anos do século XVII, imprimindo-lhe uma certa imponência e grandiosidade, em conexão com o morgadio que representava; (DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, mf. 456, p. 1035). Seu filho, Luís Álvares de Távora, 3.º Conde de S. João, mandou edificar uma capela contígua ao palácio, de invocação ao Mártir S. Sebastião, tendo-lhe sido vinculada “uma cortinha com olival e uma canameira; (ADB, Doc. n.º 99, 1664, p. 15.)

⁸²⁵ O último representante da família Távora foi José Manuel da Cunha Silveira Lorena, que em 1890 o pôs à venda em hasta pública com todos os bens que a Família Távora possuía no concelho de Mirandela; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 176, 182 e 185.)

⁸²⁶ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 275.



Passado algum tempo após ter sido eliminada a Família dos Távoras, Manuel Carlos da Cunha Silveira, 6.º conde de S. Vicente do Conselho de Sua Majestade, habilitou-se como herdeiro do morgado dos Távoras. A sentença do Juízo da Confiscação de 8 de Janeiro de 1768 foi-lhe favorável para tomar posse de todos os bens que haviam pertencido ao referido morgadio, administrado pelos marqueses de Távora. O palácio e todo o património que lhes pertencia passaram para a posse dos condes de S. Vicente em 28 de Abril do mesmo ano tomando posse dos bens de Carvalhais, Mascarenhas, Vale de Pereiro, Contins, Pousadas, Paradela, Lama de Cavallo, Chelas, Vilar de Ledra, Mourel, Alvites, Vale de Lagoa, Vila Verde, Eixes, Mirandela⁸²⁷.

Outra família nobre de Mirandela é a de apelido Pinto Cardoso, que existe desde 1170, mas só se conhece desde D. Afonso III com as gerações que viviam em Lamego e com João Pais Cardoso, que depôs nas Inquirições de 1258⁸²⁸.

Um dos seus membros que viveu no Século XVIII, foi Luís Lázaro Pinto Cardoso, filho de Belchior Luís e de D. Rosa Mesquita, nascido em Mirandela em 1692. Foi eleito capitão-mor desta vila em 1726 e no ano seguinte foi-lhe passada carta de familiar pela Inquisição de Coimbra. Tinha de rendimento nas suas propriedades 400 para 500 mil réis, casa abastada com criados, cavalos e liteira. Residia com a sua esposa na Quinta das Golfeiras. Ofereceu em 1751

⁸²⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 176-177.

⁸²⁸ FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961, pp. 137-138.

à Santa Casa da Misericórdia uma cruz em prata, tendo como relíquia S. Senho e impôs como condição da dádiva nunca ser emprestada⁸²⁹.

A Família Pinto, da Casa e Morgado de S. Cosme, a que também pertencia, é das mais antigas do país e proveio de Paio Soares Pinto, residente em Terra da Feira, que acompanhou D. Afonso Henriques na Batalha do Campo de Ourique⁸³⁰.

A Família Sequeira é muito antiga e é originária dos Silvas e dos Velhos, ascendentes de Gonçalo Anes Redondo e de sua segunda esposa D. Maior Pires⁸³¹. Um dos seus descendentes, António da Veiga de Sequeira era oriundo de Mirandela e foi o 3.º administrador do morgadio de S. José. Desempenhou funções de capitão-mor desta vila entre 1756-1785. Este fidalgo requereu o aforamento de uma fracção da Coutada de Mirandela, para regulamento de uma propriedade que possuía em Telheiros, que lhe foi concedida por provisão de 12 de Fevereiro de 1779 pelo foro anual de seis mil réis⁸³².

A Família Morais Sarmiento é de origem portuguesa, da Província de Trás-os-Montes. António Bernardo Morais Sarmiento e Sá foi senhor do Morgado de Santa Comba⁸³³. Era filho de Baltazar Morais Sarmiento e de D. Josefa Maria Quitéria de Azevedo e Vasconcelos e nasceu em Mirandela em 2 de Outubro de 1707. Foi familiar do Santo Ofício. Possuía uma casa em Chelas, cuja propriedade foi avaliada entre 15 e os 20 mil cruzados⁸³⁴.

O nome de Vasco Morais Sarmiento aparece registado em acta de sessão da Câmara em 1737, quando esta cede aos Religiosos Trinos Descalços para horta uma fracção de terreno. Foi provedor da Santa Casa da

⁸²⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 14-15.

⁸³⁰ FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961, pp. 439-440.

⁸³¹ FARIA, António Machado de – *ob. cit.*, p. 499.

⁸³² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 2.

⁸³³ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. VI, p. 279.

⁸³⁴ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, pp. 27-28.

Misericórdia de Mirandela e seu Capitão-mor. Encontra-se sepultado na capela de Santo António⁸³⁵.

A Família Morais é de origem espanhola e proveio de Morales o nome desta família aponta ser descendente de D. Fernão Gonçalves, conde de Castela, que casou com D. Sancha, infanta de Navarra. Tiveram como descendentes os senhores de Aza, que adoptaram o nome de Morais⁸³⁶.

A Família Sarmento é também de origem espanhola e procede do mesmo conde Fernão Gonçalves. Este passou por Portugal e aqui deixou a descendência dos Sarmentos⁸³⁷.

A Família Castro é também ela uma das mais antigas, vinda de Espanha. Proveio de D. Fruela, rei das Astúrias, pai de D. Singerico e avô de D. Gomesindo⁸³⁸.

Domingos do Cid Melo e Castro, filho de Jerónimo Melo e Castro e de sua mulher D. Luisa de Castro de Sá, nasceu e residiu em Mirandela. Desempenhou o cargo de juiz ordinário em Mirandela de 1723 a 1737. Foi soldado de Infantaria em Bragança em 1754, capitão de infantaria em Chaves em 1758. Foi posteriormente promovido a sargento-mor do regimento⁸³⁹.

A Família Sepúlveda é de origem espanhola, tendo solar na vila de Sepúlveda em Castela-à-Velha. Chegou ao nosso país através de Martim de Sepúlveda, a quem D. João II doou a vila de Buarcos e concedeu outras mercês pelos relevantes serviços prestados à coroa Portuguesa⁸⁴⁰.

António Gomes de Sepúlveda, filho de António Gomes de Sepúlveda e de sua mulher D. Serafina de Sepúlveda, era natural de Mirandela. Juntamente com sua mulher D. Joana Correia Sá Velasques e Benevides, doou diversos bens ao vínculo do morgado, instituído em 1743 em Mirandela⁸⁴¹.

⁸³⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 37.

⁸³⁶ FARIA, António Machado de – *ob. cit.*, p. 376.

⁸³⁷ FARIA, António Machado de – *ob. cit.*, p. 494.

⁸³⁸ FARIA, António Machado de – *ob. cit.*, pp. 152-153.

⁸³⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. II, p. 43.

⁸⁴⁰ FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961, p. 499.

⁸⁴¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 47.

A Família Vaía ou Baía veio de Espanha e pertencia à linhagem dos Bahamontes, Galegos Fajardos e Viveiros. Foram muito importantes nas Astúrias, Castela e Galiza. Vieram para Portugal com os irmãos João Vaía casado em Chaves, Nuno Vaía e Catarina Vaía⁸⁴². Francisco Manuel da Veiga Vahia de Sequeira, nasceu em Mirandela. Foi o 4.º administrador do morgado e em 1789 era capitão- mor desta vila⁸⁴³.

A Família Sampaio foi uma das mais prestigiadas de Trás-os-Montes. Segundo os nobiliários teve início com Vasco Pires de Sampaio, senhor das vilas de Vila Flor, Ansiães, Chacim, Vilarinho da Castanheira e outras da província de Trás-os-Montes⁸⁴⁴. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio era filho de Luís Ribeiro de Sampaio e de D. Leonor da Costa. Nasceu em Mirandela em 13 de Agosto de 1741. Foi doutor de leis pela universidade de Coimbra, depois juiz de fora e provedor da capitania de Pará. Foi ouvidor da comarca de Mirandela em 1781, desembargador da relação do Porto, posteriormente da Casa de Suplicação de Lisboa. Foi director da real Fábrica das Sedas, director da Academia Real das Ciências de Lisboa, autor de diversas obras relativas à a descrição de viagens⁸⁴⁵.

2.3. A Oligarquia Urbana

2.3.1. Senhores do Concelho de Mirandela

A coroa para compensar serviços prestados por alguns fidalgos e membros clericais em tempo de guerra, doava-lhes terras e tributos pagos pelos moradores do concelho⁸⁴⁶.

A política de povoamento foi a primordial preocupação dos monarcas da primeira e segunda dinastia que promoveram através da concessão de cartas de Foral, de Couto, doação de terras a entidades privadas, instituições de

⁸⁴² FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961, pp. 535-536.

⁸⁴³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 22.

⁸⁴⁴ FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961, pp. 488-489.

⁸⁴⁵ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. VI, p. 285.

⁸⁴⁶ TORRES, Ruy D'Abreu – “Doações”, SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II, p. 329.

honras, coutos de homiziados. A Igreja desempenhou também um papel relevante no povoamento fixando colonos livres nas suas múltiplas instituições eclesiásticas nomeadamente ordens monásticas, religiosas, militares, mitras, cabidos e colegiadas⁸⁴⁷.

Relativamente à vila de Mirandela foi feita desta *honra e mercê* por D. Dinis à fidalga D. Branca Lourenço em troca de seu corpo, como consta em Carta passada em 28 de Junho de 1301 pelo referido monarca: “... dou e outorgo a uos Branca Lourenço a minha villa de Mirandella com todos os seus termos uelhos e novos, directos e directuras, Rendas, padroados e com todo o directo e iur reall quem eu ey e de directo deuo a auer em essa villa e em seus termhos uelhos e novos que vos ajades e possaydes em toda a vossa vida... E esta uos faço por compra do vosso corpo...”⁸⁴⁸.

Branca Lourenço de Valladares foi pois a primeira donatária do Concelho de Mirandela. Era filha de Lourenço Soares de Valadares, o que no dizer de Alexandre Herculano parece ser descendente do Lourenço Soares, que em 1211 era governador militar do Distrito da Beira Oriental e rico-homem no reinado de D. Sancho I e de D. Afonso II⁸⁴⁹ que doou o primeiro foral a Frechas, e de D. Sancha Nunes (de Vale da Sancha), filha de D. Nuno Martins de Chacim. É provável que da sua relação com D. Dinis tivesse nascido uma filha – D. Maria que se dedicou exclusivamente à vida monástica. Esta freira ao falecer teria sido considerada uma santa. Quanto a D. Branca Lourenço, que teve uma relação com D. Dinis, acabou por casar com Martim Anes de Briteiros de cujo matrimónio nasceram dois descendentes: Martim Annes e Violante Ponço⁸⁵⁰.

Outros donatários se seguiram, até que em 1385, após o falecimento do rei D. Fernando, foi aclamado rei de Portugal D. João, Mestre de Avis. Nesse

⁸⁴⁷ MAIA, José – “O Povoamento das aldeias Transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel no Século XIII”, Vila Real: *Separata da Revista Estudos Transmontanos*, 1983, n.º 1, p. 3.

⁸⁴⁸ IAN/TT – “Carta de Doação da Vila de Mirandela por D. Dinis a D. Branca Lourenço” Chancelaria de D. Dinis, 1306, Liv. 3, fl. 49v; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 130-131.

⁸⁴⁹ HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III*, notas críticas de MATTOSO, José, Lisboa: Livraria Bertrand, 1981, vol. VI p. 225.

⁸⁵⁰ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, p. 130.

mesmo ano, a vila de Mirandela foi outorgada ao Senhor de Vila Flor, Vasco Pires de Sampaio por Rui Pereira tio de D. Nuno Álvares Pereira como recompensa dos valiosos serviços prestados à coroa, nas lutas travadas quando da tentativa de invasão a Trás-os-Montes por parte do fidalgo castelhano João Rodrigues Portocarrero. D. João I, já rei, por carta passada de Coimbra em 15 de Abril de 1385 confirma a Vasco Pires de Sampaio a doação que lhe havia sido feita de Mirandela e Alfândega da Fé. Esta doação da vila de Mirandela à Família Sampaio iria ser breve, sendo transferida para a Família Távora que iria ser sua donatária até 1759, data em que o último senhorio membro desta família, Francisco de Assis de Távora foi condenado à morte, acusado pelo atentado perpetrado ao rei D. José em 3 de Setembro de 1758. Foi extinto o nome e foram-lhe confiscados todos os bens⁸⁵¹.

Quadro N.º 12 - Donatários de Mirandela 1301-1759

Mandatários	Tempo de Duração
Branca Lourenço	1301-1372
Henrique Manuel (de Vilhena)	1370-1372
Fernando de Castro	1372
Gonçalo Teles	1372
João Afonso	1375
Fernando Afonso Çamora	1382
Vasco Pires de Sampaio	1385
Pero Lourenço de Távora	13(?) - 14(?)
Álvaro Pires de Távora	14(?) - 1474
Pero Lourenço de Távora	1474 - 1495
Álvaro Pires de Távora	1495 - 1529
Luís Álvares de Távora	1530 - 1574
Luís Álvares de Távora	1574 - 1578
Luís Álvares de Travas de Távora	1578 - 1640
António Luís de Távora	1640(?) - 1653
Luís Álvares de Távora	1653 - 1672
António Luís de Távora	1672 - 1721
Francisco de Assis de Távora	1721 - 1759

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, p. 136.

⁸⁵¹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *ob. cit.*, vol. I, 1970, p. 136; AZEVEDO, Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua Época*, 2.ª ed. com emendas, Porto: Renascer Portuguesa, 1922, pp. 225-227; SORIANO, Simão José – *História do Reinado de D. José e a Administração do Marquês de Pombal* (2 vols.), Lisboa: Tipografia Universal, 1867, vol. 2, pp. 339-342.

2.3.1.1. Apelidos das Famílias de Senhorios e Morgadios de Mirandela

Entre os senhorios de Mirandela, a Família Távora foi a primeira donatária que manteve o senhorio até à morte e legou aos seus herdeiros a casa e nome⁸⁵².

Quadro N.º 13 – Senhorios e seus descendentes

Senhorios	N.º	Descendentes
Família Lourenço		
D. Branca Lourenço (1339-1370)	3	D. Maria (Freira em Odivelas)
		Martim Anes de Sousa
		D. Violante Ponço
Fernando Afonso Çamora (1370-1382)	1	João Afonso Teles de Meneses
Família Távora		
Pero Lourenço de Távora (13..-14.. – (Desconhecido))	2	Álvaro Pires de Trava
		Martim de Távora
Álvaro Pires de Távora (14...-1474 – (Desconhecido))	2	Pedro Lourenço de Távora
		Lourenço Pires de Távora
Pero Lourenço de Távora (1474-1495)	6	Álvaro Pires de Távora
		Francisco de Távora
		Rui Pires de Távora
		D. Maria de Távora
		D. Leonor de Távora
		D. Isabel de Távora
Álvaro Pires de Távora (1495-1529)	8	Luís Álvares de Távora
		Rui Lourenço de Távora
		Bernardim de Távora
		D. Ana de Távora
		D. Maria de Távora
		D. Guiomar de Távora
		D. Brites de Távora
		D. Margarida de Távora
Luís Álvares de Távora (1530-1574)	5	Luís Álvares de Távora
		D. Joana de Távora
		D. Maria de Távora
		D. Brites de Vilhena
		D. Brites de Vilhena

⁸⁵² SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 130-174; SORIANO, Simão José Luz – *História do Reinado de D. José e a Administração do Marquês de Pombal*, Lisboa: Tipografia Universal, 1867, vol. 2, pp. 338-345.

Senhorios	N.º	Descendentes
Luís Álvares de Távora (1574-1578)	1	Luís Álvares de Távora
Luís Álvares de Távora (1578-1640)	8	António Luís de Távora
		Joane Mendes de Távora
		Álvaro de Távora
		Lourenço Pires de Távora
		Francisco de Távora
		D. Leonor de Távora
		D. Maria de Távora
		D. Filipa de Távora
António Luís de Távora (1640-1653)	4	Luís Álvares de Távora
		Miguel Carlos de Távora
		Francisco de Távora
		D. Inácia de Távora
Luís Álvares de Távora (1653-1672)	7	António Luís de Távora
		Rui Pires de Távora
		Bernardo de Távora
		D. Maria Josefa de Távora
		D. Inês Catarina
		D. Leonor Tomásia de Távora
		D. Arcângela
António Luís de Távora (1672-1721)	8	Luís Bernardo Álvares de Távora (1677-1718)
		Henrique Vicente de Távora
		D. Mariana Teresa de Távora
		Miguel de Távora
		D. Bernarda Josefa de Távora
		Francisco Xavier de Távora
		António Luís de Távora
		D. Caetana de Távora
Francisco de Assis de Távora (1721-1759)	6	D. Mariana Bernarda de Távora
		Luís Bernardo de Távora (1723- 11759)
		D. Leonor de Lorena e Távora (1729-1790)
		D. Ana de Távora
		D. Inês de Távora
		D. Maria José de Távora

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 130-174.

Quadro N.º 14 - Morgados de Mirandela no Século XVIII⁸⁵³

Nome
Família Pinto Cardoso
Francisco de Sá Ferreira
Gaspar Pinto Cardoso
Belchior Pinto Cardoso
Luís Lázaro Pinto Cardoso
Belchior Luís Pinto Cardoso
Inácio Pinto Cardoso
D. Maria Rosa Cardoso Sá Ferreira Pimentel
Família Sequeira Sarmento
Luís Sequeira
José Maria António Sequeira
António Veiga Sequeira
Francisco Manuel da veiga Vahia de Sequeira
Francisco Manuel da veiga e Sequeira Vahia Sarmento
D. Maria J. Veiga Vahia Sarmento
Família Morais Sarmento
Francisco Morais do Campo
Francisco Morais do Campo
Francisco Morais de Campos
Baltazar de Morais Sarmento
António Bernardo de Morais Sarmento
Aleixo Morais Sarmento
Família Teixeira Pinto
Paulo Caetano Teixeira Pinto
Família Guevara – Soto Maior-Peçanha
Mateus Vasques de Guevara
D. Alexandre Macedo Soto Maior
D. Henrique Manuel Macedo Soto Maior e Castro
D. Alexandre Macedo Soto Maior
Carolino Pessanha
Família Pimentel
Miguel da Rosa Pimentel
Família Sá Morais Sarmento
Vasco Morais Sarmento
Martinho José de Morais Sarmento
Família Teixeira Homem
Martinho Teixeira Homem

⁸⁵³ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 9-51.

Nome
António Xavier de Morais Teixeira Homem
Martinho Teixeira Homem de Bredorode
Família Cid Melo e Castro
Jerónimo do Syl Castro
Domingos do Cid e Castro
Francisco Inácio de Cid Melo e castro
José Inácio de Cid Melo e Castro
Francisco Inácio de Cid Melo e Castro
Família Sepúlveda
António gomes de Sepúlveda
Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda
Família Mena
Francisco de Araújo Mena
Francisco José de Mena de Araújo

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricas*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 9-51.

Quadro N.º 15 - Morgados de Mirandela, seus Instituidores e Administradores

Ano	Morgado	Instituidor	Cabeça de Vínculo	Administradores que sucederam
1536/12/12	Távoras	Luís Álvares de Távora e sua mulher D. Filipa de Vilhena	Capela de N. Senhora da Conceição	Luís Alvares de Távora (1574-1578) Luís Álvares de Távora (1578-1640) António Luís de Távora (1640(?)-1653 Luís Álvares de Távora (1653-1672) António Luís de Távora (1672-1721) Francisco Assis de Távora (1721-1759)
1589	Pintos Cardosos	Belchior Pinto Cardoso	Capela de Santiago	Gaspar Pinto Cardoso Belchior Pinto Cardoso Luís Lázaro Pinto Cardoso Inácio Pinto Cardoso Maria Rosa Pinto Cardoso Sá Ferreira Pimentel
1648/10/20	Sequeiras Sarmentos	Domingos de Sequeira	Capela de S. José	José Maria António Sequeira Francisco Manuel da Veiga Vahia de Sequeira Francisco Manuel da Veiga e Sequeira Vahia Sarmento Margarida J. da Veiga Vahia Sarmento
Entre 1600/1625	Morais Sarmento	Francisco de Morais do Campo	Capela de Santa Comba	Francisco Morais de Campos Francisco de Morais do Campo Baltazar de Morais Sarmento António Bernardo de Morais Sarmento Aleixo de Morais Sarmento
Meados do Séc. XVII	Teixeiras Pintos	Gaspar Teixeira Pinto	Capela de S. Cosme	Paulo Teixeira Pinto Paulo Caetano Teixeira Pinto João Alberto Pinto António Caetano de Morais Pinto
Meados do Séc. XVII	Guevara-Soto Maior-Peçanhas	Mateus Vasques de Guevara	Capela de S. Mateus	Alexandre de Macedo Soto Maior Henrique Manuel de Macedo Soto Maior e Castro Alexandre de Macedo Soto Maior
1701	Sá Morais Sarmentos	Paulo de Sá Morais	Capela de Santo António	Vasco Morais Sarmento Martinho José de Morais Sarmento
	Pimenteis	Fernão Pimentel	S. Brás	Miguel de Rosa Pimentel
Por volta de 1741	Teixeiras Homens Martinho Teixeira	Ana Maria Pinto	Capela de S. Miguel	António Xavier de Morais Teixeira Homem de

Ano	Morgado	Instituidor	Cabeça de Vínculo	Administradores que sucederam
	Homem e sua mulher			Bredorode
				Martinho José de Morais Sarmento (mercê dos seus contactos em Lisboa, tomou a iniciativa de criar uma biblioteca municipal em Mirandela com valiosos livros doados pelos seus amigos da capital, que foram timbrados pela edilidade, desaparecidos há muitas dezenas de anos.
1732/05/18	Cid Melo e Castro	Padre Jerónimo do Syl Castro	Capela de Santa Bárbara	Domingos do Cid e Castro
				Francisco Inácio de Cid Melo e Castro
1743	Sepúlvedas	António Gomes de Sepúlveda e sua mulher Joana Correia		António Gomes de Sepúlveda Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda
Data desconhecida	Menas	Francisco Borges de Araújo Mena	Capela de S. Francisco	Francisco José de Mena de Araújo

Fonte: SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 9-51.

2.4. O Povo

O vocábulo *povo* significava um conjunto populacional, “assim de ricos como de proves”. Mais tarde designava parte da sociedade – *terceiro estado* em prestígio e ordem de funções que desempenhava socialmente, a quem cabia “trabalhar e servir”. Posteriormente a expressão *povo* tornou-se sinónimo de *povo miúdo*, *arraia miúda*, não incluindo os ricos mercadores e o estrato mais baixo da população que envolvia gente que vivia modestamente, não dependente, com escassa influência política e social. Ocupava a base da pirâmide social e era constituído por pequenos lavradores e comerciantes, mecânicos, pescadores, transportadores e vendedores ambulantes, e outros. Estava-lhe reservada a produção agrícola, agro-pecuária, industrial e seu escoamento.

Havia os grandes proprietários que geriam o casal, os médios agricultores que trabalhavam a terra para subsistência e os pequenos que

cultivavam pequenas parcelas de terreno, suas ou arrendadas, para consumo próprio, alternando com a jeira tendo carências a vários níveis.⁸⁵⁴

Quanto ao povo transmontano, este dedicava-se essencialmente a trabalhar a terra na produção agrícola, que predominava nesta região com características de isolamento. Designava-se por lavrador não só o grande proprietário rural, como o pequeno e o médio agricultor. A maior parte dos lavradores transmontanos eram pequenos proprietários que exploravam a terra com a ajuda de familiares, vizinhos e amigos em sistema comunitário. Columbano Ribeiro de Castro refere que numa freguesia da província de Trás-os-Montes existiam 24 lavradores, e um só jornaleiro⁸⁵⁵. De uma maneira geral os homens transmontanos que trabalhavam a terra tinham características próprias⁸⁵⁶.

Em todo o Noroeste transmontano generalizou-se uma classe de donatários que se viram obrigados a aforar a terra. Estes recorriam muitas vezes a enfiteuses locais, pelo que se gerou, uma classe de proprietários rurais que davam trabalho a caseiros-colonos e a jornaleiros ou assalariados, que praticavam uma agricultura alcançada através de esforço humano, de estrume, rega e sacha. Também muitos mesteres aparecem mencionados frequentemente, como ferreiros, sapateiros, carpinteiros, e outros, carecem porém outros ligados à vida rural como barqueiros, moleiros, ferradores, caldeireiros, etc.⁸⁵⁷. Os oficiais mecânicos ocupavam-se em paralelo com a agricultura. Muitos dedicavam-se à manufactureira e outras profissões ligada à lavoura: tanoeiros, carpinteiros, oleiros, etc. e pequeno comércio. A classe mais desfavorecida encontrava-se na base da pirâmide social e desempenhavam os cargos mais inferiores como pastores, jornaleiros e criados

⁸⁵⁴ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, p. 132.

⁸⁵⁵ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes*, 1796, ms. 908, p. 209.

⁸⁵⁶ Em finais do Setecentos um viajante inglês de visita a Portugal surpreendeu-se pela abundância de linho que os lares portugueses possuíam, até mesmo os mais necessitados; (Janet V. Marphy – *Travels in Portugal Through the Provinces of Douro, and Minho, Beira, Extremadura and Alentejo*, Londres, 1795, p. 21.)

⁸⁵⁷ MENDES, J. A. Amado – *Trás-os-Montes no final do Século XVIII, Segundo um manuscrito de 1796 de Columbano Ribeiro de Castro*, Coimbra: Instituto de Investigação Científica, 1981, vol. I, p.126.

de servir. Em Mirandela a percentagem de criados era reduzida por preferirem trabalhar na produção da seda que ocupava 22,4% da população. Em toda a província, numa distribuição idêntica, o número de jornaleiros era superior ao de lavradores e pastores numa margem de 43% e 43,2%. Lavradores, jornaleiros e pastores pertenciam ao sector primário e ocupavam a maioria da população activa, incluindo-se o pastor na classe dos jornaleiros que na de Comarca de Torre de Moncorvo era de 70,4%. A criadagem ocupava apenas 9%. A classe média situava-se entre o povo e a nobreza e ocupava os quadros médios do exército e funcionalismo público, escalão onde se encontrava também a burguesia⁸⁵⁸, a quem pertencia grande parte da actividade industrial e comercial, em particular o comércio interno que se encontrava na posse de modestos artífices e mercadores⁸⁵⁹.

A burguesia encontrava-se numa situação intermédia entre o terceiro estado e a nobreza. Ocupava cargos médios do exército e do funcionalismo público, trabalhava no comércio. Outros tornaram-se médios agricultores. Alguns dos membros do funcionalismo e do sector de serviços inseriam-se no terceiro estado, outros de acordo com as suas habilitações e privilégios que possuíam integravam-se no estrato da pequena nobreza⁸⁶⁰. Os boticários e cirurgiões incluíam-se numa espécie de “estado médio”⁸⁶¹. Era nos principais e mais desenvolvidos centros urbanos que o terceiro estado se concentrava⁸⁶².

⁸⁵⁸ MENDES, J. A. Amado – *ob. cit.*, vol. I, pp. 132 e 133.

⁸⁵⁹ SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l’Ancien Régime*, 2.^a ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, vol. II, p. 46.

⁸⁶⁰ MENDES, J. A. Amado – *ob. cit.*, vol. I, p. 133.

⁸⁶¹ MACEDO, Jorge Borges de – “A Nobreza na Idade Média”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. IV, p. 394.

⁸⁶² Nos centros mais desenvolvidos deparava-se com os peões, depois designados por arraia miúda por Fernão Lopes, que se dedica a todo o tipo de trabalho: carregadores, varredores, trapeiros, pequenos vendedores etc.; in MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 17.

Gráfico N.º 2 - Distribuição da População do Nordeste no Século XVIII

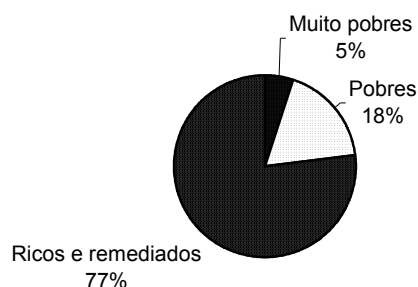
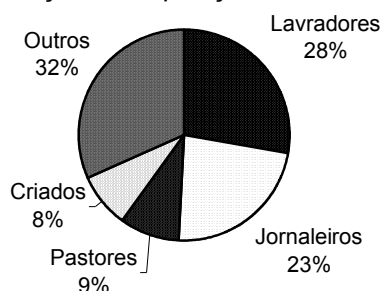


Gráfico N.º 3 - Distribuição da População nas actividades agrícolas



2.4.1. Os Judeus

Não se conhece ao certo a data da vinda do povo hebreu para a Península Ibérica, todavia, Estrabão alude que meio século antes de Cristo já aqui se encontravam⁸⁶³

Ao serem-lhe movidas perseguições por parte dos reinos de Castela e Aragão, D. João II autorizou a sua entrada em Portugal, instalando-se um pouco por todo o país, mas principalmente nas zonas fronteiriças de Trás-os-Montes, nomeadamente Bragança, por onde entraram mais de 3 000⁸⁶⁴, espalharam-se por toda a província transmontana, assistidos pelo Rabinato de

⁸⁶³ CORDEIRO, Valério – *Notas sobre a Vinda de S. Paulo à Hispania*, “Revista de História”, n.º 29, 1919, pp. 73-74.

A referência mais remota relativamente aos judeus em território que viria a ser nacional, remonta aos séculos VI e VII d. c., através de duas inscrições funerárias encontradas no concelho de Lagos, lugar de Espiche, as quais apresentam alguns nomes de judeus. IN SAMUEL, Schawarz – “Inscrições Hebraicas em Portugal”, *separata do vol. I de Arqueologia e História*, Lisboa: A. A. P., 1923, pp. 14 e 17.

A população Israelita fixada em Portugal foi de extrema importância no desenvolvimento e progresso do país em diversas áreas: agrícola, comercial e industrial. Foram médicos de D. Afonso IV, reideiros de D. Fernando, D. Afonso V, D. João II e ministro (D. Judas) de D. Dinis; (J. F. R. – *Extracto de huma Memória (3.ª) sobre a tolerancia dos Judeus e Mouros em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, anno de 1821, (cap. IV), pp. 12 e 14.)

⁸⁶⁴ AZEVEDO, Lúcio de – *História dos Cristãos Novos-Portugueses*, 3.ª ed., Porto: Clássica Editora, 1989, p. 21.

Trás-os-Montes, sediado em Torre de Moncorvo⁸⁶⁵. O Rabi da comuna abrangia na sua jurisdição todos os judeus de Trás-os-Montes e devido ao seu esplendor económico, no reinado de D. Afonso V foi uma das que, juntamente com outras, contribuiu para o empréstimo lançado pela Coroa para as despesas da guerra⁸⁶⁶.

Inicialmente a vinda dos judeus não foi bem aceite pelas comunidades locais e causou alterações sociais⁸⁶⁷. A vinda para Portugal de importantes famílias judaicas associadas às finanças originou também uma rotura nas relações com as comunidades judaicas já antes a viver em Portugal. Até esta data os judeus dedicavam-se somente às funções de cobradores de impostos e de rendeiros, após a vinda por expulsão do país vizinho ligaram-se às finanças e comércio nacional e internacional entrando em concorrência com os mercadores cristãos adquirindo maior poderio económico⁸⁶⁸. Esta situação levou a que fossem encarados como um perigo futuro, um temível concorrente pela burguesia e nobreza que se dedicava à actividade comercial. Criou-se então em Portugal uma onda de anti-semitismo que se relaciona com grande número de cristãos novos, uma onda de xenofobia, a que se une uma reacção colectiva de ressentimento contra o povo judeu⁸⁶⁹.

As duas últimas décadas do século XV fizeram desabar falsos e verdadeiros juízos contra os judeus conversos. Eram denunciados por judaísmo por familiares, vizinhos, empregados, patrões, inimigos, etc.. Eram acusados pelos denunciantes por blasfémias, palavras escandalosas contra a Igreja e juízos contra esta no âmbito de instituição, manifestações contra o

⁸⁶⁵ REMÉDIOS, J. Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*, Coimbra: F. França Amado, 1895, p. 382; MARTINS, Oliveira - *Os Filhos de D. João I*, Lisboa: imprensa Nacional, 1891, p. 129; FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 131.

⁸⁶⁶ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. V, p. 45; FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Porto: Humbertipo, 2001, p. 131.

⁸⁶⁷ MORENO, Humberto Baquero – “As Pregações de Mestre Paulo contra os Judeus bracarense nos fins do século XV”, in *Bracara Augusta*, n.º 69, T. I, Braga: (s. n.), 1976, vol. 30, p. 57; REMÉDIOS, J. Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*, Coimbra: F. França Amado, 1895, p. 364.

⁸⁶⁸ FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, 1.ª ed., Lisboa: Universidade Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 280.

⁸⁶⁹ MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 84.

dogma e serem contra o Santo Ofício⁸⁷⁰. No século XVI, as tensões sociais acumularam-se⁸⁷¹. O problema ia aumentando com a autonomia concelhia, que trouxe mais poder e economia através de lutas seguidas que afectaram o país desde os princípios do século XIV, com o desenvolvimento da agricultura, dedicação ao negócio dos nobres e mesteirais, juntamente com a vinda para Portugal de mercadores estrangeiros atraídos pelos produtos do Ultramar e consequente progresso comercial com o Norte da Europa, provocou uma luta de classes e de interesses⁸⁷².

Com o estabelecimento em Portugal do Tribunal da Inquisição por D. João III para defesa da fé, foram numerosas as pessoas de Trás-os-Montes e Beira acusadas. D. Sebastião facilitou-lhes a ida para o estrangeiro, em troca de avultada quantia em dinheiro, destinada a combater os Mouros. Com a subida ao trono de D. Henrique a Inquisição saiu fortalecida, ao ser nomeado Grão - Inquisidor. Em 1541, como Inquisidor do Tribunal de Lisboa, grande inimigo dos cristãos-novos, celebrou o primeiro Auto-de-Fé público, fazendo muitas condenações⁸⁷³.

Segundo Elvira Mea, no século XVI, 630 famílias do Distrito de Bragança⁸⁷⁴, incluindo as de Mirandela, foram julgadas pela Inquisição de Coimbra. Incluíam as profissões de abades e reitores de igreja, advogados, alcaides, alfaiates, almocreves, caminheiro e freteiro, bacharéis, bacharéis em lei, barbeiros, boticários, botoeiros, calceteiros, caldeireiros, carcereiros, cardadores, carpinteiros, carreteiros, cirurgiões, confeitores, costureiras, criados, curtidores, escultores, estalajadeiros, esteireiros, estudantes, familiares do Santo Ofício, ferreiros, fiandeiras, físicos/médicos, guardas do Santo Ofício, hortelãos, jornaleiros/trabalhadores, juizes, latoeiros, lavradores,

⁸⁷⁰ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 76-77.

⁸⁷¹ MORENO, Humberto Baquero – *Movimentos Sociais Antijudaicos em Portugal no Século XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1985, pp. 79-88; Idem, *As Pregações de Mestre Paulo contra os Judeus bracarense nos fins do século XV*, in *Bracara Augusta*, Braga: (s. n.), vol. 30, 1976, pp. 53-62.

⁸⁷² MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 32, 76-77.

⁸⁷³ KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*, S. Paulo: Pioneira Editora, 1971, pp. 219 e 239.

⁸⁷⁴ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *ob. cit.*, pp. 513-586.

licenciados, luveiros, marceiros, marceneiros, marnoteiros, médico da Inquisição, mercador, moleiros, notários, ourives de ouro e prata, padres, peneiros, pastores de ovelhas, pedreiros, peixeiras, pisoeiros, procuradores, religiosos professos/Mendicantes, rendeiros / ciseiros, sapateiros, sirgueiros, solicitadores, sombreireiros (barreteiros), subscreventes, surradores, tecelões, tecelões de lenços, tecelões de linho, tecelões de toalhas, tecelões de veludo, tendeiros, torcedores de seda, tosadores, tratantes, vendeiros, viviam de suas fazendas, e desconhecidos e sem profissão⁸⁷⁵.

Quadro N.º 16 - Lista com o número de cristãos-velhos denunciados por judaísmo na província de Trás-os-Montes no século XVI⁸⁷⁶:

Localidades	Culpas insuficientes	N.º de averiguações posteriores	Mandato de prisão	Total
Arcozelo	-	-	-	0
Bragança	7	2	-	9
Carção	4	-	-	4
Chacim	1	-	-	1
Chaves	3	3	2	8
Freixo de Esp. Cint.	-	-	-	0
Miranda do Douro	4	1	-	5
Mirandela	4	-	-	4
Mogadouro	-	-	-	0
Monforte	3	-	1	4
Murça	-	-	-	0
Quintela de Lampaças	-	-	-	0
Torre de Moncorvo	5	-	-	5
Vila Flor	3	-	-	3
Vila Real	4	-	-	4
Vimioso	1	-	1	2
Vinhais	1	-	1	2
Totais	40	6	5	51

Fonte: MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 158.

⁸⁷⁵ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *ob. cit.*, pp. 304-305.

⁸⁷⁶ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *ob. cit.*, p. 158.

Quadro N.º 17 - Lista dos Cristãos-Novos denunciados por judaísmo na Província de Trás-os-Montes no século XVI⁸⁷⁷:

Localidades	Culpas insuficientes	N.º de averiguações posteriores	Mandato de prisão	Total
Arcozelo	4	-	-	4
Bragança	62	12	2	76
Carção	1	-	1	2
Chacim	10	1	-	11
Chaves	7	-	-	7
Freixo de Esp. Cint.	4	-	-	4
Miranda do Douro	31	2	-	33
Mirandela	7	1	-	8
Mogadouro	31	2	-	33
Monforte	4	-	-	4
Murça	1	-	-	1
Quintela de Lampaças	1	-	2	3
Torre de Moncorvo	31	7	-	38
Vila Flor	12	-	3	15
Vila Real	24	1	-	25
Vimioso	3	1	-	4
Vinhais	16	-	3	19
Totais	249	27	11	287

Fonte: MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 258

A idade dos denunciados, estavam na casa dos vinte anos, ou então ultrapassavam os cinquenta⁸⁷⁸.

Entre os denunciados por judaísmo em Mirandela aparece Manuel Rodrigues, carcereiro nesta vila, que foi degredado para Castro Marim, por ter recebido, ele e a mulher, uma elevada quantia de dinheiro dos presos da cadeia de Mirandela pela sua liberdade e o denunciaram quando foram capturados. O judeu mercador, António Nunes havia prometido também ao carcereiro que lhe casaria a filha com um seu sobrinho⁸⁷⁹.

⁸⁷⁷ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *ob. cit.*, p. 258.

⁸⁷⁸ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 437.

⁸⁷⁹ MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *ob. cit.*, p. 347.

Em 1718 saíram no auto de Coimbra mais de cinquenta indivíduos. D. Luís da Cunha no seu *Testamento Político*,⁸⁸⁰ atribui a ruína de Trás-os-Montes em Bragança e Beira “à Inquisição prendendo uns por crime de judaísmo, e fazendo fugir outros para fora do reino com seus cabedaes, por temerem que lhos confiscassem se fossem presos, foi preciso que as taes manufacturas cahissem, porque os chamados cristão novos as sustentavão, e os seus obreiros, que nellas trabalhavão eram em grande número, foi preciso que se espalhassem, e fossem viver para outras partes”⁸⁸¹. No mesmo século, o médico, cristão-novo, Ribeiro Sanches refugiado na Rússia concordava com D. Luís da Cunha, ministro de D. Pedro II em finais do século XVII, que a Inquisição foi a causadora da destruição da indústria da seda em Trás-os-Montes e conforme consta em *Memórias Paroquiais* de 1758, o pároco Eusébio Esteves Dias informava que no termo de Mirandela havia *muita criação do bicho da seda*, sendo Mirandela, Torre de Moncorvo, Bragança, Chacim e outras vilas transmontanas grandes produtoras no desenvolvimento da indústria da sericicultura em Trás-os-Montes. Ribeiro Sanches opinava que findassem os autos da fé e o culpado fosse desterrado para as províncias ultramarinas, terminasse a distinção e nome de cristão novo, o sistema de denuncias de testemunhos encobertos que culpava inocentes e acabassem as inquirições de sangue⁸⁸².

Com a Inquisição, os judeus de poucas possibilidades económicas que não puderam rumar aos grandes centros da Europa, decidiram fixar-se nas zonas interiores de Trás-os-Montes e Beiras, onde era mais fácil o isolamento e contacto com a sua gente simples, hospitaleira e condescendente, mantendo vivas as suas tradições judaicas. Foram forçados a professar a religião católica para fugirem da Inquisição e da morte, depois denominados por Cristãos-novos, Marranos, Criptojudeus e Conversos. Iam à missa, mas na privacidade do lar e em segredo, faziam as suas orações, acendiam candeias de azeite em honra do seu Deus – Donai, mantinham assim um comportamento em público

⁸⁸⁰ AZEVEDO, Lúcio de – *História dos Cristãos Novos em Portugal*, 3.ª ed., Porto: Clássica Editora, 1989, p. 335.

⁸⁸¹ LEMOS, Maximiano - *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*, Porto: Eduardo Tavares Martins, 1911, p. 268.

⁸⁸² LEMOS, Maximiano – *ob. cit.*, p. 268.

diferente do particular, este de acordo com os seus sentimentos, com a sua crença.

Relativamente à fixação judaica no Distrito de Bragança foi muito significativa. Dominavam quase toda a actividade comercial e também pequenas indústrias domésticas. Eram eficientes e perfeitos nas profissões que exerciam criando uma produção de qualidade, o que desagradava aos cristãos, que se viam preteridos⁸⁸³. Dedicavam-se essencialmente ao comércio e indústria e raramente à agricultura, não obstante alguns possuírem propriedade rural. Tal como em quase todas as localidades de Trás-os-Montes, também em Mirandela havia um pequeno grupo étnico-religioso, constituído por judeus conversos, que se tornaram negociantes, artífices, prateiros, mercadores, médicos, tecelões, tratantes, tecelões de seda, sapateiros, etc.. Estes criptojudeus tiveram um papel preponderante na evolução económica de Mirandela, principalmente no comércio da seda, vendida em grandes quantidades na famosa Feira de Santiago em 25 de Julho⁸⁸⁴.

É significativo o número de indivíduos descendentes de judeus fixados em Mirandela. Seguem-se as listas manuscritas e impressas dos judeus naturais ou residentes nesta vila com diversificadas profissões que saíram nos autos da fé da Inquisição de Lisboa, Évora e Coimbra nos séculos XVI, XVII e XVIII⁸⁸⁵.

⁸⁸³ GUERRA, Luís Bivar - *Os Judeus no Artesanato, nas Profissões Liberais e no Comércio no Distrito de Bragança*. Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 475-476.

⁸⁸⁴ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. V, pp. 113-124; AZEVEDO, Lúcio de – *História dos Cristãos Novos-Portugueses*, 3.ª ed., Porto: Clássica Editora, 1989, pp17-18.

⁸⁸⁵ ALVES, Francisco Manuel – *ob. cit.*, vol. V, pp. 113-116.

Quadro N.º 18 – Lista de *Cristãos-novos referenciados nos autos da fé* da Inquisição de Lisboa, Évora e Coimbra nos séculos XVI, XVII e XVIII

Inquisição de Lisboa

N.º	Nome	Prof. ou estado	Nat.	Residência	Idade/na.	Data do Auto
1313	Francisco Gabriel	Sapateiro	Freixo de Numão	Mirandela	62 anos	1724/05/06

Fonte: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, p. 113.

Inquisição de Évora

N.º	Nome	Prof. ou estado	Nat.	Residência	Idade/na.	Data do Auto
1314	Jorge Mesquita Pereira	Ourives de prata	Mirandela	Castro Marim	22 anos	1701/07/04

Fonte: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, p. 113.

Inquisição de Coimbra

N.º	Nome	Prof. ou estado	Nat.	Residência	Idade/na.	Data do Auto
1315	Manuel Pereira de Mesquita	Prateiro	Mirandela	Chacim	45anos	1701/12/18
1316	Maria Pereira Cardoso	Mercador	Mirandela	Chacim	33 anos	1704/03/02
1317	António Lopes Pereira	Médico	Mirandela	Bragança		1706/06/25
1318	Francisca da Conceição	Solteira	Mirandela	Chacim	28 anos	1706/06/25
1319	Maria de Oliveira	Casada	Mirandela	Santulhão	31 anos	1706/06/25
1320	Leonor de Oliveira	Casada			30 anos	1706/11/18
1321	José Rodrigues Lima			Tendeiro	31 anos	1711/06/21
1322	Diogo Lopes	Mercador			33anos	1711/06/21
1323	Maria de Oliveira	casada com Tecelão de sedas	Mirandela	Bragança	21 anos	1711/06/21
1324	Leonor de Oliveira	casada com mercador	Vila Flor	Mirandela	62 anos	1713/08/06
1325	Branca de Oliveira	Solteira	Vila Flor	Mirandela	51 anos	1713/08/06
1326	Manuel Lopes	Tecelão de sedas	Mirandela	Bragança	25 anos	1718/06/19
1327	Francisco Pereira Dias	Mercador	Mirandela	Tondela	49 anos	1727/05/25

Fonte: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, pp. 114-115.

Quadro N.º 19 - Listas Manuscritas:

Inquisição de Coimbra						
N.º	Nome	Prof. ou estado	Nat.	Residência	Idade/na.	Data do Auto
1328	Garcia Álvares	meio cristão-novo Tratante				1584/11/25
1329	Isabel Dias	casada com mercador	Mirandela	Porto		1660/05/23
1330	António Lopes Pereira	Médico	Mirandela	Bragança		1706/07/25

Inquisição de Coimbra						
1331	Francisca da Conceição	Solteira	Mirandela	Chacim	28 anos	1706/07/25
1332	Gabriel Pereira da Fonseca	Médico	Solteiro		27 anos	1708/01/26
1333	Josefa Maria	Viúva	Mirandela	Porto	59 anos	1727/11/14
1334	Francisca de Morais	Viúva	Mirandela	Braga	51 anos	1727/11/19
1335	Francisca Henriques	Casada			55 anos	1730/10/27

Fonte: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, pp. 115-116.

Cristãos-novos oriundos de Mirandela residentes em outras terras que saíram nos autos da fé da Inquisição de Coimbra

134	Domingos Lopes (1720)
1445	António José Pimentel (1753)
1451	Francisco Rodrigues (1694)
1611	Baltazar Lopes (1683)
1618	João Lopes (1685)

Fonte: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3ª ed., Bragança: Tipografia Académica, 1983, vol. V, p. 116.

O último auto-da-fé que penalizou judeus mirandelenses efectuou-se em 27 de Outubro de 1730. O último a nível nacional realizou-se em 12 de Maio de 1747. Quanto ao número de listas dos judeus sentenciados a nível geral, está longe de ser completo, não obstante ser já considerável⁸⁸⁶.

3. Relações Entre Grupos Sociais

3.1. A Vizinhança

Os conflitos sociais resultantes das principais crises sociais ocorridas em Portugal estão ainda pouco estudados. As revoltas populares constituem três tipos: urbanas, rurais e mistas. Abarcavam sectores públicos e privados, havendo conflitos que se estendiam desde tensões internas entre os mesmos grupos sociais e com outros diferenciados. Eram frequentes as rivalidades existentes entre os nobres, que disputavam o poder a nível local e regional. Havia disputas urbanas de carácter minoritário e os grupos majoritários que viviam na cidade. Existiam conflitos entre a nobreza feudal e a senhorial que

⁸⁸⁶ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, PERES, Damião (Dir.), Porto: Portucalense, 1920, vol. II, p. 355.

explorava os trabalhadores rurais com base nos privilégios e imunidade. Nos centros rurais os conflitos sociais eram frequentes entre grupos rivais liderados pela nobreza e também entre camponeses e senhores detentores de extensas propriedades⁸⁸⁷.

Em finais do século XVII, as relações entre a nobreza e o povo das aldeias de Carvalhais, Lamas de Cavalo, Mascarenhas, Mourel, Pousadas, Vale Bom, Vale Pereiro e Vilar de Ledra do concelho de Mirandela não eram das melhores. Os habitantes destas freguesias em 1692 comunicaram ao monarca D. Pedro que o marquês de Távora, António Luís de Távora os vexava retirando-lhe as propriedades, com o pretexto de estarem devolutas e terem faltado ao compromisso de as venderem sem autorização sua, atendendo que se encontravam em sua posse desde tempos imemoráveis, pelo que os vizinhos não as podiam comprar nem vender sem o seu conhecimento. Face a esta situação, o povo destas aldeias comunicou ao monarca que não confiava nos juizes a ministrar a questão judicial, pelo que pedia lhe fizesse mercê da contenda ser ministrada pelo Corregedor Civil da Relação do Porto. Após uma informação recolhida do Desembargador da Relação da Casa do Porto, do juiz do tombo e procurador dos Távoras, acedeu ao pedido do povo das referidas aldeias e ordenou que fosse um juiz privado a tratar da questão⁸⁸⁸.

Tudo indica que as relações entre proprietários e jornaleiros de Mirandela não corriam da melhor forma, o que levou a autarquia a tomar

⁸⁸⁷ MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1985, p. 172-173.

⁸⁸⁸ *Tombo I do Tombo de Mascarenhas da Casa dos Távoras no ano de 1743-1753*; (SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 379.)

Já em 1483 tinha havido uma contenda entre o marquês de Távora, Pero Lourenço de Távora e os moradores de Mirandela e arrabaldes por causa de várias terras que seu pai tinha comprado. Emprazou a aldeia de Carvalhais a oito caseiros, que não os podiam comprar, nem vender sem sua autorização, de que resultou uma contenda entre ambas as partes, o que só veio a ser resolvida pelo seu filho Álvaro Pires de Távora e sua mulher e os litigantes, que chegaram a um acordo amigável, em que este desistiu da demanda. Em carta datada de 1498 o monarca D. Manuel ordenou que na repartição dos casais fosse dado um ao marquês Álvaro Pires de Távora, pela sua boa prestação de serviços à coroa; in SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, pp. 277- 282.

medidas nesse sentido, como se verifica em sessão de vereações da câmara de 25 de Julho de 1719 em que os jornaleiros voltam a ser alvo de interesse por parte dos oficiais camarários e vereadores municipais abrangendo também proprietários. Tinham como objectivo tornar cumpridores os jornaleiros nos serviços que se comprometiam fazer e faltavam, bem como os proprietários que chamassem os obreiros para o serviço e desistissem deles. Os prevaricadores ficavam sujeitos a coimas. Todo o obreiro que fosse chamado por qualquer pessoa para fazer determinado serviço, se compromettesse a fazê-lo e faltasse pagaria multa de doze vinténs pela primeira vez. Se reincidisse pagaria pela segunda vez uma moeda nova. Se não saldasse a multa ficaria detido na cadeia e só seria libertado após o seu pagamento. A terça parte da multa era destinada a quem o denunciasse. Contrariamente, se o jeireiro fosse contactado por proprietário para ir trabalhar e lhe não desse que fazer a jeira devia ser paga a dobrar. Uns e outros deviam queixar-se ao juiz que os obrigaria a cumprir e caso o não fizessem seriam presos. E faltando o juiz a esta diligência seria ele próprio a pagar a multa. Esta legislação camarária era apregoada na vila de Mirandela e terras que faziam parte do concelho para todos terem dela conhecimento e não haver motivo do seu não cumprimento⁸⁸⁹.

Aquando da revisão feita às câmaras da comarca de Trás-os-Montes, o corregedor José António de Sá, constatou em 1790 que a câmara de Mirandela agia em interesse próprio, afastando-se da lei vigente, abusando dos munícipes. Uma das profissões visadas eram os lavradores, porque quando se procedia a vistorias solicitadas por eles, a edilidade cobrava grandes prestações pecuniárias a seu arbítrio. Quando o lavrador requeria uma vistoria, o que aconteceu com frequência, era costume cada vereador da câmara levar oitocentos réis e o escrivão mil e duzentos. Muitas vezes, para além desta violência ainda eram condenados, para isso, bastava que tivessem alheado uma peque nesga de terreno. Enquanto este foi juiz de Fora da comarca de Moncorvo, nunca consentiu que tal acontecesse. Porém, após a sua ida para Lisboa, a câmara de Mirandela voltou ao seu antigo costume de cobrar

⁸⁸⁹ SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1970, vol. I, pp. 85-86.

elevadas quantias pelo serviço dos edis, o que trazia grandes vexações aos lavradores, pois que muitas vezes o rendimento da exploração da terra não chegava. Coube então ao corregedor, José António de Sá estabelecer um provimento para que as câmaras não condenassem os lavradores a elevadas coimas por alargarem as suas propriedades tomando pequena porção dos caminhos, mas sim obrigá-los a repor tudo como antes se encontrava⁸⁹⁰.

3.2. Tensões Sociais Interconcelhias

Desde longa data que houve no concelho de Mirandela incompatibilidades entre os vários grupos sociais⁸⁹¹.

Em finais do século XVIII, era enorme o desfasamento entre a legislação camarária aplicada e a realidade social da época. As Posturas e Acórdãos que tinham como objectivo defender o bem comum encontravam-se obsoletos, anacrónicos e o povo sentia-se oprimido por leis injustas que lhe eram impostas. Por sua vez os ministros das comarcas, juizes de fora, escrivães e outros oficiais, sob diversos pretextos, faziam condenações violentas ao povo. Eram muitos os abusos praticados a este estrato social, principalmente ao lavrador e população rural em geral que tinham de pagar tributos régios e particulares, directos e indirectos, sujeitos a diversos tipos de escravidão entre elas as penhoras pelos corregedores e as condenações pelas câmaras. Eram também afectados os artífices nomeadamente oficiais mecânicos-mestres, sapateiros, tecedeiras e fiandeiras da seda, carpinteiros, alfaiates, taberneiros, lagareiros, criados de servir, vendeiros e moleiros. A câmara impunha um grande número de coimas e licenças obrigatórias por livre arbítrio. Segundo António José de Sá, Corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo, detectou

⁸⁹⁰ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º 1 e n.º 2), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150.

⁸⁹¹ Em carta de D. Dinis de 10 de Janeiro de 1323, conhece-se que os cavaleiros, escudeiros e outras pessoas nobres dos concelhos de Mirandela, Chaves, Miranda, Montalegre, Monforte de Rio Mau, Vinhais e Torre D. Chama usavam de grande violência uns contra os outros. Não podendo lutar directamente corpo a corpo, o faziam derrubando casas, cortando árvores, obstruindo caminhos, matando seus criados sem culpa alguma. O mesmo manda que os mesmos terminem com esse tipo de relação, que só os prejudica e determina que os juizes lhes apliquem a justiça devida; “Carta criticando a violência que os fidalgos usavam uns contra os outros”, *Chancelaria de D. Dinis*, 1323, Liv. 3, fl. 148; SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, 1983, vol. II, p. 255.

um sem número de irregularidades das câmaras e muita prepotência por parte dos magistrados. Para combater estas fraudes, anulou as irregularidades decididas pelos magistrados da comarca e limita-lhes os poderes arbitrários. Proibiu que fossem utilizados contra o povo “meios despóticos e absolutos contra o direito natural e impede que ninguém seja condenado sem ser ouvido”⁸⁹².

O povo de Mirandela queixou-se em 1790 ao Corregedor que a câmara de Mirandela obrigava os lavradores e oficiais mecânicos a tirarem Cartas e Regimentos da sua profissão, o que lhes ficava muito dispendioso. Esta exigência estendia-se também aos taberneiros, mestres, tecedeiras, fiandeiras de seda e outros profissionais, que no caso de não possuírem a referida carta e regimento sofriam significativas condenações pecuniárias que iam de dois mil réis ou mais a seu arbítrio. Para tirarem cartas e regimentos tinham de pagar sete, oito ou dez tostões, o que era em demasia para as suas fracas posses. Ora esta precisão financeira levava a que os oficiais saíssem de Mirandela e se fixassem em freguesias de outros concelhos da região. Desesperados com esta situação porque não tinham como pagar as fiandeiras e tecedeiras queixaram-se ao corregedor que, o preço a pagar pela carta era superior a mais de dois meses de trabalho e, como tal, tinham sido obrigadas a sair da sua aldeia na procura de melhores condições de vida. Face ao ocorrido, o corregedor interveio e ordenou que as cartas fossem passadas àqueles que as requeriam e se destinassem somente a mestres que desejavam trabalhar em público e nunca às fiandeiras e tecedeiras da seda que, como todos sabiam, não eram mestres. Em sua opinião, os abusos perpetrados dos oficiais camarários só serviam para prejudicar a indústria da seda e aumentar o rendimento da câmara. Aconselhava então que aos ofícios de carpinteiro, sapateiro, alfaiate e outros, se passasse de forma simples e rápida a carta que necessitavam. E quando qualquer artífice quisesse usar livremente a sua profissão devia requerê-lo à câmara, que determinaria que fosse examinado pelo juiz do ofício e caso estivesse apto lhe fosse passada a referida carta,

⁸⁹² SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, vol. IV, 1974, p. 9.

assinada pela edilidade e seus oficiais e o escrivão não levaria mais que o estipulada no seu Regimento. Para terminar com os conflitos entre a edilidade e os trabalhadores determinou o corregedor que todos os ofícios fossem registados em acórdãos e posturas relativamente às taxas públicas. Determinou que quando fossem elaboradas ou aumentadas cabia ao escrivão da câmara fazer editais e mandá-los fixar em lugares públicos das freguesias

893

Uma outra ofensa frequente feita pelas câmaras ao povo era a eleição do juiz de vintena. Elegiam homens necessitados, por vezes miseráveis, de humilde condição, nomeadamente criados de servir, moleiros, lagareiros, etc.. O cargo era vexatório pelas obrigações impostas pela justiça e vereadores, pelo qual não elegiam pessoas ricas e capazes, e se isso acontecia, por meio de subornos e empenhos, tratavam de o impedir. Uma das suas atribuições era participar ao juiz de fora os factos ocorridos durante a noite referentes a ferimentos feitos a devassas e se o não fizesse era preso. Uma outra sua obrigação era tratar da aposentadoria dos ministros, o que acarretava aos juizes de vintena um grande trabalho, quer no alojamento das tropas, como arranjar alfaias necessárias. Quando não apresentavam grande número de coimas eram também condenados pelo juiz e provedor⁸⁹⁴.

Era usual as câmaras percorrerem os lugares do concelho para vereações e obrigavam a que uma ou duas pessoas de cada fogo assistisse a essas sessões camarária. Ora esta obrigatoriedade fazia com que os escolhidos fossem privados do trabalho, na altura das sessões. Além deste acto eram ainda convocados para participar em outros concelhos, que ficavam a duas, três, ou mais léguas de distância, o que criava grande incómodo aos lavradores do lugar que eram obrigados a dar a sua casa como aposentadoria, o que lhes trazia grandes despesas sem terem possibilidades para tal. Perante

⁸⁹³ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º 11- Cartas Regimentos e Officios Mechanicos), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

Sousa, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, vol. IV, 1974, p. 31.

⁸⁹⁴ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º 9 - Cartas Regimentos e Officios Mechanicos), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

tal situação, o corregedor ordenou que os oficiais da câmara não mais obrigassem o povo a assistir a este tipo de vereações.

Uma outra prevaricação da câmara de Mirandela era a guarda dos rendimentos que constituíam o património imóvel do município, cabendo a terça parte à Coroa. Era nesta área que a edilidade mais se excedia com condenações, e como consequente o grande aumento dos rendimentos do concelho em detrimento dos da coroa e dos munícipes. Também do ponto de vista administrativo havia uma grande desordem na câmara de Mirandela. Chegou a não haver na câmara tesoureiro e todas as despesas feitas, eram ao arbítrio do juiz de fora, sem consultar, ouvir e assinarem os vereadores. O mesmo corregedor da Comarca de Moncorvo, considerando que os rendimentos públicos e negócios do concelho se encontravam em total desordem e abandono, em transgressão com as leis vigentes, decidiu providir a fim de lhes por termo⁸⁹⁵.

Denota-se a existência de alguma hostilidade entre lavradores e câmara, entre esta e os artífices, entre os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais, entre os pobres e os ricos, o que levou os mais necessitados a fixarem-se noutros povoados fora do termo de Mirandela.

⁸⁹⁵ SÁ, José António de – *Memória dos Abusos*, (Capítulo n.º3 n.º 9 - Cartas Regimentos e Officios Mechanicos), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos n.º 150, 1790.

CONCLUSÃO

Chegados ao final desta investigação, torna-se imperioso que façamos uma breve reflexão sobre tudo o que foi escrito. A nossa escrita tinha como pretensão dar a conhecer melhor a terra e as gentes do concelho de Mirandela ao longo da centúria de setecentos.

Procurámos aprofundar as questões como a (re)organização do espaço, as articulações no interior de uma rede urbana. Reflectimos sobre as acções agro-pastoris e silvícolas, bem como os homens e mulheres que protagonizaram aqueles processos, tendo em atenção as suas diferenças sociais.

Estamos convictas que muitas facetas da história de Mirandela ficaram na penumbra, mas tal deve-se sem dúvida à insuficiência de fontes que muitas vezes procurámos colmatar fazendo um estudo mais alargado e incluindo, sempre que possível, o estudo da região do Nordeste transmontano. Esta opção acabou por nos ajudar a fazer algumas generalizações necessárias.

Mesmo assim cremos ter dado alguma luz sobre os aspectos económicos, sociais e culturais que tentámos ir descobrindo ao longo dos cinco capítulos que agora iremos sintetizar através dos dados que nos foram sendo fornecidos pela análise da documentação.

Iniciámos a nossa tese de doutoramento inserindo Mirandela na Província de Trás-os-Montes com a topografia do concelho. Abordámos a sua caracterização territorial e localização geográfica. Passámos depois ao estudo da paisagem rural iniciada pelos edifícios. Começámos pela casa, normalmente constituída pelo rés-do-chão e primeiro andar; casa eira que reflectia o estatuto social de cada morador, adequada ao meio e materiais de construção existentes na região. No Nordeste transmontano predominava a propriedade colectiva.

O corregedor Columbano Ribeiro de Castro da Comarca de Torre de Moncorvo em que Mirandela se inseria, determinou que os baldios dos concelhos fossem repartidos pelo povo, se arroteassem e cultivassem para desenvolvimento da agricultura. Segundo o referido corregedor, os mirandelenses mais desfavorecidos encontravam-se a viverem uma situação

difícil, e ao serem pressionados pelos mais abastados decidiram vender-lhos e ficarem sem horta.

Em 1796, Columbano Ribeiro de Castro informou que havia grande quantidade de baldios em Trás-os-Montes que deviam ser semeados e plantados de árvores, fonte de riqueza, para desenvolvimento da economia local. Aconselhou ao desenvolvimento da indústria por haver em Trás-os-Montes abundância de matérias primas, indispensáveis ao progressos da economia agrícola rural. O mesmo autor preconizou a plantação de oliveiras e vinha nesta região, com solo adequado a essas culturas, opinião posta em prática pelos agricultores de Mirandela. Informa serem plantadas nesta vila muitas espécies de árvores em terrenos públicos baldios, sujeitos a pagamento de foro, sendo-lhe extinto o foro perpétuo, com base na requisição feita pelos lavradores do concelho ao intendente geral da polícia, que através do corregedor da comarca os extinguiu.

Para além da cultura dos cereais, olivais e vinha havia a das hortas, pomares, linhais e ferragiais, indispensáveis na alimentação de pessoas e animais.

Outra produção importante do Nordeste transmontano era a da seda, comercializada na famosa Feira de Santiago em Mirandela em 25 de Julho, por compradores vindos de diversos pontos do país. Nas “Memórias Paroquiais de Mirandela” de 1758, o padre Eusébio Dias informa que no termo desta vila se produzia muita criação do bicho da seda, que entrou em declínio na década de setenta do século XVIII devido à seda ser de inferior qualidade. Quanto à produção do linho cânhamo era muito significativa em Mirandela, referenciada a sua canameia, onde se semeavam quarenta alqueires de sementeira de linhaça. Apresenta-nos uma importante descrição de Mirandela no âmbito económico, político, social, cultural e religioso.

Debruçámo-nos sobre comunitarismo agro-pastoril e constámos que existiu em Mirandela o sistema de pastoreio comunitário de gado bovino, ovino, caprino, cavalari e suíno guardados pelo *vezeiro*, submetidos a pesadas coimas se os animais fossem encontrados em searas, vinhas e olivais. Há referência de um extenso baldio em Mirandela, prado e eira, onde toda a população podia levar a pastar o gado e fazer a debulha dos cereais.

Além da agricultura, uma outra actividade comum desenvolvida era a caça e a pesca. Relativamente à caça, caçava-se com abundância perdiz, coelho bravo, lebre e javali nos montes, outeiros e planícies. No tocante à pesca, pescava-se no concelho de Mirandela grande variedade de peixe de água doce no rio no Tua, Rabaçal e Tuela, salientando a truta pescada a montante, o sável e o ciclóstomo denominado por lampreia a jusante. Tanto a caça como a pesca faziam parte da alimentação habitual do povo, mas somente para consumo próprio.

No que concerne à pecuária, era um importante complemento da agricultura, muito relevante na economia regional. Para aumento de riqueza do agricultor, era necessário haver todo o tipo de gado para prestação de serviços, produção e fornecimento de carne, vários tipos de fumeiro, leite e seus derivados e ainda para desenvolvimento da indústria de laticínios, têxteis e curtumes. Em paralelo à pecuária estava a pastorícia, que se fazia também em regime colectivo, que em Mirandela abrangia o gado bovino, ovino, caprino, cavalariço e suíno a cargo do *vezeiro* durante as pastagens.

Aludimos a seguir a economia dos produtos naturais no âmbito animal, vegetal e mineral, que nos últimos anos do reinado de D. João V foi de grande prosperidade. Com D. José houve um certo progresso em diversos factores através das iniciativas agrícolas, comerciais e industriais desenvolvidas pelo Marquês de Pombal. Recorreu-se neste período à exploração de recursos subterrâneos. Fez-se o aproveitamento hidráulico em Mirandela, fértil em nascentes e fortes caudais do rio Tua, Rabaçal e Tuela. Construíram-se fontes e aproveitaram-se as antigas. Junto dos rios e ribeiras construíram-se moinhos e azenhas. Fez-se a extracção de minérios nos vários filões existentes no concelho de Mirandela. Na própria vila explorou-se ouro nas águas do rio Tua. Explorou-se também nas aldeias do concelho prata, ferro, estanho, chumbo e antimónio.

Relativamente à produção industrial, foi durante séculos artesanal e de débil produção. Os proprietários dessa indústria eram denominados por fabricantes e eram em grande número. Era artesanal ou doméstica e a matéria prima utilizada era normalmente local.

Os transportes e vias de comunicação eram escassas e difíceis.

Existia em cada casa uma modesta manufactura. José António de Sá, Juiz de Fora de Torre de Moncorvo informa que as indústrias em Trás-os-Montes eram reduzidas, até mesmo as mais necessárias. Alude que neste período se encontravam pouco desenvolvidas, apesar de haver na região abundância de matérias primas.

As mais importantes indústrias de Mirandela eram a da cortiça, cerâmica, aguardente, sabão, soqueira, tanoeira, chapelaria, curtumes, lanifícios, ourivesaria, têxteis: seda e linho. No respeitante à indústria alimentar em Mirandela faziam parte dela a indústria moageira, de panificação, de carnes e açougue e de enchidos ou fumeiro.

Quanto à circulação e distribuição de produtos abriram-se estradas entre Mirandela e Chaves, Mirandela e Vila Real e do Marão. Foram de extrema importância para a economia inter-regional, pondo em contacto esta região com o Minho, Porto, Beira e Espanha. As maiores transacções comerciais de Mirandela e Nordeste Transmontano com o centro e Sul do país efectuava-se através do rio Douro e estrada da Beira a Mirandela, mais tarde pela estrada de macadame de Vila Real a Bragança e estrada de Chaves a Vila Flor. No tocante aos caminhos eram maus e com muitas pedras. Havia falta de pontes em Mirandela e a ligação entre as margens dos rios fazia-se nas barcas de passagem. Como meio de transporte terrestre usavam a cavalgadura e a carreta em madeira, a mais adequada a caminhos estreitos e veredas. Neste caso, os almocreves desempenharam um papel importante na troca de produtos entre a região costeira e o interior do país. A ligação do interior transmontano e o litoral fazia-se por via terrestre, mas também através do rio Douro, navegável da cidade do Porto até S. João da Pesqueira, depois navegável acima desta localidade, após ser rebentado o penedo do Cachão da Baleira que impedia a circulação fluvial no Douro e que muito contribuiu para a deslocação e escoamento do vinho do Porto.

Na última década do Setecentos, no concelho de Mirandela foram providas várias estradas, também desta vila ao Porto e a outras localidades de Trás-os-Montes.

O apoio aos viajantes, era-lhes dado pelas estalagens distribuídas por todo o país, destinadas a fornecer comida, lenha e roupa de cama aos cavaleiros e caminheiros, às cavalgaduras forneciam palha e grão de cereal.

Em Mirandela era concedida às estalagens e estalajadeiros uma carta profissional. Estes comprometiam-se a disponibilizarem aos viajantes cama com roupa e alimentação, cevada à cavalgadura. Almocreves e mercadores, deslocavam-se de feira em feira, de região em região para compra e venda de produtos. O maior comércio fazia-se nas feiras, que em Mirandela se realizavam na praça do município. Eram mensais e anuais, onde afluía grande número de pessoas do concelho e dos mais próximos para aquisição e venda de produtos comestíveis de maior consumo e de gado. Em paralelo à feira, as relações comerciais faziam-se com a cidade do Porto, Minho, Beira e Espanha por via terrestre e fluvial, sendo o vinho, azeite e frutos os produtos que mais se comercializavam, havendo no entanto uma gama de produtos muito variada.

A comunidade judaica fixada em Mirandela desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento da indústria da seda e sua comercialização. A indústria das “Alheiras de Mirandela” foi também muito significativa.

No tocante a pesos e medidas, na última década do século XVIII as medidas em Mirandela eram de grande irregularidade, com prejuízo para os compradores que pretendiam fossem igualadas às de Trás-os-Montes. Era comum usarem como padrão de medida a *rasa* dos Távoras que levava cinco quartas, em vez da do povo, que só levava quatro.

No respeitante à população verificámos que em princípios do século XVIII houve um decréscimo populacional no concelho de Mirandela provocado pelas crises de mortalidade infantil e intensa emigração para o Brasil. A partir da década de setenta houve um aumento considerável originado pela deslocação de alguma população das aldeias para a vila.

Quanto à densidade populacional em Mirandela foi desde longa data baixa.

Relativamente à sociedade, predominava o clero secular.

Em Mirandela fixou-se o clero regular que mandou construir um mosteiro da Ordem da Santíssima Trindade, que se dedicava ao ensino, saúde e prática religiosa.

Quanto à nobreza houve diversas famílias mirandelenses nobres.

O povo trabalhava normalmente na agricultura e manufactura e na base da pirâmide social encontravam-se os criados, pastores e jornaleiros.

Entre a nobreza e o povo havia a classe média, constituída por burgueses, funcionários públicos, quadros médios do exército e outros.

No que concerne aos judeus o seu papel no desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes foi de extrema importância. Activaram o comércio e tornaram a indústria da seda nesta região a mais importante do país. Em Mirandela distribuía-se por diversas profissões com predomínio no comércio.

No respeitante às relações entre os grupos sociais de clero e nobreza do concelho de Mirandela houve conflitos originados pela posse da terra, que ambos os grupos reclamavam para si. Entre a edilidade e alguns munícipes existiram também conflitos provocados pelo excesso de impostos, coimas e licenças que o povo tinha de pagar indevidamente.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

I – Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – *Dicionário Geográfico* – 1758: Apêndices Documentais.

ALVAREDO, António Feliz – *Sesulfe*, D. G., vol. 35, mem. 155, pp. 1171-1174, mf. 584.

FERNANDES, Bartholomeo - *Chelas*, D. G. vol. 11, mem. 304, pp. 2119-2121, mf. 320.

Cabanelas, D. G., vol. 8, mem. 7, pp. 37-38, mf. 311.

CAMPOS – Filipe Luís de – *Cedães*, D. G. vol. 10, mem. 247, pp. 1663-1664, mf. 321.

CORREA, Domingos - *Brinço*, D. G. vol. 7, mem. 67, pp. 1219-1220, mem. 301, mf. 301.

DIAS, Eusébio Esteves – *Mirandela*, D. G., vol. 23, mem. 156, pp. 1031-1040, mf. 456.

FERRO, Manoel Martins – *Carvalhais*, D. G. vol. 9, mem. 173, pp. 1099-1100, mf. 312.

RODRIGUES, Francisco - *Alla*, D. G., vol. 1, mem. 63, pp. 437 a 438, mf. 222.

GOUVEA, Domingos – *Brinçó*, D. G., vol. 7, mem. 67, pp. 1219-1220, mf. 301.

HENRIQUES, João – *Mascarenhas*, D. G., vol. 32, mem. 76, pp. 537-538, mf. 350.

MARQUES, António – *Romeu*, D. G., vol. 32, mem. 154, pp. 945-947, mf. 750.

MARQUES, Manuel de Almendra - *Trindade*, D. G., vol. 37, mem. 112, pp. 1129-1132, mf. 701.

MACHADO, Francisco Borges – *Abambres*, D. G. vol. 1, mem. 3, pp. 11-17, mf. 226.

Miradezes, D. G., vol. 42, mem. 189, p. 91, mf. 631.

MORAIS, Silvestre de – *Cedaínhos*, D. G. vol. 10, mem. 248, pp. 1665-1666, mf. 321.

PEREIRA, Manuel – *Caravellas*, D. G. vol. 9, mem. 125, pp. 823-825, mf. 312.

PINTO, Belchior – *Freixeda*, D. G., vol. 16, mem. 169, pp. 1037-1038, mf. 325.

PINTO, Luís de Faria – *Vilar de Ledra*, D. G. vol. 41, mem. 289, pp. 1773-1774, mf. 0754.

Quintas de Mirandela, D. G. vol. 30, mem. 17, pp. 103-104, mf. 576.

RODRIGUES, Domingos – *Avantos*, D. G. vol. 5, mem. 41, pp. 793-794, mf. 290.

RODRIGUES, Pedro - *Pousadas*, D. G. vol. 30, mem. 252, pp. 1905-1910, mf. 576.

RODRIGUES, António – *São Salvador*, D. G., vol. 33, mem. 62, pp. 415-416, mf. 564.

SÁ, Miguel Rodrigues de – *Alvites*, D. G. vol. 3, mem. 46, pp. 353-358, mf. 295.

SALGADO, António Gomes – *Vale de Lobo*, D. G., vol. 38, mem. 31, pp. 163-164, mf. 585.

SARMENTO, Francisco José de Morais - *Contins*, D. G. vol. 11, mem. 337, pp. 2561- 2562, mf. 320.

SARMENTO, Duarte Ferreira – *Vila Nova de Mirandela*, D. G. vol. 40, mem. 241, pp. 1461-1463, mf. 700.

Vale de Telhas, D. G. vol. 38, mem. 65, pp. 333-334, mf. 0585.

Vila Verde dos Alemães, D. G. vol. 40, mem. 269, pp. 1645-1646, mf. 700.

ZEDO, José de Faria – *Vale de Salgueiros*, D. G. vol. 38, mem. 60, pp. 313-314, mf. 0585.

Fontes de Consulta

“Aumento de População”, *Livro 2 de Doações de D. Afonso III*, 1285, fls. 89.

“Carta de Feira”, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. II, 1295, fol. 116, e Liv. III, 1304, fol. 32.

“Carta de Doação da Vila de Mirandela por D. Dinis a D. Branca Lourenço” *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, 1306, fl. 49v.

“Carta criticando a violência que os fidalgos usavam uns contra os outros”, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, 1323, fl. 148.

“Confirmação dos Privilégios e Liberdades ao Concelho de Mirandela”, Gaveta 3, maço 12, 1452, nº 5.

“Encorporação da Igreja de Santa Maria de Mirandela na Ordem de Cristo”, *Chancelaria de D. João III*, Liv. 30, 1527, fls. 164.

“Privilégios”, *Chancelaria de Filipe II*, Liv. 2, 1615, fl. 49.

“Alvará acerca das Cabras”, *Chancelaria de Filipe III*, Liv. 17, 1626, fl. 51v.

“Provisão autorizando fazer feira em Torre D. Chama”, *Chancelaria de D. José*, Liv. 44, 1751, fol. 351.

“Provisão para ser nomeado professor das Primeiras Letras em Mirandela um Religioso Trino Descalço”, *Chancelaria de D. Maria I*, Liv. 15, 1779, fl. 118.

“Regalias do Monteiro mor”, *Chancelaria de D. Maria I*, Liv. 43, 1794, pp. 218v e 219.

“Provisão referente à barca de passagem do rio Tua em Chelas”, *Chancelaria de D. João VI*, Liv. 11, 1809, fl. 269v.

II – Mirandela

Arquivo Histórico Municipal:

Livro de Actas de Vereações da Câmara, 1688-1695.

III - Bragança.

Museu Regional do Abade de Baçal. *Foral Manuelino de Mirandela* – Inventário n.º 125.

Arquivo Distrital de Bragança:

Ms. *Capelas*:

Capela de Santo António de Mirandela, 1659, Cx. 38, Doc. 098.

Capela de Santiago de Mirandela, 1630, Cx. 38, Doc. 096.

IV - Braga

Arquivo Distrital de Braga

CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *Documento do Columbano Ribeiro de Castro, 1796, Oferta do autor a José de Seabra da Silva em Lisboa, 8 de Janeiro de 1797, O Juis Comissario da Divisão das Comarcas e districtos da Provincia de Tras-os-Montes, Columbano Ribeiro de Castro, juis comissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos.* ms. 908.

CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Nova Demarcação e Regulação das Comarcas e Districtos de Tras-os-Montes, feita no ano de mil setecentos e noventa e seis pelo Bacharel Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juis comissario desta divisão, conforme o disposto na lei de mil setecentos e noventa, alvará de mil setecentos e noventa e dous, e resolução de V. Magestade de mil setecentos e noventa e três, havendo atenção às representações das Camaras e Ministros informante.* ms. 908.

Lamas de Orelhão – *Santa Cruz, Tombo desta Egreja, 1519, Caix. 276, N.º 1.*

V - Porto

Biblioteca Pública Municipal do Porto

BARROS, João de - *Descrição de antre Douro e Minho e Trallos Montes*, Códice n.º 549, e *Summa de Geographia da Comarca dentre Douro e Minho e tras os Montes em as coais contem outras cousas notaveis*, Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1789.

CASTRO, Columbano Ribeiro de - *Descrição da Provincia de Tras os Montes, suas comarcas e população no anno de 1796*. ms. 186 e 486 (cópia).

CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Descrição da provincia de Tras-os-Montes, suas comarcas e população, feita no anno de 1796*, Biblioteca Pública do Porto, ms. 186, s/p.

VI – Vila Real

Arquivo Distrital de Vila Real

CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de Castro - *Demarcação da Província de Tras-os-Montes*

Mappa do estado actual da província de Tras-os-Montes, feito no anno de mil setecentos noventa e seis pelo desembargador Columbano Pinto Ribeiro de Castro, juiz commissario da sua demarcação, conforme as informações dadas pelas camaras, juizes das terras e parocos; Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da provincia de Tras-os-Montes. D02 / C 020 / E06 / P4 / UD. CX TCM – 01.

VII – Bibliografia Impressa

“A Batata”, *Cadernos Culturais Naturalistas, Collecção de Alimentos que curam*, Lisboa: editorial Notur, 1974, pp. 17-18.

AFONSO, Carlos Teixeira – “Alguns Elementos sobre a Indústria da Seda e das Fibras Artificiais Sintéticas (1930-1965) no Século XVI”, *Boletim Semanal da Direcção Geral dos Serviços Industriais mais importantes*, ns.º 151-154, Ano III, Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Industriais, 1968.

AGROCONSULTORES E COBA – *Carta dos Solos, Carta de Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1991.

ALEIXO, José Maria – “Mirandela”, *Revista Lusitana*, n.º XIX, 1916, pp. 138-140.

ALMEIDA, Américo de – *A Cultura da Batata em Trás-os-Montes*, Tese apresentada no II Congresso Transmontano, Porto, 1941.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, PERES, Damião (Dir.), Porto: Portucalense, 1920, 15 vols.

ALMEIDA, Luís Ferrand de – “A Propósito do Milho “Marouco” em Portugal nos séculos XVI e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, T. XXVII, 1992, pp. 103-143.

ALVES, Francisco Manuel - *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3.ª ed., Bragança: Tipografia Académica, vols. V e VI, 1983; vols IX e X, 1985, 11 vols.

AMZALAK, M. Bensabat – *A Memória Económica da Província da Estremadura*, com intr. e notas de CHICHORRRO, José Abreu Bacelar Chichorro, Lisboa; (s. n.), Gráfica Lisbonense, 1943.

ANDRADE, Rui de - 1880 a 1967 – *Lavoura Portuguesa: Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Lisboa: Afonso Augusto Rhodes Sergio, 1951.

ARAÚJO, Júlio César da Fonseca – *Boletim de Minas*, Lisboa: Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, 1912.

ARGOTE, D. Gerónimo Contador de – *Memórias para a Historia Eclesiástica do Arcebispo de Braga*, Título - “Das Paroquias e Povoações que

existião na Diocese de Braga no tempo dos Suevos”, entre 1732-1747, Lisboa: Oficina Joseph António da Silva, Livro IV, 1932.

AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*, 4.^a ed., Porto: Clássica Editora, 1988.

AZEVEDO, Lúcio de – *História dos Cristãos Novos em Portugal*, 3.^a ed., Porto: Clássica Editora, 1989.

AZEVEDO, Lúcio de – *O Maquês de Pombal e a sua Época*, 2.^a ed. Porto: Renascer Portuguesa, 1922.

BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra – do estado da agricultura e da cultura das oliveiras”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, T. I, 1990, pp. 213-216.

BAPTISTA, Manuel Dias – “Ensaio de Uma Descrição de Coimbra - Cultura do Trigo, Cevada e Milho”, CARDOSO, José Luís (Dir.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, Lisboa: Banco de Portugal, T. I., 1990, pp. 195-224.

BARROS, Henrique da Gama – QUARTIN, Graça – *Árvores de Fruto*, 3.^a ed., Lisboa: Clássica Editora.

BARROS, Henrique da Gama – “Estimativa da Produção da Fruta no Algarve, Alfarroba, Amêndoa e Figo”, *Separata da Junta Nacional de Frutas*, Lisboa: Gráfica Monumental, LDA, 1959.

BARROS, Henrique da Gama – *Estrutura Agrária Portuguesa*, Fundão: Tipografia do Jornal Fundão, 1972.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, (Dir.) SOARES, Torcato de Sousa, 2ª ed., Lisboa: Sá Costa Editora, vols. II, III, IV, V, VI e VII, 1950.

BARROS, Henrique da Gama – *O Problema do trigo*, Lisboa: Biblioteca Cosmos, 1941.

BARROS, Henrique da Gama; QUARTIN, L. – *Árvores de Fruto*, 3.ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1950.

BARROS, João de – “Geographia d’entre Douro e Minho e Tras-os-Montes”; in, *Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. V, 1919.

BENNASSEAR, Bartolomé – « Organization Municipale et communautés d’habitants en temps de peste : l’exemple du Nord de l’Espagne et de la Castille à la fin du XVI siècle ». *Villes de l’Europe méditerranéenne et de l’Europe Occidentale du Royen Age au XIX siècle. Actés du colloque de Nice* (27-28 mais). Annales de la Faculté des letres et Sciences Humaines de Nice, n.º 9-10, 1969, pp. 139-143.

BLOCH, Marc- *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris : A. Collin, 1952, pp. 218-223; *Seigneurie française et manoir anglais*, Paris: A. Collin , 1967, pp. 37-42.

BLUTEAU, Rafphael – *Vocabulario portuguez e latino*, 8 vols., pp. 1712-1721.

BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo de – *Povoação de Trás os Montes no XVI Século*, in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa: Of. Tip., vol. VII, 1909, pp. 241-290.

BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal, o Caso de Mosteiro no Século XIX*, Porto: Afrontamento, 1994.

BRITO, José Joaquim Gomes de - “A População de Lisboa”, *Dispersos*, Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses, vol. II, 1900.

Cadernos Culturais Naturalistas, Coleção Alimentos que Curam, Lisboa: Editorial Nortur, 1974.

CAETANO, Marcelo – *Manual de Direito Administrativo*, 2.^a ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1960.

CAPELA, José Viriato – *Entre Douro e Minho (1750-1830) – Finanças Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, Braga: Universidade do Minho, 1987.

CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus Municípios, Estudos Económicos Administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*, Braga: Universidade do Minho, 1995.

CARDOSO, José Luís – *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII, 1780-1808*, Lisboa: Imprensa Universitária, 1989.

CARDOSO, José Luís – *Pensar a Economia em Portugal - Digressões Históricas*, Lisboa: Difusão Editora, 1997.

CARRERA, Ceferino – *Vinho do Porto e a Região do Douro, História da Primeira Região Demarcada*, Sintra: Colares Editora, 2002.

CARVALHO, António Veloso de - *Memórias da Torre de Moncorvo, mandadas fazer pela Câmara da dita vila, etc., em 1721 a António Veloso de Carvalho para serem enviadas à Academia Real de História Portuguesa*, Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 222 (original), 1721, pp. 127-148.

CARVALHO, J. M. Teixeira de - *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.^a ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

CARVALHO, José Gonçalo Chorão de - “Estalagens e Albergarias”, *Separata da Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra: Casa do Castelo Editora, vol. III, 1950.

CARVALHO, L. S. C. *Hidroprojecto*, C.M.M., Mirandela, s/d.

CASTELO BRANCO, Fernando – “Tráfego Fluvial e da sua importância na economia portuguesa”, *separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*”, Lisboa: (s. n.), 1958.

CASTILHO, Artur – “O Trigo”, *Sep. do Manual Enciclopédico do Agricultor Português*, Porto: Edições Gazeta das Aldeias, 1950.

CASTRO, Armando – *A Evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, Lisboa: Caminho, 1964.

CASTRO, Armando – *História Económica de Portugal*, Lisboa: Caminho, 1980.

CASTRO, Armando – “Os Baldios”, *Estudos de História Sócio-Económica de Portugal*, 2.^a ed., Porto: Limiar, 1980.

CASTRO, João Baptista – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.^a ed., Lisboa: Oficina Franciscana Luís Ameno, 1762.

CASTRO, João Baptista de – *Roteiro Terrestre de Portugal*, Lisboa: Oficina Joaquim Rodrigues d’ Andrade, 1814.

CHAGAS, Pinheiro – *História de Portugal ed. Popular e Ilustrada*, 3.^a ed., Lisboa: Empresa da História de Portugal, vol. X., 1899.

CLARK, Colin – *Les Conditions du Progrés économique*, Paris: PUF, 1960.

COELHO, Maria Helena Cruz (Coor.) *As Comunicações na Idade Média*, Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 2003.

COELHO, Rocha – *Instituições do Direito Civil Portuguez*, 4.^a ed., Coimbra: Livraria Jota Augusto Oral, T. 2, 1852.

COELHO, Virgínia – “Preços do Azeite em Lisboa: 1626-1733”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá Costa, vol. 4, 1979, pp. 15-39.

CORDEIRO, Valério – “Notas sobre a Vinda de S. Paulo à Hispania”, *Revista de História*, n.º 29. 1919, pp. 73-74.

CORRÊA, Francisco António – *História Económica de Portugal*, Lisboa: Tip. da Emp. Nac. de Publicidade, vol. II, 1931.

CORREIA, Fernando da Silva – *Origens, evolução e conceito de serviço social*, Lisboa: (s. n.), 1950.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e histórica da cidade do Porto, com a carta de Tomaz de Madessam e algumas palavras de A. de Magalhães Bastos*, 2.^a ed., Porto: Liv. Progredior, 2.º vol., 1945.

COSTA, António Carvalho - *Corografia Portugueza e Descrição topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das cidades, villas e lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observações*, Braga::, 2.^a ed, 1706-1721, Braga: Typ. Domingos Gonçalves, T. I, 1868, pp. 395-402.

COSTA, António Domingues de Sousa – “Trinitários”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. VI, 1979, p. 214.

COSTA, José Ignácio da – *Memória Agrónoma relativa ao Concelho de Chaves*, in “Memórias Económicas da Academia Real das sciencias de Lisboa”, Lisboa: Banco de Portugal, T. I, 1789, pp. 261-288.

COSTA, Mário Júlio de Almeida da – “Enfiteuse”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. II, 1979, pp. 379-383.

COUTINHO, Carlos da Cunha – “Origem do Milho em Portugal. Alguns aspectos da vida rural portuguesa antes e depois introdução do milho nas províncias”, *Separata do Boletim da Associação central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa: tipografia do Anuário Comercial, 1917.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa – “Sobre a Verdadeira Influencia das Minas, dos Metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especialmente da Portugueza”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciencias de Lisboa*, Lisboa: Banco de Portugal, T. I, 1789, pp. 179-193.

COUTINHO, Xavier Pereira – *A Silvicultura do distrito de Bragança*, Lisboa: Typografia da viúva Sousa Neves, 1982.

CRUZ, António – *Geografia Económica da Província do Minho nos fins do Século XVIII*. Plano de descrição e Subsídio de Custódio Gomes vilas Boas, Centro de Estudos Humanísticos, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica de Braga*, Braga: (s. n.), 1989.

CUSTÓDIO, Jorge – *O Ferro de Moncorvo e seu Aproveitamento Através dos Tempos*, Moncorvo: Ferrominas, 1982.

DALLA-BELLA, João António – “Memória sobre a Cultura das oliveiras em Portugal”, 2.^a ed., Lisboa: *Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1818, pp. 72-80.

DIAS, João Alves – *Gentes e Espaços: (em torno da População Portuguesa no Século XVI)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnologia, 1996.

DIAS, Jorge – *Rio de Onor - O comunitarismo Agro-Pastoril*, 3.^a ed. Lisboa: Presença, 1984.

DIAS, Jorge – *Vilarinho das Furnas Uma Aldeia Uma Aldeia Comunitária*, 2.^a ed., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

DIAS, Luís de Carvalho – “A Relação das Fábricas de 1788”, *Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. III, n.º 4, 1954, e vol. IV, n.º 1, 1955.

DUBY, George – *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^a-XV^a siècles)*, Paris : Aubier, vol. I, 1962.

DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII Siècles*, Paris: Centro cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 339-348

Espanha Moderna - Semanário: “A Província e Lisboa” , Ano I, n.º 7, 1907.

ESTEVES, Silva – “Indústria das Sedas em Trás-os-Montes”, *Revista Ilustração Transmontana*, 2º ano, Porto: Tipografia Ocidental, 1909, pp. 54-58.

FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa: Zairol, 1961.

FERNANDES, A .de Almeida – *Paróquias Suevas e Diocese Visigótica*, Viana do Castelo: Viúva de José de Sousa, Filhos Lda, 1968.

FERNANDES, Ilda – *Frechas Tradição e Modernidade*, Porto: Humbertipo, 2001.

FERNANDES, Ilda – *Maçores Minha Terra Minha Gente*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2003.

FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Porto: Humbertipo, 2001.

FERREIRA, H. – *O Clima em Trás-os-Montes*, “Memória” apresentada ao 2.º Congresso Provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa: s. n., 1941.

FERREIRA, J. A. Pinto – *Os Estalajadeiros do Porto e seus Privilégios*, Porto: Marânus, 1958.

FERREIRA, Pedro Augusto – *Tentativa Etymológico – Toponymica*, Porto: Typographia Mendonça, vol. III, 1915.

FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

FIGUEIREDO, José Anastásio de – *Synopsis Chronologica*, Lisboa, Tomo III, 1970.

FINZI, Roberto – “La Diffusion du Mais en Italie du Nord du XVI siecle au debut du XIX siecle ». In *Plantes et Cultures Nouvelles en Europe Occidentale*

au Royen Age et à l' époque Moderne, Auch: Centre Culturelle de l' Abbaye de Flaran, 1992, pp. 103-115.

FONSECA, Helder Adegar de – “O Senhorio de S. Marcos e a Comunidade de Vale de Azares no Século XVIII (contributo para o estudo da história rural no Antigo Regime em Portugal)”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: FLUP, Tomo XIX, 1987, pp. 161-178.

FONTES, António Lourenço – *Etnografia Transmontana II – O Comunitarismo Barroso*, Montalegre: A. L. Fontes, 1977.

FOURQUIM – Guy – *Histoire Economique de l'Occident Médiéval*, 3.^a ed., Paris: Armand Collin, 1979.

FRANCIS, David – *O Tratado de Methwen*, Braga: Associação Luso-Britânica do Minho, n.º 1, 1956.

FRANCO, Francisco Soares – “Castanheiros”, *Dicionário de Agricultura*, Coimbra: Imprensa da Universidade, T. II, 1804, pp. 161-178.

FRANCO, Francisco Soares – “senteio”; *Dicionário de Agricultura*, Coimbra: Imprensa da Universidade, Tomo IV, 1805, p. 375.

FREIRE, Anselmo Braancamp – “Povoação de Trás-os-Montes no Século XVI”, *Arquivo Histórico*, vol. VII, 1909.

« Fruits du Portugal », *Departaments pour le Développement des Exportations Potugaises*, Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade, Lisbonne, s/d, s/p.

G. A. da S. C. - *Manual do Viajante em que porjornadas que se conhecem não só as distâncias que há de Lisboa para as principais terras do Reino, mas também as que se fazem de humas para as outras Provincias*, Lisboa: Impensa Nevasiana, 1845

GASPAR, Jorge de – *As Regiões Portuguesas*, Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, 1993.

Gazeta de Lisboa, Lisboa: Imprensa Nacional, Fevereiro de 1757.

GIL, Carlos e João Rodrigues – *Pelos Caminhos de Santiago Itinerários Portugueses para Compostela*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

GIRÃO, Amorim – *Divisão da Propriedade Rústica*, Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1950.

GIRÃO, Amorim – *Geografia de Portugal*, 2.^a ed., Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1949.

GIRÃO, Amorim – *Estudos da População Portuguesa I, Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Continental (1890-1940)*, Coimbra: Instituto para a Alta Costura, 1944.

GIRÃO, António Lobo B. Ferreira – “Manual Prático da Cultura da Batata e do seu uso na Economia Doméstica”, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1845.

GODINHO, Vitorino Magalhães – “Alguns problemas da Economia Portuguesa no Século XVII de depressão Internacional”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá Costa, vol. 5, 1980, pp. 105-123.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa: Arcádia, 1980.

GODINHO, Vitorino Magalhães – “O Milho Maiz. Origens e Difusão”, *Revista de Economia*, Lisboa: Sá Costa, vol. XV, 1963, fasc. 5, pp. 33-35.

GONÇALVES, Iria – “Da estrutura do casal nos fins da Idade Média”. *História e crítica*, Lisboa: (s. n.), nº 7, 1981, pp. 60-72.

GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça do século XI e XV*, Lisboa: Unversidade Nova, 1989.

GONÇALVES, João – “As Feiras de Estremoz – Uma Primeira Contribuição para o Estudo dos Mercados regionais do Antigo Regime”, in *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 11, 1983, pp.103-104.

GRAÇA, Celestino – *A Cultura do Linho Cânhamo*, Lisboa: Sá Costa, 1945.

GUERRA, Luís Bivar - *Os Judeus no Artesanato, nas Profissões Liberais e no Comércio no Distrito de Bragança*. Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 475-4776.

GUERREIRO, Manuel Gomes e FERNANDES, Columbano Taveira – *O Castanheiro no distrito de Bragança*, Boletim da Junta Nacional das Frutas, ano V, n.º VIII, 1945.

GUERREIRO, Manuel Viegas – “A Cultura da Batata, sua Introdução na Europa. O Caso de Portugal”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe das Letras*, Lisboa, T. XXVI, 1987, pp. 7-24.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Âncora Medicinal*, 8.º, Lisboa: Oficina de Música, 1750-1850.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Arquilégio de Medicina*, Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 1998.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Medicina Lusitana*, Porto: Officina Episcopal de Manoel Pedro Coimbra, 1750.

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III*, notas críticas de José Mattoso, Lisboa: Livraria Bertrand, vol. VI, 1981.

História de Portugal, O Antigo Regime (1620-1807) – O Quadro Humano”, MATTOSO, José (Dir.), Lisboa: Estampa, 1993.

J. F. R. – *Extracto de huma Memória (3.^a) sobre a tolerancia dos Judeos e Mouros em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, cap. IV, 1821.

J. H. R. R. – “Lavoura Portuguesa”, in *Revista da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Junho, n.º 3, 1971, pp. 23-24.

JACQUART, Jean – *Immobilisme et Catastrophes (1560-1690)*, in DUBI, Georges e WALLON, Armanel (dir.), *Histoire de la France Rural*, Paris : Editions du Senil, T. 2, 1975, pp. 182-191.

JUSTINO, David – “Crises e Decadência da Economia Cerealífera (...)” , SERRÃO, Joel (Dir.), MENESES, A. F. (Coor.), *Nova História de Portugal: Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa: Presença, vol. II, 2001.

JUSTINO, David – “Problemas de História dos Preços: sal e o milho no Mercado de Aveiro (1862-1931)”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá Costa, vol. 2, 1979, p. 36.

JUSTINO, David; CUNHA, Mafalda Soares da; DIAS, João Gonçalves – *As Feiras de Estremoz – Uma Primeira Contribuição para o Estudo dos Mercados regionais do Antigo Regime*, in *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 11, 1983, pp.103-104.

KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*, S. Paulo: Pioneira Editora, 1971.

KRUS, Luís – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos livros de Linhagem Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa: JNRT, 1989.

LADURIE, Emmanuel le Roy – *les payrans de languedre*, Paris: Flammarion, 1988.

LAMAS, José Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LANGHAMS, F. P. – “Apontamentos para a História do Azeite em Portugal”, *Separata do Boletim Nacional de Azeite*, Lisboa, 1949.

LARK, Colin – *Les Conditions du Progrés économique*, Paris: PUF, 1960.

LAUTENSACHT, Herman e, DAVEAU, Suzane, “A vida económica e social”, *Geografia de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, vol. IV, 1987, pp. 963-965.

LE GOLFF, Jacques – “*L’apogée de la France urbaine médiévale*». In *Histoire de la France urbaine*. In LE GOLFF, Jacques (Dir.) T. 2, *la vile médiévale des carolingiens a la Renaissance*, Paris: Seuil, 1980.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de toddas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*, Lisboa: Cota d’ armas, 5.º vol., 1990, pp. 335-337, 12 vols.

LE MOS, Maximiano - *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*, Porto: Eduardo Tavares Martins, 1911.

LIMA, José Joaquim da – *O Cachão da Valeira e o Regime Económico, Demográfico da Região do Douro*, Porto: Imprensa Portuguesa, 1940. (Congresso do Mundo Português, vol. XVIII, n.º 80, 1953, pp. 821-822.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. LXVIII: *Dos Logares que Tomaram voz por Castella em todallas Comarcas do Regno*, Barcelos: Livraria Civilização editora, 1983, pp. 132 -134.

LOPEZ, Robert – *La Révolution Commerciale dans la Europe Médiéval*, Paris, 1974.

MACEDO, Jorge Borges de – “A Nobreza na Idade Média”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. IV, 1979, pp. 385-394.

MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos*, Lisboa: Moraes, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de – *O Tratado de Methwen de (1703) assinado em Lisboa em 1703*, Lisboa, 1966.

MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa: Associação Industrial portuguesa, Estudos de Economia Aplicada, 1963.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – “As Estruturas Sociais do Enquadramento da Economia Portuguesa, os Concelhos”, in *Notas Económicas da Separata das Notas Económicas*, Coimbra: (s. n.), n.º 4, 1984.

MAIA, José – *O Povoamento das aldeias Transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel no Século XIII*, Vila Real: Separata da Revista *Estudos Transmontanos*, n.º 1, 1983.

MAIOR, V. de Villa – “A Sericicultura no districto de Bragança, principalmente no concelho de Moncorvo”, *Arquivo Rural*, vol. VII, 1864, pp. 341-352.

MARÇAL, Ramiro – “A Conservação da Azeitona, do Azeite e do Bagaço” (Conferência), *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa: Sede da Associação, T. II, 1900, pp. 184-221.

Marphy, Janes V. – *Travels in Portugal Through the Provinces of Douro, and Minho, Beira, Extremadura and Alentejo*, Londres, 1795.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, 10.^a ed., Lisboa: Palas, vol. I, 1982, 3 vols.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Centeio”, SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. I, 1979, pp. 38-39.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1986.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira; MATA, Joel Silva Ferreira – “O Foral Manuelino de Torre de Moncorvo”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, vol. VII, 1993, pp. 47-66.

MARTINIÈRE, Guy – “A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (Dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Estampa, vol. VII, 1991.

MARTINS, Oliveira - *Os Filhos de D. João I*, Lisboa: imprensa Nacional, 1891.

MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P.F. - *Os estudos de vegetação quaternária em Portugal; Contextos, Balanços e Perspectivas*. Coimbra: Colibri, 1993.

MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira 1750-1850*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

MATTOSO, José (Dir.), “O Antigo Regime (1620-1807) – O Quadro Humano”, in *História de Portugal*, Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1095-1325)*, Lisboa: Perenne, 1985, 2 vols.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no Século XVI – A Instituição, Os Homens e a Sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997.

MENDES, António Manuel Nunes Rosa – *Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789). Nobreza e Cultura no Algarve Setecentista*, Faro: Universidade do Algarve, 2003.

MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos Finais do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796, 2.^a ed.*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1981.

MENDES, José Amado – *Trás-os-Montes nos finais do Século XVIII, (Alguns Aspectos económico-sociais)*, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 1985.

MENESES, Avelino de Freitas – “Os Açores na Encruzilhada de Setecentos (740-1770)”, *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. 1, 1995, pp. 102-104.

MONTEIRO, José Rodrigues – *Trás-os-Montes Setecentista na obra de José António de Sá*, Lisboa: Caminho, 1997.

MONTMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la pest: Toledo a fines del XVI”.. *La ciudad hispanica durante los siglos XII al XVI*, Madrid: Univ. Complutense, 1985, T. II, pp. 1113-1132.

MORAES, M. C. Rodrigues de – “Fruits et légumes”; in COSTA, B. C. Cincinnato de e CASTRO, D. Luíz de (Dir.), *Le Portugal au de point de vie agricole*, Lisboa, 1900, pp. 609-628.

MORAIS, Rodrigues de – *Tratado Prático de Vinificação*, 3.^a ed., Porto: Tipografia Mendonça, 1902.

MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves*, Porto: Brasília Editora, 1979.

MORENO, Humberto Baquero – *As Pregações de Mestre Paulo contra os Judeus bracarenses nos fins do século XV*, in *Bracara Augusta*, Braga: (s. n.), n.º. 69, vol. 30, 1976, pp.53-62.

MORENO, Humberto Baquero – *Linhas de Comunicação em Trás-os-Montes no Século XV*, Braga: (s. n.), 1982.

MORENO, Humberto Baquero – *Movimentos Sociais Antijudaicos em Portugal no Século XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1985.

MORENO, Humberto Baquero – *Portgaliae Historica*, Lisboa: Instituto Histórico Infante Dom Henrique, vol. II, 1974.

MORINEAU, Michel – *Les paux Semblants d'un demarrage economique: agriculture e demographie en France au XVIII siécle*, Paris: Armand Colin, 1971.

NAZARETH, J. Manuel – “A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime – os aspectos socio demográficos de Coruche”, *cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, n.º 4, 1983, pp 3-12.

NEVES, José Acúrsio – *Variedades sobre objectos relativos às artes, comercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política*, Lisboa: Imprensa Região, T. II, 1817.

NEVES, José Acúrsio das – *9.ª Memória de José Acúrsio das Neves sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1820.

NEVES, José Acúrsio das – *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufacturas das Sedas em Portugal ...*, Lisboa: Imp. Regia, 1827.

NUNES, João Arriscado; Feijó, Rui Graça – “As Transformações dos Incultos no Noroeste (1750-1900): Uma Proposta de Reapreciação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 1990.

OLIVEIRA, A. C., PEREIRA, J. S. e CORREIA, A. V. 2000. *A Silvicultura do Pinheiro Bravo*. Porto: Centro Pinus, 2000.

OLIVEIRA, António de – *Para a História de significado botânico de milho zaburro*, Coimbra: Coimbra Editora, 1967.

OLIVEIRA, A. C., PEREIRA, J. S. e CORREIA, A. V. - *A Silvicultura do Pinheiro bravo*, Porto: Centro Pinus, 2000.

OLIVEIRA, António Resende de – “Comunicar no Portugal Medieval: os relatos dos Cronistas”. In COELHO, Maria Helena Cruz (Coord.) *As Comunicações na Idade Média*, Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 2003, pp. 38-42.

OLIVEIRA, Aurélio de – *A Abadia de Tibães, 1630/1680-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Porto, 1979, 2 vols. (tese de Doutoramento policop.).

OLIVEIRA, Aurélio de – “Douro País Vinhateiro, da Produção ao Comércio. Algumas Considerações”, *Revista de História Económica e Social*, Porto: Sá Costa, vol. XI, 1993, pp. 237-238.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – “Casas”, SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. I, 1979, pp. 517-519.

OLIVEIRA, João Manuel Pereira de – “Para uma classificação Tipológica de Casa Rural”, in *Trabalhos de Geografia e História*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1975.

OLIVEIRA, João Nunes – *A Produção Agrária de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1990.

PATRICIO, Ângelo – *O Nordeste Transmontano na Vanguarda da Seda Natural*, Rev. Bragantia, Janeiro a Junho, Bragança, vol. XIV, 1994, pp. 173-184.

PEIXOTO, Rocha – “Formas da Vida Comunitária em Portugal”, *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, T. I, 1908, pp. 75-77.

PEIXOTO, Rocha – *Etnografia Portuguesa (obras completas)*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa: Sá Costa Editora, 1983.

PERES MOREDA, Vicente – *Curis Demográficas y Crisis Agrarias: Paludismo y agricultura en Espana a Fines del Siglo XVIII*: in congresso de História Rural Siglos XV al XIX: actas. Madrid: Universidade Complutense, 1964, pp. 333-339.

PEREZ, Sarrion, Guilherme – *Aragon en el Setecientos. Crecimiento Económico cambio Social y enatural, 1700-1808*, Huesco: el Milenio, 1999.

PIMENTEL, Meneses – *Sericicultura Portuguesa*, Lisboa, 1902.

PINHEIRO, L. - *O Pinheiro Bravo: ainda a nossa primeira essência florestal*. Coimbra: Agroportal, 2002.

PINTO, Virgílio Noya – *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português (Uma Contribuição aos Estudos da Economia Atlântica no Século XVIII)*, 2.^a ed., Brasil - S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PIRENNE, H. – « La Civilization Occidentale ou Moyen Age ». In *Histoire Générale*: (Glutz), vol. VIII, 1933.

PIRENNE, H. – *Histoire de Belgique*, Bruxelas, 1933.

PORTUGAL, Thomaz António Villa Nova – “Memoria sobre a Cultura dos Baldios que há no termo da Villa de Ourem, Memória Sobre as Azinheiras, e Carvalhos da Província de Além Tejo onde se trata da sua cultura, e usos, e de melhoramentos que no estado actual podem ter”; *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, Tomo II, MDCCXIX, pp. 413-430.

POURCHER, Yves, « La forêt: Espace global et Espace conflictuel. La Lazère au XVIII siècle et XIX siècles ». In *La forêt et l'homme en Languedoc – Russillon de l'Antiquité à nos jours*, LVI Congrès de la Federation Historiques du Languedoc Mediterraneén et du Russillon au Pont-deMontvert les 11 e 12 Juin 1983: Actés, Montpellier, 1984.

RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas*, 2^a ed., Lisboa: Presença, 1982.

REMÉDIOS, J. Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*, Coimbra: F. França Amado, 1895.

RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

REVRET, Jean – “L’ es données, démographiques et statistiques en histoire moderne et contemporaine”, in SAMARAN, Charles (Dir). *L’ histoire et ses méthodes*, Paris: l’ Ehers, 1961, pp 893-936.

RIBEIRO, José Victorino – *A Fábrica das Sedas de António Francisco Nogueira – Monografia Precedida de um esboço histórico da Indústria das Sedas em Portugal (1855-1920)*, Porto: Tipografia Sequeira, 1920.

RIBEIRO, Orlando – “Significado Ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. IV, 1991, pp. 85-170.

RIBEIRO, Orlando – “Cultura do Milho economia agrária e povoamento”, *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editorial, vol. XVII, 1941, pp. 645-663.

RIBEIRO, Orlando – “Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansion por el mundo”. *Opúsculos Geográficos*, vol. V, pp. 546-547.

RIBEIRO, Orlando – “Montanhas Pastoris em Portugal. Tentativa de representação cartográfica”, *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, vol. IV, 1991, pp. 257-272.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 7.ª ed., 1998.

RIBEIRO, Orlando e TENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, vol. IV, 1991.

RODRIGUES, Manuel – *Os Baldios*, Lisboa: Caminho, 1987.

ROZEIRA, Arnaldo – “A Flora da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, (Estudo da distribuição geográfica)”. *Memórias da Sociedade Brotteriana*, Coimbra: Sociedade Broteriana, vol. III, 1944.

SÁ, José António de – *Compêndio de Observação que forma o plano da viagem política e Filosófica que se deve fazer dentro da patria, dedicado a S. A. R. O Principe do Brasil*, Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

SÁ, José António de – “Descrição Económica de Torre de Moncorvo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, Tomo III, 1791, pp. 253-290.

SÁ, José António – *Dissertações philosophico-políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789.

SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, vol. I, 1970.

SALES, Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela Apontamentos Históricos*, Bragança: Junta Distrital de Bragança, vol. II, 1983.

SALGADO, Vicente – *Compêndio da Congregação da 3.^a Ordem de Portugal*, Lisboa: Of. De Simão Thadeo, 1793.

SAMPAIO, Alberto – “As Vilas do Norte de Portugal”, *Estudos Históricos e Económicos*, 2.^a ed. Lisboa: Vega, vol. I, 1979.

SAMPAIO, Alberto – “Estudos da Economia do Minho”, *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa: Vega, vol. II, 1923.

SAMUEL, Schawarz – *Inscrições Hebraicas em Portugal*, separata do vol. I de “Arqueologia e História”, Lisboa: A. A. P., 1923.

SANCHES, Maria de Jesus - *Pré-história recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Porto: GEAP, 1992 .

SANTANA, Dionísio – “Guia de Portugal”/ Apresentação, Notas Sant’ Ana Dionísio, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, in *Estradas de Portugal*, Porto: Lello & Irmão editores, (mapa), vol. 9, 1988.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Liuro de Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes*, Mirandela: João Azevedo Editor, 1999.

SANTOS, Eugénio Francisco dos – *O Oratório no Norte de Portugal (1673 a 1834). Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

S. C. da G. A. - *Manual do Viajante: ...*, Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1845.

SCHNAIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no Século XVIII*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

Secretaria dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, Seminário “Desenvolvimento para os Baldios, Baldios para o Desenvolvimento, Comunicações e Proclamações”, *Conferência Nacional dos Baldios*, Vila Real: UTMAD, 2001.

SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de – “Memória Sobre as Azinheiras, e Carvalhos da Província de Além Tejo onde se trata da sua cultura, e usos, e de melhoramentos que no estado actual podem ter”; *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, Tomo II, 1719, pp. 355-378.

SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de – “Acerca da Cultura e Utilidade dos Castanheiros na Comarca de Portalegre”, *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Oficina da mesma Academia, T. II, 1719, pp. 213-254.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A População em Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris: Fundação Galoust Gulbenkian, 1970, pp. XXVI- XXVIII).

SERRÃO, José Vicente – “A População e a rede Urbana nos Séculos XVI-XVIII”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, (Dir.) OLIVEIRA, César, Lisboa: Ciclo dos Leitores, 1996, p. 69-70.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa: Verbo, vol. V, 1980.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Editorial Verbo, vol. VI, 1981.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerário de El-Rei D. João II (1481-1488)*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens de Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Lisboa: Tipografia Ed. Portuguesa Ltd., 1974.

SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1988, 6 vols.

SERRÃO, José Vicente – *Foi o Século XVIII uma Época de Crise ou de Progresso para a Agricultura Portuguesa?* – Lisboa: ISCET, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, s/d.

SERRÃO, José Vicente – “O Pensamento Agrário Setecentista (Pré “Fisiocrático”): Diagnósticos e Soluções Propostas”, *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988, pp. 25-27.

SERRÃO, José Vicente – “Quadro Económico”. In MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1993. pp. 72-73.

SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa: Livros Horizonte Universitário, 3.^a ed., 1981.

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l’Ancien Régime*, 2.^a ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II, 1978.

SILVA, A. Rebelo da – *Analyse Agronomica dos Solos Araveis*, 2.^a ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910. Título – *Classificação das Terras*, 1912.

SILVA, Célia Maria Taborda da – *O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, Produção e Rendias no Antigo regime (1629-1683-1716-1822)*, Lisboa: Fragmentos, 1994.

SOARES, R. de Moraes – *Breves Considerações acerca das principais causas do atrasamento da nossa agricultura*, Arquivo Rural, vol. I, 1858.

SORIANO, Simão José – *História do Reinado de D. José e a Administração do Marquês de Pombal*, Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

SOUSA, Fernando de – “A Indústria da Seda em Trás-os-Montes”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa: Sá Costa, vol. 2, 1979, pp. 59-71.

SOUSA, Fernando de – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)* Vila Real: Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais II, 1977.

SOUSA, Fernando de – “A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, vol IV, 1974.

TABORDA, Virgílio – *Alto trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

TAVARES, José Augusto – “Agricultura no Concelho de Moncorvo”, in *Revista Portugália*, Lisboa: Juventude Monárquica Conservadora, 2.º ano, 1905/1908, pp. 627-638.

TAVARES, Virgílio; PEDRO, Lúcia – *Os Meninos da Roda em Torre de Moncorvo*, Bragança: Escola Tipografia, 2007.

TENGARRINHA, José – “Movimentos Populares em Portugal, (1751-1807)”, *Forum de História*, Sintra: Publicações Europa América, T. I, 1994.

TORGA, Miguel – *Portugal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

TORRES, Ruy D'Abreu - *Doações*, SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. II, 1979, pp. 329-330.

TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema decimal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*, Lisboa: Banco de Portugal, T. V, 1990, pp. 255-306.

TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo – “Memória sobre os terrenos abertos, o seu prejuízo na agricultura e sobre os diferentes métodos de tapumes”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e*

suas conquistas, 2.^a ed., Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, T. V, 1885, p. 45-67.

León y Castilla durante la Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, n.º VIII, 1931.

VANDELLI, Domingos – “Memória sobre a Agricultura deste Reino e das suas Conquistas”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.^a ed., Lisboa, T. I, 1885, pp. 169-180.

VANDELLI, Domingos – “Memórias sobre a Necessidade de uma Viagem Filosófica feita no Reino, e depois nos seus Domínios”, (1796), *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, introdução e notas de José Luís Cardoso, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987, 33-36.

VASCONCELOS, José Leite de – “A casa de Trás-os-Montes”, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. VI, 1983, pp. 176-178.

VASCONCELOS, Leite de – “Lições de Philologia”, *Revista Lusitana*, n.º XIX, 1916, pp. 138-140.

VIEIRA, António Pedro Lopes – “Noções Operatórias sobre Cidade, População Urbana e População Rural”, *Revista de História Económica e Social*, 1.º vol., 1978, pp. 105-128.

VILA MAIOR, Visconde de – “O canamo na Villariça”, *O Arquivo Rural*, vol. VI, 1963, pp. 567-572.

VILA NOVA, Thomaz António de; OLIVEIRA, Joaquim Pedro de - “Observações Económicas sobre a Comarca de Setubal”. *Extracto das Posturas da villa de Azeitão, Comarca de Setubal*, in *Memórias Económicas da*

Academia Real das Sciencias, Lisboa: Of. da mesma Academia, Tomo III, 1791, 306-321.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*, 1.^a ed. Crítica, 1.º vol, 1965.

Sites Consultados

<http://porbase.bnportugal.pt/>

<http://www.cm-mirandela.pt/>

<http://www.iantt.pt>

<http://WWW.mirandela-online.net>

<http://www.mirandela-online.net>

APÊNDICES

Apêndice n.º 1

Quadro N.º 20 - População Activa no Concelho de Mirandela - 1796

	Eclesiásticos		Pessoas Literárias	Sem ocupação	Negociantes	Cirurgiões	Barbeiros	Boticários	Lavradores	Jornaleiros	Alfaiates	Sapateiros	Carpinteiros	Pedreiros	Ferreiros	Ferradores	Pintores	Moleiros	Cerieiros	Celeiros	Pastores	Criados	Criadas	
	Seculares	Regulares																						
Mirandela	4	16	6	19	9	2	3	3	35	37	5	6	2		4	4	1	2	3	2	7	62	62	
Abambres	2			2					8	6			1									5	4	3
Ala	2			7	1	1			13	12	2	2	1		1							4	3	3
Alvites	2		1	8		1			12	14	2	2	1		1							5	6	6
Avantos	3						1		13	12	1	1										4	4	3
Brinçó	2			3			1		9	8	2	1				1						4	2	2
Carrapatinha									4	2												2		
Caravelas	2			4	1				12	4	2	1										5	1	1
Carvalhais	1		1	6					22	12	2											4	3	2
Cabanelas	1			3					14	12	1	1			1							6	5	4
Chelas	2		1		1		1		13	8	2							2				6	2	2
Contins	1				2				7	9	2			2					3			3	1	1
Freixeda	2			4	2				15	14	2	1	1			1						6	2	2
Freixedinha																								
Gorivanes	1								4	3								1				2	1	
Lama de Cavalo									4	3												1		
Mascarenhas	3			8		1	1		14	10	2	2	1					2				5	2	2
Miradezes	1			4					6	5								1				3	2	2
Mogirão									6	3												2	1	1
Paradela				4					10	8		2										3	1	1
Pousadas	1								7	6	1	1										3	1	1
Quintas									8	6								1				2	1	1
S. Salvados	2		1	9					14	9	1	1	4		1							5	6	6
Cedães	3			2	1	1			35	21	1	1										5	3	3
Cedainhos	1								7	6	2	1										3		
Trindade	1								4	3												3		
Vale de Lobo	1								9	6			1									5	1	1
Vale de Couço				2					6	5	1	1										2	2	2
Vale de Pradinhos				2					10	9		1	1									3		
Vale de Lagoa				4					5	6		1										3	1	1
Valbom dos Figos	1			2					11	6	2	1						2				4	1	1
Vale Longo									6	5		1										2		

	Eclesiásticos		Pessoas Literárias	Sem ocupação	Negociantes	Cirurgiões	Barbeiros	Boticários	Lavradores	Jornaleiros	Alfaiates	Sapateiros	Carpinteiros	Pedreiros	Ferreiros	Ferradores	Pintores	Moleiros	Cerieiros	Celeiros	Pastores	Criados	Criadas
	Seculares	Regulares																					
Vale Salgueiro	2			10	6		1	1	20	14	2	3	1		1	1					5	4	2
Vale de Telhas	4			12	6	1	2		24	29	4	2						1			5	4	3
Valbom Pitês	1								6	5											3		
Vale de Martinho	1		1						9	10											3	1	1
Vale de Juncal	1			2					10	9		1	1								3	1	
Vale de Madeiro									3	2													
Vale de Meões									2	1											1	1	1
Vila Nova	1		1	2					6	9	4	1									3	1	1
Vila Verde	1			2		1			9	7	2										3		
Vila Verdinho									7	5											2		
Vilar de Ledra	1								6	6			1								2		
Vimieiro	3			3					9	6	1		1								5	3	2
Total	54	16	12	124	29	8	10	4	454	373	46	35	17	2	9	7	1	12	6	2	152	133	123

Apêndice n.º 2

Quadro N.º 21- Quantidades e Preçário dos Produtos

Produtos	Carga Maior		Carga Menor		Carga de Costal		Arroba		Gado/Cabeça		Observações
	reais	ceitis	reais	Ceitis	Reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	
Cereais: trigo, centeio, cevada, milho painço e aveia	1			3		2		1			Isenção em quantidades inferiores a 4 alqueires
Farinha	1			3		2		1			
Linhaça	1			3		2		1			
Vinho	1			3		2		1			
Vinagre	1			3		2		1			
Sal	1			3		2		1			
Cal, telha e tijolo	1			3		2		1			
Panos Grossos	9		4	3	2	2	1	1			isenção: Inferior a uma arroba
Panos finos	9		4	3	2	2	1	1			De carga de costal para baixo 1 ceitil
Boi ou vaca											Paga 1 real por cabeça
Carneiro ou cabra											Paga dois ceitis por cabeça
Bode ou ovelha											Paga dois ceitis por cabeça
Cervo ou Corço											Paga dois ceitis por cabeça
Cordeiros, borregos e leitões											Isenção : abaixo de 4 cabeças
Porco ou porca											Paga dois ceitis por cabeça
Carne de Talho: toucinho, marrã ou inteiros											Dois ceitis por cabeça; isento: incertados
Caça: coelhos, lebres, , pombos, galinhas											Isenção
Coiro de boi ou vaca, pele de cervo, corço, gamo, bode, cabra, carneiro ou ovelha	9		4	3	2	2	1				Dois seitis por cabeça
Pilitaria: pele de cordeiro, raposa, marta	9		4	3	2	2	1				Roupa feita a 0,5 real, para uso isenção
Roupas de pele											
Cera, mel, azeite, cebo, unto, queijos secos, pez, manteiga, resina, breu, sabão, alcatrão	9		4	3	2	2	1				Isenção: até um real
Grão anil e todas as coisas para tingir	9		4	3	2	2	1				Isenção para uso pessoal até meio real

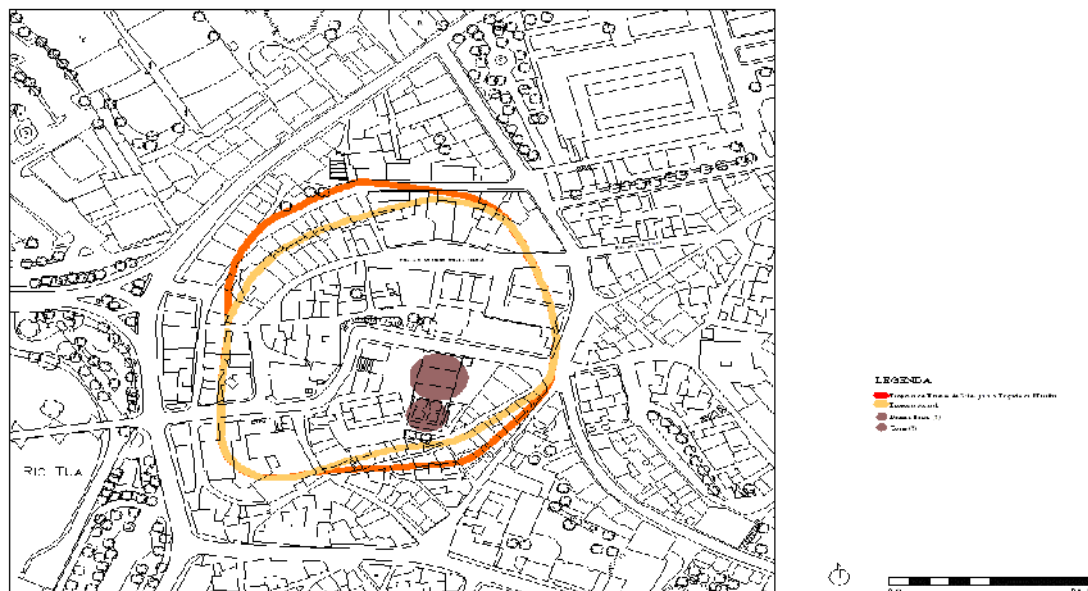
Produtos	Carga Maior		Carga Menor		Carga de Costal		Arroba		Gado/Cabeça		Observações
	reais	ceitis	reais	Ceitis	Reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	
Papel, toucados de seda ou algodão	9		4	3	2	2	1				Isenção para uso pessoal até meio real
Produtos	Carga Maior		Carga Menor		Carga de Costal		Arroba		Gado/Cabeça		Observações
	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	
Pimenta, canela e especiarias	9		4	3	2	2	1				
Todas as coisas da Botica	9		4	3	2	2	1				
Açúcar e todas as coisas doces com mel	9		4	3	2	2	1				
Vidros e coisas do mesmo que não tenham barro	9		4	3	2	2	1				
Todos os perfumes e água destilada	9		4	3	2	2	1				
Metais: chumbo, estanho, lata, arame e cobre	9		4	3	2	2	1				Isenção: a quem levar para uso próprio
Armas e ferramentas	9		4	3	2	2	1				
Ferro grosso, em barra e maçudo e coisas lavradas	4	3	2	2	1	1					Isenção: para uso pessoal
Pescado e marisco	1	5	1			3					Isenção: para quantidades inferiores a meia arroba.
Fruta seca: nozes, ameixas, castanhas, figos, uvas, lentilhas e todos os legumes	3		1	3		5					Isenção: para quantidades inferiores a meia arroba.
Sumagre, casca para curtir	3		1	3		5					Isenção: para quantidades inferiores a meia arroba
Fruta Verde: Laranjas, pêras, cerejas, uvas e figos		3		2		1					Isenção: para quantidades inferiores a meia arroba
Hortaliças, alhos, cebolas e melões		3		2		1					
Bestas: cavalo, égua, mulo ou mula	1	5	1			3					Isenção: as crias
Asno ou asna	1			3		2					
Escravos ou escravas	1	5	1			3					Isenção: os filhos
Louça de Barro, telha, tigela ou qualquer louça que não seja vidrada	2		1			3					Isenção: em quantidades inferiores a 2 arrobas

Produtos	Carga Maior		Carga Menor		Carga de Costal		Arroba		Gado/Cabeça		Observações
	reais	ceitis	reais	Ceitis	Reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	
Málega ou qualquer louça de barro vidrada	4		2		1						Isenção: valores inferiores a meio real e uso pessoal
Mós de barbeiro	2		2		1	3					Paga 2 reais por unidade
Mós de moinho	4		2		1						4 reais por unidade
Mós de Azeite	6		3		1	3					6 reais por unidade
Mós de Cereal	1			3		2					1 real por unidade
Pedra											Isenta na Compra e venda
Artefactos em madeira, arcas, gamelas, e toda outra louça grossa em madeira grossa	5		2	3	1	2					Isenção: em quantidades inferiores a duas arrobas em carga de costal

Produtos	Carga Maior		Carga Menor		Carga de Costal		Arroba		Gado/Cabeça		Observações
	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	reais	ceitis	
Traves de madeira grossa	2		1			3					Isenção: em quantidades inferiores a duas arrobas em carga de costal
Palma, esparto e junco	2		1			3					Isenção: menos de meia arroba p/a uso Próprio

Apêndice n.º 3

Ilustração N.º 7 - Castelo, Muralha, Portas e Outros Dispositivos Associados da muralha de Mirandela



Fonte: Isidro Gomes

Apêndice n.º 4 (Apêndices Documentais)

IAN/TT – D. G. - Memórias Paroquiais – 1758

Doc. n.º 1

Abambres

MACHADO, Francisco Borges - *Abambres*, D. G., vol. 1, mem. 3, fls. 11 a 17, mf. 226.

(fl. 11) Abambres

1 – Este lugar de Abambres fica em a / Provincia de Tras-os-Montes, no Bispado de / Miranda do Douro, Comarca de Torre de Moncorvo, / termo da villa de Mirandella, hé freguesia de / Sam Thome, vigararia perpetua. /

2. Hé das terras do Ilustrissimo e Excelentissimo / Marques de Tavora, e da comenda da Ilustris-/sima e excelentissima Marquesa de Abrantes. /

3. Tem este lugar (consuas quintas que sam / Val de Junçal, Val Longo, Val Martinho), / cento e sinquo vesinhos, cem pessoas. /

4. Está situado aguas vertens ao rio Tuella de / parte Norte, deste lugar somente se descobre / Contins, e Mascarenhas, e a Serra a que chamam / de Monte Mé, e dos dicttos lugares só dista meia legoa /; Por ser lugar não tem termo algum / pois hé do termo Mirandella. /

6. Hacha-se a parochia fora do lugar para a parte do / Norte, consta esta freguesia das quintas seguin-/tes Val de Juncal, Val de Martinho, e Val Longo, / e Quotas que está quasi distituida. /

7. Hé seu orago S. Thomé, tem a Igreja / quatro altares e o major hé o de SãoThome, / o quolateral da mão direita da Senhora do Rosa-/rio e o da mão esquerda de Sam Sebastiam, (fl. 12) / e outro mais abaixo do Sancto Cristo. /

8. Hé o Porocho vigario perpetuo, hé apresentado / pelo Ordenario, e tendo o trabalho de assistir a tan-/tos fregueses somente tem de

congrua vinte mil e / quinhentos em dinheiro, quarenta e dous alqueires / de trigo e quatro almudes de vinho. /

9. Não tem mais beneficiado algum. /

10. Não tem convento algum. /

11. Não tem Hospital. /

12. não tem Casa de Misericordia hainda que em algumas casas se use Misericordia. /

13. Tem em este lugar de Abambres no meio a capella / em que está o tebernaculo do Santissimo Sacramento: / e na Quinta de Vale de Jungal no cimo das casas / está a capella de São Sebastiam; e no meio / de Val longo a de S. Gonçallo: e no meio / de Val de Martinho a de Sam Martinho: e na / de Cottas a distituta está a de Sam Niculao. /

14. Com especialidade não haode a alguma destas / ermidas gente em Romaria. /

15. Os frutos que os moradores desta terra reco-/lhem com mais abundancia sam trigo, cen-/teio, cebada, vinho, azeite, milho, melons, e / de todos os mais legumes alguma cousa. /

16. Não tem juiz ordinario, nem camara em / si proprio, mas sim está sojeita à camara da / villa de Mirandella. /

(fl. 13) 17. Não hé couto, nem cabeça de concelho. /

18. Tem este lugar Antonio Pinto Capitam / mandante de toda a terra de Mirandella e / Gaspar de Sá Pereiya Homem, abastado de bens e Comissario do Santo Officio, assistiram / tambem aqui por vigarios o Reverendo Francisco André / Pontes Abbade que hoje hé de Monforte, e o Reverendo / Domingos da Costa Reitor de Castro de Abelans ho-/mes peritos na predica, que por limittada renda, / se julga deixaram este beneficio. /

19. Tem feira dia de Sam Thome ua vez no anno que / dura só hum dia, e por ser ao dia santo paga cada / pessoa que vende sincoenta Reis ao Meirinho giral dest-/e Bispado de Miranda. /

20. Não tem correio, e só sim se serve do correio da / Torre de Moncorvo, que dista desta terra vinte / legoas e de Chaves que dista da villa de Chaves sette legoas. /

21. Dista este lugar da cidade da capital deste bispado / quatorze legoas e da cidade de Lisboa capital / deste Reino oitenta. /

22. Não consta que haja privilegio algum. /

23. Não há memoria que nesta terra houvesse / fonte de agoa com virtude especial. /

24. Não hé Porto de mar. /

(fl. 14) 25 - Não hé terra murada, nem praça de / armas, nunca nella ouve torre castelo ou / fortificaçam alguma. /

26. Não consta padecesse ruina alguma no terramoto de 1755. Hantes sim se vê hoje a fonte / da Quinta de Val Longo desta freguesia lançar / agoa com abundancia, o que antes do terramoto / não fazia. /

Quanto ao Paraphgo 2. / Não há que dizer por não haver nesta terra serra alguma. /

Quanto ao terceiro. / que fala do Rio digo o seguinte. /

1. Primeiramente digo que o rio se cha-/ma Tuella, que nasce nas faldas da / serra de Seabra na raia que divide o Reino / de Portugal do de Castela. /

2. Há noticia que principia logo com agoa / bastante para moer hum moinho, todo o anno comme. /

3. Entra para este rio hua ribeira a que chamão / dos Villares, a qual se junta a elle ao pé / de Guide. /

(fl. 15) 4. Não hé navegavel pois somente em / grandes ennundaçons se usa nelle de bar-/cas. /

5. Corre com moderada corrente. /

6. Corre de Norte para Sul. /

7. Cria barbos, estalos, bogas em abundancia; /

8. Em todo o tempo do anno as pessoas curiosas pescam com suas redes em elle. /

9. Há nas açudes das azenhas hum certo histro-/mento a que chamão Rabudo, que hé proprio do dono da azenha com o qual em todo o anno pescam. /

10. São as margens do rio cultivadas e constam de bastantes oliveiras, e alguas arbores silvestres. /

11. Não consta que as suas agoas tenham virtudes particulares. /

12. Sempre conservou o mesmo nome até se / meter no Douro. /

13. Morre no Douro ha onde chamão fos / Tua. /

14. Tem desde o seu principio inté o occaso muitos / açudes que lhe possão impedir o ser navegavel / neste termo tem hua açude de azenia de / (fl. 16)Don Francisco, tem ma-/is acima outra meia arruinada, que hé do P. Carele de Val Bom /: tem mais acima outra de Dona / Caetana do mesmo Val Bom; mais acima outra / arruinada que hé da fregassia: mais outra / inceta que hé do capitão Ant(ónio) Pinho: mais / acima outra dos erdeiros do P(adre) Simão Teixeira de Mascarenhas: mais outra meia arruinada cujo / dono se ignora, as quais açudes todas pertencem / ao termo deste lugar. /

15. Não tem fonte algua hainda que bem se necessita / della. /

16. Não tem moinhos nem lagares de azeite, nem / pisons só sim tem sinquo rodas de azenias que / moiem e as demais meias arruinadas. /

17. Não consta que em tempo algum se tirasse ouro / nas areias deste Rio. /

18. Não usam os povos dellas por ser caldoloza, / e não as poderem tirar. E ainda que por isso não / tem pensão algua. /

19. Tem vinte legoas de comprido desde o seu princi-/pio inté que entra no Douro, principia como / fica ditto nas faldas da serra de Siabra como / fica ditto. Passa ao pé da villa de Vinhais / e descendo quatro legoas passa ao pé da villa da Torre de Donna Chamma, e descendo mais tres passa ao pé da villa de Mirandella; /

(fl. 17) Descendo mais sette legoas entra no Douro. /

Não há mais que declarar da situaçam / e mais partes deste lugar de Abambres. /

O Vig(ario)

Fran(cis)co Borges Machado.

Doc. n.º 2

Ala

FLOR, Fran(cisc)o – Alla, D. G. , vol. 1, mem. 63, fl. 437, mf. 222.

(fl. 437) Resposta do cura da freguesia de Santa Eugenia / do lugar de Alla a pergunta topografica, que se lhe / fez da sua freguesia, por hu papel impresso, que / por ordem do illustrissimo Senhor Cabido de Miranda / lhe foi remetido.

Fica o lugar de Alla na Provincia de Trás-os Montes, / hé bispado de Miranda do Douro, Comarca da Torre de / Moncorvo, no temporal e no espiritual pertence a Miranda / de que dista doze legoas; hé termo da villa de Mirandella / de que hé donatario com poder por justiças o Excelentissimo / Senhor Marques de Tavora, desta villa dista tres legoas./

Hé freguesia principal, pertence à Coroa. /

Tem este lugar sessenta vezinhos / e duas quintas mais obrigadas a vir a elle as nossas conven-/tuaes; Hua chamada Mogrão que consta de quatorze ve-/zinhos, tem hua capella de S. Sebastiam, sendo se diz missa / quando se lá vão administrar os sacramentos a algum enfer-/mo. A outra quinta se chama Carrapatinha, consta de sette / vizinhos, tambem tem capela ou ermida de S. Sebastiam / para o mesmo effeito, que a da outra quinta supra; consta / toda a freguesia de duzentos e trinta pessoas de sacr-/mento, e vinte de confissão. /

Está o lugar situado no pé da serra / de Choreense, sua parochia está no fundo do lugar divisado de / várias pontes por ter sitio eminente, tem a parochia tres / altares, hu mayor, que hé o de Santa Eugenia, dois

laterais / hu da Imagem da Nossa Senhora do Rosario, e outro / tem a imagem do Senhor Crucificado; o parcho hé Reitor do Padroado Real / que apresenta caza na na fre(guesia) de Pedro de Melles, na freguesia de S. Bartolomeu dos Villares, na freguesia de S. Martinho / das Múrias, na freguesia de Santo André dos Avantos e / na freguesia de, S. Vicente, aonde costumão os ilustrissimos Reitores que apresentam cura nesta freguesia de Alla que hé cabeça: / e apresenta mais cura nesta freguesia de Santa Catterina do / Brinçó, porem elle assiste em S. Vicente de Alvites. /

Tem mais este lugar de Alla / hua capella no meyo da aldea, que hé a de a do Santissimo / Sacramento, e duas ermidas particulares, hua hé a de Santa / (p. 438) Maria que pertence à Casa do i(lustrissimo) Reverendo padre Luis Pereyra Choa, conego apresentado na Sé de Miranda e a / outra ermida hé de Santo Antonio. /

E hé abundante em trigo, cen-/teyo, vinho, azeite, e castanha; / dista de Bragança seis legoas, / de Vinhais seis, da praça do Chaves oito, de Mirandella tres, da Torre de Moncorvo sette, de Miranda doze, da Torre de Dona Cha-/ma aonde se faz feira todos os meses duas, e da capital do / Reino sessenta e cinco. /

Não padeceo ruina alguma no terramoto / do ano de 1755. Tem tres fontes perenes cujas agoas são / de sabores, saladiferos. /

E não tem cousa alguma mais de que / se possa fazer especial menção, digna de memoria. Alla / 20 de Mayo de 1758. /

O Padre Francisco Rodrigues cura da supra dita freg(uesi)a.

Doc. n.º 3

Alvites

SÁ, Miguel Rodrigues - *Alvites*, D. G., vol. 3, mem. 46, fls. 253 a 358, mf. 295.

(fl. 353) Alvites = Resposta ao que / se pergunta /

Alvites pertence à provincia de / Trás os Montes, ao Bispado de Miranda, comarca / da Torre de Moncorvo, ao termo e villa de Mirandella, freguesia e Reitoria de Santa Eugenia / lugar de Alla. Da dita villa de Mirandella hé / donatario o Ilustrissimo e Excelentissimo Marques de Tavora. Tem este lugar com suas annexas cento e trinta vizinhos e quinhentas pessoas./ Este lugar tem vizinhos sesenta e seis; Vale de Lagoa / sua annexa / trinta e tres. Lamas de Cavallo annexa / vinte e tres. Açoreira tambem annexa oito. Está / este lugar situado em pequena campina entre / varios outeiros tudo terra cultivada e levantada / virada ao sul somente se descobre o lugar de Bornes / e sua serra, que ficam de Avantos tres legoas. A Parrochia / está à entrada do lugar para a parte do nascente. Val-/dellagoa fica-lhe ao nascente com um val muito/saido donde se nam descobre lugar algum. Açõ-/reira fica-lhe quasi ao sul, e antigamente se diz / foi lugar, e fica ao pé de hum ribeiro muito / fundo donde se nam descobre couza alguma. Lama / de Cavallo ficalle ao poente em hum val entre ter-/ra levantada circundada de outeiros he nam se avista / lugar algum. Hé orago desta freguezia Sam / Vicente; tem a Igreja somente tres altares; hum / do mesmo santo que hé o altar mor: e outro de / Santo Chisto, e outro de Nossa Senhora do Rosa-/rio, que sam os dous collaterais. Tem mais huma /(fl. 354) capella particular para a parte norte / de / Nossa Senhora dos Prazeres, de que hé Administrador / Amador de Bandos. A dita Igreja nam / tem naves, hé espacioza e de grandeza ordinaria. Nam / tem Irmandade. Os parrochos della, a sua instituição / sam dous curas hum delles hé coadjutor. Há muitos a-/nos que residem nesta parrochia os Reitores de Santa / Eugenia de Alla por ser sua annexa. A renda que / tem o Reitor de ordenado corrente é dous mil Reis / e dous alqueires de trigo, e dous almudes de vinho, e mais sete-/centos e sincoenta Reis que tudo isto hé do comenda-/dor, e tem mais as benesses da Igreja. O revelado = / reitor tem somente oito mil reis e corenta alquei-/res de pam meados; e outro cura quando residia ti-/nha de congrua seis mil reis e trinta alqueires de / pam meados que isto

pertence ao cura que o Reitor / apresentou em Alla. Tem mais o Reitor de pagar / huma tapada ao pé da Igreja de Alla que renderá / mil reis. E esta reitoria hé da representaçam / do Padroado Real e os curas sam apresentados pelo / Reitor. Tem a dita freguesia capella de Sam Se-/bastiam em Valdellagoa, e a ermida de Nossa Se-/nhora da Conceiçam na Quinta da Açoreira, a ermi-/da do Espirito Santo na Quinta de Lamas de Cavallo; tem / mais no cimo deste lugar a ermida de Santa Maria / Madallena de que hé administrador Jozé Pinto Mei-/relles da villa de Val de Asnes por do seu vinculo que / aqui pertence; tem a ermida de Santo Amaro fora do / lugar; hum tiro de mosquete para a parte do occidente / tem mais a ermida de Santa Maria Madallena pa-/ra a parte do sul em hum levantado outeiro que / dista do lugar seis tiros de mosquete, nam aco-/dem a ellas romagem alguma somente nos / dias da romaria/. Os frutos da terra em mais abundancia /

(fl. 355) hé o azeite, centeio, trigo, / para si e mais frutos como hé pardas, temoços, / e milho, feijam, boboras, nabos, meloins, / mellancias, e nabbiças, e de tudo pouco por falta de / agoa de rega. Tambem se colhem figos ordinaria-/mente, algumas maçans, e poucas peras, cerejas / jinjas, marmellos, castanhas, e vinho ordinariamente. Neste lugar há juiz de vintena, da mesma sorte / em Valdellagoa, e Lamas de Cavallo sujeitos á justiça / ordinaria da villa de Mirandella. Nam há feira / nem correio. Serve-se esta freguezia do de Torre / de Moncorvo que fica distante sete legoas. Esta freguezia / fica distante da cidade capital do Bispado doze legoas, e / da capital do Reino setenta e seis. Tem o privilegio da carreira / da cal, da cal que sam os moradores obrigados ajudalla a conduzir / para reparaçam das fortallezas da villa de Chaves sem paga / alguma e por isso lhe concedeo Sua majestade o privile-/gio. Nam padeceo ruina no terramoto de mil sete-/centos e sincoenta e cinco, somente se secaram alguns nascentetes. /

Aos dez de Março deste presente anno de mil tetecen-/tos e sincoenta e oito aos dezasete dias do dicto mes, pelas dez / horas da

noite abriu uma grande tempestade de vento / com furioso e tinotruozo
nevuado o apanhou uma longi-/tude no espaço de hua grande legoa e de
longitude de / tres tiros de mosquete em cujo ambito, assolou nota-/bel
copa de arvores specialmente oliveiras, umas / estragando totalmente a
vida a tam impetuoza, e / tremenda tempestade e outras depojadas da
gala e frondosos ramos. Não perdoou a / telhados que encontrou como
foi a capella / de Santa Maria Madallena deste povo e a quinta / (fl. 356)
de Valdellagoa adonde muitas cazas telhas / sobre telha lhe não ficou. E
nestes termos se verifi-/ca padeceo esta freguezia de perda mais de /
hum conto de reis somente em oliveiras. Nam tem esta / freguezia serras
mas todo o seu termo, consta de partes altas e baixas sem splaniciaais.
Nom tem / rios permanentes somente ao sair deste lugar / de Alvites para
Valdellagoa / há hum ribeiro em que an-/dam alguns moinhos pouco
tempo e mais adiante no mesmo / caminho de Valdellagoa huma ribeira
de mais agoa / em que há muitos moinhos, e tem algumas pontes de /
pedra singellas; tem seu principio na serra de Alla, e / corre huma legoa
sem nome e athé ó termo desta fre-/guezia e abaixo d'elle se chama se
chama Rio de Vides, e com este corre até entrar na ribeira maior / dos
Cortiços cuja corrente hé maior permanentemente mas / nam continua e
no fim nam cria peixes comestiveis / mais que enguia. Ao pé de
Valdellagoa há outro ribeiro com / seu pontam de muito menos agoa; há /
pela Quinta da Açoreia outra ribeira que / tem moinhos que somen-/te
andam no inverno. Hé esta freguezia de bom tempe-/peramento para
conservaçam da vida humana e para / criaçam de gado miudo como hé
carneiros, ovelhas, porcos, necesarios; nom se cria gado maior por / falta
de prados pois em todo este territorio se cultiva / para pam. Não hé
abundante de caça por fal-/ta de montes. E nam me parece existir outra /
couza que deva responder no que se me pede /e perguntar. Hoje,
Alvites, trinta de Março, / de 1758 /

O Reitor encomendado, o Padre Miguel Rodrigues de Sá.

Doc. n.º 4

Avantos

RODRIGUES, Domingos – *Avantos*, D. G. , vol. 5, mem. 41, fls. 794 a 795, mf. 290.

(fl. 793) *Avantos* /

Este lugar de *Avantos* fica em Provincia de *Tras* / dos *Montes*, pertence ao Bispado de *Miranda do* / *Douro*, A Comarca de *Torre de Moncorvo*, ao termo da / villa de *Mirandella*, e hé annexa da *Reitoria de* / *Santa Eugenia de Alla*. /

Hé senhor donatario deste termo de *Mirandella* / o *Excemo. Marques de Tavora*. /

Tem quarenta vezinhos, e cento e quarenta pessoas. /

Está situado entre alguns *outeiros*, e delle não / se descobre povoação alguma, dista de *Alvites* meia / legoa, do *Romeo* meia legoa, e das *Pousadas* hum / quarto de legoa. /

A *parroquia* está dentro do lugar, o orago hé *Santo* / *André*, tem dous altares *collaterais* hum do *San-/to Christo*, outro de *Nossa Senhora*, tem duas *naves*; / não tem *capella* mor, porque a que havia se *arrui-/nou*, e pertence a *commenda mandalla* fazer e não / se pode conseguir, tendo o povo feito de novo o *corpo* / da *igreja*; tem hua *irmandade das Almas*. /

O *paroco* hé cura apresentado pello *Reitor*, / tem da *commenda* oito mil réis, dous *almudes* de *vi-/nho*, e cinquenta e dous *alqueires* de *pam*. /

Tem hua *ermida* de *S. Sebastiam*, hu *tiro* de / *mosquete* fora do lugar. /

Os frutos da terra são *trigo*, *centeio* e *azeite* ainda / de tudo *mediano*. /

(fl. 794) Está sojeita as *justiças* de *Mirandella*. /

Servesse do *Correyo* da *Torre de Moncorvo*. /

Dista da *Capital* do Bispado doze *legoas*, e de *Lisboa Capi-/tal* deste *Reino* *setenta e seis*. /

Pella misericordia de Deos não padeceo de ruina alguma / no terramoto de 1755. /

E não há neste lugar mais cousa alguma digna de me-/moria, a que se haja de responder. Avantos, 4 de Abril / de 1758. = /

Cura do di(ct)o lugar

Pa(dre) Domingos Rodrigues.

Doc. n.º 5

Brinço

CORREA, Domingos - *Brinço*, D. G., vol. 7, mem. 67, fl. 1219, mf. 301.

(p. 1219) Este Lugar de Brinço, freguesia de Santa Catari-/na, termo da villa de Mirandella, comarca de Torre de Mon-/corvo. Fica na província de Trás os Montes, Bispado de Mi-/randa do Douro. É do mesmo, hé donatario o illustrissimo e / excelentissimo Marques de Tavora. Tem o mesmo Lugar qua-/renta e outo vezinhos, pessoas cento e cincoenta e seis; não se / descobre deste lugar povoação alguma. Tem termo seo, tem a / sua Igreja dentro do mesmo povo, de que hé orago Santa Ca-/tarina com dois altares; som de do Santo Christo e outro de No-/ssa senhora do Rosario. Tem hua Irmandade de coatro centos / e corenta irmãos com invocação da Senhora do Rosa-/rio; tem cura. Tem de estipendio outo mil réis e quarenta / e dois alqueires de pam miado, treze centeio e tres almudes de vi-/nho em mosto ou doze limpos. Hé apresentado pello reitor de San-/ta Eugenia de Alla. Tem hua ermida de Sacto Roque, está fora do povo e só se faz a sua missa cantada no dia dez do mês de / Agosto em o coal dia vem a ella gente dos povos (que) ficam vizinhos / em romaria. Os frutos da terra sam vinho, azeite, pam centeio / e castanhas e neçe mais para os seus moradores. Somente / dista da cidade de mirandela doze legoas. nam tem ponte nem lugar algum / de que se faça especial declaração, nem nem no termo. Em mil / setecentos e cincoenta e cinco, ouve mais que o tremarem as casas / e a Igreja. E de todos os mais interrogatorios nam há cousa digna de / memoria. Brinço e Abril vinte e cinco /

O Padre Domingos Gomes

Doc. n.º 6

Cabanelas

Cabanellas, D. G., vol 8, mem. 7, fls. 37 a 38, mf. 311.

(fl. 37) Para dar satisfação á interlectutoria e empresso de Sua Magestade Fedelissi/ma me pus a descrever com individuação as partes e limites deste Lugar de / Cabanellas; e hé o que se segue, e adiante vay. /

1. Fica esta freguesia na provincia de Tras os Montes, hé Bispado de Miranda / Comarca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mirandella, pertence à freguesia de Mascarenhas. /

2. Hé terra do Excelentissimo Marques de Tabora. /

3. Tem este Lugar quarenta e seis fogos, pessoas / de sete anos para cima cento / e trinta e tres; está situada em campo descoberto para o Norte. /

4. Desta se des/cobrem o Lugar de Bouzende que fica junto da serra chamada Pena Mourisca / e fica na distancia de coatro legoas Mascarenhas e Val de Gouvinhas, que / fica cada huma destes Lugares na distância de hua legoa. /

5. Deste nada. /

6. A Parochia está sita fora do Lugar em pouca distancia, ao prezente achasse / derribada para se reformar, e nam tem mais Lugares. /

7. O seu orago hé Sam Sebastiam e tinha tres altares: no altar mor estava / a imagem de Sam Sebastiam e nos dois colaterais, no da parte do Evangelho / a imagem de Nossa Senhora do Rosário, e no da parte da Epistola a imagem de Santo / Estevão. Tem hua Irmandade do Santissimo Sacramento e mais nada; cons-/tava de duas Naves. /

8. O parrocho desta freguesia hé cura annual cuja apresentação pertence / ao Reytor de Mascarenhas; rende somente ultra do que dá o pe de altar / des mil e quinhentos reis, dous almudes de vinho e trinta e dous alqueires / de trigo. /

9. Deste nada. /

10. 11. 12. Destes tambem nada. /

13. Está sita no meyo deste Lugar hua Ermida com a invocação / de Santo António cuja imagem se acha nella, e nesta se exercitam as o- /brigações parochiais por incoanto se não erige a Parochia; a administra- /ção desta Ermida pertence aos moradores deste mesmo Lugar. /

14. Deste nada. /

(fl. 38) 15. Os frutos que os moradores desta freguesia recolhem hé trigo, / centeyo e algum milho e azeite com abundancia e outros mais / legumes que a terra produs mediante a industria dos homens. /

16. Tem este Lugar juiz de vintena com sogeição à camara da vi-/lla de Mirandella. /

17. 18. 19. 20. Destes nada. /

21. Dista esta freguesia da cidade de Miranda que hé / a capital do Bispado quinze Legoas, e da cidade de Lisboa que hé a capital do Reyno setenta e cinco. /

22. 23. 24. 25. 26. 27.. Destes nada. /

No particular da serra, como neste sitio não pricipia nem / finda alguma, não tenho que dizer. /

No particular dos Rios tambem não tenho que dizer pois / nenhum corre pellos limittes desta freguesia, nem deles / tem seu princípio e hé o que na verdade posso dizer.

Doc. n.º 7

Caravelas

PEREIRA, Manoel - *Caravellas*, D. G., vol 9, mem. 125, fls. 823 a 825, mf. 312.

(fl. 823) Manoel Pereyra cura da Parochial igreja de / Sam Bras do Lugar de Caravellas certifico em / como por parte do ilustrissimo cabido deste / Bispado de Miranda me foi apresentado o for-/molario retro para responder a hums interrogato-/rios escritos em elle e sam as seguintes: /

1. Está este lugar na provincia de Tras os Montes / do Bispado de Miranda do Douro, Comarca e / termo da villa de Mirandella, pertence à fre-/guesia de Santa Marta do lugar de Bornes. /

2. Hé do ilustrissimo senhor Marques de / Tavora. /

3. Tem setenta, e tres fogos, tem trezentos e vinte / e cinco pessoas. /

4. Está situada no pé da serra de Montemel / em hum campo descuberto donde se des-/cobrem varias povoações, como sam, La-/mas de Orilham que dista deste lugar tres / legoas; o lugar dos Paços dista tres legoas, e meia, o lugar de Abambres dista outras / tres legoas, o lugar de Carrazedo de Mon-/te Negro, dista deste lugar cinco legoas, / a villa de Sesulfe dista deste lugar duas legoas / e meia, o lugar de Chellas dista deste lugar / duas legoas e meia. /

(fl. 824) 5. Deste nada. /

6. Está a parochia dentro do lugar. /

7. Hé o orago Sam Bras. Tem tres altares, hum o al-/tar maior, outro do Santo Christo e outro de Nossa / Senhora do Rosario; tem somente a igreja duas / naves. Nam tem irmandade alguma. /

8. Tem cura annual e hé appresentado pelo reve-/rendo reitor de Bornes. Renderá todos os annos / pouco mais ou menos quarenta mil réis /

9. Deste nada. /

10. Deste nada. /

11. Deste nada. /

12. Deste nada. /

13. Tem duas Ermidas huma de Sam Bernardino / dentro do lugar, outra de Sam Miguel, está / fora do lugar. /

14. Deste nada. /

15. Os frutos ordinários sam pam ceteyo, e trigo / castanhas, vinho. /

16. Tem juis este lugar, juis a que chamam da vin-/tena sujeyto ao juis ordinario da villa de / Mirandella. /

17. Deste nada. /
18. Deste nada.
19. Tem huma feira em dia de Sam Bras franca / dura hum dia inteiro. /
20. Servesse do correio da Torre de Moncorvo dista / deste cinco legoas. /
(fl 225) 21. Está este lugar distante da cidade de Miranda / capital
deste Bispado treze legoas, e da cidade / de Lisboa setenta e coatro
legoas. /
22. Deste nada. /
23. Deste nada. /
24. Deste nada. /
25. Deste nada. /
26. Deste nada, nem de todos os mais inclusos no / formulario, retro
o que dei comprimento / dentro do tempo determinado. E para constar /
assignei em Caravellas aos coatro de mayo / de mil e setecentos e
cincoenta e oyto. /

O Cura Manoel Pereira.

Doc. n.º 8

Carvalhais

FERRO, Manoel Martins – *Carvalhais*, D. G. , vol. 9, mem. 173, fls.
1099 a 1100, mf. 312.

(fl. 1099) Carvalhais de Mirandella

1. Na provincia de Tras os Montes no Bispado de / Miranda,
comarca de Moncorvo, termo da villa de Mira-/ndella, da
aprezentação da Reytoria, de Santa Maria / do lugar de Mascarenhas
que hé dada pella Sé Apos-/tolica Está a freguesia do Lugar de
Carvalhais, oraguo / do Devino Espirito Santto. Por tradiçam consta ser
fregue-/sai há mais de 300 annos. Tem tres altares a igreja. /

2. Tem este Lugar de Carvalhais corenta e cinco moradores / e
cento e corenta pesoas. /

3. Está o lugar em hum bayxo junto de huma Ribeyra / caudeloza chamada Ribeira dos Lobos, hé munto boma / terra porque dá azeyte, pam, vinho, linho de toda / a casta, e fruta munta, e boma, e munto melam. Hé / foreyra aos senhores marquezes de Tavora por ser de / prazos de que lhe paguam penssam e nelle se recolhem / todos os frutos da Commenda de Santa Maria que / hé huma grande renda. Está este lugar perto de hua / grande estrada. Hé lugar sem termo delle se vê a villa de / Mirandella que está a meia legoa e se vê o Lugar / Villa Nova, vê se delle as serras de Monte Mel, para a apar-/te do meio dia ve-se a serra dde Paços pera Poente. /

4. A Parroquia está arrimada ao Lugar, fora delle. Conservase / nella sempre o Santissimo Sacramento, com sua confraria do / mesmo. /

5. Tem paroquo que hé confirmado e nam tem termo, hé Lugar /chamado Carvalhais. /

6. Ja dixee que a parrochia está arimada a hum lado / nenhuns lugares ahi vam a ouvir Missa. /

(fl. 1100) 7. O seu orago hé o Espirito Santo. Tem tres altares, / o maior na capella mor do Espirito Santo, no largo da / igreja o da senhora do Rozario ao lado direito e outro de Sam Sebastiam. /

8. Tem parrocho confirmado da apresentaçam da Rey-/toria de Mascharenhas, estipendio que dá o Comendador / des mil e quinhentos, / trinta e dois alqueires de trigo quatorze almudes de vinho em mosto ou doze limpos. /

9. Nam tem beneficiados, nem conventos / 10. 11. 12. 13. 14. /

Destes nada. /

15. Aqui se recolhem os frutos de toda a Comenda da Reito-/ria de Mascarenhas que sam de cinco freguesias e des / quintas, que nam tem parrochio; e já dixee que hé mu-/nto abundante de todos os frutos, excepto castanhas. /

16. Hé sugeito a villa de Mirandella. /

17. Neste povo morou D. Alexandre, natural de Villa Rial, hera Sarjento mor da villa de Murça homem / munto lido e rico deixou seu Morgado- / 19. nada. /

20. Valesse do correo de Moncorvo que sahe na ter-/ça feira da semana. /

21. Dista quinze legoas daqui a Miranda cabeça do / Bispado e de Lisboa dista oitenta Legoas pouquo / mais ou menos. /

22. Nam tem privilegios oje. 23. 24. 25. Nada. /

26. Nam padeceo ruina alguma / e nam tenho mais que possa dizer.

/

Carvalhais e Maio, 9, data 1758. /

Confirmado desta. /

Padre Manoel / Martins Ferro.

Doc. n.º 9

Cedães

CAMPOS, Fellippe Luis de – *Cedães*, D. G., vol. 10, mem. 247, fls. 1663 a 1664, mf. 321.

(fl. 1663) Cedans /

Respondo aos interrogatorios que me per-/guntam digo que este lugar de cedães cons-/ta de noventa e tres moradores, he duzentos / e cincoenta pessoas de comunham; sua matriz / hé Santo Ildefonso, consta de coatro altares que hé o maior e dois colaterais; / hé sua capella particular de Santo Cristo e esta / tem sua Irmandade que serom coatro centos / irmãos; tem tres capellas no meio do lugar / hua de Sam Ildefonso, outra de Sam Sebas-/tiam todas essa, administrada pello povo / do avade de Santa Catherina que tem só desses moradores particulares que hé hu padre / Manoel da Cota. Há mais outra de Santo Luis / distante do lugar coarto de legoa, tam-/bem addministrada pelo povo. Hé esta matriz / de Santo Ildefonso mantem anexa alguma an-/tes della, hé anexa Nossa Senhora da Encarnaçam da villa de Mirandella; /

este sobredito lugar está situado em hum baixo entre sump(tuosos).
Outeiros pasa plo meio / (fl. 1664) Hu ribeiro no inverno bem /
arreatado no veram nam leva agoa. / São os frutos que se aqui dam
sam / o azeite em abundancia, vinho pouco, nam / se avista delle
povoado algu, nem tenho mais / couzas memoraveis que deste sitio se
posam / comtar. He para que conte fiz esta infor-/maçam bem e fielmente
que asinei eu. /

Cedães hé Março – 13 de 1758 /

Padre Fellippe Luis de Crastto / Cura de Cedães. /

Declaro que este lugar hé da terra de / Mirandella que tudo hé terra
do Senhor / Marques de Tavora, Bispado de Miranda.

Doc. n. 10

Cedaínhos

MORAES, Silvestre de – *Cedainhos*, D. G., vol. 10, mem. 248, fls
1665 a 1666, mf. 321

(fl. 1665) Em satisfaçom de hum roteiro que veio para satisfazer
cabbe / Pimeiram(ente) hé este lugar de binte moradores / pessoas que
nelle habitam sesenta – 60. /

Hé terra de Mirandella – Comarca de Torre de Moncorvo. /

Tem cura annual hé pertencente à Reitoria de Bornes / Comenda de
santa Marta de que (hé) comendador o Conde / da cidade de Lisboa. /

Tem o cura deste lugar de estipendio em dinheiro / seis mil réis em
pam, corenta e dois / alqueires – vinte e dois de trigo e bin-/te de centeio
e dous almudes de vinho, que tudo isto / dá o comendador. /

Está o dito lugar situado junto de hum monte delle / se não descobre
povoaçom algum por ficar metido em / hum valle baixo e diste somente
meia legoa pra debai(xo) dos que tem cento e vinte moradores./

E tem o dito lugar termo, mas hé munto pequeno. / e orago desta
igreja hé Som Ceríaco; tem a dita / igreja tres santos somente tem no
altar mor Som / Ceríaco com padroeiro e Nossa Senhora do Rosário / em

outro altar; em outro hua Imagem de Santo Christo / e não tem mais nada do nomeado no dito mosteiro, nem cruzei-/ro, nem capela alguma, nem romagem, / nem outra cousa de que se posa dar conta. /

(fl. 1666) / Os frutos que se colhem neste dito povo som pam / mas pouco, azeite e hé tambem pouquo e o vinho / hé tambem pouco. E alguns frutos como som castanhas, / alguns linhos e fruteiras, mas de tudo pouquo, pois / hé pequeno termo e muita mao. /

Está sugeito o povo somente à camera de Mirande-lla. /

Deve distar este povo da cidade de Lisboa oitenta legoas / e da cidade de Miranda a quem pertence o governo / desta igreja doze. /

E não há cousa mais algua de que se posa fazer rela-/çam della / com detalhe o referido no roteiro como fica e somente / algum gado como sam bois, ovenhas, de que se governam / os moradores deste pequeno povo por serem os morado-/res delle munto libres, de tudo há munto pouco, e caça algua há como são coelhos e perdizes e lebres / por ser o dito pouco habilitado de alguns montes e não te-/nho mais do que se conta. Cedainhos, Março, 24 de / 1758. /

O Parrocho de Cedainhos

Silvestre de Moraes.

Doc. n.º 11

Chelas

FERN(ANDES), Bartholomeu - *Chelas*, D. G., vol. 11, mem. 304, fls. 2119 a 1121, mf. 320.

(fl. 2119) 1. Lugar de Chellas é provincia de Tras os Mon-/tes, Bispado da cidade de Miranda, Comar-/ca da villa de Torre de Moncorvo, termo da / villa de Mirandella, pertence à Reitoria de Mi-/randella. /

2. Hé de El-Rei que Deos goarde. /

3. Moradores trinta e sinco, pessoas de confesam e / comunham setenta e tres, confisam som / ceis. /

4. Está em hum alto descobrem se o Lugar de Eixes vezinho. /

5. Nada. /

6. A Igreja está fora do povo. /

7. Orago Santa Maria Madalena tem altares / do orago, hum da Senhora e outro de Santo / Cabastiam; tem huma capella no meio / do povo de Santo Grigorio, tem Irman-/dade do mesmo Santo. /

(fl. 220) 8. O parrocho hé cura, hé apresentaçam / do Reverendo Reytor da villa de Mirandella; / tem de renda dez mil e quinhentos, cator-/ze almudes de vinho em mosto ou doze / em lipo, vinte sete alqueires de trigo, / quinze de centeio

9 - ; 10 -; 11-; 12-; 13-; 14-;

15. Os frutos sam trigo, centeio, vinho, e a-/zeite e os mais do veram; de vinho medianamente. /

16. Esta sojeita as justiças da villa / de Mirandela vila do Marques / de Tavora. /

17. - ; 18. - ; 19. - ; 20. -; 21. -; 22. -; 23. -;

(Fol. 221)

24. -; 25. -

26. Nam padeceo ruina alguma no terramoto. /

27.-

Vy e revy os mais interrogatorios nada mais / cey, só cim o Lugar de Chellas está entre / dois rios; todo anno corre no inverno / abundancia de agoa, em o vram media /nnamente; em ambos há muntas mo-/endas ambos os rios trazem peixes; / cassa nelles quem quer, nam cey que delles se reguem campos, não cey donde / tem os ceus principios. Correm para o mar / Pasa na verdade o referido; hoje / 1 de Abril de 1758, o Cura de Chellas /

O P(adre) Bartholomeu Fern(andes).

Doc. n.º 12

Contins

SARM(ENTO), Francisco Jozé de M. - *Contins*, D. G. , vol. 11, mem. 377, fls. 2561 a 2562, mf. 320.

(fl. 2561) Esta freguesia do lugar de Contins está no na Provincia de / Trás os Montes, no Bispado de Miranda do Douro, pertence / à Comarca da Torre de Moncorvo, hé do termo da villa de / Mirandella / e pertence à Parrochial Igreja de Sam / Nicullau dos Vales, Arcebispado de Braga. /

Hé donatario desta terra o Ilustrissimo, e Excellentissimo Senhor Dom Francisco de Assis de Tavora /

Tem trinta e coatro fogos, e pessoas tem oitenta e sete. /

Todo o povo está sentado em fraga, e a Igreja / está na borda do lugar. /

O padroeyro, ou orago da Igreja hé Sam Joam Baptista; tem tres altares, em hum está o Padro-/eyro em outro está Nossa Senhora do Rosario, em / outro está huma imagem de Cristo Crucificado. /

Tem duas Irmandades huma das Almas / outra do / Santissimo Sacramento. /

O Paroco hé cura e apresentado pello Reveren-/do Reytor dos Vales; tem de rendimento vinte e coatro / mil reis. /

Os frutos que se colhem nesta terra hé pam / de trigo, centeio, cevada, milho, feijoiens, vinho, (fl. 2562)azeite e de todos estes frutos a maior abundan-/cia hé pam, vinho, azeite. /

Está sogeito este povo ao juiz ordinario da villa de Mirandella. /

Está distante da cidade de Miranda, capital do / Bispado catorze legoas, e de Lisboa capital do Reino / dizem que setenta e tantas legoas. / Nam há nesta vezinhança serra que / contenha couzas notaveis dignas de / memoria. /

Ao pé desta freguezia pasa o rio Tua assim / chamado, que dizem nasce de hum monte no / reino da Galiza, e que do mesmo vale caudolo-/so, e a sua corrente hé de Norte para Sul, e / todo anno correm as suas

agoas, em elle entram / varias ribeiras, hé navegavel; porem nam hé capaz / de embarçoens, e no que aqui se conclui hé de / curso quieto. /

Alguns peixes cria e a maior abundancia delles / sam barbos, e bogas. /

Em / (fl. 2563)todo tempo do anno se pesca nelle / e sam livres as pesquarias. /

As suas margens se cultivam, e tem munto ar-/boredo de fruto e silvestres, e nam consta que tenha / outro nome, mais que o assima dito. /

Este rio recolhe se no Douro, tem ao pé / da villa de Mirandella huma ponte de cantaria. /

Tem muntas azenias para moer pam. /

Livremente uzam os povos das suas agoas, / sem pensam alguma. / Quantas legoas tem nam sei, nem as povoaçoens / por onde passa. /

E os interrogatorios em que se nam fala, hé por nam haver nesta freguezia / couza digna de memoria. Contins e Junho / 28 de 1758. /

O Cura Francisco Jozé de M. Sarm(ento).

Doc. n.º 13

Freixeda

PINTO, Belchior – *Freixeda*, D. G. vol. 16, mem. 169, fls. 1037 a 1038, mf. 169.

(fl. 1037) Mapa de que contem este do Lugar de Freixeda de Mirandella

1. Fica este lugar da Freixeda na Provincia de Tras os / Montes, no Bispado de Miranda do Douro, comar-/ca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mirandella. /

2. Hé este lugar das terras donatarias do Exmo Marques / de Tavora. /

3. Tem esta freguezia noventa e sinco vizinhos e du-/zentas pessoas de idade de doze anos para sima. /

4. Está este lugar situado entre montes, que todos se / cultivão, mas não são tão avultados que mereça / ter nome. E desta freguezia só se descobre o lugar / de Villa Verde, que dista meia legoa. /

5. Tem somente de seu o termo em que os cultivadores co-/lhem seus frutos em liberdade, apascentam seus / gados. /

6. Está a parochia ou igreja na falda de lugar, da freguezia sobre si sem ter anexa alguma. /

7. Hé orago de S. André Apostolo; tem dois altares / collaterais; o altar mor hé de N(ossa) Senhora e outro do / Santo Cristo e neste uma Irmandade, ou Confraria. /

8. Hé esta igreja da apresentação da Reitoria de Mi-/randella com/ a natureza de cura annual, e / chegará o seu rendimento certo, e incerto, de huns an-/nos para os outros a sessenta mil reis. /

9. Neste nada. /

10. Neste nada. /

11. Neste nada. /

12. Neste nada. /

13. Neste nada. /

15. Colhem os moradores deste lugar mediano trigo, su-/ficiente colheita de centeio, abundante colheita de / azeite, e bicho da seda, e super abundantes / de figos, porque tem havido anno de recolher o di-/zimo trinta arrobas somente dos que se secam, porque / dos que se comem em fresco em verdes se não cestuma pagar. /

(fl. 1038) 16. Tem este lugar juiz chamado de vintena, sojeito ao / juiz de

Mirandella. /

17. Neste nada. /

18. Neste nada. /

19. Tem hua feira em dia de Santo André mas de pouca / duração, hé franca. /

20. Serve se do correio de Torre de Moncorvo, que dista seis legoas. /

21. Dista este lugar da cidade de Miranda capital deste / Bispado catorze legoas; e à de Lisboa setenta / e sinco legoas.

22. Neste nada. /

23. Neste nada. /

24. Neste nada. /

25. Neste nada. /

26. Neste nada, nem de todos mais que contêm / os interrogatorios, que com este inicio, dentro do / tempo, que me foi cominado. Freixeda e Abril / 12 de 1758.

O Cura Belchior Pinto.

Doc. n.º 14

Mascarenhas

HENRIQUES, João - *Mascarenhas*, D. G., vol. 22, mem. 76, fls. 537 a 538, mf. 350.

(fl. 537) Titulo de Mascarenhas /

Este lugar hé da provincia de Trás os Montes, pertence ao / Bispado de Miranda do Douro, Comarca de Torre Mon-/corvo, termo de Mirandella. Hé senhor delle o Ex-/celentissimo Marquês de Tabora. Tem cento e oiten-/ta moradores com as anexas que sam Paradella, Valprei-/ro, Valbo, Gorivanes, pessoas quinhentas. Es-/tá situada em ladeira descobrindosse delle pouca terra. / O orago hé a Senhora da Assupçam. Tem cinco altares / Santa Cruz, Sam Sebbastiam, a Senhora do Rosario, Santo / Cristo. Hé reitoria, tem de congrua quarenta mil reis, apre-/senta Sua Santidade o Senhor Bispo conforme o mês em que / sucede, apresenta cinco Igrejas, Romeu, Vilar de Ledra, / Carvalhais, Pousadas, Cabanellas. Nam tem conventos / nem hospitais, nem Mizericordia. Tem duas ermidas de pe-/ssoas particulares, Santo Antonio, e a Senhora do Deste-/rro, estas estam sitas dentro do Lugar. O maior fruto / dela hé

azeite, ainda que tudo produs. Está sogeyta / ao governo das justiças da Villa de Mirandella. Nam encontro / nem há memoria que dela sahisse homens insignes. Nam / tem feyra, nem correio servesse do de Mirandella. Dista / da cidade capital do Bispado catorze legoas e da do Rey-/no setenta. Nam tem privilegios, nam hé porto de mar. /

Nam há fonte, nem lagoa celebre. Nam hé murada, nam / há nelle castelo, nem torre alguma, nam padeceo ruina no / terramoto. Nam tem serra alguma. Medea junto delle hum / rio por nome Tuella. Corre todo anno este se ajunta como o / (fl. 538) Rabaçal junto á ponte de Mirandella, hé de curso quieto / em partes capaz de barquiar; corre de Norte para Sul, cria / peyxes miudos, nam há pescarias, sam cultivadas as suas mar-/ges, / nam sey que tenham virtude as suas agoas, nam sey que tem-/ha cachoeyra, açude, levada que imbaracem a ser navegavel. /

Nam tem pontes de pao, antes sim tem hua de cantaria junto a / Torre de Dona Chama. Tem moinhos e azenhas, noras; nunca / ouvi dizer que de suas areias se tirase / ouro, hé livre para usar / de suas agoas. Outros poderam dar mais plena noticia de / suas origens. /

Mascarenhas 20 de Abril de 1758. /

O Cura João Henriques

Doc. n.º 15

Miradezes

ZEDO, – *Miradezes*, D. G., vol, 42, mem. 189, fl. 91, mf. 631.

(fl. 91) Miradezes hé aldea e parochia do termo de Miran-/della, na Commarca de Moncorvo. O seo povo consta de 25 fogos, com 65 almas de Sacramento. Sua matriz dedicada a / S. Sebastião.

Doc. n.º 16

Mirandela

DIAS, Eusebio Esteves - *Mirandella*, D. G., vol. 23, n.º 156, fls. 1031 a 1040, mf. 456.

(fl. 1031) Descrição da Villa de Mirandella mandada fazer / pello Excelentissimo Cabido da Cidade de Miranda, sede Episco-/palli vacante por ordem d' El Rei Nosso Senhor que / Deos guarde. /

Na fertelissima e agradavel ribeyra do Rio Tua / está situada a villa de Mirandella cingida de invete-/radas muralhas, em cuja antiguidade se assegura a sua / nobresa ademira-se rodeada de hum vistozo e excessi-/vo numero de oliveiras, que repartidas por diversas / erdades a utillisam e e formozeam. Dista da cidade / de Miranda, a cujo Bispado pertence catorze legoas; / de Bragança nove; da Torre de Moncorvo seis; de / Villa Real dez; de Chaves sete. /

Pello parte do Poente faz huma especie de Anfitiatio / como a cidade de Coimbra. Os muros que já disse se-/rem antiquissimos, se acham em parte arruinados. /

Conservam se ainda nelles duas portas huma chamada / de Santo Antonio outra de Santiago. Tem em sua / povoação bastantes edificios nobres. No sitio mais / eminente, de admiravel architectura está / o palacio dos Excellentissimos Marqueses de Ta-/vora, seus quasi immemoraveis e meretissimos donata-/rios e ao presente o está sendo o seu sucessor, o / Excelentissimo Senhor Francisco de Assis Tavora, Con-/de de Alvor, e espector mor da Cavalaria. /

Escreve o P(adre) Carvalho na sua "Chorografia", T. 1, cap. 15, p. 448, que foi fundada com o tito-/llo de villa por El Rey D. Afonso 3.º, que lhe deu / foral no anno de 1288. Porem hé erro / (fl. 1032) manifesto porq(ue) este monarca falleceo dez annos / antes, que fosse o de 1278, e a sua reedificação foi / feita por ordem de El Rey D Denis, paçada em dois / de Setembro de 1282, como consta do libro primeiro / da sua "Chorografia", alegada pello cronista mor Fra-/cisco Brandam no tomo 5 da sua "Monarquia Lusi-/tana", liv. 16, cap. 28, fl. 75 aonde se vê que o prince-/pe atendendo cuidadosamente à comodidade dos / Povos, a fez

mudar do sitio em que estava, consideran-/do-o desacomodado e com poucas vantagens para a / sua defesa, a respecto do que hoje situa. E se cha-/mava naquelle tempo Castelo de Sam Gil, e antes desta / mudança estava situado no cume de hum monte / chamado Castelo de Sam Miguel e El Rei lhe / mandou dar o nome de Villa de Mirandella, deminu-/tivo de Miranda e no mesmo tempo se labrava caste-/llo e muros, e pella semilhança do sitio por ficar esta / villa sobranceira ao Rio Tua, assim como Miranda ao / rio Douro. Foi povoada por Miguel Domingues, e / o estava já no anno de 1328 que corresponde ao / de Christo de 1290, como se vê da escritura 27 / que anda no apendis da quinta parte da “Monar-/quia Lusitana”. /

O seo terreno fertilissimo e abundante de / frutos e de todo a mais variedade de ortaliças, de / trigo, azeite, vinho, frutas, de muitos gados, bastante caça, / grande provimento de peixe do rio, muita criação / de bicho da seda e segundo a sua grande fertelli-/dade era capaz de ser muito popullosa se o clima / demasiadamente cálido o não embaraçara. /

Comunecasse com a contra margem / do rio por huma formosa ponte cujo / comprimento consta de 1215 palmos e a largue-/ (fl. 1033) za 17 e meio, lançada em desanove ar-/cos de sumptuosa e soberba architectura, e contigua / a povoação que tem para esta parte huma saída mui-/to agradável à vista, ainda que hoje se ache em mise-/ravel estado, porque o arco quasi mais principal a-/onde quasi o rio faz a maior força está quasi arruina-/do. De sorte que já não passam carros por ter caido já a / maior parte da pedraria e apenas passa huma besta / carregada, no que padece grande detrimento os mora-/dores da villa e suas vizinhanças pello que hé muito pre-/ciza toda a providencia pois a esta vem passar todos / os caminhantes que vêm de Villa Real, Braga, Viana, Chaves / Bragança, Miranda, Castela, Galiza, e outras mais / terras porque as que mais têm o rio Tua ficam munto / distantes. E do numero dos arcos se pode coligir qu-/anto o rio hé caudellozo neste sitio. E com efeito o hé / por haver recebido em si antes de banhar os muros

des-/ta villa as agoas do Rio Mente a quem outros chamam / Rabaçal que tendo o seo nascimento no Reino da Ga-/liza, no lugar chamado Pentes. Depois do dilatad-/o curso de doze legoas se mete no Tua junto ao Lugar / Chellas, termo desta mesma villa; e outrosim as / agoas das duas ribeiras, huma chamada Lobos que / nasce na Serra de Bornes, termo de Bragança e a tres / legoas de seo moderado curso pende neste mesmo / curso digo neste mesmo Tua a sua corrente por baixo / do Prado a que chamam Coitada aonde tem huma / ponte de alvenaria com dois arcos, outra deno-/minada Merce que tem o seo nascimento junto aos / Lugares de Val de Prados e Casteloins no termo de Bragança, / e correndo nam distante da villa de Cortiços, se ave-/zinha também ao Prado da Coutada aonde tem huma / ponte de cantaria com dois formosos arcos e tambem / perde a sua corrente no Tua, supraditto. /

(fl. 1034) Ao mesmo que este rio engrossa tanto com a-/goas dos outros, a sua corrente deminue o seo nome; por / que havendo nascido junto ao Lugar das Pias no Reino / da Galiza entre Villar de Reis e Soutello, entrando / em Portugall e correndo o concelho de Vinhais e Torre Dona / Chama com o nome de Tuella, aqui abreviando a de-/nomação se chama Tua. E a rezam parece ser de Tuella / ser diminutivo de Tua, porem nesta villa nam merece o diminutivo pelas muntas agoas / que se lhe onem, sendo que oito legoas abaixo perde / o nome entregando toda a sua corrente defronte da Vi-/lla de Sam Joam da Pesqueira ao Rio Douro. /

Nam hé navegavel ainda que muito bem / o pudera ser de embarçaõins ligeiras, desde o desde o sitio / entre ambas as agoas por baixo do Lugar de Chellas, / aonde entra o Rio Rabaçal que fica pella parte de sima / em distancia de huma legoa e mea, sitio de Fos Tua / em que entra no Douro se lho nam embaraçaram / as muitas açudes que tem em toda esta destancia, / emcoanto se contam oito legoas e as muntas fragas / que a meio delle existem principalmente de Frechas / até Foz Tua. /

Que nas areas deste há ouro nam se pode duvidar / resam porque me dizem que em certo tempo viera / hum homem das partes de

Coimbra a fazer experi-/encia junto à ponte desta villa, e à vista de muita gente/ patenteou algumas mostras / com os engenhos que / trazia e fora percorrendo por outras partes das margens / do mesmo rio fazendo a mesma diligencia. /

Sam as agoas deste rio muito / cristalinas admiraveis e livres e dellas uzam todos os que querem / sem contradicam excepto o Senhor Donatario que como / tal, lhe pagam renda e penssam aquelles que uzam / no distrito desta villa e seo concelho./

(fl. 1035) Entre as muitas pontes que há nesta villa e seos / arredores sam as mais celebradas a do Retiro dentro de / huma Quinta dos Religiosos Trinos Descalssos, alguma couza / distante desta villa; a de Gulfeiras, arrabalde da villa / e a da Carva, distante desta villa meya legoa. /

Tem esta freguezia trezentos e dezasseis fogos entre / os coais se acham umas pessoas nobres, cujos apelidos sam / Pintos, Cardoso, Morais, Pimenteis, Sarmentos, Cides, Este-/ves, Magalhains, Oliveiras, Pegados, Queirogas, Rosas, Sampaio / Sequeiras, Seixas, Vasconcellos, Veigas, e Campos que se tra-/tam à lei de nobreza. /

O termo desta villa consta de sincoenta e dois Lu-/gares e quintas que sam os seguintes Sam Salvados, Freixeda, / Villa Verde, Trindade, e deste so pertence a este termo metade des-/te povo porque a outra metade pertence a Villa Flor; Carvalhais / Cedainhos, Val dos Meoes, Val do Couso, Vimieiros, Carvas / Val de Fradinhos, Assoreira, Val de Lagoa, Carrapatinha, / Alla, Mogram, Choreense, Briço, Alvites, Lamas de Cavallo / Avantos, Pouzadas, Paradella, Mascarenhas, Gurivanes, Val / Bom dos Figos, Val Preiro, Contins, Abambres, Cottas, Valles / Val de / Martinho, Quintas, Val Bom Pittês, Val de Telhas / Barca, Val de Salgueiro, Miradezes, Val de Freixo, Val Longo, Cabanellas, Moureis, Val de Madeiro, Freixedinha, Chou-/ppim /

Os Exmos Marquezes de Tavora costumavam habitar / nesta villa muito tempo, tem pouco distante desta villa / huma Quinta e casa de campo a que chamam Fonte Fria / que se faz estimavel nam so pella abundancia de suas / frutas, e ameno do sitio, mas tambem pella

sumptuosa caza / que nella edificou o Excellentíssimo Marquês Antonio Luis de Ta-/vora. Pessuem tambem os Exmos. Senhores neste destricto humas / famosas tapadas em Val Preiro, Carvalhais, Mourel, Villar / de Ledra, Pouzadas, Paradella, Lama de Carvalho, Mascare-/nhas, Contins e sobre todos a chamada Maravilha / no destricto desta villa indo para o Lugar de Chellas. /

(fl. 1036) Hé esta villa cabeça de huma Reitoria do Padro-/ado Real que rende duzentos mil reis que hé o em que / ordinariamente se arenda excepto o pé de altar. Os dizimos / que pagam os Lugares anexos se dividem em nove partes / às coais pertencem a seis Comendas: huma se compoe de quatro partes dos seos rendimentos, e as cinco partes / que restam se distribuem pellas outras sinco Comendas / a saber huma parte a cada huma, a mayor se chama / a comenda da villa, cuja cabeça a Senhora da Encarna-/çam orago della; por ser Comenda do segundo / Conde de Sam Miguel – Alvaro Jozé Botelho de Tavora. /

A Segunda a de Freixeda foi seo comendador o segundo / Conde de Alvor Francisco de Tavora; terceira a de Vi-/lla Verde hé seo comendadeor Diogo Gomes de Tavora / da Villa de Viana; qoarta a de Cedains foi seo co-/mendador o Conde de Arcos, Dom Marcos de Noronha; / quinta a de Val de Telhas, foi seo comendador Pedro / Joze de Lemos; sexta a de Villas Boas, sam todas as / suas Igrejas do Padroado Real e da Ordem de Chris-/to./

A igreja paroquial está no meyo da villa, o orago / hé de Nossa Senhora da Encarnação como fica dito; / tem cinco altares o primeiro hé o mayor aonde está / o Sacrário e a mesma Senhora; os mais sam colate-/rais; o primeiro da mam direita hé do Santo Nome de / Jesus e o segundo de Sam Pedro; o primeiro da mão / esquerda hé de Nossa Senhora do Rosario e o de Santo / Antonio; e o segundo das Almas; nesta / Igreja se celebra todos os annos as corenta horas / com a grandeza e solenidade, à custa dos mordomos / a cujo jubilleo concorre munta gente de varias par-/tes; tem esta igreja duas naves que a devidem / quatro arcos de cada parte, firmados em quatro / grossas e

bem lançadas colunas, nas / ultimas (fl. 1037) de huma e outra parte têm dois pulpitos; / todo o tecto apainelado e com suficiente pintura; / tem huma torre com quatro sinos e hum zimbório / m(uito) elevado, que tudo faz admiravel perspectiva; também tem seo relógio, huma fabrica / annual de sesenta, ou setenta mil reis pouco mais / ou menos. /

O Parocho principal hé o R(everendo) Reitor, tem cura e sacristam, apresentados por elle; apresenta mais nove / igrejas a saber Sam Salvados, Villas Boas, Freixeda, Villa / Verde, Cedains, Val de Lobo, Val de Telhas, Val de Sal-/gueiros, Chellas. /

Há nesta mesma villa oito capellas a de Santo Antonio / de que hé administradora Dona Dorotea, viuva, que ficou de / Vasco de Moraes, Capitam mor que foi desta villa; outra / de Sam José de que hé administrador Antonio da Veiga / de Sequeyra; outra de Santiago da que hé administrador / Luiz Lazaro Pinto Cardozo; outra de Sam Cosme de que / hé administrador Paulo Caetano Pinto morador em / Gulfeiras, desta mesma freguezia; outra de Sam / Matheus de que hé administrador Dom Henrique / de Macedo de Carvalhais, freguezia do Espirito San-/to, distante desta villa meia legoa; outra também / de Sam Miguel de que hé administrador Martinho / Teixeira Homem, Dezembargador no Porto; outra / da Senhora dos Prazeres que hé do Excellentissimo / Marquês supra nomeado místico com seo pallacio; outra de Sam Sebastiam que hé do povo e está fora / da villa em pouca distancia, para a parte do Norte. /

Tem também huma casa de Misericordia / que se edificou no reinado de El Rey Dom Manoel, / em cujo tempo tiveram principio todas as do Reino; / nesta Igreja está huma Imagem de Christo que / tem feito innumeráveis milagres; há tradiçam / (fl. 1038) que esta Imagem veio do Reino de Castella para / a cidade de Miranda, no tempo de sua fundação, e / dali para a villa de Algosó, donde foi conduzida para / para a capella de Sam Miguel, no mais alto da villa / naquelle tempo e hoje

ainda, mas não com capella / de Sam Miguel que já não existe e daqui para a / misericordia velha, aonde hoje está fundada a capella / de Santo Antonio e ultimamente se acha colocada / na nova Misericordia em toda a decência, culto e pom-/pa. /

Nesta Santa Casa da Misericordia, athé tempos de que eu / ainda me lembro havia hum capellam ou dois, e / espiritalleiros para tratar dos pobres e zelar as couzas / pertencentes à dita santa casa, cousa de muito util e necessa-/ria nesta villa. E nesse tempo era que a Imagem de Chris-/to que nella existe, como já disse, era hum protento em / milagres. Hoje e para muitos annos achasse pessuida dos / religiosos Trinos Descalços, que vieram de Castella, ainda que / já não existe nenhum do tal Reino, porque por decreto regio / ou não sei por q(uê) se auzentaram os daquelle Reino haverá / dois annos pouco mais ou menos, e assistem hoje os que / da mesma ordem deste Reino, estavam em Castella / debaixo de que obediencia nam sei. E com a entrada dos / Religiosos se extinguiu o Hospital e rendimentos q(eu) todos da-/vão, Santo Christo e Misericordia. /

A justiça hé administrada por hum ouvidor nome-/ado pello donatario que tem a mesma jurisdicam; / nas catorze villas que pessue o mesmo Senhor, dois / juizes ordinarios, tres vereadores com seos officiaes / subordinados ao mesmo ouvidor, porque nesta villa por / privilegio real concedido ao mesmo Excelentissimo / Senhor Donatario, não entra Corregedor por Correção. /

O Millitar hé governado por hum capitam / e sargento mor, os coais eram eleito pella pluralidade / dos votos dos homens da ordenança. Hoje por ordem d'El Rei que Deos goarde se faz a eleiçam pellos / (fl. 1039) offes(iais) da camera e assistência do Corregedor ou Pro-/vedor que se acha mais vezinho, conforme a mesma lei; / a estes obedecem os capitains de sete companhias que / há nesta villa e seo destrito. /

Cada hum dos moradores desta villa e seo termo paga de foro e direito real trinta e seis reis cada anno e / as portagens ao senhor

donatario. Tem tambem / o mesmo senhor hum prestimónio nesta
mesma villa / e na maior parte dos Lugares do termo, ao coal toca / huma
terça dos dizimos da renda da quarta par-/te para a fabrica das Igrejas
dos lugares, ficando li-/vres para o dito senhor mais quinhentos mil reis /
cada anno e que logra de muitos annos a esta parte / por merce real. /

Tem esta freguezia, como se disse, trezentos / e desasseis fogos,
316. /

Pessoas de confissam e comunhão setecentas e oitenta e / huma ,
781. /

Menores que sam de confissam sessenta , 060. /

Sacerdotes e clerigos de subdiaco e *in minoribus* de, 010. /

Entre estes, alem de outros, floreceram em / letras nos tempos
passados como tambem em armas, / hoje hé Martinho Teixeira Homem,
Dezembargador na / Rellaçam do Porto. /

Há o senhor Francisco Jozé da Serra, formado em Direito /
Canonico. /

Há Manoel Mendes, Francisco Jozé de Sampaio, Vicente / Ferreyra
formado em Direito Civil. /

Domingos do Cid e Castro, Capitam de Infantaria no pre-/zidio da
praça de Chaves. /

Antonio da Veiga e Sequeyra, capitam mor deste couto / e outros
muntos mais offec(iais).Subalternos. /

Há nesta villa feira todos os meses, livre aos três / (fl. 1040)dias de
cada mês do anno há maior dia de Sam João / Baptista e dia de Santiago
anualmente. Em ambos estes / dias grandes feiras a que concorre
m(uita) gente de várias par-/tes, e nestes dois dias supra numerados hé
tambem feir;a / de bois; os mais dos meses só de mercadorias uzuais e /
comestiveis. /

Tambem nesta villa se festeja com grandeza aos tres de / Mayo a
Invenção de Santa Cruz a que se junta muito / povo de várias partes e se
solemniza entre o mais culto / com huma procissam magnifica; o

provedor da Mizericor-/dia e mais Irmandade concorrem como cabeças e todo o mais povo com o zello possível. /

Nam houve ruina causada do terremoto. /

Isto hé o que o meo tosco discurso, obrigado dos inte-/rrogatorios da ordem junta, pôde averiguar. E nam / sei mais cousa notavel que possa explicar, e por / verd(ad)e, fiz esta que assignei – Mirandella e Abril / 25 de 1758 annos.

O cura Eusebio Esteves Dias. /

Há mais huma capella na Quinta de Val de Madei-/ro desta freguezia cujo titollo orago hé a Senhora da Ex-/pectação fabricada pellos moradores da mesma Quinta. /

Há mais outra de Sam Bartholomeo na Freixe-/dinha, tambem quinta desta freguesia e fabricada pe-/llos moradores da mesma e o festejam no dia vinte / coatro de Agosto pello modo possível: /

Há mais outra capella na Bronceda, quinta desta / freguezia que hé de Sam Domingos, fabricada pellos / mesmos moradores e fazem festa aos coatro de / Agosto cada anno.

(fl. 1040) Há mais na Quinta de Golfeiras duas capellas, huma de Sam Francisco fabricada pellos moradores da mesma e o festejam elo quatro de Outubro, a outra que está situada na mesma Quinta hé ademenistrada por Antonio Bernardo de Moraes Sarmiento, da villa de Mirandela com tittolo de Santa Comba.

Há mais outra na mesma Quinta de Golfeiras a capella de Nossa Senhora da Conceipção que hé ademenistrada pello padre Gaspar Manoel de Moraes, da villa de Freixo de Espada a Cinta. Há mais na mesma Quinta de Golfeiras outra capella de Sam Brás edemenistrada por hum morgado da cidade do porto, cujo nome ignoro. Esta Quinta de golfeiras está contigua a margem di rio Tua, logo no cabo da ponte e ainda que desta freguesia, hé já concelho de Lamas de Orelhão. E a este o vai dividindo o rio Tua pella distancia quazi duas legoas e pella parte de sima dos povos que conthem este concelho de Lamas que fica como em

suveſſa para o Nascente fica a Serra de Paços que tem no meio da serra huma ermida a de Santa Comba e outra de Sam Leonardo aonde há um poço de agoa milagroza e aos dez dias do mês de Agosto se ajunta nesta romaria muiota gente. Esta serra se vê do adro da igreja desta villa e melhor do alto de Sam Miguel e fica a Poente; também do alto de Sam Miguel se vê para a parte do Nascente o convento de Nossa Senhora das Flores, aonde vivem muitos religiosos da Ordem Terceira de Sam Francisco, dista desta vila duas legoas e meia. E para a parte do Meio Dia se vê a Senhora da Assumpção que está em huma alta serra sobranceira a Villas Boas de cuja freguesia hé desta villa duas legoas bem compridas. Fiz e assignei era ut supra. O reitor Joseph Luis Machado. O cura Eusebio Esteves Dias.

Do. n.º 17

Pousadas

RODRIGUES, Pedro - *Pousadas*, D. G., vol. 30, mem. 252, fls 1905-1910, mf 576.

(fl. 1905) Pousadas termo de Mirandella, / Bispado Miranda, anno de 1758./

Hé este lugar de pousadas, freguesia de de S. / Pedro, anexa / da Reitoria de Santa Maria de Mascarenhas, termo da villa / de Mirandella, comarca de de Moncorvo, Bispado de Miranda, de / que hé donatarioo Excetissimo Senhor Dom Francisco Xavi-/er Marquês de Tavora, não da dita dita vila e concelho só, mas / tambem de outras maes. Fica esta piquena aldea dis-/tante de Mascarenhas cabeça de Comenda hua legoa e outra / muito grande de Mirandella, e sete da cabeça da Comarca / e quatorze de Miranda; tem somente dezoito moradores / ou fogos, e pessoas oitenta e duas. /

Está esta aldea entre huns outeiros, são só da parte do Po-/ente, mas tambem do Nascente, e não se descobre deste lugar / aldea alguma, somente sobindo alguma couza para as / duas partes mais para o Poente e menos, digo mais para Nas-/cente, e menos para para o Poente, se vê a serra de Bornes distante / duas legoas muito grandes./

Tem esta piquena aldea seu termo, e não tem anexas ou quin-/tas, e constame que se achava, ou em parte della hum Rol dos confessa-/dos muito antigo que constava de oitenta fogos, ou moradores e / hé aldea tributada que paga ao sobredito senhor Mar-/quês algumas pensões sobre as quaes andão os moradores em / letigio há mais de quinze annos. /

A igreja está dentro do povo em bom campo, e espaçoso e limpo / com a decência possivel e não tem naves, e hé templo muito capaz. /

Hé orago de S. Pedro, Apóstolo; tem somente tres altares, hum o da / capella mayor, aonde existe o Santissimo Sacramento, e o Apóstolo / S. Pedro, e os dous colateraes, hum de Nossa senhora do Rosario que / hé o do lado do Evangelho, e outro do Santo Christo aonde está / tambem São Caetano; não tem naves como fica dito acima. / Tem huma confraria das Almas debaixo da protecção de Nos-/sa Senhora como milagrosa que hé esta imagem que terá sete-/centos irmãos pouco mais ou menos, e cada hum dos irmãos que fa-/lece tem hum officio de vinte sacerdotes pagos a cento e cincoenta de / esmola e missa de noticia. Têm os irmãos defuntos as missas de todas as (fl. 1906) segundas-feiras, e de todas as sextas-feiras por vivos e defuntos. / Tem dous anniversarios dia de São Gregório a doze de Março, e o / segundo véspera da Ascensão de Christo. Faz de despesa cada com-/fraria três mil cento e setenta. /

O pároco desta Igreja hé cura perpétuo por apresentação do Re-/verendo Reitor de Mascarenhas por ser huma das Igrejas das da / sua apresentação; tem somente no tempo presente dezassete alquei-/res de trigo, e quinze de centeio, dous almudes de vinho novo, e mil / seiscentos, e setecentos e cincoenta de doutrina, cuja despezi-/nha hé á conta dos frutos da Comenda da sobredita Santa Maria que são todos os dizi(mos) inteiramente, que pagas as / despesas, fica grande quantia para o Comendador; e por / ser o estipendio tão diminuto se mandou acrescentar, do que se originou letígio, prece(d)endo setenta na relação de Bra-/ga a favor do pároco e até ó dia de hoje se não deu cum-/primento a ella, por não aver quem faça a deligência pa-/ra averiguar a final. E como esta imagem de Nossa Senhora / hé milagrosa tem sido muito frequentada nos annos perteritos, e hoje hé menor a frequêcia, somente no dia da / Ascenção de Christo hé grande, porque se ajunta muito nu-/mero de Irmãos á sua festa, que muitos delles hé para apa-/nharem jubileo ou

indulgência plenária, que o Ponfíce com-/cede no tal dia e na véspera aos irmãos. E também tem / a mesma indulgência no dia de São Gregório Papa, e dia de / S. Pedro e no dia de Nossa Senhora da Natividade a oito de Setembro que hé perpetuo. /

Nesta aldea cujo termo dela parte da parte do Norte com a Quinta / da Paradela e do Sul com Vilar de Ledra, e da parte do Nas-/cente com os Avantos, e do Poente com Valbom dos Figos, / isto hé partir o termo desta aldea com o termo destes lu-/gares. E vem da Quinta da Paradela hum ribeiro / piqueno que somente andão moinhos de Inverno o / qual corre do Norte para Sul que vai ter a Vilar de Ledra. / Tem esta aldea poucas terras e hortas, porque quasi tudo / são ladeiras, porém natural para dar trigo, sendo / primeiro strumadas e adubadas e hé o que mais nellas se / colhe (fl. 1907) sendo o anno temperado com agua; também / se colhe sevada, pardas ou lentinhas, digo lentilhas, centeyo, e hé natural de azeite e nelle se colhe não / o que baste para os moradores se valerem dele para / o que necessitão; também figos, uvas, mas sempre de pouco vinho, que como são ladeiras há poucas vinhas. /

O juiz ordinário hé de Mirandel-/la por ser esta cabeça / de concelho, e tem dous um da villa, outro da terra / do qual juizo vão as cauzas para a Alfândega da Fé por / apelação. /

Somente me consta que daqui só fossem dous cónigos para / o Algarve, o segundo ainda está na cadeira que hé o reverendo / Josephe da Costa Zinoco, e também há hum Alferes / de cavalo que hé Manoel de Moraes e Sá.

Também no dia da Ascensão de Christo Senhor Nosso, se faz nesta aldea feira, ainda que piquena que hé / livre; é de cebolas, alfaces, muito boas e couves. /

Está esta aldea distante da cidade de Lisboa setenta / legoas pouco mais ou menos, e de Miranda catorze / como fica dito. /

Tem somente duas fontes, uma junto da igreja mis-/tica fica ao ribeiro ou regato que vem de Paradela, e outra / hé chamada Fonte de S. Pedro que está fora do lu-/gar hum tiro de mosquete indo para a villa de Mi-/randela cabeça deste concelho; pareceme que fica a / causa de se chamar assim a dita fonte por se mudar / a igreja que estava fora do lugar defronte da mes-/ma, cujo templo foi mudado acerca de setenta annos / ou pouco maes; e e não se rega com agoa desta fonte / senão duas hortas ou três, ou mesmo com agoa do /

ribeiro, e da outra fonte, porque ainda que as fon-/tes não se secão, excepto o anno muito seco, o ri-/beiro muitas vezes ou annos não corre no Estio. /

Hé lugar sadio e temperado, muito ainda que piqueno. /

(fl. 1908) Não tem terras e ortas no termo que se possam chamar / boas e hé certo que se não fossem naturaes depois de / adubadas não darião frutos para sustentarem / os moradores ainda que poucos, e ainda assim lhe / sucede muitos annos o não terem pão sem o comprarem. /

O abominavel terramoto que no primeiro dia de Novem-/bro de cinquenta e cinco se experimentou nesta / freguesia teve principio pelas nove horas e meya / da manhã, sentindo-se tremer a terra com moto / tão violento por espaço de sete ou oito minutos / que bem parecia ser hum dos mais fortes tremores que / se virão em todas as idades. Em primeiro lugar tremeo / a terra com hum moto tremulo por tempo de dous minu-/tos e ós dipois soou hum estampido corrido de que se / experimentou hum vehemente tremor que bem pare-/cia de concução por espaço de cinco ou seis minutos / e parecia que tal phenomeno vinha impellido da par-/te do Sul para o Norte. /

Nesta freguesia piquena não cahirão casa nem / perecerão pessoas algumas, nem ouve ruinas dignas / de memorias, somente as pessoas ficarão atemorizadas / com tão inopinavel aviso de Deos. /

No mesmo dia primeiro de Novembro pelas quatro ho-/ras da tarde se sentio o mesmo tremor com menos / violencia ouvindose o mesmo estampido. /

E no dia trinta se ouviu e experimentou o mesmo tre-/mor pelas oito horas da noite (...) ain-/da que que maes brando e o mesmo no dia primeiro de Já-/neiro pela meya noute que duraria por espaço / de quinze minutos já maes brando, como também no / dia vinte e oito de Janeiro pelas sete da noite e da / mesma sorte pelas honze tornou a repetir com menos / actividade e assim até ó dia vinte cinco de Feve-/(rei)ro se tem sentido o mesmo tremor / (p. 1909) e consta que os terramotos antigos não forão / tão geraes como os do anno de cinquenta e cinco. /

Dizem que o Senhor Marquês, hé seu nome D. Francisco de / Assis. /

Isto hé o que se me oferece dizer a Vossa magestade que Deos goarde por muitos annos./

Pousadas, Abril, 30 de 1758. /

Padre Pe(dr)o Ro(dri)gues

Doc. n.º 18

Quintas de Mirandella

Quintas de Mirandella, D. G., vol, 30, mem. 17, fls 103-104.

(fl. 103) Cópia da descrição do empenho que se pede de Lis(boa).

/

Lugar de Quintas. /

Está esta freguesia na Provincia de Tras os Montes, hé Bispado de Miran-/da, Comarca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mirandella que hé /

2. Terra do Excelentissimo Senhor Marquês de Tábora. /

3. Tem esta freguesia quinze vezinhos e pessoas de sete anos para cima trinta / e coatro. /

4. Está esta freguesia dita na concavidade de dous montes, donde se não / descobre povoação alguma . /

5. Nada. /

6. Esta parochia está dentro do Lugar. /

7. O seu orago hé Nossa Senhora da Assumçam, cuja imagem está colada / no Altar Mor. Tem esta Igreja duas naves e tres altares, o mor e dois colate-/rais; no da parte do Evangelho está a imagem de Nossa Senhora da Conceyção, e / no da parte da Epístola hua imagem de São Sebastiam. Pegado desta igreja / está hua capella com a invocação do Santo Christo das Chagas, cuja ima-/gem se acha nella; hé administrada por Bento Pinto das Chagas desta / mesma freguesia. /

8. O parochio desta freguesia hé cura annual, cuja apresentação pertence / ao Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Miranda. /

9. Nada. /

10. Nada. /

11. Nada. /

12. Nada. /

13. Tem esta freguesia huma hermida com a invocação do Espírito Santo, / fora do Lugar sita no alto de hum monte para a parte de do Sul, adminis-/trada pellos mesmos moradores.

14. Nada.

15. Os frutos que os moradores recolhem nesta freguesia são trigo, centeyo, / e algum milho, azeite e vinho de tudo medianamente, e outros legumes. /

16. O juiz deste Lugar hé de vintena, sogeito à camera da villa de Mirandella. /

17, 18, 19, 20, Nada.

(fl. 104) 21. Este povo dista de Miranda Capital do Bispado quinze legoas / e da cidade de Lisboa Capital do Reino, setenta e seis. /

22, 23, 24, 25, 26, Nada. E hé o que posso dizer desta terra. /

E dos treze interrogatorios que tem da serra não há nada que dizer. /

E dos dezanove que vem sobre o rio desta terra, também não há / que dizer. /.

(O cura não assinou).

Doc. n.º 19

Romeu

IAN/TT – MARQUES, António - *Romeu*, D. G., vol. 32, mem. 154, fls. 945-947, mf. 750.

(p. 945) 1. Província de Trás os Montes, Bispado de Miranda Comarca / da Torre de Moncorvo, freguesia de Nossa Senhora da Anunciaçam / concelho da villa dos Cortiços. /

2. Hé do bispo e apresentaçam do Reitor de Mascarenhas. /

3. Tem corenta e coatro vezinhos e çem pessoas de sacramento. /

4. Está em hum val e somente do fundo do povo se vê o lugar de Avantos que / dista mea legoa. /

5. Tem seo termo demarcado e tem dous Lugares, Vimieiro, com trinta e / cinco moradores, e noventa e coatro pessoas de sacramento; e Val do

Couso / com vinte e coatro moradores e setenta e seis pessoas de Sacramento. /

6. A Igreja está fora do lugar bem distante e por essa causa os ladroins a rouba-/ram amanhecendo para vinte e dous de junho de 1751 em que lhe furtaram / coanta prata tinha; já fica dito que os lugares que tem a freguesia cha-/ma se Vimieiro e Val do Couso. /

7. O orago desta freguesia hé a Senhora da Anunciaçam. Tem tres / altares, o Santissimo que hé o maior; o segundo o Santo Cristo, o ter-/ceiro que hé de Nossa Senhora do Rosário. Tem duas naves. Tem a Irmanda-/de do Santissimo Sacramento. /

8. O paroco hé cura comffirmado e da apresentaçam do Reitor de Mascaren-/has. Terá cincoenta mil reis de renda, ou sesenta. /

9. Nam tem beneficiados. 10. Nam tem conventos. 11. Nam tem hos-/pital. 12. Nam tem casa de Misericordia. 13. Tem huma Ermida da Senhora de Jerusalém e Sam Marcos, dentro do termo fora dos povos com seu ermitam e no Vimieiro a capella de sam Ciriaco, e / o Espirito Santo, e a Senhora das Mercês. / Em Val do Couso tem a capella de Santo Amaro. /

(p. 946) 14. Nam sam de milagres, somente dia de Sam Marcos, se faz na Senhora / de Jerusalém Missa cantada e huma fraca feira até ao meio dia. /

15. Os frutos da terra que os moradores recolhem sam centeio, / trigo, cevada, / linho, vinho, azeite, ahinda que alguns nam hé muito. /

16. Tem juiz ordinario e camera da villa de Cortiços a quem está sujeito. /

17. Este lugar de Romeu hé foreiro, a Sagrada Religiam de Malta da / Comenda da Villa de Algozo. /

18. Nam consta que des(tas) sahissem em tempo algum Homens de letras ou / armas. /

19. Nam tem feira. 20. Nam tem correo somente se serve do correo de / Mirandella que dista daqui duas légoas.

21. fica distante / de Miranda cabeça de bispado doze legoas./

22. Nam tem privilégios. /

23. Nesta terra no sitio onde chamam o Porto havia huma fonte que botava mea bilha de agoa que sabia mujto a inxofre e coan-/do foi do terramoto no primeiro dia de Novembro de 1755 sequouse-/toda; e passados

mais terremotos que continuaram tornou a lançar / quazi a mesma agoa, mas já nam sabia a enxofre. E contenuando / mais terremotos pello anno adiante sequouse de todo, de sorte que nam bota cousa algua.

24. Nam há Porto de mar. 25. Nam hé terra murada, nem praça de armas, nem castello nem torre. /

26. Nam padeceo ruina alguma no Terramoto de 1755. /

27. Nam há mais de que possa dar noticia. Romeu de Abril 26. De 1758.

/

O Cura F. Ant(ónio) Marques. /

1. Ó pé deste povo de Romeu para a parte do Sul se acha huma / serra ahinda que nam hé muito alta chamada Coadraçal / de muitas fragas, com mujtos sobreiros, que terá huma legoa / de comprida e mea de largo principia em Val Lobo e acaba em Sernadella. /

2. Os principais braços della hé a Quinta de Val de Mions e a / (p. 947) Quinta de Villa Verdinho. 4. Dentro do sitio della / nam nasce rio algum só pello meio da serra passa hum rio chamado / rio dos Cortiços; corre para o Poente e mete-se no rio Tuella na villa / de Mirandella.

5. Nas abas desta serra está o lugar de Val de Lobo / Val de Mion, Val do Couso, Romeu e Sernadella. /

6. Nam fontes de propriedade. 7. Nam há Minnas de metais . 8. Tem / a mesma serra muitos pinascos fragas grandes silvas, giestas, sobreiros e / cabeços altos, e baixos. E nessa mesma serra se cultiva algum centeo / com arado e eixadas. 9. Nam há nella mais nada de que se faça / mençam. 10. Hé quente temperadamente. 11. Nella pastam gados / e bois, cabras, e se criam coelhos, lobos, raposas, perdizes, e outros bichos / de bem pouco préstimo, com abundância. 12. Nam tem lagoa nem / fojos, nem mais de que se possa fazer menção. /

Do enterrogatório do rio nam há mais que responder de que / na seja presente que assignei no Romeu de Abril 27 de 1758.

O conffirmado Antonio Marques.

Doc. n.º 20

São Salvador

RODRIGUES, Ant(oni)o - *Sam Salvador*, D. G., vol. 33, mem. 62, fls. 415 a 416, mf. 564.

(fl. 415) Pertence à Provincia de Trás dos Montes, / Bispado de Miranda, Comarca da Torre de / Moncorvo, hé termo de Mirandella. /

Hé Apresentação do Reytor de Mirandella; / consta de cincoenta e hum fogos, pessoas cento / e noventa. Está situado em huma plano / sobre hum pinhasco chamado Paraizo, debaixo, no qual / há bons prados. Descubresse deste Lugar os Paços, / que dista deste legoa e meya; tem termo seu; a I-/greja está no meio do Lugar, hé hum só. O ora-/go hé Sam Salvador. Tem a Igreja quatro altares: o mor hum de Nossa Senhora, outro do Santo / Christo, e outro de Santo Antonio em huma capella / dentro da mesma Igreja. Nam tem naves. O Paro-/cho hé cura anual apresentado pello Reitor de / Mirandella. Nam tem Beneficiados, nem conventos, / nem Hospital, nem caza de Misericordia. Tem / huma capella de Sam Sebastiam no cimo do Lugar, / nam acodem a ella romeiros. Os frutos desta terra / sam azeite, centeyo, algum trigo e pouco vinho. / Nam tem juis, está sujeita à justiça da villa / (Fl. 416) de Mirandella. O correio hé o da Torre de / Mensorvo, dista deste lugar cinco legoas, e / este de Miranda, cabeça de Bispado, quinze, e de Lisboa, / capital do Reino, setenta. Nam padeceo nau-/fragio no terramoto de mil setecentos cinco-/enta e cinco, nem dos mais Interrogatorios há / couza digna de que se possa dar conta. /

Nam há serra, nem rio que / passe por termo desta freguesia, só o / Rio Tua que passa pello de Mirandella / com distancia deste lugar meya legoa. / E seguindo a sua corrente se mete no termo da villa de Frechas, a qual dista deste Lu-/gar tres coartos de legoa. E nam há dos mais / Interrogatorios couza digna de memoria. /

Sam Salvador, 23 de / Abril de 1758, o Cura Ant(oni)o Rodrigues.

Doc. n.º 21

Sesulfe

ALVAREDO, António Feliz – *Sesulfe*, D. G., vol, 35, mem. 155, fls. 1171-1174, mf. 584.

(p. 1171) Resposta à Rellação Interrogatória que veio / do Tribunal Supremo / Sezulfe C. Moncorvo /

1. Fica esta villa na provincia de Trálosmontes no meio / della; pertence ao Bispado de Miranda e comarca / de Moncorvo. Não hé termo de outra villa alguma / só sim no bastão de ordenança. Hé subdita à villa / dos Cortiços, distante desta hua legoa para a parte / do Sul. Hé freguesia sobre si. /

2. Hé villa del Rei Nosso Senhor. /

3. Tem a villa cicoenta vezinhos e acho duzentos e qua-/renta pessoas. /

4. Está situada em hum campo não muito plano, nem / patente por ser todo o termo clivoso pelo que se não vê / dos lugares circunvizinhos, nem delle se avista ou-/tros. Tem em contorno os lugares seguintes. Amendoeira para o nascente que dista meia legoa grãde; / Suçães que hé anexa da mesma freguesia, mais contra o / norte também distante meia legoa piquena; Vale de Lagoa / que também dista outra meia legoa para o poente; Açoreira / com distância de outra meia légoa para o sul; Vale de / Pradinhos que hé da freguesia entre sul e nascente / com distância de hum coarto de legoa. / Nenhum go-/sam destes lugares se avistão desta vila por ficarem / huns mais baixos, outros mais altos e sua vista em-/pedida por alguns outeiros intermédios.

5. Não tem termo seu, algum mais que o da própria villa. /

6. A Igreja Paroquial está no cimo da villa que vêem ou parte / della alguns moradores. E fica a ditta igreja para a parte do norte; tem coatro aldeias suas anexas / a saber Val de Pradinhos entre o sul e o nascente, que consta de trinta e dous visinhos com cem pessoas; tem / no meio della hua capella com invocação do Espírito Sancto. / (p. 1172) Fica situada em hum alto outeiro em roda / que são montes, em parte porem cultivado e produ-/tivos, tanto estes como o mais termo da ditta aldeia de / centeio, trigo, vinho, azeite, castanha, em abundância / para a terra; Também hé produtiva de pêras, maçãs, ameixas, uvas, figos, milho, linho, feijão, ervanços, len-/tilhas, cabaças, melões, couves, alfaces, cebolas; e também / produz cera, sirgo. A segunda aldeia hé Suçães / para o nascente, distante meia legoa, com dez vizinhos / cincoenta pessoas

com hua capella de Santo Antão. Fica situado em hum alto algum tanto frio. / Hé produtivo de centeio, algum trigo, castanha em abundância, algua, pouca de pera, maçã, ameixa; / também produz linho e hortas; a terceira chama-se Chorence hé habitada somente de hum morador / para a parte do norte em hum valezinho. Hé pro-/dutiva de centeio, castanha, linho; a coarta chama-se Carvas para o sul, distante meia legoa / em hum valezinhos também produtivo de trigo, cen-/teio, azeite, figos e vinho, porém hoje despovoada / com hua ermida de S. Bartolomeu. /

7. Hé orago desta paróchia S. João Baptista na / sua deslocação. Tem coatro altares a saber o altar-mor do S. sacramento, os colaterais da direita / do Senhor Crucificado, o colateral da esquerda da senhora da Conceição. O coarto da parte direita em cape-/lla co arco na parte da mesma igreja com a (in)voca-/ção de Santo António, o qual hé do morgado An-/tónio Pinto Pereira do Lago, natural desta villa. Tem a igre-/já coatro naves, com as portas ao poente. Não tem / Irmandade algua. /

8. O parochio hé cura vigário da apresentação do bispo da / mesma Miranda. Não tem mais renda que oito mil / réis em dinheiro, seis almudes de vinho, vinte e dous / alqueires de trigo, que dá o mesmo bispo, o que corres-/ponde ó pé de altar. Tem também casas de residência / com (p. 1173) algua fazenda mais vasta que pouca; que / come com título de legado, e pensão de missas. /

9. – (Nada)

10. Há no termo desta villa para a parte do poente hum com-/vento de religiosas da Ordem Terceira de S. Francisco com / o título de Nossa senhora das Flores distante desta / villa hum coart de legoa.

11– 12. 13. Tem dentro da mesma villa hua capella de nossa senhora do Rosário co hua irmandade. /

14. No Domingo segundo de Outubro, dia em que se faz / a sua festa acorrem os Irmãos ao Jubileo da dita Ir-/mandade. /

15. Os frutos desta terra são trigo, centeio, milho, lentilhas, linho, azeite para consumo da terra, castanhas, ce-/reijas, peras, maçãs, uvas, figos, ervanços, feijões, / cabaças, cebolas, melões, couves, repolhos, linho, e / cirgo. /

16 Tem Juiz Ordinário, Vereador, Procurador, e Almotacé, / fazem camera sobre si sem sujeição a alguém. /

17. –18. – 19. – (Nada)

20. Não tem correio, servesse do correio dea Torre de Moncor-/vo, que dista desta villa outo legoas. /

21. Dista da capital do Bispado onze legoas, dista da ca-/pital do reino setenta. /

22. – 23. – 24. – 25. –

26. Não padeceo pela mercê de Deus ruína alguma no terramoto. / (p. 1174) Não tem cousa alguma mais que as referidas digno / de ponderação. /

De serra nada pela não haver. /

Rio também não tem. /

Do Parocho da villa de Sesulfe /

António Flis Alvaredo

Doc. n.º 22

Trindade

MARQUES, Manuel de Almendra - *Trindade*, D. G., vol. 37, mem. 112, fls. 1129 a 1132, mf. 701.

(fl. 1129) SS. Trindade /

Torre de Moncorvo /

Certifico eu, padre Manoel de Almendra / cura da freguesia de Santissima Trindade em / como á minha mam veyo hua ordem do muyto / Reverendo Senhor Vigário Geral desta comar-/qua com hum papel em que vinham varios / enterrogatorios estabelecendo no que na dita or-/dem me ordena, digo:

Primeiramente: /

1. Esta freguesia hé da Provincia de Trás os / Montes, Arcebispado de Braga, comarca / de Torre de Moncorvo, a metade de termo da Villa / Flor, outra metade da villa de Mirandella, hé / freguesia da Santissima Trindade. /

2. Hé a primeira parte do senhor de Villa Flor / que de presente assina o senhor António de San-/payo com as mais do seu estado; a segunda parte / hé do Senhor Marquês de Távora, que hé a parte que / pertence a Mirandella. /

3. Tem esta freguesia setenta e sete fogos e ó presente / terá entre grandes e pequenos, e mais mulheres / duzentas e sincoenta pessoas pouco mais ou menos. /

(fl. 1130) 4. está situada em lugar ermo, descobre-se desta / freguesia o lugar de Villar que dista desta freguesia meia legoa; e mais se descobre a Quinta dos Colmeais, que hé anexa dos Villar, distante desta / freguesia hua legoa. /

5. A parochia está dentro do dito povo da Trindade / mas tem duas quintas anexas, hua chamada / Valbom, e a outra Macedinho. A a primeira está para / a parte do Nascente, e a outra para o Poente / e dista a primeira da Parrochia hum quarto / de meia legoa. Tem hua capela com a ima-/gem de Sam Grigório, e outra de Nossa Senho-/ra da Esperança. E outra quinta dista hua le-/goa. Tem duas capelas, hua do povo / e a outra hé Roque Martins ade-/ministrador e estam na borda da quinta. /

7. O seu orago hé a Santissima Trindade, tem / três altares, a saber o altar mor com a imagem / da Santissima Trindade, e os outros dois sam / no corpo da igreja.

8. O parrocho hé cura apresentado pelos religiosos / do Real Mosteiro de Santa Maria de Bouro. Ren-/derá pouco mais ou menos quarenta mil réis. /

(fl. 1831) 9, 10, 11, 12, 13, 14, Nada. /

15. Os frutos que nesta terra se colhem em mayor abundância hé pam centeio, trigo, azeite, / e vinho, pouco; guados de lam poucos. /

Está este lugar sujeito, metade à justiça de / Mirandella, e a outra metade com as duas quintas ás justiças de Villa Flor. /

17., 18. Nestes nada. /

19. Faze-se neste lugar hua feira franca / anual na romaria da Santissima Trin-/dade em que se juntam muitos merca-/dores, e tendeiros, e bestas de toda a qualidade. /

20. serve se esta freguesia do correio da Torre / de Moncorvo, que dista cinco legoas; chega / na coarta feyra, e parte na quinta. /

21. Dista esta freguesia da capital do Arcebis-/pado vinte e cinco legoas, e da capital do / Reyno sesenta e hua. /

22, 23, 24, 25, 26, 27, Nada. /

Aos interrogatórios da serra nam tenho que / dizer, e aos do rio, menos que nascer situada / esta freguesia em serra, sem nascerem / (fl. 1132) rios ao pé della. /

Hé o que acho que dizer aos interro-/gatórios que me prepos o papel dizer / de alguma narraçam, o que tudo confe-/ri com Manoel Rodrigues, e António / Borges e mais privilegio desta freguesia / o que ambos atestaram ser tudo o a-/cima escrito verdadeiro, e com eu a-/sim o entendi, e juro in verbo *Salex dotis* / e me assigno com as testemunhas acima /

Hoje, Trindade, de Abril, 29 de / mil sete centos, e cicoenta e oito / annos.
/

O cura Manoel Almendra Marques /
Manoel Rodrigues /
António Borges.

Doc. n.º 23

Vale de Asnes

MORAES, Jozeph de – *Val de Asnes*, D. G., vol. 38, mem. 10, pp. 53-57, mf. 0585.

(p. 53) Joseph de Moraes Cura na Parrochial Igreja de Sam Pedro desta villa / de Valdasnes, certifico em como por mandado do Muito Reverendo / Acipreste deste destrito me foi entregue hum formulário de inte-/rrogatório que procura desta terra saber / que seja e suas qualida-/des. /

1. E vendo o primeiro artigo que desta terra procura saber: / Respondo, que esta terra hé Valdasnes villa sobresi, esta fica na / Provincia de Trás dos Montes Bispado de Miranda do Douro, Comar-/ca da Torre de Moncorvo. /

2. Ao segundo artigo dos sobreditos interrogatórios respondo, que / esta villa hé d'El Rei Nosso Senhor. /

3. Ao terceiro artigo respondo, que esta freguesia tem vizinhos cento / e dez, e pessoas de confissam, e comunham trezentas e trinta. /

4. Ao quarto artigo respondo que esta villa fica no fundo de hum / cabeço chamado o Picoto. Este fica lhe da parte do Nascente / e por ter esta villa outros à roda ainda que nam tem altos como / este nam se descobre della Povoaçam alguma. /

5. Ao quinto artigo respondo que esta villa tem termo seu só e na-/am compreende Lugar algum mais nem aldea. /

6. Ao sexto artigo respondo que a Parrochial Igreja desta villa fica / no meo della e nam tem lugares nem aldeas a si sogeitas. /

7. Ao sétimo respondo que o orago desta Igreja hé Sam Pedro e está do altar Mor tem mais dois hum de Santo / Nome de Jesus e outro de Nossa senhora do Rosario, e tem so-/mente huma Irmandade chamada Irmandade do Santíssimo, /

8. Ao artigo oito responde que o Parrocho desta Igreja hé cura de / apresentaçam do Reverendo Reitor de Bornes, este cura tem / em cada hum anno de renda mil reis, vinte dois alque-/ires de trigo, vinte de centeio e quatorze almudes de vinho. /

9. Ao artigo nove nam tenho a que responder, nem ao artigo / dex, nem ao artigo honze, nem ao artigo doze. / 10. / 11. / 12. /

(p. 54) 13. Ao artigo treze respondo que tem esta villa três capellas e todas / três dos moradores della, huma fica fora da villa quazi trezen-/tos passos de longe. Esta hé de Sam Bartoholomeu, e outra / fica na entrada já dentro da mesma villa, esta hé de Sam / Sebastiam, e outra fica na sahida fora da dita quasi du-/zentos passos. 14. Esta hé de Sam Roque, e nam acodem a / ellas Romages en tempo algum. /

15. Ao artigo quinze respondo que os frutos da terra que os mora-/dores recolhem sam centeio, azeite, linho, seda e algum / vinho. /

16. Ao artigo desasseis respondo que o governo desta villa hé / juiz ordinario, veriador, procurador e dois almotaces e este / nam está sogeita ao governo de outras justiças, somente / o Provedor e Corregedor desta Comarca quando aqui se acha / em correçam. /

17. / 18. Ao artigo dezassete, dezoito, desanove nam tenho que / responder. /

20. Ao artigo respondo que nam tem esta villa correio de / seu mas serve se do correio da Torre de Moncorvo que / dista de longe desta villa sete legoas. /

21. Ao artigo vinte e hum respondo que esta villa dista / doze legoas de longe da cidade do Bispado e setenta / e cinco da cidade capital do Reino. /

22. Deste nam tenho nada que responder. /

23. Deste também nem tenho que responder. /

24. Também nam tenho que responder. /

25. Deste também nada. /

26. Ao artigo vinte e seis respondo que no terramoto de mil se-/tecentos e cincoente e cinco nam padeceo esta villa. / (p. 55) ruina alguma digna de memória que se possa dizer. /

27. Ao artigo vinte e sete nam tenho nada que responder nem / aos mais conthudos no fomulário retro, e para contar assignei / este hoje. Vasdasnes, 14 de Maio de Mil Setecentos cin-/coenta e oito, / 1758 /

O Cura Jozeph de Moraes

Doc. n.º 24

Vale de Lobo

SALGADO, António Gomes – *Vale de Lobo*, D. G., vol, 38, mem. 31, fls. 163 a 164, mf. 585.

(fl. 163) Resposta ao que nos presentes interrogatorios / se me pergunta. Este lugar de Val de Lobo fica situa-/do na borda de hum quadraçal em hum plano, de huma / parte tem muitas fragas e terra m(uito) pedregoza e gran-/des rochedos, e da outra parte terra limpa, mas algum / tanto ladeirosa. Tem trinta e tres moradores. Tem hua quinta / anexa q(eu) se chama Villa Verdinho, que fica no meo do pedra-/çal toda cercada de de fragas de quantaria excelente, muito bran-/ca e boma de obrar. Tem vinte e tres moradores, que toda a fre-/guesia tem sincoenta e seis, e pessoas de sacramento cento / e sessenta. Hé orago de Sam Gonçalo, appresenta o R(everendo) Rei-/tor de Mirandella. Tem a Igreja quatro naves, tem tres alt-/ares que hé o mayor e dois colaterais, hum de Nossa Senhora / e outro de Sam Sebastião fica fora do lugar pouco espa-/cio. Tem a quinta de Villa Verdinho; sua capella de Sam / Luis, vulgo Sam Gens, hé administrada pello povo. Não tem esta / freguesia Irmandades. Hé Bispado de Miranda, hé / do concelho de Mirandella / e governada pellas justiças da mes-/ma villa. Hé donatario o Senhor Marques de Tavora, hé / provincia de Trás os Montes, comarqua

da Torre de Mon-/corvo. Avistam se deste Lugar alguns, como sam Paços, Sosaes, e o mais distante Carrazedo Montenegro que será dis-/tante sinco legoas. E deste Lugar a Miranda treze e a Lis-/boa setenta pouco mais ou menos. Servimo nos do correo / de Mirandella que fica distante hua Legoa, sai à terça. / Hé abundante de pam, e azeite, vinho pouco, frutas nenhumas, / excepto melões e figos. Corre ao pé deste lugar huma ribeir-/a rio / que dizem ao longe se chama o Rio Lobo, e que delle tomava o / Lugar nome e perto deste lugar se ajunta outra ribeira com ella / que se chama o Rio de Vides, estas de Inverno bastantemente ar-/ebatadas / e caudelosas; de Verão corre em algumas partes e uzão / os habitantes livremente has suas agoas para fertilizarem seus / (fl. 164)campos. Tem muitos moinhos e não outros emgenhos. / Esta tal ribeira tem seu principio na Serra de Monteme, / corre de Nacente para o Poente, pasa ó pé da villa de / Cortiços e Sernadella e logo se mete no quadraçal por te-/rra bastante despenhada e trabalhosa, aonde há huma / consumida em q(ue) se recolhe a dita ribeira por baixo de humas / fragas, por algum espacio de tempo, e curso e por cima paixão / os gados livremente a pé emxuto, assim o ouvi dizer q(eu) não / o vi. Será distante do seu principio athé que semete no rio / de Mirandella quatro legoas. E tráz alguns peixes, mas pi-/quenos. E não sei outras couzas dignas de memoria que possa / relatar e por verdade fis esta q(eu) assigno. Val de Lobo, 21 de / Março de 1758. /

O Cura António Gomes Salgado

Doc. n.º 25

Vale de Salgueiro

ZEDO, Jose de Faria – *Val de Salgueiro*, D. G., vol. 38, mem. 60, fls. 313 a 314, mf. 585.

(fl. 313) Senhor

1. Val de Salgueiro fica na Provincia de Trás os Montes, Bispado / de Miranda do Douro, Comarca da Torre de Moncorvo, termo de / Mirandella freguezia do mesmo Lugar. /

2. 3. 4. Tem setenta e seis vezinhos, pessoas cento e noventa e sette, / menores dezassete. Está situada em huma travessa. Nelle se des-/cobrem o Lugar dos Paços dista deste Lugar duas legoas e Sam Pe-/dro dos Valles dista deste Lugar duas legoas, descobre se a Serra de / Santa Comba dista deste Lugar tres legoas, descobre se a Serra de / Bornes chamado o Cabeço de Mouque dista deste Lugar sinco / Legoas. /

5. Tem termo seu nam compreende aldea nem lugar algum. /

6. A Igreja está junto ao cimo do Lugar, á parte direita vay arrua / entre o adro da Igreja e as cazas do Lugar. /

7. Hé orago de Santo Sebastiam, tem tres altares hum do San-/to Sebastiam, outro de Santo Antonio, outro de Nossa Senhora / da Apresentaçam. /

8. O Parrocho hé cura, hé da apresentaçam do Reytor de Miran-/della, tem de rendimento seis mil quinhentos e dous almudes de / vinho e setenta e seis alqueires de centeyo de uferta do anno / que dam os fregueses. /

9. Tem huma Ermida das Almas, está situada no cimo do Lugar, / pertence a Izabel de Cepeda. /

10. Hé terra do Donatario Marques de Tavora ao presente cha-/mado Dom Francisco Xavier de Távora. /

11. Os frutos que a terra colhe hé pam, vinho, e azeite. /

12. Está este Lugar sojeito ao juiz ordinario da villa de Mirande-/lla e camera, e por appellaçam conhece o ouvidor de Alfandega da Fé. /

20. Nam tem correyo, serve se do correyo de Chaves que dista deste Lugar sinco legoas e do correio da villa de Torre de Moncorvo que dis-/ta deste Lugar outo Legoas. /

21. Dista da cidade de Miranda capital do Bispado quinze Legoas e de / Lisboa setenta. /

(fl. 314) 1. Corre hum Rio pela deviza do termo chamado Rabaçal, / antigamente se chamava Rio Mente. /

2. Hé caudellozo, corre todo anno. /

4. Passava nele em barcas. /

5. Em toda a sua viagem hé o curso arrebatado. /

6. Corre do Norte para Sul. /

7. Cria peixes machos, e bogas e escallos. /

10. Nam se cultivam as margens por munto fragoza, tem algumas / arvores silvestre. /

13. Junta se com o Rio Tuella ao pé de Chellas. /

14. Tem algumas açudes de moendas que empedem o navegar se para / cima. /

15. Tem hum ponte de cantaria na Quinta da Barqua, freguesia / de Val de Telhas/

16. Tem alguns moinhos de moer pam. /

19. Nam se sabe quantas legoas tem, nem aonde nasce, nem porque / Lugares passa. /

Nos mais numeros nam falei por neles / nam haver q(eu) dizer. Vale de Salgueiros Mar-/ço, 29 de 1758.

O Cura José de Faria Zedo

Do. n.º 26

Vale de Telhas

Val de Telhas, D. G., vol. 38, mem. 65, fls. 333 a 334, mf. 0585.

(fl. 333) Relação das couzas q(eu) contem este Lugar de Val de Telhas: /

1. Fica este lugar na Provincia de Trás os Montes, do Bispado de Miranda, / comarca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mirandella;

2. E pertence / esta Igreja à Reytoria de Mirandella. /

3. Consta de noventa e dous vizinhos, e duzentas e / vinte pessoas.

4. Está situada parte da sua povoação em campina, e parte em valle pedra-/goso. Descobre desta povoação Fornos de Pinhal e os Poçacos ambos ficam / distantes deste povo hua legoa. /

5. O Marques de Tavora hé o Donatario. /

6. A este interrogatorio nada. /

7. Está a Parrochia no meyo do povo, e somente tem anexa a Quinta da Bar-/ca. /

Hé seu orago Santo Ildefonso, tem cinco altares, o altar Mor, mais o de Nossa / Senhora, o de Santo Estevam / o do Santo Christo, a capela de Santo Antam / da qual hé administrador o Padre Joam de Araujo. /

8. Hé cura o Parrocho desta Igreja, e hé da apresentação do Reyor de Mirandella; / Tem de estipendio trinta e dous alqueires de trigo, e dez de centeyo, e quatorze mil / e quinhentos em dinheyro, e vinte e dous almudes de vinho em mosto. /

9. A este interrogatorio nada. /

10. A este interrogatorio nada. /

11. A este interrogatorio nada. /

12. A este interrogatorio nada. /

13. Tem hua Ermida da Senhora do Barreiro, outra de Sam Sebastiam, e outra / de Nossa Senhora das Neves, as quais estam fora do povo, e todas as adminis-/tram os moradores do mesmo povo. Dentro do lugar tem hua capela da Senho-/ra da Çoledade da qual hé administrador Antonio José Vieira. /

14. Á Senhora do Barreyro, e á Senhora das Neves acodem em romaria princi-/palmente à Nossa Senhora do Barreyro, mas nam em dia especial. /

15. Os frutos principaes q(eu) os habitantes recolhem sam pão, vinho, / e azeite. /

16. A este interrogatorio nada. /

17. A este interrogatorio nada. /

18. Não consta que florescessem, nem sahisses deste povo alguns / varoens insignes e ministrados, letras, ou armas, somente consta que hua / mulher chamada Maria Pinta achando, se fazendo assistencia no palacio / das Magestades em Madrid em tempo que parte da Fidalguia de Portugal / macina traição contra o Senh(or) D. Joam quarto, coroado rey do nosso / Reyno, filho do Senhor Theodosio Duque, em tempo que a corte se achava / em Villa Viçozza, e apanhando esta Maria Pinta as cartas de conSPIraçam / contra o nosso rei em pessoa lhas trouxe, sendo cauza de que o nosso / Monarca, e Reyno ficasse ixemto de tão grande trayçam. /

19. A este interrogatório nada. /

20. Nesta terra não há correyo, mas serve se do de Chaves, o qual está / distante cinco legoas e chega na Quarta, e sae no Domingo. /

21. Está distante este povoado da cidade de Miranda capital do Bispado / quatorze legoas e da cidade de Lisboa setenta e cinco. /

22. A este interrogatorio nada. /

(fl 334) 23. A este interrogatorio nada. /

24. A este interrogatorio nada. /

25. A este interrogatorio nada. /

26. Nam padeceo este povo nemhua ruina no terramoto de 1755. /

Acha se hua Irmandade de Sam Miguel, e a Igreja não tem nave alguma. /

Nesta terra não há nenhuma serra /

1. Ao pé deste povo corre hum rio que se chama Rabaçal, o qual tem a / sua origem em Galiza. /

2. Este rio corre todo todo anno e dizem q(eu) logo nasce com grande e impeto / de agoas. /

3. A este interrogatorio nada. /

4. A este interrogatorio digo rio não hé navegavel, somente em alguas / 5. partes tem suas barcas. /

6. Todo elle hé de curso arrebatado. /

7. Corre este rio de Norte ao Sul. /
 8. Crião se nelle em maior abundancia barbos, e bogas, e alguns escalos. /
 9. Não tem pescarias, em algum tempo do anno. /
 10. A este interrogatorio nada ./
 11. Sam suas margens cultivaveis, e nellas se achão alguas arvores silvestres. /
 12. Não consta que suas agoas tenham virtude particular. /
 13. Sempre teve o mesmo nome e o tem. /
 14. Este rio se mette no Tua por bayxo de Chellas, e ali perde o nome de Ra-/baçal, e morre em o Douro. /
 15. Tem suas assudes para effeito de andarem os moinhos e azenhas. /
 16. Tem hua ponte de cantaria na quinta da Barca. /
 17. Somente se achão neste rio alguns moinhos, e azenhas e nada mais. /
 18. Não consta que de suas areas em algum tempo se tirasse ouro. /
 19. Uzão livremente os povos de suas agoas para a cultura de seus campos. /
- Consta ter dez legoas de distancia donde nasce, emté donde acaba. /
- e passa pella Quinta da Barca, e Miradezes, e Chellas. /
- E não consta de mais algua couza notavel. /
- (O cura não assinou)

Doc. n.º 27

Villa Nova de Mirandella

SARM(ENT)O, Duarte Ferr(eir)a – *Villa Nova de Mirandella*, D. G., vol. 40, mem. 241, fls. 1461 a 1463, mf. 700.

(fl. 1461) Está o lugar de Villa Nova, antigamente, chamado das Patas, / na Provincia de Trás os Montes, no Bispado de Miranda do / Douro, Comarca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mira-/ndella, Freguesia de Santo Antonio. /

Donatario da villa donde hé subdito os Ilustrissimos Marqueses de Ta-/vora. /

Tem trinta vezinhos, pessoas cento e trinta. /

Está situado em hum valle, delle se vê a villa de Mirandella / e o lugar de Carvalhais, e destas povoações dista pouco que / de Mirandella distará meia legoa, e de Carvalhais ainda nam hé / de coarto de legoa. /

Tem seu termo, e esse pequeno. /

A Parochia está alineada ao lugar entre suas estradas hé a / que vai para Carvalhais, e outra para Contins, nam tem lugar / algum aqui anexo. /

O orago da parochia hé Santo Antonio, antigamente por tradi-/çam dizem ser Santa Comba e a tres mil passos, pouco / mais ou menos se acham vestigios adonde dizem foi a Igreja e no pre-/sente tempo se acha no sitio acima dito; nam tem mais de tres / altares, o da capela mor que nella há Sacratio, e há de Santo / Antonio orago e os colaterais que o da parte direita hé da Nossa / Senhora do Rozario, e da parte esquerda do Santo Sebastian, e / nelle há hua imagen de Christo Crucificado de vulto. Ir-/mandades há hua das Almas cujo patrono hé Santo Antonio. / O parrocho hé cura annual, hé apresentado pelo Reytor de Suçaes, hé do Bispado de Braga, Comarca da Torre de Moncorvo, terá / de renda quasi trinta mil reis. /

Aos 10., 11., 12. Nada há que dizer. /

Nesta freguesia há duas capellas, excepto a matriz hua hé de / Sam Gonçalo, cujos adeministradores são os herdeiros de Joan / Ferreira morador que foi na villa de Mirandella, outro hé de Sam / Jozé cujos adeministradores sam os herdeiros de Jozé de Souza Ma-/chado, as

coais estão dentro do lugar contiguas às cazas dos mês-/mos administradores. Nam sam frequentes em romajeens. /

Os frutos das terras sam centeio, trigo, milho grosso, cevada azeite / e todos os mais legumes que as terras desse Reyno costumam dar. / (fl. 1462) como sam ortalijas de repolhos, melois e melancias, e outros / mais frutos, isto com bastante sufficiencia nam sendo em al-/guns annos de muitas carestias, que de ordinario hé nos de muitas se-/cas. /

Tem esta terra juizes ordinarios, o mais hé da dita villa. /

Ao 17., 18., 19., 20., Nada. /

Distará este lugar da cidade de capital do Bispado catorze, ou quin- /ze legoas e de Lisboa sessenta e sinquo legoas, ou setenta pouco / mais ou menos. /

Ao numero 22., 23., 24., 25., 26., 27., Nada. /

Nam tem serra alguma de que se deva dar relação alguma. /

Este lugar como acima fica dito está situado em hum grande / valle o qual terá quasi legoa de comprimento, e de largo quasi hum / coarto de legoa em partes. Nelle se acham situados os seguintes / povos: Mirandella no principio delle contiguo ao rio Tua / e no cimo do valle Carvalhais, e quasi no meio Villa Nova. /

Rio /

E por este valle corre hua grande ribeira chamada a Ribeira de Lobos, a qual corre quasi da parte do Nascente para / o meio dia algum tanto mais inclinada ao Poente. No sitio / deste lugar nam tem ponte alguma nem assude. No Estio / nam tem agoa que corra, no tempo da Primavera tem pei-/xes, combém a saber bogas, escalos, e barbos e enguias e que / sam a qualidade dos que costuma tomar. As rivanceiras sam cheias / de árvores silvestres como sam chopos, amieiros, salgueiros / e outras mais arvores. Há nesta planicie muitos olivais e / alguns pomares de diversas frutas. Fazem se muitas ortalijas / de repolhos e muitos meloais; hé abundante em seus frutos / e há de tudo excepto castanhas. Há há neste termo, ou planicie / algumas noras com

que se regam as ortas, e nestas agoas hé / nativa nellas. Hé esta terra em seu temperamento muito cá-/lida no Veram, e fria no Inverno por causa dos muitos / nevoeiros; porem na Primavera, hé delicioso, e nam me-/nos no Outono, mas contado hé pouquo sabutileza e nam / vivem muito velhos a gente deste luguar. Seu exercicio / (fl. 1463)hé serem labradores, exercicio de que vivem sem haver ou-/tro trato algum. Nam há mais couza algua digna de se ade-/vertir no que pertence ao lemitte deste povo ou seu termo, so-/mente da parte do Poente margea com o rio Tuella, tem as / mesmas qualidades, em suas margens que tem a Ribeira a-/qui descrita, somente o nam ser o rio vao e a ser alguns me-/ses do anno, pois nelle costuma andar, porque cujo povo / hé entre o termo da villa e o deste luguar o que supondo tudo / hira advertido em Mirandella adonde melhor pertence esta / declaraçam. Isto hé o que na verdade passa que sendo nece-/ssario jurarei e em fé della me asignei. Hoje, Villa Nova, / vinte oito de Junho de mil setecentos, e cinquenta e oi-/to annos. /

O Padre Duarte Ferr(eir)a Sarm(en)to

Doc. n.º 28

Vila Verde dos Alemães

Vila Verde dos Alemaens, D. G., vol. 40, mem. 269, fls. 1645 a 1646, mf. 700.

(fl. 1645) Resposta ao Mappa appenso das qua-/lidades, fructos, sitios da terra do lugar de Villa Ver-/de dos Alemaens conforme os interrogatorios do / mesmo mappa: /

1. Está esta freguesia de Villa Verde sitta na Provincia / de Trás os Montes, Bispado de Miranda do Douro, Co-/marca de Torre de Moncorvo, termo da villa de Mi-/randela, e hé annexa à mesma freguesia de Mirande-/la. /

2. Hé apresentada pello Reverendo Reytor de Mirandela, / Beneficio appresentado por Sua Real Magestade. /

3. Tem esta freguesia quarenta e oito vizinhos, cento e / quarenta pessoas mais ou menos. /

4. Está esta freguesia situada em hum plano fundo / de huma pequena serra; as povoaçoens que della se descobrem / são Freixeda da qual dista meya legoa e Vale da Sancha / da qual dista hua legoa. /

5. O termo desta freguesia hé da Villa de Mirandela. /

6. Está a paroquia em hua ponta do lugar junto das mes-/mas não tem mais freguesias. /

7. O orago hé Santo Apollinário e tem a Igreja tres alta-/res, o mayor, outro da Senhora, outro do Santo Christo, / e tem hua Irmandade de Santo Amaro, que ainda não / tem altar proprio. /

8. O parochó hé cura apresentado pelo Reverendo Reitor de Mirandela. A renda que tem são huns cem alqueires de pão / que lhe dá a freguesia, e huns doze almudes de vinho. /

9. Deste nada. /

10. Deste nada. /

11. Deste nada. /

(fl. 1646) 12. Deste nada. /

13. Tem hua capella de Sam Sebastião fora do lugar pertencente a esta freguezia. /

14. Deste nada. /

15. Os frutos da terra são pão, vinho, e azeite, este em mais / abundancia. /

16. Esta sujeito ao governo da justiça da villa de Mirandela. /

17. Deste nada. /

18. Deste nada. /

19. Deste nada. /

20. Servesse do correyo da villa de Mirandela da qual dista hua / grande legoa. /

21. Dista da cidade capital do Bispado quatorze legoas / e de Lisboa capital do Reyno settenta. /

22. Deste nada. /

23. Deste nada. /

24. Deste nada. /

25. Deste nada. /

26. Deste nada. /

27. O que há digno de memoria são huas grandes covas sittas / neste termo feitas por hum Alemão aonde dizem an-/dou muito tempo com os operários cavando, para o que dizem / trazia licença de Sua Real Magestade. O que achava não / o sabem dizer, nem ainda os mesmos operários, mas só / sim dizem que cada tres mezes hia a Lisboa dar conta / a Sua Real Magestade, donde ficou ao lugar o cognome de Villa Verde dos Alemoens. Não há couza / mais alguma mais notavel nesta freguezia pois nella não / há rio algum nem no seu termo, nem assim com elle / nem terra, somente hua pequena / ponte e não há fon-/te nem couza alguma notavel, nem digna de memo-/ria. /

(O cura não assinou).

Doc. n.º 29

Vilar de Ledra

FARIA Pinto, Luis de Faria – *Vilar de Ledra*, D. G., vol. 41, mem. 289, fl. 1773 a 1774, mf. 0754.

(fl. 1773) Esta freguesia de Villar de Ledra que hé da Rey-/toria da Comenda de Mascarenhas, termo da / villa de Mirandella deste Reino de Portugal, / Bispado de Miranda do Douro, Comarca da / Torre de Moncorvo e terra donataria do mar-/quês de Tabora. Tem Val dos Mioins que hé anexa / desta ygreja de Sam Miguel e tem sete moradores / que com os do Luguar de Villar de Ledra sam todos / trinta e coatro e tem tambem toda freguesia / oitenta moradores, diguo oitenta pessoas. /

Está toda esta freguesia tanto o Luguar como / anexa situada em hum val que nem humas / povoaçonis se descobrem dela, ainda que á

mui-/tos Luguares ao pé desta freguesia na distancia / de tres coartos de legua como hé Caravalhais, Pousadas / e Val de Lobo. /

Cal hé o seu orago hé Sam Mig(u)el que se / celebra a sua festa aos oito de Mayo. O al-/tar principal hé o do orago, tem dois este / mais hu de Nossa Senhora do Rozario e ou-/tro de Santa Luzia. Tem mais huma capella no meio do lugar com o titolo de Sam Sebas-/tiam aonde se dá o Sacramento. Tem huma / irmandade de Santa Luzia na coal se fazem / officios pellos irmãos defuntos. /

Esta Igreja suposto hé data do Reitor de Masca-/renhas ainda no uso de ser confirmada, tem de es-/tipendio trita e dois alqueires de trigo, he dez / de centeio he dez mil e quinhentos em dinheiro / he catorze almudes de vinho. /

Os frutos que nesta freguesia se recolhem hé tri-/go, centeio e cevada. /

(Fl. 1774) Está esta freguesia sojeita às justiças da villa de / Mirandella. /

Do correio de que se serve hé da villa da Torre de Mon-/corvo que fica distante seis legoas. /

Dista da cidade capital do Bispado catorze legoas. /

Dista da capital Lisboa do Reino oitenta legoas. /

Em quanto ao segundo interrogatorio nam há nada. /

Em quanto ao terceiro: /

Arrimado a esta povoaçam pasa huma ribeira / que leva aguo a maior parte do anno tem seu / principio na Serra de Bornes termo da cidade de / Bragança. As variedades de peixe que tem sam / escalos, barbos, e bogas. He na mesma ribeira / e dentro da mesma freguesia há coatro moen-/das de moer pam. /

Corre esta ribeira do Nascente para o Poente. /

Esta ribeira morre no rio Tua junto da vila de Miran-/dela. /

Tem esta freguesia tres lagares de azeite em cazas par-/ticulares. /

Tem esta ribeira de corrente coatro ou cinco leguoas / do pricipio
inté aonde acaba passa junto dos po-/voaçois, porém nam entra em nem
huma delas. /

Pelo termo do mesmo lugar vay hua estrada / de munta gente que
vem dessas cidades de Lisboa, / Porto e Braga que passa pela vila de
Miran-/dela para as cidades de Bragança e Miranda / e mais povoaçois. /
He nam há mais alguma couza dos interro-/gatorios que nesta se possa
declarar.

Por ser / verdade fiz esta que assignei aos quinze dias dias / do
mês de Abril de mil setecentos e cincoenta e oito /annos.

Eu o padre Luis de Faria Pinto

